



Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO
DO PREFEITO MUNICIPAL DE CARLINDA
EXERCÍCIO 2024

PROCESSO N.º:	1849808/2024
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
CNPJ:	01.617.905/0001-78
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITO MUNICIPAL:	FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO
RELATOR:	ANTONIO JOAQUIM MORAES RODRIGUES NETO
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	CARLINDA
NÚMERO OS:	2171/2025
EQUIPE TÉCNICA:	CHARLES CONCEIÇÃO ORMOND





SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO	14
2. 1. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO	14
2. 2. PARECER PRÉVIO PELO TCE-MT DE 2019 A 2023	14
2. 3. IGF-M - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS - 2020 a 2024	14
2. 4. GESTORES E RESPONSÁVEIS	16
2. 5. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA	17
3. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	17
3. 1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)	18
3. 1. 1. PLANO PLURIANUAL - PPA	18
3. 1. 2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO	19
3. 1. 3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA	21
3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	22
4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	27
4. 1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA	27
4. 1. 1. CONSISTÊNCIA ENTRE O VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E OS VALORES INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS	27
4. 1. 1. 1. PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DO ESTADO	27
4. 1. 2. EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	29
4. 1. 3. RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA	31
4. 1. 4. GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS	33
4. 2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA	35
4. 2. 1. EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	35
5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS	37
5. 1. CONVERGÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	38
5. 1. 1. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	40
5. 1. 2. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO	41
5. 1. 3. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL	41
5. 1. 3. 1. COMPARABILIDADE DO BALANÇO PATRIMONIAL (exercício atual versus exercício anterior)	42





5. 1. 3. 2. CONSISTÊNCIA ENTRE O ATIVO E O PASSIVO	43
5. 1. 3. 3. APROPRIAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL	44
5. 1. 3. 4. RESULTADO FINANCEIRO	44
5. 1. 4. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS	46
5. 1. 5. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	47
5. 1. 6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS	48
5. 2. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS	49
5. 2. 1. APROPRIAÇÃO DE 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) E FÉRIAS	50
5. 3. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	52
5. 3. 1. RESULTADO DA ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA	53
5. 3. 1. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA (QER) - EXCETO INTRA	53
5. 3. 1. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA CORRENTE (QERC) - EXCETO INTRA	53
5. 3. 1. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL (QRC) - EXCETO INTRA	54
5. 3. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA	55
5. 3. 2. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA (QED) - EXCETO INTRA	55
5. 3. 2. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE (QEDC) - EXCETO INTRA	55
5. 3. 2. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL (QDC) - EXCETO INTRA	56
5. 3. 3. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	56
5. 3. 3. 1. REGRA DE OURO (Art. 167, III, CF)	57
5. 3. 3. 2. QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)	58
5. 4. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL	59
5. 4. 1. QUOCIENTE DE RESTOS A PAGAR	60
5. 4. 1. 1. QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR	60
5. 4. 1. 2. QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	62
5. 4. 1. 3. QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (QSF) - EXCETO RPPS	63
6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	64





6. 1. DÍVIDA PÚBLICA	64
6. 1. 1. QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (QLE)	65
6. 1. 2. QUOCIENTE DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA (QDPC)	66
6. 1. 3. QUOCIENTE DE DISPÊNDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (QDDP)	67
6. 2. EDUCAÇÃO	68
6. 2. 1. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	71
6. 2. 1. 1. FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO UNIÃO	74
6. 3. SAÚDE	76
6. 4. DESPESAS COM PESSOAL	78
6. 4. 1. PESSOAL - LIMITES LRF	78
6. 4. 1. 1. LIMITE PRUDENCIAL E LEGAL DO PODER EXECUTIVO	89
6. 5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL	89
6. 6. LIMITE - DESPESAS CORRENTES/RECEITAS CORRENTES - Art. 167-A CF	92
7. REGIME PREVIDENCIÁRIO	96
7. 1. NORMAS GERAIS	96
7. 1. 1. ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - ISP	96
7. 1. 2. PRÓ-GESTÃO RPPS	99
7. 1. 3. ANÁLISE DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP	100
7. 1. 4. UNIDADE GESTORA ÚNICA	101
7. 1. 5. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E PARCELAMENTOS	103
7. 1. 5. 1. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS, SUPLEMENTARES E DOS SEGURADOS	103
7. 1. 5. 2. PARCELAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	106
7. 1. 6. ATRASO NO REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E PARCELAMENTOS	106
7. 1. 6. 1. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS, SUPLEMENTARES E DOS SEGURADOS	106
7. 1. 6. 2. PARCELAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	106
7. 2. GESTÃO ATUARIAL	107
7. 2. 1. REFORMA DA PREVIDÊNCIA	107
7. 2. 2. AVALIAÇÃO ATUARIAL	112
7. 2. 2. 1. RESULTADO ATUARIAL	115





7. 2. 3. RESULTADO CORRENTE DOS RPPS	118
7. 2. 4. ÍNDICES DE COBERTURA	119
7. 2. 4. 1. ÍNDICE DE COBERTURA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	119
7. 2. 4. 2. ÍNDICE DE COBERTURA DAS RESERVAS MATEMÁTICAS	121
7. 2. 5. PLANO DE CUSTEIO	125
7. 2. 5. 1. DA COMPATIBILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO COM A AVALIAÇÃO ATUARIAL	127
7. 2. 5. 2. DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO	129
8. CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS	130
8. 1. RESULTADO PRIMÁRIO	131
9. POLÍTICAS PÚBLICAS	133
9. 1. INDICADORES DE EDUCAÇÃO	134
9. 1. 1. ALUNOS MATRICULADOS	134
9. 1. 2. Ideb	136
9. 1. 3. FILA EM CRECHES E PRÉ-ESCOLA EM MT	139
9. 2. INDICADORES DE MEIO AMBIENTE	140
9. 2. 1. DESMATAMENTO	141
9. 2. 2. FOCOS DE QUEIMA	144
9. 3. INDICADORES DE SAÚDE	146
9. 3. 1. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE SAÚDE	148
9. 3. 1. 1. TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL - TMI	148
9. 3. 1. 2. TAXA DE MORTALIDADE MATERNA	149
9. 3. 1. 3. TAXA DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIO	150
9. 3. 1. 4. TAXA DE MORTALIDADE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO - TMAT	151
9. 3. 2. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE ACESSO E COBERTURA	152
9. 3. 2. 1. COBERTURA DA ATENÇÃO BÁSICA - CAB	152
9. 3. 2. 2. COBERTURA VACINAL	154
9. 3. 2. 3. NÚMERO DE MÉDICOS POR HABITANTES - NMH	155
9. 3. 3. INDICADORES DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	
9. 3. 3. 1. PROPORÇÃO DE INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO BÁSICA - ICSAP	156
9. 3. 3. 2. PROPORÇÃO DE CONSULTAS PRÉ-NATAIS ADEQUADAS	158
9. 3. 4. INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS	159
9. 3. 4. 1. PREVALÊNCIA DE ARBOVIROSES	160





9. 3. 4. 2. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE	161
9. 3. 4. 3. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE EM MENORES DE 15 ANOS	162
9. 3. 4. 4. PERCENTUAL DE CASOS DE HANSENÍASE COM GRAU 2 DE INCAPACIDADE	163
9. 3. 5. CONCLUSÃO TÉCNICA GERAL	165
9. 3. 6. FONTES E METODOLOGIA DE APURAÇÃO DOS DADOS EM SAÚDE	167
9. 3. 6. 1. REFERÊNCIA TÉCNICA PARA CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES DE SAÚDE	168
9. 3. 6. 2. CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO GERAL DOS INDICADORES	170
10. REGRAS FISCAIS DE FINAL DE MANDATO	170
10. 1. COMISSÃO DE TRANSIÇÃO DE MANDATO	170
10. 2. OBRIGAÇÃO DE DESPESAS CONTRAÍDAS NOS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES DO ANO DE FINAL DE MANDATO	171
10. 3. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO NOS 120 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO	172
10. 4. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO	172
10. 5. AUMENTO DE DESPESAS COM PESSOAL REALIZADO NOS 180 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO	173
11. PRESTAÇÃO DE CONTAS	174
11. 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE	174
12. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO	176
13. CUMPRIMENTO DAS DECISÕES TCE/MT	176
13. 1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	176
13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)	179
13. 3. ACS E ACE (Decisão Normativa n.º 07/2023)	181
13. 4. OUVIDORIA	182
14. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO	184
14. 1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	184
14. 2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DESTE RELATÓRIO TÉCNICO	185
14. 3. APÊNDICES	187
Anexo: 1 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS - CONTAS DE GOVERNO	189
Quadro: 1.1 - Cumprimento de Recomendações do TCE	189
Anexo: 2 - INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO	193
Quadro: 2.1 - Resultado dos Processos de Fiscalização	194





Anexo: 3 - ORÇAMENTO	196
Quadro: 3.1 - Créditos Adicionais - por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos)	196
Quadro: 3.2 - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária	199
Quadro: 3.3 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais Financiados por Superávit	203
Quadro: 3.4 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito	212
Quadro: 3.5 - Resultado da Execução Orçamentária X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação	216
Quadro: 3.6 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias	222
Quadro: 3.7 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas/Fontes de Financiamento	224
Anexo: 4 - RECEITA	229
Quadro: 4.1 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de recursos da receita	229
Quadro: 4.2 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de Receitas (Valores Líquidos)	230
Quadro: 4.3 - Receita Corrente Líquida (RCL)	230
Quadro: 4.4 - Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para FUNDEB)	231
Quadro: 4.5 - Receita Tributária Própria (Valores Líquidos)	231
Anexo: 5 - DESPESA	233
Quadro: 5.1 - Despesa por Categoria Econômica	233
Quadro: 5.2 - Despesa por Função de Governo	234
Quadro: 5.3 - Programas de Governo - Previsão e Execução	236
Anexo: 6 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	239
Quadro: 6.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS	239
Quadro: 6.2 - [AUXILIAR] - Resultado Orçamentário	
Quadro: 6.3 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Inclusive RPPS	241
Anexo: 7 - RESTOS A PAGAR	258
Quadro: 7.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados	258
	259





**Quadro: 7.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder
Executivo - Exceto RPPS (Inclusive Intra)**

Quadro: 7.3 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - RPPS (Inclusive Intra)	271
Quadro: 7.4 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Legislativo (Inclusive Intra)	272
Anexo: 8 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES	273
Quadro: 8.1 - Dívida Ativa	273
Quadro: 8.2 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS	273
Quadro: 8.3 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - Exceto RPPS	274
Quadro: 8.4 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - RPPS	281
Quadro: 8.5 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") Exceto RPPS	282
Quadro: 8.6 - Quociente de Dispendio da Dívida Pública (QDDP) - Exceto RPPS	283
Quadro: 8.7 - Dívida Pública Contratada (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001)	283
Quadro: 8.8 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Restos a Pagar	284
Quadro: 8.9 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Depósitos / Consignações/ ARO	284
Quadro: 8.10 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - RESUMO	286
Anexo: 9 - EDUCAÇÃO	287
Quadro: 9.1 - Receita base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)	287
Quadro: 9.2 - Receita do FUNDEB	287
Quadro: 9.3 - [AUXILIAR] FUNDEB - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS	288
Quadro: 9.4 - Despesas com Recursos do FUNDEB	289
Quadro: 9.5 - Despesas Custeadas com Receitas do FUNDEB Recebidas no Exercício	290
Quadro: 9.6 - Indicadores do FUNDEB	291
Quadro: 9.7 - [AUXILIAR] FUNDEB - RECEITA BASE - PROFISSIONAIS ED. BÁSICA	292





Quadro: 9.8 - FUNDEB - Receita Recebida e não aplicada no Exercício	292
Quadro: 9.9 - [AUXILIAR] FUNDEB - DESPESA EMPENHADA X RECEITA DO EXERCÍCIO	293
Quadro: 9.10 - Despesas provenientes de Superávit Financeiro aplicado até o 1º quadrimestre - FUNDEB	293
Quadro: 9.11 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos do Fundeb e MDE no final do exercício	294
Quadro: 9.12 - Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino	296
Quadro: 9.13 - Apuração da Despesas Com Ações Típicas de MDE para Fins de Limites Constitucionais	297
Quadro: 9.14 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	297
Quadro: 9.15 - Despesas Empenhadas que se enquadram como MDE classificadas em outras funções	297
Anexo: 10 - SAÚDE	299
Quadro: 10.1 - Receita base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde	299
Quadro: 10.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos Base de Aplicação em ASPS	300
Quadro: 10.3 - Demonstrativo de cálculo da aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)	301
Quadro: 10.4 - Despesas não consideradas como Ações e Serviços Públicos de Saúde	302
Quadro: 10.5 - Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS. Fonte/ destinação de Recursos 500 e 502	303
Anexo: 11 - PESSOAL	304
Quadro: 11.1 - Gastos com Pessoal - Poderes Executivo e Legislativo (Arts. 18 a 22 da LRF)	304
Quadro: 11.2 - Gastos com Pessoal - Poder Executivo (Arts. 18 a 22 LRF)	304
Quadro: 11.3 - Apuração do Cumprimento do Limite Legal Individual - MCASP - STN	305
Quadro: 11.4 - Gastos com Pessoal - Detalhado	307
Anexo: 12 - REPASSE A CÂMARA	309
	309





Quadro: 12.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art. 29-A, CF)

Quadro: 12.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (Artigo 29-A da CF)	309
Quadro: 12.3 - Despesa com Folha de Pagamento do Poder Legislativo (Art. 29-A, §1º, da CF/88)	310
Quadro: 12.4 - Auxiliar – Gastos com Inativos	310
Quadro: 12.5 - Auxiliar – Valor Gasto pela Câmara Municipal - Art. 29-A, CF/88	310
Anexo: 13 - METAS FISCAIS	312
Quadro: 13.1 - Receitas Primárias (Exceto RPPS)	312
Quadro: 13.2 - Despesas Primárias (Exceto RPPS)	312
Anexo: 14 - LIMITE CONSTITUCIONAL ART. 167-A	313
Quadro: 14.1 - Relação entre Despesas e Receitas Correntes - Art. 167-A CF	313
Anexo: 15 - REGRAS FINAL DE MANDATO	314
Quadro: 15.1 - Disponibilidade Líquida Pagamento de Restos a Pagar em 31/12/2024 - Poder Executivo (Art. 42 LRF)	315
Quadro: 15.2 - Disponibilidade Líquida em 30/04/2024 - (ART. 42 – LRF)	326
Anexo: 16 - ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS	337
Quadro: 16.1 - Ativos e Passivos Financeiros	337
Quadro: 16.2 - Comparativo Quadro Ativo e Passivo Financeiro X Quadro Superávit/Déficit Financeiro	337
Anexo: 17 - PREVIDÊNCIA	338
Quadro: 17.1 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Patronais - Declaração de Veracidade	338
Quadro: 17.2 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Patronais - APLIC	338
Quadro: 17.3 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Patronais - Parecer do Controle Interno	339
Quadro: 17.4 - Repasses de Contribuições Previdenciárias dos Servidores - Declaração de Veracidade	339
Quadro: 17.5 - Repasses de Contribuições Previdenciárias dos Servidores - APLIC	340





Quadro: 17.6 - Repasses de Contribuições Previdenciárias dos Servidores - Parecer do Controle Interno	340
Quadro: 17.7 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Suplementares - Declaração de Veracidade	341
Quadro: 17.8 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Suplementares - APLIC	341
Quadro: 17.9 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Suplementares - Parecer do Controle Interno	342
Quadro: 17.10 - Legislação Municipal	342
Quadro: 17.11 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Patronais - Resumo	343
Quadro: 17.12 - Repasses de Contribuições Previdenciárias dos Servidores - Resumo	344
Quadro: 17.13 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Suplementares - Resumo	344
Quadro: 17.14 - Índice de Situação Previdenciária - ISP	344
Apêndice A - DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	
Apêndice B - RESULTADO PRIMÁRIO	
Apêndice C - CRÉDITOS ADICIONAIS POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	
Apêndice D - DESPESAS COM O INSTITUTO DE PROMOÇÃO HUMANA E AMBIENTAL PAIAGUÁS	
Apêndice E - ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CRÉDITOS ADICIONAIS	





1. INTRODUÇÃO

Em atendimento aos arts. 31, 71, inciso I e 75 da Constituição Federal, ao art. 210 da Constituição Estadual, bem como aos arts. 1º, inciso I e 26 da Lei Complementar Estadual n.º 269/2007 e ao art. 1º, incisos I e X da Resolução Normativa n.º 16/2021/TCE-MT, apresenta-se o Relatório Preliminar de Instrução de Contas com o resultado do exame das contas anuais **e da Previdência Municipal** do Município de **Carlinda** - exercício financeiro de **2024** - com o objetivo de subsidiar a emissão do Parecer Prévio sobre as Contas de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

O ano de 2024 representa uma fase de transição nas administrações municipais no Brasil. Nesse contexto, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Senado Federal estabelecem normas para garantir o equilíbrio das contas públicas, prevenindo ações que possam comprometer a sustentabilidade fiscal. Este relatório inclui a análise do cumprimento das disposições sobre o encerramento de mandato, conforme os artigos 42, parágrafo único, da LRF; 15, caput, da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001; 38, IV, "b" da LRF em consonância com o artigo 15, §2º da Resolução do Senado n.º 43/2001; e 21, II da LRF.

A análise das contas considerou as informações e os documentos apresentados nas prestações de contas mensais encaminhadas pelos responsáveis dos Poderes Executivo e Legislativo, assim como dos demais órgãos da Administração Indireta que prestam contas individualmente ao TCE-MT, e a carga especial de Contas de Governo, encaminhadas por meio do Sistema Auditoria Pública Informatizada de Contas - Aplic, em atendimento à Resolução Normativa n.º 03/2020 /TCE-MT/TP.

Destaca-se, ainda, que nos casos em que a equipe técnica detectou irregularidades nos registros contábeis de receitas e despesas houve alteração dos valores para efeito de todos os cálculos dos limites constitucionais e legais, prevalecendo o valor considerado correto após fiscalização realizada em valores específicos, conforme detalhamento que será apresentado em cada tópico deste Relatório.





2. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO

2. 1. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

Data de Criação do Município	19/12/1994
Área Geográfica	2421,788 km²
Distância Rodoviária do Município à Capital	758 km
População do Município - IBGE - 2024	10.324

https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal

2. 2. PARECER PRÉVIO PELO TCE-MT DE 2019 A 2023

Ressalta-se, que está disposta no Tópico 13 deste Relatório Técnico, a síntese da verificação do cumprimento das recomendações propostas nos Pareceres Prévios dos exercícios de 2022 e 2023.

Exercício	Protocolo/Ano	Decisão /Ano	Ordenador	Relator	Situação
Parecer Prévio					
2019	87912/2019	39/2020	CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO	ISAIAS LOPES DA CUNHA	Favorável
2020	100293/2020	197/2021	CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO	ANTONIO JOAQUIM MORAES RODRIGUES NETO	Favorável
2021	411965/2021	106/2022	CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO	GONÇALO DOMINGOS DE CAMPOS NETO	Favorável
2022	89168/2022	53/2023	CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO	GONÇALO DOMINGOS DE CAMPOS NETO	Favorável
2023	537675/2023	11/2024	CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO	ANTONIO JOAQUIM MORAES RODRIGUES NETO	Favorável

https://www.tce.mt.gov.br/resultado_contas/tjur/tipo_jur/prefeituras

2. 3. IGF-M - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS - 2020 a 2024





O Índice de Gestão Fiscal dos Municípios - IGF-M trata-se de indicador que permite mensurar a qualidade da gestão pública dos municípios de Mato Grosso o qual é subsidiado pelos dados recebidos pelo TCE via Aplic durante a análise das Contas Anuais de Governo Municipal.

É importante ressaltar que os índices apresentados neste relatório para os exercícios anteriores podem ter sofrido alterações, quando comparados aos índices apresentados nos relatórios técnicos e pareceres prévios dos respectivos exercícios, devido à possível correção dos dados após apontamentos feitos durante as análises das contas anuais.

A análise da evolução do IGF-M nos últimos cinco anos permite compreender qual é o cenário da gestão fiscal do município, bem como averiguar se houve ou não melhoria do índice.

Portanto, o indicador final é o resultado da média ponderada dos seguintes índices:

1. Índice da Receita Própria Tributária: Indica o grau de dependência das transferências constitucionais e voluntárias de outros entes.
2. Índice da Despesa com Pessoal: Representa quanto os municípios comprometem da sua receita corrente líquida (RCL) com o pagamento de pessoal.
3. Índice de Investimentos: Acompanha o valor investido pelos municípios em relação à receita corrente líquida.
4. Índice de Liquidez: Revela a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros.
5. Índice do Custo da Dívida: Avalia o comprometimento do orçamento com pagamentos de juros, encargos e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores.
6. IGFM Resultado Orçamentário do RPPS: Avalia o quanto o fundo de previdência do município é superavitário ou deficitário.

Os índices e o indicador do Município serão classificados nos conceitos A, B, C e D, de acordo com os seguintes valores de referência:

- a) Conceito A (GESTÃO DE EXCELÊNCIA): resultados superiores a 0,80 pontos.
- b) Conceito B (BOA GESTÃO): resultados compreendidos entre 0,61 e 0,80 pontos.
- c) Conceito C (GESTÃO EM DIFICULDADE): resultados compreendidos entre 0,40 e





0,60 pontos.

d) Conceito D (GESTÃO CRÍTICA): resultados inferiores a 0,40 pontos.

Destaca-se que o detalhamento dos índices e classificação dos conceitos deste indicador encontram-se no endereço eletrônico <https://srvradar.tce.mt.gov.br/sense/app/93929870-720f-45ba-9695-2c5bd12b5edc>

Segue quadro que apresenta o resultado histórico do IGF-M do município de **Carlinda**:

Exercício	IGFM - Receita própria	IGFM - Gasto de Pessoal	IGFM - Investimento	IGFM - Liquidez	IGFM - Custo Dívida	IGFM - RES. ORÇ. RPPS	IGFM Geral	Ranking
O município possui RPPS							SIM	1
2020	0,37	0,35	1,00	1,00	1,00	0,28	0,67	44
2021	0,32	0,53	1,00	1,00	1,00	0,24	0,69	57
2022	0,41	0,30	1,00	0,81	1,00	0,24	0,63	102
2023	0,00	0,38	1,00	0,80	1,00	0,24	0,56	103
2024	0,37	0,91	1,00	1,00	1,00	0,42	0,79	-

<https://srvradar.tce.mt.gov.br/sense/app/93929870-720f-45ba-9695-2c5bd12b5edc>

IGFM - Índice de Gestão Fiscal dos Municípios



2. 4. GESTORES E RESPONSÁVEIS





As contas do Município no exercício de **2024** estiveram sob gestão dos seguintes agentes responsáveis:

ENTIDADE	CARGO	NOME	PERÍODO
GESTORES E RESPONSÁVEIS			
PREFEITURA MUNICIPAL	CONTROLADOR INTERNO	PAMELA RAFAELA EGER	02/04/2012 a 31/12/2024
PREFEITURA MUNICIPAL	ORDENADOR DE DESPESAS	FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO	01/02/2023 a 31/12/2024
PREFEITURA MUNICIPAL	RESPONSÁVEL CONTÁBIL	VIVIANE CRISTINA RICHARTZ DE OLIVEIRA	01/01/2021 a 31/12/2024
CÂMARA MUNICIPAL	ORDENADOR DE DESPESAS	JOSE HENRIQUE BERTIPAGLIA	01/01/2021 a 31/12/2024
CÂMARA MUNICIPAL	RESPONSÁVEL CONTÁBIL	ELISEU LEITE DA SILVA	01/01/2017 a 31/12/2024

Sistema Control-P

2. 5. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA

Compõem a estrutura da administração pública municipal:

ENTIDADE
PODER EXECUTIVO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CARLINDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

Sistema APLIC

3. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O processo de planejamento consiste em procedimentos permanentes e dinâmicos utilizados pelos Entes Federativos para demonstrar quais planos e programas de trabalho, definidos para um período determinado, serão necessários para atender objetivos previamente estabelecidos. O processo orçamentário refere-se à manutenção das atividades dos Entes e viabiliza a execução dos projetos estabelecidos no processo de planejamento.





A Constituição Federal de 1988 definiu em seu art. 165 os seguintes instrumentos de planejamento e de orçamento:

- Plano Plurianual - PPA;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;
- Lei Orçamentária Anual - LOA.

Essas peças de planejamento formam uma cadeia lógica de procedimentos que se complementam e devem ser elaboradas em sintonia para que se tenha uma gestão orçamentária de qualidade.

Ressalta-se que as peças de planejamento (PPA, LDO, LOA e suas alterações) são encaminhadas ao TCE-MT conforme estabelecido no art. 171, incisos I e II, da Resolução Normativa TCE-MT n.º 16/2021-TP, para subsidiar a emissão do parecer prévio sobre as Contas Anuais de Governo.

Assim, foram realizados exames nas referidas peças e em suas alterações, a fim de verificar as situações encontradas, mediante critérios estabelecidos pelas normas que tratam a matéria.

3. 1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)

A seguir, serão descritas as informações de interesse à emissão do Parecer Prévio, bem como as irregularidades e seus respectivos achados resultantes dos exames efetuados.

3. 1. 1. PLANO PLURIANUAL - PPA

O Plano Plurianual - PPA, conforme determina a Constituição Federal de 1988, no art. 165, § 1º, é instituído por lei a cada quatro anos, para vigor no quadriênio subsequente. Este instrumento de planejamento estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.





O PPA do Município de **Carlinda** para o quadriênio 2022 a 2025, foi instituído pela Lei nº 1.289, de 10/09/2021, a qual foi protocolada sob o nº 824496/2021 no TCE-MT.

Em **2024**, segundo dados do Sistema Aplic, o PPA foi alterado pelas seguintes leis: 1.449/2024, 1.462/2024, 1.469/2024.

3. 1. 2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, conforme determina a Constituição Federal de 1988, no art. 165, § 2º, é uma peça de planejamento que dispõe sobre as metas e prioridades da administração pública federal, estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LDO do Município de **Carlinda** para o exercício de **2024** foi instituída pela Lei Municipal nº 1.425, de 16/11/2023, a qual foi protocolada sob o nº 645338 /2023 no TCE-MT.

A Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, dispõe no § 1º do artigo 4º, que o Anexo de Metas Fiscais integrará o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Neste anexo serão estabelecidas as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, as metas fiscais são o elo entre o planejamento e a elaboração do orçamento e sua execução. Dessa forma, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de





empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Válido a partir do exercício financeiro de 2024, Secretaria do Tesouro Nacional. - 14ª ed., pág.243)

Entende-se por:

- **Dívida Consolidada Líquida:** Valor obtido deduzindo-se da Dívida Consolidada o valor do Ativo Disponível e dos haveres financeiros líquidos dos Restos a Pagar Processados.
- **Resultado Nominal:** Diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida - DCL no final do período de referência e o saldo ao final do período anterior, representando a intenção do ente em contrair ou reduzir obrigações financeiras.
- **Resultado Primário:** Diferença entre os totais das receitas e despesas não-financeiras, demonstrando a capacidade de pagamento do serviço da dívida.

Consta na LDO/2024 o Anexo de Metas Fiscais, conforme o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 4º, § 1º), estabelecendo para o exercício de 2024 as seguintes metas:

- a. a meta de resultado primário para o Município é de déficit de R\$ 485.000,00, significando que as receitas primárias projetadas serão insuficientes para bancar as despesas primárias projetadas para o exercício;
- b. a meta de resultado nominal para o Município é de superávit de R\$ 754.767,42;.
- c. o montante da dívida consolidada líquida para 2024 ficou estabelecida em -R\$ 930.986,74.

O cumprimento da meta fiscal de resultado primário estabelecida na LDO será objeto de análise específica pela equipe técnica e as conclusões serão apresentadas no Capítulo 8 deste Relatório.

Além do Anexo de Metas Fiscais, a LDO deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, nos termos do art. 4º, § 3º, da LRF, a fim de evidenciar os principais riscos capazes de influenciar no alcance das metas fiscais propostas e informar as opções escolhidas para enfrentar.





Assim, para que esses riscos não afetem as metas fiscais propostas, foram definidas na LDO/2024 do Município as seguintes providências:

- a. Abertura de créditos adicionais, a partir do cancelamento da reserva de contingência, para a cobertura da despesa para arcar com os possíveis passivos contingentes e demais riscos fiscais: Demandas Judiciais; Dívidas em Processo de Reconhecimento; Avais e Garantias Concedidas; Assunção de Passivos; Assistências Diversas; Outros Passivos Contingentes; e Outros Riscos Fiscais;
- b. Limitação de empenhos na Despesa de Capital para fazer frente à frustração de arrecadação;
- c. Limitação de Empenhos em Outras Despesa Correntes para fazer frente às discrepância de projeções.

Sobre a elaboração do LDO é possível afirmar que:

- 1) As metas fiscais de resultado nominal e primário foram previstas na LDO (art. 4º, §1º da LRF).
- 2) A LDO estabelece as providências que devem ser adotadas caso a realização das receitas apuradas bimestralmente não comporte o cumprimento das metas de resultado primário e nominal (art. 4º, I, b e art. 9º da LRF).
- 3) A LDO do exercício de 2024 foi regularmente divulgada em obediência aos arts. 48, II, 48-A da Lei Complementar nº 101/2000.
- 4) A LDO do exercício de 2024 foi publicada em veículo oficial, conforme arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar nº 101/2000.
- 5) Consta da LDO o Anexo de Riscos Fiscais com a avaliação dos passivos contingentes e outros Riscos, conforme estabelece o artigo 4º, §3º da LRF.
- 6) Consta da LDO o percentual de até 1% da Receita Corrente Líquida para a Reserva de Contingência, conforme art.28.

3. 1. 3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA





A Constituição Federal, no art. 165, inciso III e § 5º, determina que lei de iniciativa do Poder Executivo estabeleça o orçamento anual, o qual compreenderá os Orçamentos Fiscal, de Investimento e da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

A LOA do Município de **Carlinda** para o exercício de **2024** foi publicada em conformidade com a Lei Municipal nº 1.427, de 04/12/2023, a qual foi protocolada sob o nº 785849/2023 no TCE-MT.

A LOA/2024 estimou a receita e fixou a despesa no montante de R\$ 63.140.000,00, conforme seu art. 3º, sendo este valor desdobrado nos seguintes orçamentos:

- Orçamento Fiscal: R\$ 41.834.000,00
- Orçamento da Seguridade Social: R\$ 21.306.000,00

Sobre a elaboração da LOA é possível afirmar que:

- 1) O texto da lei destaca os recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, não há destaque de recursos para investimento no orçamento (art. 165, § 5º da CF).
- 2) A Lei Orçamentária do exercício de 2024 foi regularmente divulgada, em obediência aos arts. 48, II, 48-A da Lei Complementar nº 101/2000.
- 3) A Lei Orçamentária do exercício de 2024 foi publicada em veículo oficial, em obediência aos arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar nº 101/2000.
- 4) Não consta na LOA autorização para transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, obedecendo assim, ao princípio da exclusividade (art. 165, §8º, CF/1988)

3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Lei Municipal nº 1.427/2023 (LOA/2024) definiu o seguinte parâmetro para as alterações orçamentárias:





Art. 5.º. O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder abertura de Créditos Adicionais Suplementares, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei 4.320/64, observados os limites e as condições estabelecidas neste artigo:

I - Suplementar as respectivas dotações, com recursos do superávit financeiro, apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, no limite do saldo verificado em cada fonte de recurso e nos termos previstos no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

II - Suplementar as respectivas dotações, com recursos do excesso de arrecadação, verificado na respectiva fonte de recurso, nos termos previstos no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

III - Suplementar as respectivas dotações, com recursos do excesso de arrecadação por tendência, nos termos previstos no inciso II, do § 1º e no § 3º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

IV - Suplementar as respectivas dotações, com recursos de operação de crédito, nos termos previstos no inciso IV, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

V - Suplementar as respectivas dotações para atender despesas com o serviço da dívida, sentenças judiciais e com o PASEP, utilizando como recurso as formas previstas no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964; VI - Utilizar a Reserva de Contingência como recurso de abertura de créditos adicionais.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Adicionais Suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa autorizada, para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, nos termos previstos no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, excluídas as autorizações contidas nos arts. 5º e 7º, desta lei.

Parágrafo único. As alterações orçamentárias envolvendo unidades orçamentárias distintas serão computadas no limite fixado no caput deste artigo.

Art. 7º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Adicionais Suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do total





da despesa, autorizada para o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Carlinda, nos termos previstos no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 8º. Os Créditos Adicionais Suplementares que se referem a esta lei, terão sua abertura, mediante decreto, detalhada conforme disposto no artigo 25 da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2024.

As leis 1.449/2024, 1.462/2024 e 1.469/2024 alteraram a Lei Orçamentária de 2024, Lei nº 1.428/2024.

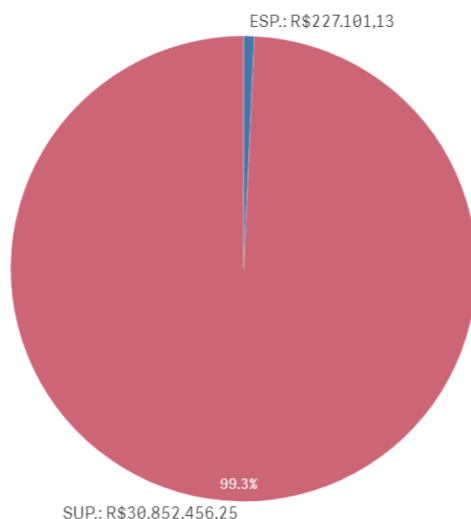
Na tabela abaixo demonstra-se as alterações realizadas no orçamento por meio da abertura de créditos adicionais, nas respectivas unidades orçamentárias do Município e o correspondente orçamento final.

ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSP.	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
	SUP.	ESP.	EXTRA.				
R\$ 63.140.000,00	R\$ 30.852.456,25	R\$ 227.101,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.405.674,23	R\$ 76.813.883,15	21,65%
Percentual de alteração em relação ao orçamento inicial	48,86%	0,36%	0,00%	0,00%	27,56%	121,65%	-

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária.

Apresenta-se a seguir de forma gráfica a participação dos créditos adicionais em relação ao total dos créditos abertos no exercício.

Créditos Adicionais do Período





* The data set contains negative or zero values that cannot be shown in this chart.

O Balanço Orçamentário apresentado pelo Chefe do Poder Executivo em sua prestação de contas (Protocolo Control-P nº 199.638-0/2025, Documento nº 593591/2025, página 52) apresenta como valor atualizado para fixação das despesas o montante de R\$ 76.813.883,15, igual ao detectado na análise conjunta do orçamento inicial e o orçamento final após as suplementações autorizadas e efetivadas, conforme informações do Sistema Aplic. Desse montante, R\$ 115.418,94 refere-se à Reserva do RPPS.

Ano	Valor Total LOA Município	Valor Total das Alterações do Município	Percentual das Alterações
2024	R\$ 63.140.000,00	R\$ 31.079.557,38	49,22%

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária.

De acordo com o quadro acima, constata-se que as alterações orçamentárias em **2024** totalizaram 49,22% do Orçamento Inicial.

Na tabela e gráfico a seguir, constam as fontes de financiamento desses créditos adicionais abertos no exercício em análise:

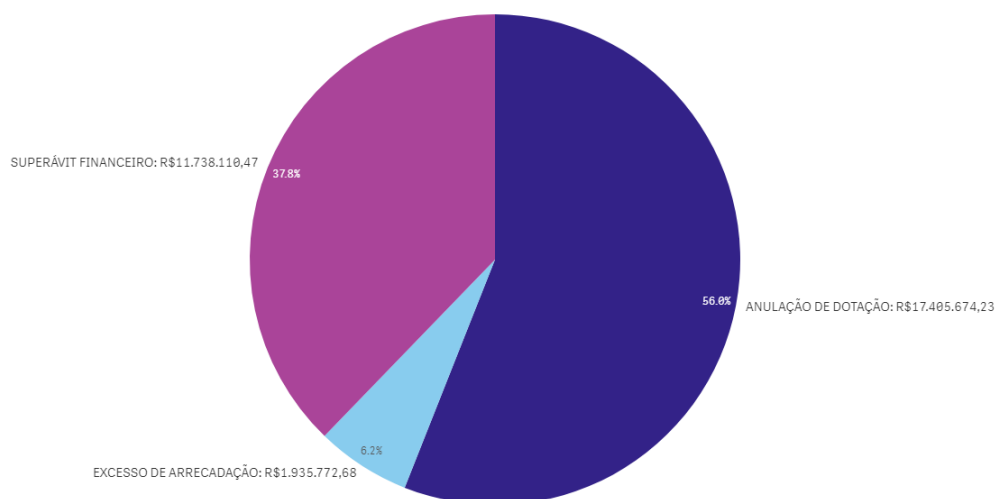
RECURSOS / FONTE DE FINANCIAMENTO	TOTAL
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 17.405.674,23
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	R\$ 1.935.772,68
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	R\$ 0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	R\$ 11.738.110,47
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00
RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	R\$ 0,00
TOTAL CRÉDITOS ADICIONAIS	R\$ 31.079.557,38

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro - Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos).





Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento



* The data set contains negative or zero values that cannot be shown in this chart.

A partir da análise das alterações orçamentárias realizadas por meio de créditos adicionais, constatou-se o que segue da amostra aleatória dos decretos nºs 144/2024, 169/2024, 330/2024, 332/2024 e 352/2024 (Apêndice E):

- 1) Não houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação, (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. II da Lei nº 4.320/1964).
- 2) Não houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. IV da Lei nº 4.320/1964).
- 3) Não houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de Superávit Financeiro (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. I da Lei nº 4.320/1964).





4) Não houve abertura de créditos adicionais sem indicação de recursos orçamentários objeto da anulação parcial ou total de dotações. (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. III da Lei nº 4.320/1964)

4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4. 1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

Para o exercício de **2024**, a Receita total prevista após as deduções e considerando a receita Intraorçamentária, foi de **R\$ 65.075.772,68**, sendo arrecadado o montante de **R\$ 76.618.289,38**, conforme demonstrado no Quadro 4.1 do Anexo 4.

4. 1. 1. CONSISTÊNCIA ENTRE O VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E OS VALORES INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Dentre as receitas auferidas no exercício de **2024**, foram selecionadas algumas Transferências Constitucionais e Legais efetuadas pela União e pelo Estado para verificação da consistência entre os valores informados na prestação de contas e os dados públicos divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN e Banco do Brasil.

4. 1. 1. 1. PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DO ESTADO

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Banco do Brasil disponibilizam consultas aos valores repassados pela União e pelo Estado aos municípios como transferências constitucionais e legais pelos links abaixo:

- Transferências Constitucionais <http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1>
- Demonstrativo DAF: <https://demonstrativos.apps.bb.com.br/arrecadacao-federal>





O total dos valores repassados no decorrer do exercício foram comparados com os valores registrados como receita arrecadada:

Transferências da União:

Descrição	Informações Externa (A)	Demonstrativo da receita realizada (B)	Diferença (A-B)
Cota Parte FPM	R\$ 15.509.290,47	R\$ 15.509.290,47	R\$ 0,00
Cota-Parte ITR	R\$ 642.705,59	R\$ 642.705,59	R\$ 0,00
IOF-Ouro	R\$ 59.827,33	R\$ 59.827,33	R\$ 0,00
Transf. da Comp. Fin. pela Exploração de Rec. Naturais (União)	R\$ 888.763,26	R\$ 888.763,26	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAT	R\$ 74.884,18	R\$ 74.884,18	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR	R\$ 182.258,79	R\$ 182.258,79	R\$ 0,00

APLIC > APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária (valores Líquidos) > Consulta Parametrizada > Mês de referência: dezembro > Dados Consolidados do Ente

Transferências do Estado:

Descrição	Fonte Externa (A)	Demonstrativo da receita realizada (B)	Diferença (A-B)
Cota-Parte do ICMS	R\$ 15.356.653,52	R\$ 15.356.653,52	R\$ 0,00
Cota-Parte do IPVA	R\$ 1.153.854,57	R\$ 1.153.854,57	R\$ 0,00
Cota-Parte do IPI - Municípios	R\$ 138.675,96	R\$ 138.675,96	R\$ 0,00
Cota-Parte da CIDE	R\$ 36.392,82	R\$ 36.392,82	R\$ 0,00
Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo	R\$ 6.190,53	R\$ 6.190,53	R\$ 0,00
Receita de Transferências do Fundeb	R\$ 11.766.906,19	R\$ 11.766.906,19	R\$ 0,00





APLIC > APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária (valores Líquidos) > Consulta Parametrizada > Mês de referência: dezembro > Dados Consolidados do Ente

O valor de R\$ 11.766.906,19, repasse do Estado, e os valores R\$ 74.884,18 e R\$ 182.258,79, repasses da União, estão registrados no DAF-BB em "FEB - FUNDEB-FNDO MANUT DES EDUC BASICA E VAL PROF".

1) As Transferências Constitucionais e Legais foram contabilizadas adequadamente

4. 1. 2. EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A série histórica das receitas orçamentárias no período de 2020/2024, revela crescimento significativo na arrecadação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Origens das Receitas	2020	2021	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (Exceto intra)	R\$ 39.673.459,63	R\$ 45.272.230,18	R\$ 51.155.975,66	R\$ 60.499.652,23	R\$ 77.215.642,08
Receitas de Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	R\$ 3.338.373,82	R\$ 3.254.314,47	R\$ 4.678.275,69	R\$ 5.763.706,84	R\$ 5.997.014,90
Receita de Contribuição	R\$ 1.704.100,51	R\$ 1.831.739,27	R\$ 2.167.207,36	R\$ 2.265.420,39	R\$ 2.368.707,47
Receita Patrimonial	R\$ 30.748,18	R\$ 351.257,32	R\$ 1.511.264,91	R\$ 1.416.063,78	R\$ 5.955.704,35
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de serviço	R\$ 18.790,23	R\$ 9.082,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências Correntes	R\$ 34.448.274,96	R\$ 39.726.188,88	R\$ 42.282.974,57	R\$ 50.848.709,40	R\$ 62.698.987,05
Outras Receitas Correntes	R\$ 133.171,93	R\$ 99.647,74	R\$ 516.253,13	R\$ 205.751,82	R\$ 195.228
RECEITAS DE CAPITAL (Exceto intra)	R\$ 1.903.011,98	R\$ 7.503.892,73	R\$ 3.552.946,81	R\$ 7.079.766,24	R\$ 3.627.444,75
Operações de crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Alienação de bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Amortização de empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de capital	R\$ 1.903.011,98	R\$ 7.503.892,73	R\$ 3.552.946,81	R\$ 7.079.766,24	R\$ 3.627.444,75





Origens das Receitas	2020	2021	2022	2023	2024
Outras receitas de capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DAS RECEITAS (Exceto Intra)	R\$ 41.576.471,61	R\$ 52.776.122,91	R\$ 54.708.922,47	R\$ 67.579.418,47	R\$ 80.843.086,83
DEDUÇÕES	-R\$ 3.339.108,92	-R\$ 4.767.628,55	-R\$ 5.062.498,51	-R\$ 6.028.868,54	-R\$ 7.843.297,04
RECEITA LÍQUIDA (Exceto Intra)	R\$ 38.237.362,69	R\$ 48.008.494,36	R\$ 49.646.423,96	R\$ 61.550.549,93	R\$ 72.999.789,79
Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 2.029.666,91	R\$ 2.083.699,73	R\$ 2.488.513,89	R\$ 3.250.479,26	R\$ 3.618.499,59
Receita de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total das Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias	R\$ 40.267.029,60	R\$ 50.092.194,09	R\$ 52.134.937,85	R\$ 64.801.029,19	R\$ 76.618.289,38
Receita Tributária Própria	R\$ 3.293.988,75	R\$ 3.082.553,18	R\$ 4.413.780,87	R\$ 5.603.382,22	R\$ 5.885.212,16
% de Receita Tributária Própria em relação ao total da receita corrente	8,30%	6,80%	8,62%	9,26%	7,62%
% Média de RTP em relação ao total da receita corrente	8,12%				

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) , Sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

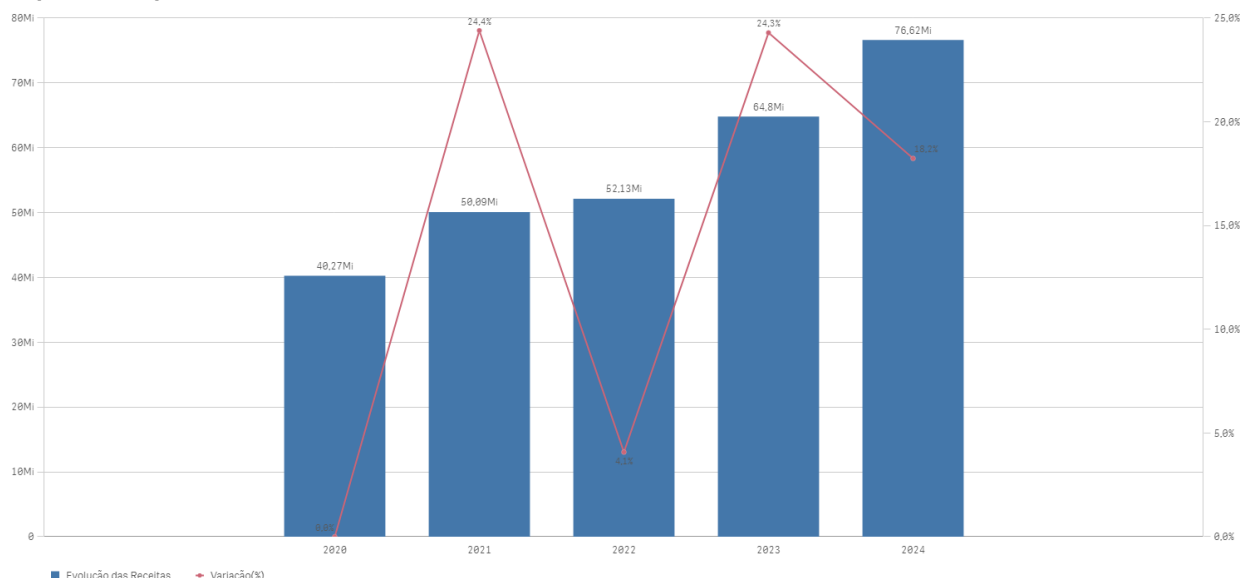
Verifica-se no quadro acima que as receitas das Transferências Correntes representaram em **2024** a maior fonte de recursos na composição da receita municipal, totalizando o valor de R\$ 62.698.987,05, o que corresponde a 77,56% do total da receita orçamentária, exceto a intra (corrente e de capital) contabilizada pelo Município, cujo montante foi de R\$ 80.843.086,83.

Segue demonstrado graficamente essa evolução das Receitas Orçamentárias nos últimos cinco exercícios, considerando os valores informados no quadro anterior:





Evolução das Receitas Orçamentárias



4. 1. 3. RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA

A receita tributária própria em relação ao total de receitas correntes arrecadadas, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atingiu o percentual de **7,62%**.

A tabela e o gráfico a seguir apresentam a composição da receita tributária própria arrecadada no período de 2020 a 2024, destacando-se, individualmente, os impostos:

Origens das Receitas	2020	2021	2022	2023	2024
IPTU	R\$ 358.649,22	R\$ 379.225,09	R\$ 426.796,89	R\$ 421.857,49	R\$ 422.780,81
IRRF	R\$ 473.189,34	R\$ 463.207,53	R\$ 849.649,02	R\$ 1.095.695,93	R\$ 1.610.088,40
ISSQN	R\$ 1.163.028,18	R\$ 941.873,91	R\$ 1.633.298,15	R\$ 2.315.530,05	R\$ 2.439.783,14
ITBI	R\$ 888.712,39	R\$ 756.943,27	R\$ 604.955,78	R\$ 1.112.998,83	R\$ 936.550,82
TAXAS	R\$ 235.944,64	R\$ 270.038,45	R\$ 306.732,32	R\$ 394.682,43	R\$ 340.487,79
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA +CIP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
MULTA E JUROS TRIBUTOS	R\$ 14.945,42	R\$ 3.243,60	R\$ 17.281,95	R\$ 5.395,65	R\$ 6.353,80
DÍVIDA ATIVA	R\$ 128.009,73	R\$ 215.016,61	R\$ 467.108,22	R\$ 200.475,88	R\$ 120.644,67
MULTA E JUROS					

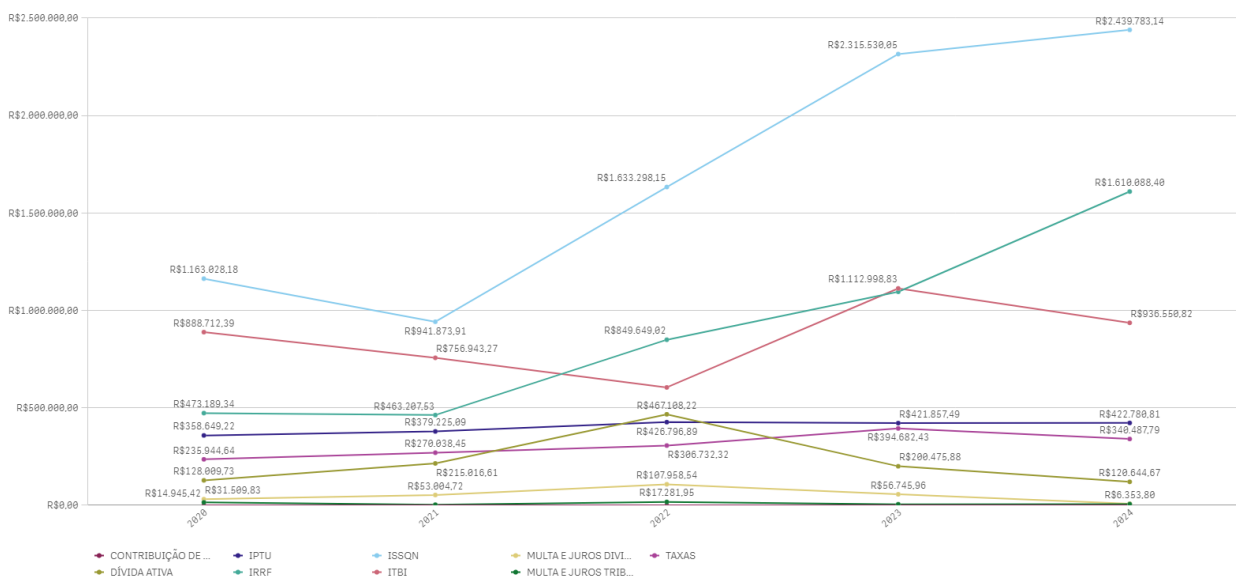




Origens das Receitas	2020	2021	2022	2023	2024
DÍVIDA ATIVA	R\$ 31.509,83	R\$ 53.004,72	R\$ 107.958,54	R\$ 56.745,96	R\$ 8.522
TOTAL	R\$ 3.293.988,75	R\$ 3.082.553,18	R\$ 4.413.780,87	R\$ 5.603.382,22	R\$ 5.885.212,16

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Aplic) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

Série Histórica da Receita Tributária Própria por Tributo

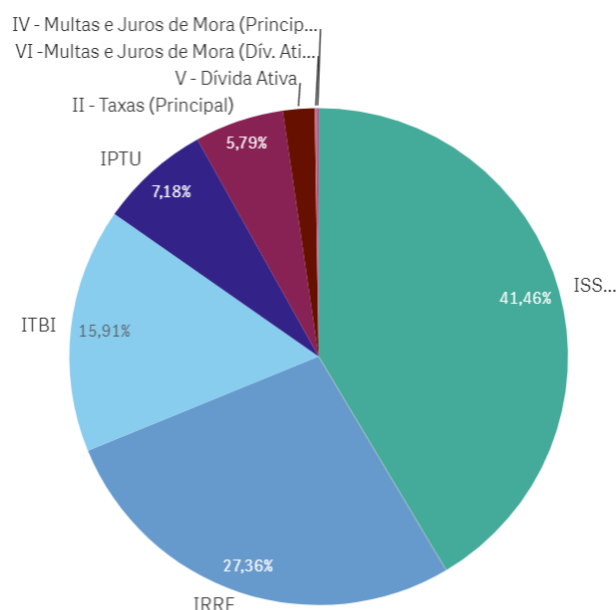


Segue ilustrado no gráfico abaixo a composição da Receita Tributária Própria em 2024:





% Composição da Receita Tributária Própria



* The data set contains negative or zero values that cannot be shown in this cha...

4. 1. 4. GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS

art. 30, III, da Constituição Federal, estabelece a competência dos Municípios em instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas. Além disso, os municípios dispõem do recebimento das receitas não tributárias as quais se somam ao montante de recursos arrecadados pelo município para a consecução de seus objetivos.





Por outro lado, a previsão constitucional de repasses financeiros da União e do Estado para o Município garante uma receita mínima independentemente de sua capacidade financeira de arrecadação própria, podendo fazer com que os municípios dependam de recursos externos para manutenção de sua estrutura político-administrativa.

O Grau de Autonomia Financeira do Município é caracterizada pelo percentual de participação das receitas próprias do município em relação à receita total arrecadada. Em outras palavras, a autonomia financeira é a capacidade do município de gerar receitas, sem depender das receitas de transferências.

Descrição	Valor - R\$
Receita Orçamentária Executada (Exceto Intra) (A)	R\$ 80.843.086,83
Receita de Transferência Corrente (B)	R\$ 62.698.987,05
Receita de Transferência de Capital (C)	R\$ 3.627.444,75
Total Receitas de Transferências D = (B+C)	R\$ 66.326.431,80
Receitas Próprias do Município E = (A-D)	R\$ 14.516.655,03
Índice de Participação de Receitas Próprias F = (E/A)*100	17,95%
Percentual de Dependência de Transferências G = (D/A)*100	82,04%

Relatório Contas de Governo >Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita.

A autonomia financeira de **17,95%** indica que, a cada R\$ 1,00 recebido, o município apenas contribuiu com R\$ 0,18 de receita própria. Assim, o grau de dependência do município em relação às receitas de transferência foi na ordem de **82,04%**.

A tabela a seguir apresentam o grau de dependência financeira do município no período de 2020 a 2024:

Dependência de Transferência					
Descrição	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual de Participação de Receitas Próprias	17,14%	24,72%	16,21%	14,28%	17,95%
Percentual de Dependência de Transferências	82,85%	75,27%	83,78%	85,71%	82,04%

Fonte: Relatórios Contas de Governo - Tópico: Grau de Autonomia Financeira.

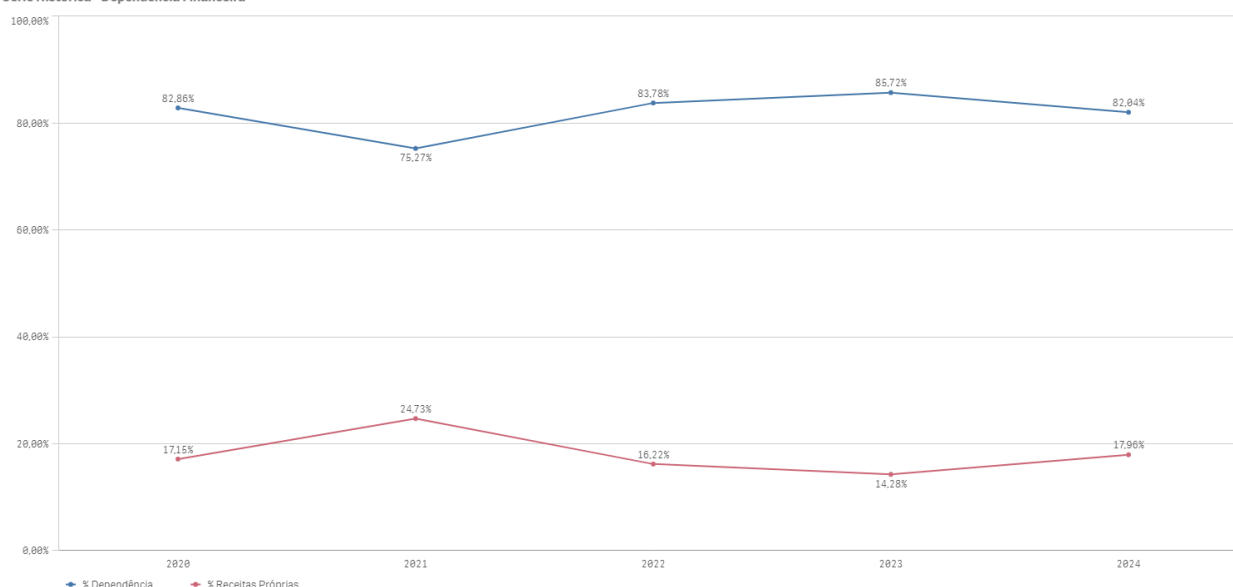




Verifica-se no quadro acima que índice de participação de receitas próprias no exercício de 2024 foi de **17,95%** evidenciando um aumento em relação aos exercícios anteriores, exceto em relação ao exercício de 2021.

Segue demonstrado graficamente a série histórica do Índice de Participação de Receitas Próprias:

Série Histórica - Dependência Financeira



4. 2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

Para o exercício de **2024**, a despesa autorizada, inclusive intraorçamentária, foi de **R\$ 76.813.883,15**, sendo realizado (empenhado) o montante de **R\$ 74.719.198,47**, liquidado **R\$ 74.658.587,18** e pago **R\$ 74.614.896,69**.

4. 2. 1. EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A série histórica das despesas orçamentárias do Município, no período de 2020/2024, revela aumento da despesa realizada, conforme demonstrado no quadro a seguir:





Grupo de despesas	2020	2021	2022	2023	2024
Despesas correntes	R\$ 27.151.144,56	R\$ 31.329.620,25	R\$ 40.706.242,68	R\$ 46.709.897,71	R\$ 59.844.254,34
Pessoal e encargos sociais	R\$ 14.451.493,04	R\$ 14.621.339,73	R\$ 17.418.366,45	R\$ 21.794.387,39	R\$ 28.134.832,20
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras despesas correntes	R\$ 12.699.651,52	R\$ 16.708.280,52	R\$ 23.287.876,23	R\$ 24.915.510,32	R\$ 31.709.422,14
Despesas de Capital	R\$ 6.834.097,67	R\$ 7.442.199,18	R\$ 13.737.592,74	R\$ 10.135.674,97	R\$ 11.256.433,00
Investimentos	R\$ 6.834.097,67	R\$ 7.442.199,18	R\$ 13.737.592,74	R\$ 10.135.674,97	R\$ 11.256.433,00
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Amortização da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total Despesas Exceto Intra	R\$ 33.985.242,23	R\$ 38.771.819,43	R\$ 54.443.835,42	R\$ 56.845.572,68	R\$ 71.100.687,34
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 2.029.666,96	R\$ 2.170.778,01	R\$ 2.401.435,51	R\$ 3.237.381,39	R\$ 3.618.511,13
Total das Despesas	R\$ 36.014.909,19	R\$ 40.942.597,44	R\$ 56.845.270,93	R\$ 60.082.954,07	R\$ 74.719.198,47
Variação - %	Variação_2020	13,68%	38,84%	5,69%	24,36%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores), sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

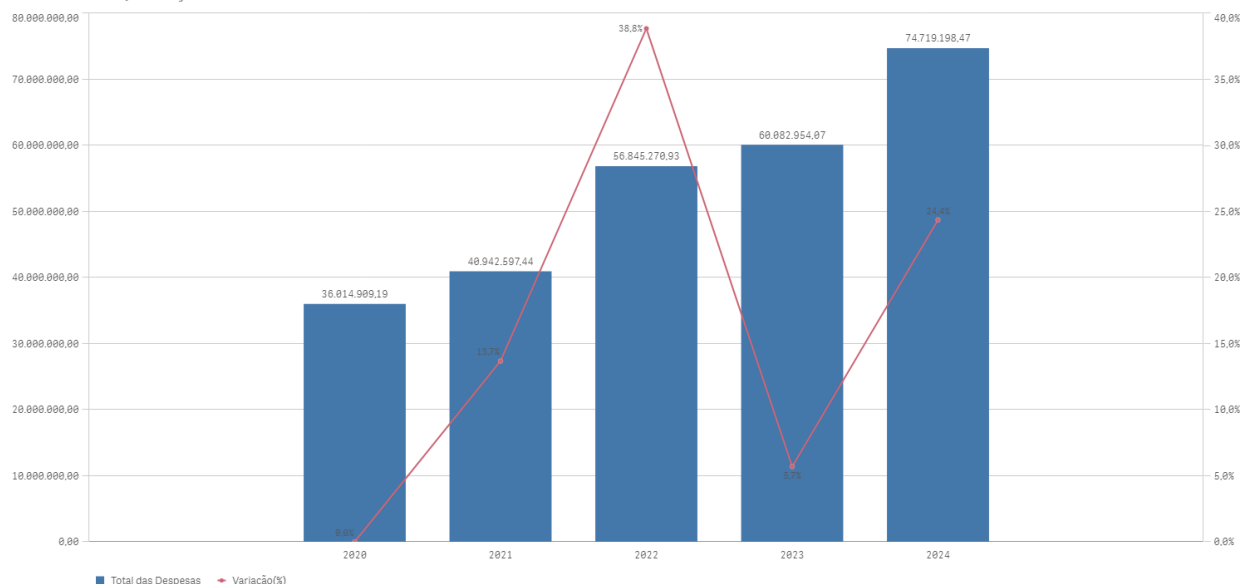
Verifica-se no quadro acima, que o grupo de natureza de despesa que teve maior participação em 2024 na composição da despesa orçamentária municipal foi Outras Despesas Correntes, totalizando o valor de R\$ 31.709.422,14, o que corresponde a 44,60% do total da despesa orçamentária (Exceto a intra) contabilizada pelo Município, cujo montante foi de R\$ 71.100.687,34. Esse grupo de natureza de Outras Despesas Correntes vem em tendência de crescimento, desde 2020.





Segue demonstrado graficamente a evolução das despesas orçamentárias ocorridas nos últimos cinco exercícios, verificada no quadro acima:

Série Histórica - Despesas Orçamentárias



Em linhas gerais as despesas vem em tendência de crescimento ao longo do período 2020 a 2024.

Ressalta-se que consta demonstrado no Anexo 5, Quadro 5.3, o resultado da execução dos programas de governo previstos no orçamento.

5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

Este Tópico tem por objetivo fornecer um diagnóstico acerca da situação financeira, patrimonial, orçamentária e econômica do Município e é por meio dos balanços consolidados que são feitas as análises.

O ponto de partida para a realização das análises deste tópico é a apresentação pelo Chefe do Poder Executivo das Demonstrações Contábeis. Assim, foi verificado se:

1) As Demonstrações Contábeis do exercício de 2024 foram regularmente divulgadas, conforme Comunicado nº 002/2025, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 4.716, de 14/04/2025, páginas 209 e 210.





2) As Demonstrações Contábeis foram publicadas em veículo oficial, Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 4.716, de 14/04/2025, página 188 e seguintes.

3) As Demonstrações foram apresentada/publicadas de forma consolidada.

4) As Demonstrações Contábeis apresentadas na Carga de Conta de Governo (Protocolo Control-P nº 199.638-0/2025, Documento nº 593591/2025) não foram assinadas pelo titular da Prefeitura ou o seu representante legal e pelo contador legalmente habilitado. CB08.

Dispositivo Normativo:

Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.330/2011; item 13 da ITG 2000; art. 177, § 4º, da Lei nº 6.404/1976; item 4 da NBC PG 01; art. 20, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 9.295/1946.

4.1) Demonstrações Contábeis apresentadas na Carga de Conta de Governo não foram assinadas pelo titular da Prefeitura ou o seu representante legal e pelo contador legalmente habilitado. - CB08

As Demonstrações Contábeis apresentadas na Carga de Conta de Governo (Protocolo Control-P nº 199.638-0/2025, Documento nº 593591/2025) não foram assinadas pelo titular da Prefeitura ou o seu representante legal e pelo contador legalmente habilitado.

5. 1. CONVERGÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Portaria n.º 184, de 25/08/2008, do Ministério da Fazenda dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.





O aumento da globalização dos negócios exige transparência das demonstrações financeiras em uma jornada rumo à harmonização contábil, uma vez que cada país possui regulamentação própria e entendimentos específicos quanto às técnicas contábeis, o que gera, assim, divergência em muitos aspectos.

A existência de padrões contábeis uniformes e consistentes eleva a qualidade da informação contábil para fins de avaliação e comparação do desempenho e da eficiência orçamentária, financeira e patrimonial do órgão, bem como facilita a compreensão dos dados e promove a transparência. No cenário atual, as demonstrações contábeis assumem papel fundamental, por representarem importantes evidenciações de informações geradas para prestações de contas, responsabilização, desempenho e transparência dos resultados da gestão.

A Secretaria do Tesouro Nacional, com o objetivo de padronizar os procedimentos contábeis no âmbito da federação sob a mesma base conceitual, publica regularmente o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP. Este manual, é de observância obrigatória para todos os entes da Federação e está alinhado às diretrizes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC T SP e das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - IPSAS, assim como está de acordo com a legislação que dá embasamento à contabilidade patrimonial no setor público e à normatização da Contabilidade Aplicada ao Setor Público por parte da Secretaria do Tesouro Nacional e do Conselho Federal de Contabilidade.

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei n.º 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN n.º 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A convergência das demonstrações contábeis refere-se à conciliação das práticas contábeis aos padrões internacionais visando diminuir as diferenças dos procedimentos da área e com isso viabilizar a comparação de informações em qualquer lugar do mundo. Já a consistência contábil se trata da verificação da uniformização dos critérios contábeis de modo a atingir a convergência das demonstrações contábeis.





Dessa forma, foi verificada a consistência na elaboração das Demonstrações Contábeis apresentadas no Sistema Aplic, referentes ao exercício de **2024**, considerando a Portaria do STN n.º 877/2018 e as Instruções de Procedimentos Contábeis - IPCs n.ºs. 04, 05, 06, 07 e 08 expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Abaixo são apresentados os quesitos analisados, bem como as inconsistências de estrutura e omissões verificadas na análise:

5. 1. 1. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Inclui no quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica, origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar e separadas: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de créditos/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais).	Atende os quesitos	ATENDIDO
2 Inclui no quadro principal da despesa orçamentária, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação e separadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reservas de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit.	Atende os quesitos	ATENDIDO
3 Composto por um quadro principal; um quadro da execução dos Restos a Pagar não Processados e um quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e não processados liquidados e inclui no quadro de execução dos Restos a Pagar não Processados: inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo.	Atende os quesitos	ATENDIDO
4 Inclui no quadro de execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados: inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, pagos, cancelados e saldo.	Atende os quesitos	ATENDIDO
5 Demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios		





Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior.	Atende os quesitos	ATENDIDO
6 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Sdas contas filhas = S das contas mães.	Atende os quesitos	ATENDIDO

A estrutura e forma de apresentação do Balanço Orçamentário atenderam os quesitos avaliados.

1) O Balanço Orçamentário apresentado/divulgado está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.

5. 1. 2. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Demonstra a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte ("caixa e equivalente de caixa" e "depósitos restituíveis e valores vinculados").	Atende os quesitos	Atendido
2 Apresenta informações do exercício anterior e do exercício atual.	Atende os quesitos	Atendido
3 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Sdas contas filhas= S das contas mães.	Atende os quesitos	Atendido

A estrutura e forma de apresentação do Balanço Financeiro atenderam os quesitos avaliados.

1) O Balanço Financeiro apresentado/divulgado está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.

5. 1. 3. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL





Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Composto por quadro principal dos Ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado, Intangível).	Atende os quesitos	Atendido
2 Composto por quadro principal dos Passivos, incluindo na coluna do Passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, provisões a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).	Atende os quesitos	Atendido
3 Inclui no quadro principal na coluna do Patrimônio Líquido no mínimo o Patrimônio Social, Capital Social e Resultados Acumulados.	Atende os quesitos	Atendido
4 Inclui no quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e saldo patrimonial.	Atende os quesitos	Atendido
5 Inclui no quadro das contas de compensação: atos potenciais ativos e atos potenciais passivos.	Atende os quesitos	Atendido
6 Inclui no quadro de Superávit/Déficit Financeiro: Código, descrição e saldos das fontes de recursos.	Atende os quesitos	Atendido
7 Apresenta informações comparáveis com o exercício anterior.	Atende os quesitos	Atendido
8 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Soma das contas filhas = Soma das contas mães.	Atende os quesitos	Atendido

A estrutura e forma de apresentação do Balanço Patrimonial atenderam os quesitos avaliados.

1) O Balanço Patrimonial apresentado/divulgado está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.

5. 1. 3. 1. COMPARABILIDADE DO BALANÇO PATRIMONIAL (exercício atual versus exercício anterior)





Demonstra-se a seguir os saldos apresentados ao final do exercício de 2023 e os saldos iniciais apresentados no exercício de 2024:

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL (2024)	EXERCÍCIO ANTERIOR (2023)	DIFERENÇA (R\$)
Ativo Circulante	R\$ 51.917.971,27	R\$ 51.917.971,27	R\$ 0,00
ARLP	R\$ 36.263.997,89	R\$ 36.263.997,89	R\$ 0,00
Investimentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Ativo Imobilizado	R\$ 70.840.540,28	R\$ 70.840.540,28	R\$ 0,00
Ativo Intangível	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL DO ATIVO	R\$ 159.022.509,44	R\$ 159.022.509,44	R\$ 0,00
PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL (2024)	EXERCÍCIO ANTERIOR (2023)	DIFERENÇA (R\$)
Passivo Circulante	R\$ 58.289,39	R\$ 58.289,39	R\$ 0,00
Passivo Não Circulante	R\$ 118.044.302,89	R\$ 118.044.302,89	R\$ 0,00
Patrimônio Líquido	R\$ 40.919.917,16	R\$ 40.919.917,16	R\$ 0,00
TOTAL DO PASSIVO	R\$ 159.022.509,44	R\$ 159.022.509,44	R\$ 0,00

APLIC>Prestação de Contas>Contas de Governo>Balanço patrimonial

Com base nas informações acima, verifica-se que:

1) Há convergência entre os saldos apresentados ao final do exercício de 2023 e os saldos iniciais apresentados no exercício de 2024

5. 1. 3. 2. CONSISTÊNCIA ENTRE O ATIVO E O PASSIVO

Demonstra-se a seguir quadro com os saldos dos subgrupos do Ativo e Passivo do Balanço Patrimonial do Exercício de 2024:

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL (2024)	PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL (2024)
Ativo Circulante	R\$ 48.821.161,84	Passivo Circulante	R\$ 45.548,12
ARLP	R\$ 48.392.973,68	Passivo Não Circulante	R\$ 142.159.158,63
Investimentos	R\$ 0,00	Patrimônio Líquido	R\$ 38.623.930,05
Ativo Imobilizado	R\$ 83.614.501,28		
Ativo Intangível	R\$ 0,00		
TOTAL DO ATIVO (I)	R\$ 180.828.636,80	TOTAL DO PASSIVO (II)	R\$ 180.828.636,80
DIFERENÇA (III) = I - II	R\$ 0,00		

APLIC>Prestação de Contas> Contas de Governo>Balanço Patrimonial

Da análise do quadro acima, constata-se que:





1) Na conferência de saldos do Balanço Patrimonial foi verificado que o total do Ativo e o Passivo são iguais entre si.

5. 1. 3. 3. APROPRIAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL

O quadro a seguir tem por objetivo demonstrar acerca da apropriação do Resultado Patrimonial no Patrimônio Líquido do Ente:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Patrimônio Líquido de 2023 (I)	R\$ 40.919.917,16
Patrimônio Líquido de 2024 (II)	R\$ 38.623.930,05
Variação do PL (III) = II - I	-R\$ 2.295.987,11
Saldo final de ajustes de Exercícios anteriores registrados em 2024 (IV)	R\$ 0,00
Resultado patrimonial evidenciado na DVP (V)	-R\$ 2.295.987,11
Diferença (VI) = III - IV - V	R\$ 0,00

APLIC > Prestação de Contas > Contas de Governo > Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais

Com base nas informações acima, verifica-se que:

1) Quanto a apropriação do resultado do exercício foi verificado que o total do Patrimônio Líquido (Exercício de 2023) adicionado ao resultado patrimonial apurado na DVP (Exercício de 2024) convergem com o total do Patrimônio Líquido do Exercício de 2024.

5. 1. 3. 4. RESULTADO FINANCEIRO

As informações apresentadas abaixo, tem por objetivo evidenciar a convergência do Resultado Financeiro apurado no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros/Permanentes e o apurado no Quadro de Superávit Financeiro por fontes de recursos:





QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS/PERMANENTES	Exercício Atual (2024)	Exercício Anterior (2023)
Ativo Financeiro	R\$ 48.675.477,64	R\$ 50.551.695,01
(-) Passivo Financeiro	R\$ 106.159,41	R\$ 181.641,13
Resultado Financeiro (I = Ativo Financeiro - Passivo Financeiro)	R\$ 48.569.318,23	R\$ 50.370.053,88

APLIC > Prestação de Contas > Contas de Governo > Balanço Patrimonial

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES VERSUS QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO			
DESCRIÇÕES	QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS PERMANENTES	QUADRO DO SUPERÁVIT /DÉFICIT FINANCEIRO	DIFERENÇA
Resultado financeiro 2024	R\$ 48.569.318,23	R\$ 48.419.318,23	R\$ 150.000,00
Resultado financeiro 2023	R\$ 50.370.053,88	R\$ 50.370.053,88	R\$ 0,00

APLIC > Prestação de Contas > Contas de Governo > Balanço Patrimonial

Assim, verifica-se que:

1) Foi verificado que o total do resultado financeiro não é convergente com o total das fontes de recursos. CB05.

Dispositivo Normativo:

Arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

1.1) *O total do resultado financeiro do Balanço Patrimonial não é convergente com o total das fontes de recursos informados no sistema Aplic. - CB05*

O total do resultado financeiro da Fonte de Recurso 500 - Recursos não Vinculados de Impostos não é convergente com o total dessa fonte informado no sistema Aplic, que resulta em uma diferença de R\$ 150.000,00, apontada no Resultado Financeiro de 2024, Quadro 15.2.


No Balanço Patrimonial consta o valor de R\$ 2.859.565,64 (Prefeitura Municipal de Carlinda/2024 -> Aplic -> Prestação de Contas -> Contas de Governo -> "Código





Tipo = 19"/"Tipo Descrição = Balanço Patrimonial") e (Protocolo Control-P nº 199.638-0/2025, Documento nº 593591/2025, página 100).

No sistema Aplic consta o valor de R\$ 3.009.565,64 (Prefeitura Municipal de Carlinda/2024 -> Aplic -> Informes: Mensais -> Contabilidade -> Execução Orçamentária por Fonte x Superávit Financeiro).

<div><div>Prefeitura Municipal de Carlinda - MT Departamento de Tributação e Fiscalização Av Antônio Castilho, nº 1205, Cx Postal 45, Centro, CEP 78587-000, Carlinda/MT Fone: (66) 3525-2000 CNPJ – 01.617.905/0001-78</div></div>			
QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (LEI Nº 4.320/1964)			
		Consolidado Dezembro/2024	
		Nota	Exercício Atual
FONTES DE RECURSOS			Exercício Anterior
500 Recursos não Vinculados de Impostos			2.859.565,64
501 Outros Recursos não Vinculados			11.712,57
502 Recursos não vinculados da compensação de impostos			62,25
540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos			248.922,49
542 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT			1.071,29
543 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR			19.029,42
			5.588.535,17
			5.576,06
			377.929,48
			243.482,85
			0,00
			0,00

Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (a partir de 2024)									
:: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções									
<input type="checkbox"/> Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro									
<input checked="" type="checkbox"/> Consulta parametrizada									
<input type="checkbox"/> Dados consolidados do Ente <input type="checkbox"/> Exceto UG RPPS									
Fonte de Recurso: 500 <input type="text"/> * Considera os dados acumulados até a última carga enviada									
Obs.: Apuração da despesa empenhada com recurso do superávit financeiro, conforme o item 6 do Anexo Único da RIN TCE-MT nº 43/2013 (Ajustada até o limite do superávit financeiro)									
<input type="button" value="Pesquisar (Enter)"/>									
C.. Descrição	Fonte	Receita Orçamentária Arrec..	Despesa Orçamentária Empen...	Resultado Execução Orçamentária ...	Saldo Superá...	Despesa Empe...	Despesa Empe...	Resultado Execução Orçamentária A...	Superávit/Déficit Financeiro do Exerc...
500 Recursos não Vinculados de Impostos		39.956.716,32	42.553.665,63	-2.596.949,31	5.588.535,17	5.240.942,86	5.240.942,86	2.643.993,55	3.009.565,64
[S...]		39.956.716,32	42.553.665,63	-2.596.949,31	5.588.535,17	5.240.942,86	5.240.942,86	2.643.993,55	3.009.565,64

5. 1. 4. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Compõe a VPA: (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras; Transferências e Delegações Recebidas; Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Aumentativas).	Quesitos atendidos	Atendido
2 Compõe a VPD: (Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e		





Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributárias; Outras Variações Patrimoniais Diminutivas).	Quesitos atendidos	Atendido
3 Apresenta o resultado patrimonial do período.	Quesitos atendidos	Atendido
4 Apresenta informações do exercício anterior e exercício atual.	Quesitos atendidos	Atendido
5 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: S das contas filhas = S das contas mães.	Quesitos atendidos	Atendido

A estrutura e forma de apresentação da Demonstração das Variações Patrimoniais atenderam os quesitos avaliados.

1) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) apresentada/divulgada está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.

5. 1. 5. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Composta por quadro principal; quadro de transferências recebidas e concedidas; quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função; e quadro de juros e encargos da dívida.	Quesitos atendidos	Atendido
2 Inclui no quadro principal: Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (ingressos e desembolsos); Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos (ingressos e desembolsos); e Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (ingressos e desembolsos) e a geração líquida de caixa e equivalente de caixa.	Quesitos atendidos	Atendido
3 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Soma das contas filhas = Saldo das contas mães.	Quesitos atendidos	Atendido

A estrutura e forma de apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa atenderam os quesitos avaliados.

1) A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresentada/divulgada está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.





5. 1. 6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 As notas explicativas apresentam informações gerais da entidade; Resumo das políticas contábeis significativas; Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis e outras informações relevantes.	Quesitos atendidos.	Atendido
2 As notas explicativas foram apresentadas de forma sistemática e cada quadro ou item nas demonstrações contábeis a que uma nota se aplique teve referência cruzada com a respectiva nota explicativa.	Quesitos atendidos.	Atendido
3 O Balanço Orçamentário deverá ser acompanhado de notas explicativas que registrem: detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante, é evidenciado em notas explicativas; Há evidênciação do detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário); A utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário é evidenciado em notas explicativas; As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária são evidenciadas em notas explicativas; O procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente é registrado em notas explicativas; Há evidênciação do detalhamento dos “recursos de exercícios anteriores” utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada; Há evidênciação do montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício (Déficit Orçamentário).	O Balanço Orçamentário veio acompanhado de notas explicativas; (1) Não há evidênciação do detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário), contudo a abertura de crédito adicional especial foi de R\$ 227.101,13, um valor de pouca relevância ante as despesas totais, e não houve abertura de crédito adicional extraordinário; (2) Foi utilizado superávit financeiro para a abertura de crédito adicional no montante de R\$ 11.738.110,47, não houve a abertura de crédito adicional extraordinário e a abertura de crédito adicional especial foi de R\$ 227.101,13. Não há registro de influência no resultado orçamentário em notas explicativas. (3) Os restos a pagar processados e não processados foram dispostos em quadros distintos. (5) Não há a evidênciação do detalhamento dos recursos de exercícios anteriores utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, tais como: recursos vinculados ao RPPS e os recursos com destinação vinculada. (6) A única transferência financeira, tanto recebida quanto concedida, refere-se ao duodécimo da Câmara e está registrado no Balanço Financeiro. (7)	Parcialmente atendido
4 O Balanço Financeiro deverá ser acompanhado de notas explicativas que registrem: as receitas orçamentárias líquidas de deduções. Observar se o detalhamento das deduções da receita orçamentária por fonte/destinação de recursos estão apresentados em quadros anexos ou em notas explicativas.	Quesitos atendidos.	Atendido
5 O Balanço Patrimonial deverá ser acompanhado de notas explicativas que indiquem: evidênciação do detalhamento das		





Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
seguintes contas: Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo; Imobilizado; Intangível; Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo; Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo; evidencição das políticas contábeis relevantes que tenham reflexos no patrimônio sejam evidenciadas, como as políticas de depreciação, amortização e exaustão; Há evidencição em notas explicativas dos ganhos e perdas decorrentes da baixa de imobilizado estão reconhecidos no resultado Patrimonial e devidamente evidenciados em nota explicativa; Há evidencição em notas explicativas, dos critérios de apuração da depreciação, amortização e exaustão e de realização de revisão da vida útil e do valor residual do item do ativo; Há evidencição de ativos e passivos contingentes em contas de controle e notas explicativas; A depreciação, amortização e exaustão para cada período é reconhecida no resultado, contra uma conta retificadora do ativo	Quesitos atendidos.	Atendido
6 A Demonstração das Variações Patrimoniais deverá ser acompanhada de notas explicativas que indiquem: evidencição em notas explicativas da origem e do destino dos recursos provenientes de alienação de ativos, em atendimento ao disposto no art. 50, VI da Lei Complementar 101/2000 (LRF).	Quesitos atendidos. Não houve alienação de ativos	Atendido

A estrutura e forma de apresentação das Notas Explicativas atenderam parcialmente os quesitos avaliados.

1) As Notas Explicativas apresentadas/divulgadas estão de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.

5. 2. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

Além da análise quanto à estrutura das demonstrações contábeis, e, em continuidade ao processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público aos padrões internacionais, foi verificado se o Município divulgou em notas explicativas informações sobre o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, conforme estabelecido no artigo 1º, na Portaria do STN n.º 548, de 24 de setembro de 2015:





§ 4º Os entes da Federação deverão evidenciar em notas explicativas às demonstrações contábeis o estágio de adequação ao PIPCP constante do Anexo desta Portaria, sem prejuízo do efetivo cumprimento dos prazos-limite definidos.

Dessa análise, observou-se que o Município de **Carlinda** divulgou o estágio de implementação do PIPCP em notas explicativas.

5. 2. 1. APROPRIAÇÃO DE 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) E FÉRIAS

Um dos procedimentos patrimoniais exigidos pela Portaria do STN n.º 548 /2015 é a apropriação por competência das obrigações decorrentes de benefícios a empregados, dentre eles a gratificação natalina e férias.

Segundo o MCASP (STN, 10ª Ed, p. 307):

O 13º salário (gratificação natalina) e férias são exemplos de obrigações consideradas passivos derivados de apropriações por competência... e para o reconhecimento dos passivos relacionados ao 13º salário e às férias deve-se realizar a apropriação mensal em conformidade com o regime de competência.

A apropriação mensal das férias, do abono constitucional de 1/3 e da gratificação natalina deve ser registrada em conta com atributo Permanente (P) e posteriormente, quando do empenho, terá o saldo transportado para contas com atributo Financeiro (F) com os respectivos desdobramentos de natureza orçamentária e posterior pagamento.

O prazo para implementação do reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados para municípios com mais de 50 mil habitantes encerrou-se em 2018 e para os municípios com até 50 mil habitantes encerrou-se em 2019.





A consulta ao Razão contábil das contas patrimoniais 21111010251 e 21111010351 (atributos P) evidencia que não foram efetuados os registros contábeis por competência da gratificação natalina, das férias e do adicional de 1/3 das férias:

Seguem as evidências do achado.

1) Não foi realizada a apropriação mensal das férias e 13º salário, em desacordo com os itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. CB03.

Dispositivo Normativo:

Itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

1.1) Não há apropriação de 13º Salário (Gratificação Natalina) e Férias - CB03

Em consulta ao Razão contábil das contas patrimoniais 21111010251 e 21111010351 (atributos P) evidencia que não foram efetuados os registros contábeis por competência da gratificação natalina, das férias e do adicional de 1/3 das Férias:

Foi solicitado o Razão Contábil das Contas Patrimoniais 21111010251 e 21111010351 ao Controle Interno da Prefeitura Municipal de Carlinda

O Departamento de Contabilidade informou que o sistema de software não oferece a possibilidade de provisionamentos, e que inclusive abriram chamado sobre essa questão para fins de readequação do sistema, e se colocou a disposição para, caso haja necessidade de algum relatório... é só solicitar que estará à disposição para encaminhamento.

The screenshot displays the 'Razão Contábil' application window. At the top, there's a navigation bar with options like 'Sistema', 'Páginas de Planejamento', 'Prestação de Contas', 'Informes Mensais', 'Informes Egrvo Imediato', 'Auditoria', 'Impressões', 'Cruzamento de Dados', and 'Ajuda...'. Below this, the 'Razão Contábil' section is active, showing a search criteria area with 'Mês de referência' set to 'DEZEMBRO' and 'Conta contábil' set to '21111010351'. A 'Pesquisar (Enter)' button is visible. The main area contains a table with the following columns: 'Data', 'C. Num. seq.', 'Seq. Cód. Conta', 'Descrição', 'L.', 'Val. débito', 'Val. crédito', and 'Detalhamento'. The table is currently empty, indicating no records were found for the specified month and account. The bottom of the window shows the application title bar and system tray area.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

WTW :: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções

☐ Resultado(s) da consulta

☐ Consulta parametrizada

Mês de referência: DEZEMBRO Conta contábil: 21111010251

Busca [Enter]

Data	C.	Num. seq.	Seq. Cód. Conta	Descrição	L.	Val. débito	Val. crédito	Detalhamento	Histórico
------	----	-----------	-----------------	-----------	----	-------------	--------------	--------------	-----------

APLIC (Módulo Auditoria) - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA - CNPJ 01617905000178

Sistema -> Fgcs de Planejamento -> Prestação de Contas -> Informes Mensais -> Informes Egrvs Imediato -> Auditoria -> Impressões -> Cruzamento de Dados -> Ajuda...

Razão Contábil

WTW :: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções

☐ Resultado(s) da consulta

☐ Consulta parametrizada

Mês de referência: DEZEMBRO Conta contábil: 21111010251

Busca [Enter]

Para: pamelareger@hotmail.com

Ter, 27/05/2025 14:10

Pamela, boa tarde!

Estou elaborando as contas de governo de 2024 de Carlinda e preciso das seguintes informações:

- Razão Contábil das Contas Patrimoniais 21111010251 e 21111010351. Essas contas contabilizam a apropriação do 13º salário e férias; Tópico 5.2.1

- Avaliação Atuarial com Data Focal em 31/12/2024. A avaliação enviada na carga do sistema Aplic refere-se ao Exercício 2024 tem data-focal em 31/12/2023. Consultei o site da Prefeitura/PREVCAR e só está disponível a avaliação atual com data-focal em 31/12/2023.

Favor acusar o recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,



CHARLES CONCEICAO ORMOND
AUDITOR PÚBLICO EXTERNO
SEXTA SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
TRIBUNAL DE CONTAS MATO GROSSO
(65) 99250-6676 - WhatsApp
(65) 3613-7584/7586 | www.tce.mt.gov.br

PE Pamela Rafaela Eger <pamelareger@hotmail.com>

Para: CHARLES CONCEIÇÃO ORMOND

Qua, 28/05/2025 11:39

REAVLIAÇÃO ATUARIAL vs 2... 3 MB

Bom dia.

Segue a **avaliação atuarial** do RPPS do exercício 2025 - Data Focal 31/12/2024 (já está disponível no site também).

Sobre a **razão contábil** das contas patrimoniais - Apropriação do 13º salário e férias, a contabilidade repassou a informação de que o sistema de software não oferece a possibilidade de provisionamentos, e que inclusive abriram chamado sobre essa questão para fins de readequação do sistema.

Caso necessita de algum relatório referente às férias e 13º salário emitidos pelo setor contábil ou recursos humanos é só solicitar que estamos a disposição.

Atenciosamente.

Pamela R. Eger
UCI - Carlinda

5. 3. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA





Abaixo, segue a análise de alguns quocientes da situação orçamentária referente ao exercício de **2024** do Município de **Carlinda**, com base nos demonstrativos e nas informações prestadas pelo gestor:

5. 3. 1. RESULTADO DA ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA

Este quociente tem por objetivo verificar se houve excesso de arrecadação (indicador maior que 1), ou déficit de arrecadação (indicador menor que 1).

5. 3. 1. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA (QER) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Líquida Prevista - Exceto Intra (A)	R\$ 35.780.000,00	R\$ 39.801.852,78	R\$ 46.088.153,97	R\$ 60.845.432,88	R\$ 61.780.772,68
Receita Líquida Arrecadada - Exceto Intra (B)	R\$ 38.237.362,69	R\$ 48.008.494,36	R\$ 49.646.423,96	R\$ 61.550.549,93	R\$ 72.999.789,79
Quociente de execução da Receita (QER)=B/A	1,0686	1,2061	1,0772	1,0115	1,1815

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Em relação ao exercício de **2024** o resultado indica que a receita arrecadada foi maior do que a prevista, correspondendo a **18,15% acima do valor estimado**, indicando a existência de excesso de arrecadação de receita para a cobertura de despesas. Ao longo do período 2020 a 2024 a receita líquida arrecadada sempre foi maior que a receita líquida prevista, indicando que no período sempre houve excesso de arrecadação de receita.

5. 3. 1. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA CORRENTE (QERC) - EXCETO INTRA





-	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Corrente Prevista - Exceto Intra (A)	R\$ 36.846.000,00	R\$ 40.207.852,78	R\$ 43.131.000,00	R\$ 56.673.875,64	R\$ 64.035.772,68
Receita Corrente Arrecadada - Exceto Intra (B)	R\$ 39.673.459,63	R\$ 45.272.230,18	R\$ 51.155.975,66	R\$ 60.499.652,23	R\$ 77.215.642,08
Quociente execução da receita corrente (QERC)=B/A	1,0767	1,1259	1,1860	1,0675	1,2058

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No Exercício de **2024** o resultado indica que a receita corrente arrecadada foi maior do que a prevista, correspondendo a **20,58% acima do valor estimado** (excesso de arrecadação). Ao longo do período 2020 a 2024 a receita corrente arrecadada sempre foi maior que a receita corrente prevista, indicando que no período sempre houve excesso de arrecadação de receita.

5. 3. 1. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL (QRC) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Receita de Capital Prevista - Exceto Intra (A)	R\$ 2.718.000,00	R\$ 3.398.000,00	R\$ 7.481.153,97	R\$ 10.251.557,24	R\$ 4.540.000,00
Receita de Capital Arrecadada - Exceto Intra (B)	R\$ 1.903.011,98	R\$ 7.503.892,73	R\$ 3.552.946,81	R\$ 7.079.766,24	R\$ 3.627.444,75
Quociente execução da receita de capital (QRC)=B/A	0,7001	2,2083	0,4749	0,6906	0,7990

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No Exercício de 2024 o resultado indica que a receita de capital arrecadada foi **menor** do que a prevista, correspondendo a **20,10% abaixo do valor estimado** (frustração de receitas de capital). Ao longo do período 2020 a 2024, com exceção de 2021, a receita de capital arrecadada, exceto intra, sempre foi menor que a receita de capital prevista, exceto intra, indicando que no período sempre houve frustração de arrecadação de receita de capital.





5. 3. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA

Este quociente relaciona a Despesa Orçamentária Executada em confronto com a Despesa Orçamentária Atualizada com o objetivo de verificar se houve economia orçamentária (indicador menor que 1) ou excesso de despesa (indicador maior que 1).

5. 3. 2. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA (QED) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa Orçamentária (Exceto Intra) - Dotação Atualizada (A)	R\$ 37.821.927,86	R\$ 44.988.745,99	R\$ 59.284.044,77	R\$ 66.571.096,60	R\$ 73.127.310,08
Despesa Orçamentária (Exceto Intra) - Execução (B)	R\$ 33.985.242,23	R\$ 38.771.819,43	R\$ 54.443.835,42	R\$ 56.845.572,68	R\$ 71.100.687,34
Quociente execução da despesa (QED)+B/A	0,8985	0,8618	0,9183	0,8539	0,9722

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No Exercício de 2024 o resultado indica que a despesa realizada foi menor do que a autorizada, representando **97,22%** do valor autorizado, indicando economia orçamentária. Ao longo do período 2020 a 2024 a despesa realizada sempre foi menor do que a autorizada.

5. 3. 2. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE (QEDC) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa Corrente (Exceto Intra) - Dotação Atualizada (A)	R\$ 30.138.235,49	R\$ 35.578.337,55	R\$ 42.201.788,44	R\$ 51.760.900,82	R\$ 61.258.760,29





-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa Corrente (Exceto Intra) - Execução (B)	R\$ 27.151.144,56	R\$ 31.329.620,25	R\$ 40.706.242,68	R\$ 46.709.897,71	R\$ 59.844.254,34
Quociente execução da Despesa Corrente (QEDC)=A /B	0,9008	0,8805	0,9645	0,9024	0,9769

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No Exercício de 2024 o resultado indica que a despesa corrente realizada foi menor do que a autorizada, correspondendo a **97,69%** do valor autorizado. Ao longo do período 2020 a 2024 a despesa corrente realizada sempre foi menor do que a autorizada.

5. 3. 2. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL (QDC) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa de Capital (Exceto Intra) - Dotação Atualizada (A)	R\$ 7.320.762,37	R\$ 8.913.838,44	R\$ 16.340.197,33	R\$ 13.973.835,78	R\$ 11.753.130,85
Despesa de Capital (Exceto Intra) - Execução (B)	R\$ 6.834.097,67	R\$ 7.442.199,18	R\$ 13.737.592,74	R\$ 10.135.674,97	R\$ 11.256.433,00
Quociente execução da Despesa de Capital (QDC)=A/B	0,9335	0,8349	0,8407	0,7253	0,9577

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No Exercício de 2024 o resultado indica que a despesa de capital realizada foi menor do que a autorizada, correspondendo a **95,77%** do valor autorizado. Ao longo do período 2020 a 2024 a despesa de capital realizada sempre foi menor do que a autorizada.

5. 3. 3. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA





Os valores da Receita e da Despesa Orçamentárias estão ajustados conforme Anexo Único da Resolução Normativa TCE/MT n.º 43/2013, a qual dispõe sobre as diretrizes para apuração e valoração do Resultado da Execução Orçamentária nas Contas de Governo dos Fiscalizados, conforme demonstrados no Anexo 6 - Análise da Situação Orçamentária, Quadro 6.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado – Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS.

5.3.3.1. REGRA DE OURO (Art. 167, III, CF)

O art. 167, III, da CF, determina que é vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade específica, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Complementar a esse ditame, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 32, § 3º, enfatiza que são consideradas para essa análise, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito ingressados e o das despesas de capital executadas.

Assim, denomina-se Regra de Ouro a vedação de que os ingressos financeiros provenientes de endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida).

O objetivo é impedir que o ente se endivide para o pagamento de despesas correntes como: pessoal, benefícios sociais, juros da dívida e o custeio da máquina pública. Categoricamente a regra determina que a Receita de Capital não deve ultrapassar o montante da Despesa de Capital.

Apresenta-se abaixo a série histórica para verificação do cumprimento da regra de ouro:

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa de Capital (A)	R\$ 6.834.097,67	R\$ 7.442.199,18	R\$ 13.737.592,74	R\$ 10.135.674,97	R\$ 11.256.433,00
Operações de Créditos (B)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Regra de Ouro B/A	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000





Em relação ao exercício de 2024, constatou-se que não houve operação de crédito. Assim como nos demais exercícios da série histórica: 2020, 2021, 2022, 2023.

1) C. GOV M - REGRA DE OURO

As receitas de operações de créditos não ultrapassaram o montante das despesas de capital. Sequer houve operação de créditos na série histórica 2020 a 2024.

Houve obediência da regra de ouro, uma vez que as receitas de operações de créditos não ultrapassaram o montante das despesas de capital, conforme estabelece o Art. 167, III, CF.

5. 3. 3. 2. QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)

A seguir, apresenta-se o histórico da execução orçamentária de 2020 a 2024:

-	2020	2021	2022	2023	2024
Desp. Empenhada decorrentes de Créditos Adicionais Superávit Financeiro - Créditos Adicionais (A)	R\$ 0,00	R\$ 5.229.797,50	R\$ 12.592.045,14	R\$ 5.446.743,44	R\$ 10.348.395,52
Despesa Orçamentária Consolidada Ajustada (B)	R\$ 31.757.782,58	R\$ 38.216.770,74	R\$ 53.591.941,88	R\$ 56.273.560,32	R\$ 70.083.255,30
Receita Orçamentária Consolidada Ajustada (C)	R\$ 39.172.174,57	R\$ 46.827.357,42	R\$ 48.246.300,30	R\$ 60.145.696,10	R\$ 66.775.258,59
QREO--->2020 a 2023=C+A/B Exercício 2024= Se					

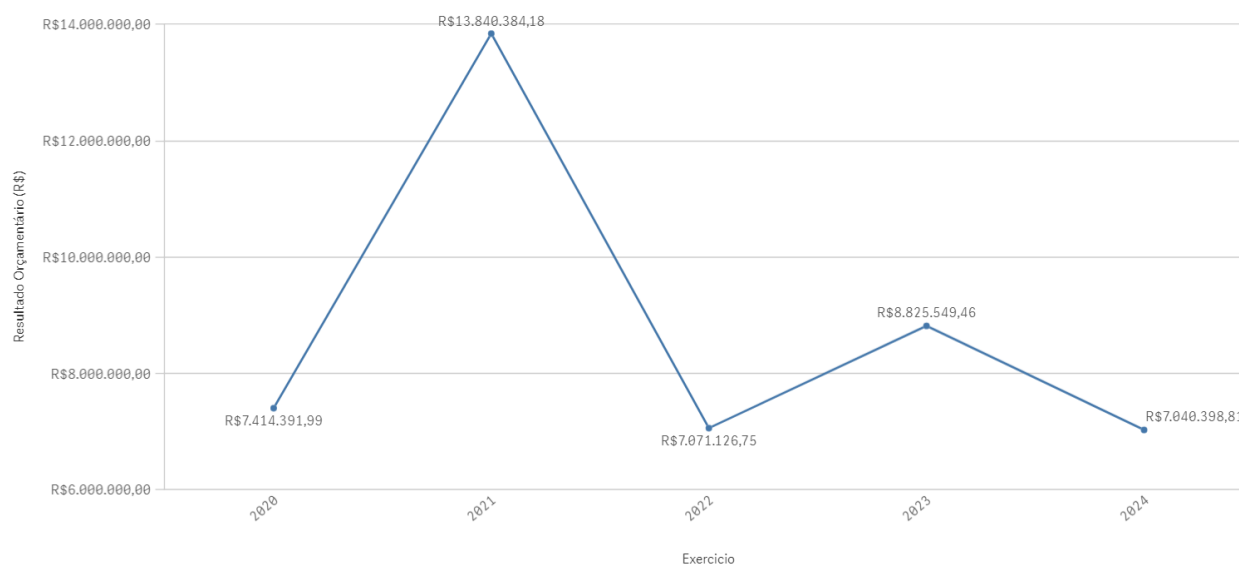




-	2020	2021	2022	2023	2024
(C-B)<0; (C+A/B); (C/B)	1,2334	1,3621	1,1352	1,1656	1,1004

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Série Histórica - Execução Orçamentária



A partir da análise do quociente da situação orçamentária, constatou-se o que segue:

1) C. GOV M - Quociente da Execução Orçamentária

O quociente do resultado da execução orçamentária tem por objetivo verificar se houve superávit orçamentário (indicador maior que 1), ou déficit orçamentário (indicador menor que 1).

Esse resultado apurado, conforme diretrizes estabelecidas na Resolução Normativa nº 43/2013, indica que receita arrecadada é maior que a despesa realizada - superávit de execução orçamentária.

5. 4. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL





Abaixo, segue a análise de alguns quocientes da situação financeira e patrimonial referente ao exercício de **2024** do Município de **Carlinda**, com base nos demonstrativos e nas informações prestadas pelo gestor, bem como ajustes apurados pela equipe técnica.

5. 4. 1. QUOCIENTE DE RESTOS A PAGAR

Trata-se de compromissos assumidos, porém não pagos durante o Exercício, podendo ser classificados como processados (despesas liquidadas e não pagas) e não processados (despesas apenas empenhadas). Destaca-se que os saldos dos Restos a Pagar são cumulativos e consideram todas as despesas empenhadas ou liquidadas em exercícios anteriores sem o devido pagamento.

O Quadro 7.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados, do Anexo 7 (Restos a Pagar) apresentam os valores existentes de Restos a Pagar Processados de R\$ 43.690,49, e de Restos a Pagar Não Processados de R\$ 60.611,29.

5. 4. 1. 1. QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR

O cálculo da Disponibilidade Financeira por Fonte de recursos encontra-se detalhado no quadros 7.2, 7.3 e 7.4 do Anexo 7 (Restos a Pagar) deste Relatório de Contas de Governo.

O Município deve garantir recursos para quitação das obrigações financeiras, incluindo os restos a pagar não processados do exercício ao final de 2024.

Disciplinando o assunto, a Secretaria do Tesouro Nacional esclarece da seguinte forma sobre o controle da disponibilidade de caixa:

“como regra geral, que as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e, extraordinariamente, podem ser deixadas obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, por meio da





inscrição em restos a pagar, com a suficiente disponibilidade de caixa. Assim, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios". (Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Válido a partir do exercício financeiro de 2023, Secretaria do Tesouro Nacional - 14ª ed., pág. 567).

De modo a garantir o princípio do equilíbrio financeiro, neste mesmo sentido há decisão deste Tribunal de Contas sobre a necessidade de garantir recursos para o pagamento tanto dos restos a pagar processados quanto não processados do exercício, conforme transcrição a seguir:

1. Para efeito de verificação do cumprimento das disposições constantes no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a relação entre a assunção de obrigação de despesa e a suficiente disponibilidade de caixa deve ser calculada, individualmente, por fontes de recursos. Inclui-se como assunção de obrigação de despesa tanto os restos a pagar processados quanto os não processados, inscritos no exercício." (Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto Moisés Maciel. Parecer Prévio n.º 41 /2017-TP. Julgado em 03/10/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 24 /10/2017. Processo n.º 8.385-2/2016).(Item 7.8. Boletim de Jurisprudência. Edição Consolidada | fevereiro de 2014 a junho de 2019, página 30)

Este quociente tem por objetivo medir a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo (Restos a Pagar Processados, Restos a Pagar Não Processados e Demais Obrigações Financeiras).

Apresenta-se a seguir o quadro da série histórica:

-	2020	2021	2022	2023	2024
Disp. Bruto - Exceto RPPS (A)	R\$ 6.702.515,22	R\$ 16.920.079,68	R\$ 9.812.988,33	R\$ 13.843.661,86	R\$ 10.470.019,37
Demais Obrigações - Exceto RPPS (B)	R\$ 0,00	R\$ 1.859,86	R\$ 0,00	R\$ 10.503,98	R\$ 1.857,63
Restos a Pagar					

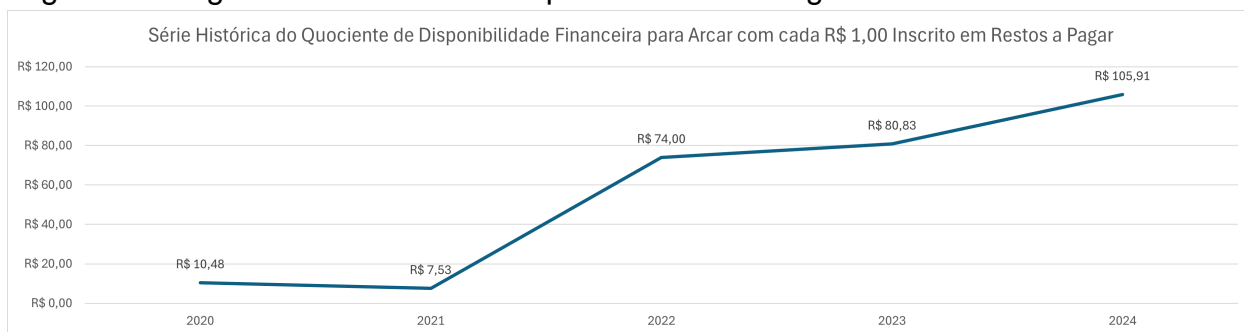




-	2020	2021	2022	2023	2024
Processados - Exceto RPPS (C)	R\$ 6.054,00	R\$ 650,00	R\$ 140,00	R\$ 47.785,41	R\$ 38.226,43
Restos a Pagar Não Processados - Exceto RPPS (D)	R\$ 633.281,30	R\$ 2.245.801,22	R\$ 132.463,37	R\$ 123.351,74	R\$ 60.611,29
Quociente Disponibilidade Financeira (QDF)= (A-B)/(C+D)	10,4835	7,5310	74,0025	80,8308	105,9126

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

O resultado do exercício em análise indica que para cada R\$ 1,00 de restos a pagar inscritos, há R\$ 105,91 de disponibilidade financeira, conforme detalhado nos quadros do Anexo 7 - Restos a Pagar. A série histórica 2020 a 2024 demonstra a boa disponibilidade financeira para arcar com os restos a pagar inscritos. O gráfico a seguir demonstra essa disponibilidade ao longo da série histórica.



5. 4. 1. 2. QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR

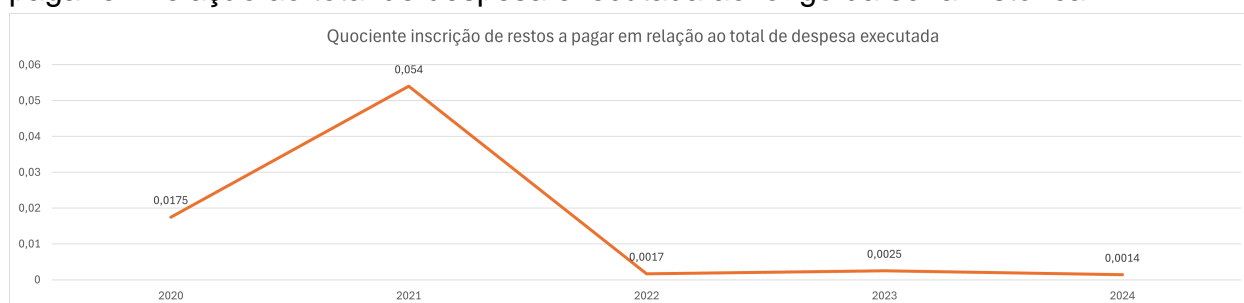
Este indicador tem por objetivo verificar a proporcionalidade de inscrição de Restos a Pagar no exercício em relação ao total das despesas executadas (despesas empenhadas no exercício).

-	2020	2021	2022	2023	2024
Total Inscrição de Restos a Pagar no Exercício (A)	R\$ 631.204,41	R\$ 2.211.043,31	R\$ 101.803,37	R\$ 155.837,15	R\$ 104.301,78
Total Despesa - Execução (B)	R\$ 36.014.909,19	R\$ 40.942.597,44	R\$ 56.845.270,93	R\$ 60.082.954,07	R\$ 74.719.198,47
Quociente inscrição de restos a pagar (QIRP)=A/B	0,0175	0,0540	0,0017	0,0025	0,0014





No exercício de 2024 foram inscritos R\$ 104.301,78 em restos a pagar ao invés de R\$ 0,00, o resultado indica que para cada R\$ 1,00 de despesa empenhada, R\$ 0,0014 foram inscritos em restos a pagar. Ao longo da série histórica, o índice de inscrição de restos a pagar é bastante ínfimo quando comparado com o total de despesa executada. O gráfico a seguir demonstra a inscrição de restos a pagar em relação ao total de despesa executada ao longo da série histórica.



5. 4. 1. 3. QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (QSF) - EXCETO RPPS

Este indicador é obtido da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, com o objetivo de apurar a ocorrência de déficit (indicador menor que 1) ou superávit financeiro (indicador maior que 1).

O superávit financeiro pode ser utilizado como fonte de recursos para abertura de Créditos Adicionais no exercício seguinte, desde que respeitadas a fonte e a destinação de recursos específicas. No entanto, para fins de abertura de crédito adicional, deve-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 1º, inciso I, do artigo 43 da Lei n.º 4.320/64.

O cálculo detalhado da Situação Financeira por Fonte de Recursos, exceto RPPS, encontra-se no Quadro 8.3 do Anexo 8 (Direitos e Obrigações) deste Relatório de Contas de Governo.

-	2020	2021	2022	2023	2024
Total Ativo Financeiro - Exceto RPPS (A)	R\$ 6.702.515,22	R\$ 16.920.079,68	R\$ 9.812.988,33	R\$ 13.843.661,86	R\$ 10.470.019,37

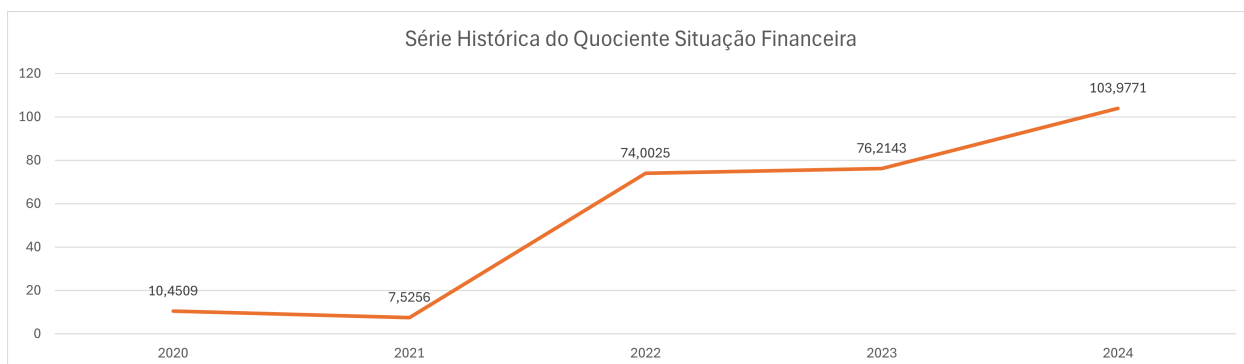




-	2020	2021	2022	2023	2024
Total Passivo Financeiro - Exceto RPPS (B)	R\$ 641.333,30	R\$ 2.248.311,08	R\$ 132.603,37	R\$ 181.641,13	R\$ 100.695,35
Quociente Situação Financeira (QSF)=A/B	10,4509	7,5256	74,0025	76,2143	103,9771

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No exercício de 2024 o resultado indica que houve **Superávit Financeiro** no valor de R\$ 10.369.324,02, considerando todas as fontes de recursos. Para cada R\$ 1,00 de Passivo Financeiro há R\$ 103,97 de Ativo Financeiro. Ao longo da série histórica, o índice da situação financeira é superavitário, 2024 registra o maior superávit e 2021 registra o menor superávit. O gráfico a seguir demonstra a evolução da situação financeira ao longo da série histórica 2020 a 2024.



6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Abaixo, seguem análises dos cumprimentos dos limites constitucionais e legais, que devem ser observados pelo Município:

6. 1. DÍVIDA PÚBLICA

Conforme estabelecido no art. 29, inciso I, e § 3º, da LRF e art. 1º, §1º, inciso III, da Resolução n.º 40/2001, do Senado Federal, a Dívida Pública Consolidada (DC) corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações





financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. O entendimento sobre a composição dos demais haveres financeiros engloba os valores a receber líquidos e certos (devidamente deduzidos das respectivas provisões para perdas prováveis reconhecidas nos balanços), como empréstimos e financiamentos concedidos (art. 1º, § 1º, inciso V, da Resolução n.º 40/2001 do Senado Federal).

Assim, o art. 3º, inciso II, da Resolução n.º 40/2001 do Senado Federal estabeleceu, no caso dos Municípios, que a dívida consolidada líquida (DCL) não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida (RCL).

6. 1. 1. QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (QLE)

Quociente do Limite de Endividamento (QLE) verifica os limites de endividamento de que trata a legislação e outras informações relevantes, quanto à Dívida Consolidada Líquida (DCL), demonstrada no Quadro 8.5 (Dívida Consolidada Líquida - LRF, art. 55, inciso I, alínea "b"), Exceto RPPS, do Anexo 8 (Direitos e Obrigações).

Conforme art. 52, inc. VI, da Constituição Federal, compete ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos (Art. 30, § 3º, LRF).

Assim, o art. 3º, inciso II, da Resolução n.º 40/2001 do Senado Federal estabeleceu, no caso dos Municípios, que a dívida consolidada líquida (DCL) não





poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida (RCL).

-	2020	2021	2022	2023	2024
DCL (A)	-R\$ 6.696.461,22	-R\$ 16.919.429,68	-R\$ 9.812.848,33	-R\$ 13.785.372,47	-R\$ 10.429.935,31
RCL AJUSTADA ENDIVIDAMENTO (B)	R\$ 35.234.301,68	R\$ 38.723.796,65	R\$ 43.834.644,72	R\$ 53.065.929,86	R\$ 63.147.813,84
Quociente Limite de Endividamento (QLE) = SE(A<=0,0,A/B)	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Em relação ao exercício de 2024 e aos demais exercícios da série histórica, constatou-se que o município de Carlinda não possui Dívida, seja ela: Dívida Mobiliária, Dívida Contratual, Precatórios e Outras Dívidas.

1) C. GOV M - Quociente do Limite de Endividamento (QLE)

Este resultado indica que a dívida consolidada líquida ao final do exercício representa 0% da receita corrente líquida.

A dívida consolidada líquida é negativa, pois as disponibilidades são maiores que a dívida pública consolidada conforme demonstrado no Quadro 8.5 deste Relatório.

O resultado de (0,0000) indica que a DCL ao final do exercício está dentro do limite estabelecido na Resolução do Senado nº 40/2001.

6. 1. 2. QUOCIENTE DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA (QDPC)

A Dívida Pública Contratada baseia-se em contratos de empréstimo ou financiamentos com organismos multilaterais, agências governamentais ou credores privados.

Constitui as chamadas “operações de crédito”, definida no art. 3º, da Resolução do Senado Federal nº43/2001, como “os compromissos assumidos com





credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros”.

O art. 7º, inciso I, da supracitada Resolução do Senado Federal, determina que deve ser observado, pelos Entes da Federação, que o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da receita corrente líquida (RCL).

Segue, abaixo, a série histórica do indicador:

-	2020	2021	2022	2023	2024
RCL Ajustada Endividamento (A)	R\$ 35.234.301,68	R\$ 38.723.796,65	R\$ 43.834.644,72	R\$ 53.065.929,86	R\$ 63.147.813,84
Total Dívida Contratada (B)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Quociente Dívida Pública Contratada no exercício (QDPC) =B/A	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

No exercício de 2024 e nos demais exercícios da série histórica, verificou-se que o município de Carlinda não possui Dívida Contratual, seja ela: Empréstimo (Internos e Externos), Reestruturação da Dívida dos Estados e Municípios, Parcelamento e Renegociação de Dívidas, Outras Dívidas.

1) C. GOV M - Quociente da Dívida Pública Contratada no Exercício (QDPC)

Este resultado indica que a dívida contratada no exercício representou 0% da receita corrente líquida ajustada para fins de endividamento.

Esse resultado indica cumprimento do limite legal (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001).

6. 1. 3. QUOCIENTE DE DISPÊNDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (QDDP)





Os dispêndios da Dívida Pública constituem-se nas despesas realizadas com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, e, de acordo com o art. 7º, inciso II, da Resolução n.º 43/2001, do Senado Federal, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.

Apresenta-se, a seguir, a série histórica do quociente:

-	2020	2021	2022	2023	2024
RCL Ajustada Endividamento (A)	R\$ 35.234.301,68	R\$ 38.723.796,65	R\$ 43.834.644,72	R\$ 53.065.929,86	R\$ 63.147.813,84
Total Dispêndio da Dívida Pública (B)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Quociente Dispêndios da Dívida Pública (QDDP)=B/A	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Em relação ao exercício de 2024 e aos demais exercícios da série histórica, constatou-se que o município de Carlinda não possui Dívida, seja ela: Dívida Mobiliária, Dívida Contratual, Precatórios e Outras Dívidas.

1) C. GOV M - Quociente de Dispêndio da Dívida Pública (QDDP)

Este resultado indica que os dispêndios da dívida pública efetuados no exercício representaram 0% da Receita Corrente Líquida Ajustada para fins de Endividamento.

O resultado de 0,0000 indica que os dispêndios da Dívida Pública estão dentro do limite estabelecido na legislação vigente.

6. 2. EDUCAÇÃO





A Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, dispõe em seu art. 212 sobre o percentual mínimo que o município deverá aplicar com manutenção e desenvolvimento do ensino em cada ano.

Esse mínimo é fixado para o município em 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

Quanto à formação da base de cálculo da MDE, é importante ressaltar que a tese prejudgada contida no Acórdão TCE-MT n.º 1.098/2004 e constante do inciso VIII do artigo 1º da Decisão Administrativa TCE-MT n.º 16/2005, que excluía o IRRF da referida base de cálculo, foi revogada pela Resolução de Consulta TCE-MT n.º 16/2018.

Essa Resolução modulou os efeitos do novo entendimento para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020, com a inclusão do IRRF na Receita Base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Até o exercício de 2020, o TCE-MT para verificação anual do cumprimento do limite constitucional de aplicação em gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do ensino considerava as despesas após a sua regular liquidação conforme Resolução Normativa TCE-MT n.º 14/2012. Todavia, em função da revogação do item que trata do cálculo da aplicação em MDE da citada Resolução, ocorrida na Sessão Presencial realizada em 03 de maio de 2022, por ocasião do julgamento de Embargos de Declaração opostos pelo Governo do estado de Mato Grosso, o cálculo passou a ser pela despesa empenhada, conforme item c.1 do Acórdão 207/2022-TP (Sessão de Julgamento 3-5-2022 - Tribunal Pleno - Processo n.º 22.153-8/2020) transcrito abaixo:

c.1) para efeito de verificação anual do cumprimento dos limites referentes à aplicação em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino e Fundeb, deve-se considerar as despesas empenhadas, conforme critério previsto no art. 24, II, da LC n.º 141/2012, que dispõe sobre os gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde; e, c.2) para efeito de verificação anual do cumprimento do limite constitucional de aplicação em gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino do Estado de Mato Grosso,





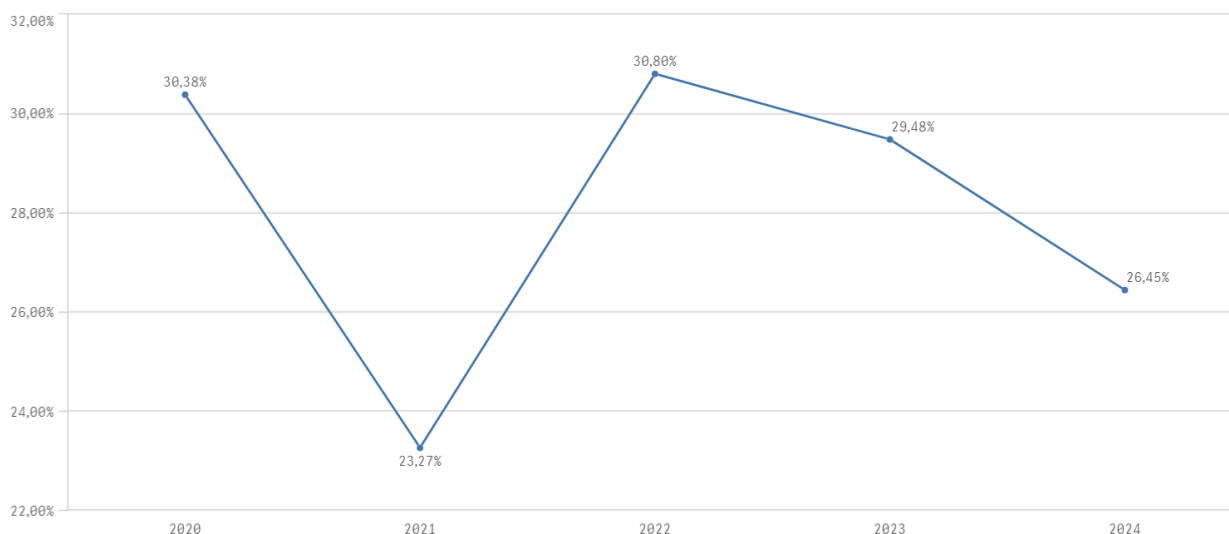
deve-se incluir as despesas empenhadas com o ensino superior, sendo inaplicável, neste caso, o que dispõe a Resolução de Consulta n.º 21/2008.

A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no período de 2020/2024, exceto 2021, indica que a administração municipal de **Carlinda** vem cumprindo a exigência constitucional, conforme se pode observar:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO (art. 212 CF) - Limite Mínimo fixado 25%					
	2020	2021	2022	2023	2024
Aplicado - %	30,38%	23,27%	30,80%	29,48%	26,44%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino) - art.212,CF OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

Série Histórica - Aplicação na Educação



O valor apurado para fins de limite com despesa em educação pela prefeitura de Carlinda foi de R\$ 12.195.360,57, conforme Quadro 9.13, já o montante liquidado na função 12 foi de R\$ 23.265.692,85, o que demonstra que a prefeitura vem aplicando a contento o critério na classificação da despesa com educação.

Função/Subfunção/Fon	Soma de Valor Empenhado	Soma de Valor Liquidado	Soma de Valor Retido(Liquidação)	Soma de Valor Pago	Soma de Valor Pago+Retenções
12	23.265.692,85	23.265.692,85	2.750.164,06	20.515.528,79	23.265.692,85
306	1.140.301,65	1.140.301,65	13.228,83	1.127.072,82	1.140.301,65
500	951.694,96	951.694,96	10.648,83	941.046,13	951.694,96
552	188.606,69	188.606,69	2.580,00	186.026,69	188.606,69
361	17.579.939,21	17.579.939,21	2.040.008,69	15.539.930,52	17.579.939,21
500	3.660.753,79	3.660.753,79	151.989,92	3.508.763,87	3.660.753,79
540	8.510.295,98	8.510.295,98	1.712.024,85	6.798.271,13	8.510.295,98
542	11.400,00	11.400,00	136,80	11.263,20	11.400,00
543	163.229,37	163.229,37	20.281,00	142.948,37	163.229,37





550	596.238,96	596.238,96	7.951,66	588.287,30	596.238,96
553	126.395,23	126.395,23	303,32	126.091,91	126.395,23
569	97.295,36	97.295,36	782,88	96.512,48	97.295,36
571	3.458.795,21	3.458.795,21	144.280,62	3.314.514,59	3.458.795,21
576	784.163,57	784.163,57	1.896,87	782.266,70	784.163,57
759	171.371,74	171.371,74	360,77	171.010,97	171.371,74
363	153.644,89	153.644,89	0,00	153.644,89	153.644,89
500	153.644,89	153.644,89	0,00	153.644,89	153.644,89
364	18.575,09	18.575,09	44,59	18.530,50	18.575,09
500	18.575,09	18.575,09	44,59	18.530,50	18.575,09
365	4.132.964,01	4.132.964,01	696.881,95	3.436.082,06	4.132.964,01
500	668.919,21	668.919,21	36.055,70	632.863,51	668.919,21
540	3.317.276,25	3.317.276,25	655.675,97	2.661.600,28	3.317.276,25
542	62.412,89	62.412,89	4.740,66	57.672,23	62.412,89
569	84.355,66	84.355,66	409,62	83.946,04	84.355,66
367	240.268,00	240.268,00	0,00	240.268,00	240.268,00
500	240.268,00	240.268,00	0,00	240.268,00	240.268,00

Nesse sentido, da análise das informações, é possível verificar o cumprimento desse dever constitucional por parte do Município, constatou-se que:

1) C. GOV M - Aplicação em MDE

Esse resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

O percentual aplicado (26,44%) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, conforme o estabelecido no art. 212 da Constituição Federal.

6. 2. 1. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional n.º 53/2006, regulamentado pela Lei n.º 11.494, de 20/06/2007 e pelo Decreto n.º 6.253/2007, trata-se de um fundo especial, de natureza contábil, formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

A Emenda Constitucional 108, de 26/08/2020, dá nova redação ao art. 212-A, da Constituição Federal:

Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta





Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;

O inciso XI, dessa EC, determina que a proporção não inferior a 70% (setenta por cento) do Fundeb será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. (Antes era 60%).

Diante disso, a Lei n.º 14.113, de 25/12/2020, regulamenta o Fundeb e revoga, a partir de 1º de janeiro de 2021, a Lei n.º 11.494/2007, ressalvado o caput do art. 12 e mantidos seus efeitos financeiros no que se refere à execução dos Fundos relativa ao exercício de 2020. Além disso, o Decreto n.º 10.656, de 22/03/2021, revoga o Decreto n.º 6.253/2007, sendo a nova norma regulamentadora do Fundeb.

Essa lei definiu os seguintes parâmetros:

- a) haverá complementação da União aos recursos do Fundeb, sendo que a proporção de 50% (cinquenta por cento) dos recursos globais, será destinada à educação infantil (art. 3º, § 2º; art. 4º, art. 5º, art. 13, art. 16, § 2º, art. 28, da Lei n.º 14.113/2020);
- b) até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional. (art. 25, § 3º) (antes era 5%)

Ressalta-se que o superávit de 10% se refere somente ao Fundeb 30%, sendo que a parte de 70%, destinada à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, deve ser aplicado integralmente até o final do exercício em que os recursos forem recebidos.

Nesse sentido, a jurisprudência do TCE/MT, na vigência da Lei 11.494/2007:





Educação. Superávit nos recursos do Fundeb 40%. Aplicação no exercício subsequente. Parte Fundeb 60%. Utilização exclusiva no exercício corrente.

1. Sendo apurado superávit financeiro de até 5% nos recursos recebidos do Fundeb no exercício corrente, poderá ser aplicado no primeiro trimestre do exercício subsequente, mediante abertura de créditos adicionais (art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007). Tal previsão legal aplica-se exclusivamente à parte disponível do Fundeb 40%.

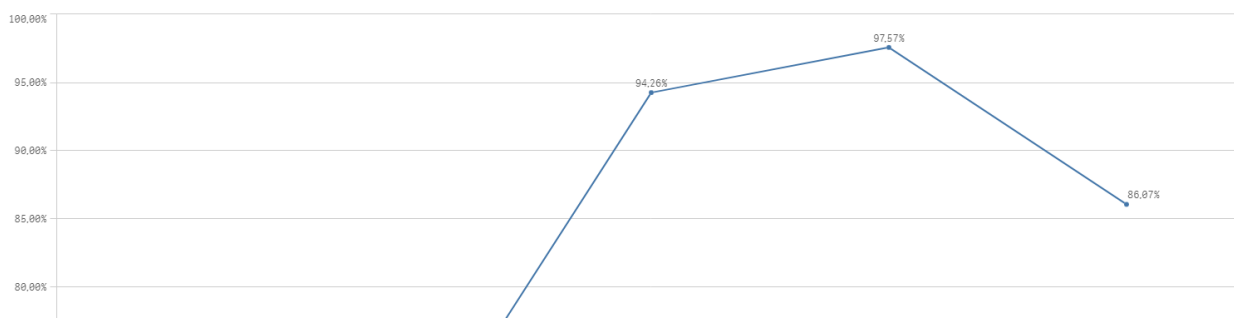
2. A parte do Fundeb 60%, vinculada ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, deve ser aplicada anualmente, sendo incabível, neste caso, a possibilidade prevista no art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007. (Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto João Batista Camargo. Parecer Prévio n.º 81/2017-TP. Julgado em 28/11/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 14/12/2017. Processo n.º 7.816-6/2016). (Boletim de Jurisprudência. Edição Consolidada. fevereiro de 2014 a dezembro de 2020, p. 39)

Apresenta-se abaixo série histórica de remuneração dos profissionais da Educação Básica, período 2020/2024, sendo possível concluir o quanto, percentualmente, o município investiu na remuneração dos educadores, nos últimos anos:

HISTÓRICO - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica - Limite Mínimo Fixado 60% até 2020 e 70% a partir de 2021					
	2020	2021	2022	2023	2024
Aplicado - %	62,45%	67,18%	94,26%	97,57%	86,07%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Gastos com remuneração e valorização dos profissionais do magistério. Recursos do FUNDEB). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores). A partir de 2021 o % mínimo de Aplicação é de 70%.

Série Histórica - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica





Nesse sentido, da análise das informações das quais é possível verificar o **cumprimento** desse dever por parte do Município no atual exercício, constata-se que:

1) C. GOV M - FUNDEB 70%

Este resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

O percentual destinado para os profissionais da educação básica em efetivo exercício (86,07%) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 70% estabelecido pela legislação.

2) C. GOV M - FUNDEB - Aplicação Mínimo 90%

Indica que o percentual não aplicado no exercício das receitas recebidas do FUNDEB está dentro do limite estabelecido na legislação vigente.

O Resultado de (2,22%) indica o cumprimento do limite estabelecido no art. 25, § 3º, da Lei nº 14.113/2020.

3) Foi aplicado até o encerramento do primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente 100% dos recursos creditados pelo Fundeb no exercício.

6. 2. 1. 1. FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO UNIÃO

A Complementação da União ao FUNDEB é um mecanismo de repasse de recursos federais para a educação básica pública, com o objetivo de promover equidade na distribuição dos recursos, reduzindo desigualdades regionais e socioeconômicas.





A complementação da União é distribuída em três modalidades, de acordo com critérios específicos:

- **Valor Anual por Aluno FUNDEB (VAAF) - 50% da complementação**
Destinado a estados e municípios que não atingem um valor mínimo de investimento por aluno com os recursos próprios do FUNDEB.
- **Valor Anual Total por Aluno (VAAT) - 35% da complementação**
Beneficia redes de ensino cuja arrecadação total vinculada à educação (incluindo outros impostos e transferências) não atinge um patamar mínimo por aluno.
 1. Pelo menos 50% dos recursos da complementação VAAT, nos municípios, devem ser aplicados na educação infantil.
 2. No mínimo 15% desses recursos devem ser aplicados em despesas de capital.
- **Valor Anual por Aluno para Equidade e Qualidade (VAAR) - 15% da complementação**
Mecanismo que reconhece o esforço das redes de ensino na redução de desigualdades educacionais e na melhoria da qualidade da educação.

Dessa forma, os municípios que recebem recursos da Complementação VAAT devem cumprir duas exigências principais:

1. Mínimo de 50% dos recursos destinados à Educação Infantil

- Aplicação prioritária em creches e pré-escolas, visando ampliar e qualificar a oferta de atendimento às crianças de 0 a 5 anos.

2. Mínimo de 15% dos recursos aplicados em Despesas de Capital

Esses recursos devem ser investidos em melhorias permanentes na rede de ensino.

Não há registro de recebimento do VAAT nos exercícios anteriores, assim não há série histórica para o VAAT.

1) C. GOV M - FUNDEB 50% - Ed. Infantil - COMPL UNIÃO

Este resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.





O percentual destinado na Educação Infantil da Complementação da União (VAAT) (83,34%) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 50% estabelecido no Art. 212 - A, §3º, CF/88. Empenhos: 6896/2024, 6913/2024, 7408/2024, 7409/2024, 7425/2024 e 7431/2024, totalizando R\$ 62.412,89 empenhados e liquidados.

2) C. GOV M - FUNDEB 15% - DESP CAPITAL - COMPL UNIÃO

Este resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

O percentual destinado para despesas de capital da Complementação da União (VAAT) (15,22%) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 15% estabelecido no Art. 212 - A, XI, CF/88. Empenhos: 6857/2024 e 7063/2024, totalizando R\$ 11.400,00 empenhados e liquidados.

6. 3. SAÚDE

O art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, estabelecia que os municípios deveriam aplicar, anualmente, no mínimo, 15% da receita de impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b" e § 3º, todos da Constituição Federal.

A referida imposição deveria ser observada até que viesse a Lei Complementar, descrita no art. 198, § 3º, da Constituição Federal. Fato esse que ocorreu até o ano de 2011.

Atendendo ao comando do art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, foi publicada a Lei Complementar n.º 141, de 13 de janeiro de 2012, estabelecendo em seu art. 7º que os municípios deverão aplicar anualmente, no mínimo, 15 % da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

Quanto à formação da base de cálculo para as ASPS, é importante ressaltar que a tese prejudgada contida no Acórdão TCE-MT n.º 1.098/2004 e constante do inciso VIII do artigo 1º da Decisão Administrativa TCE-MT n.º 16/2005,





que exclui o IRRF da base de cálculo, foi revogada pela Resolução de Consulta TCE-MT n.º 16/2018.

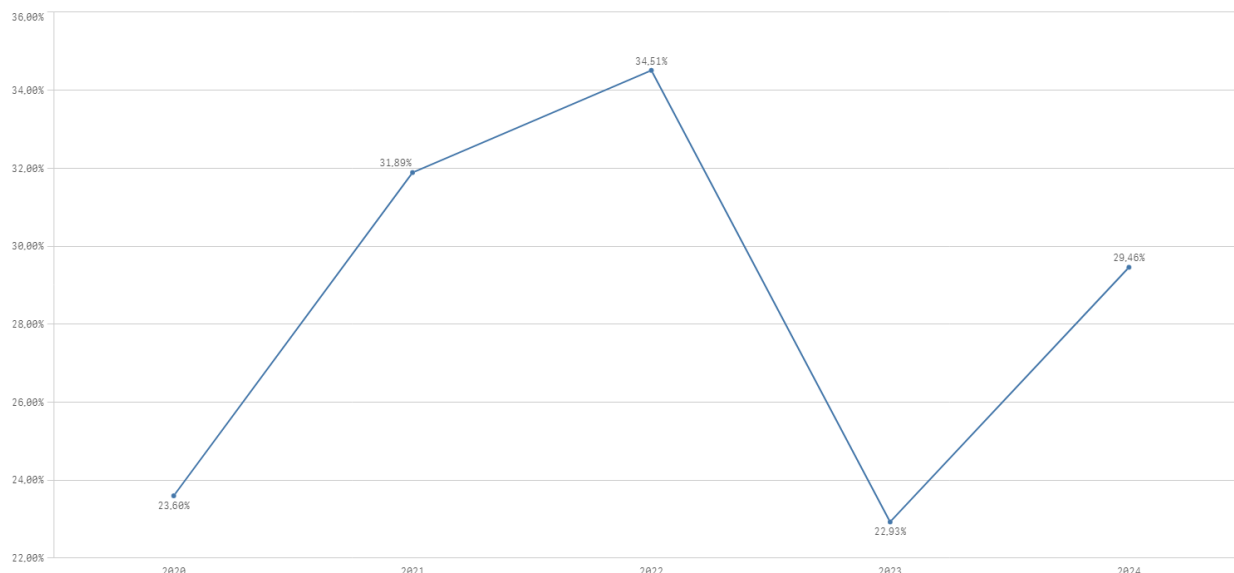
Essa Resolução modulou os efeitos do novo entendimento para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020, com a inclusão do IRRF na Receita Base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde.

No período 2020/2024, os gastos com ações e serviços públicos de saúde, **atenderam** à exigência constitucional, superando o percentual de aplicação obrigatória, conforme demonstrado a seguir:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA SAÚDE - Limite Mínimo Fixado 15%					
	2020	2021	2022	2023	2024
Aplicado - %	23,60%	31,89%	34,51%	22,93%	29,46%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com ações e serviços públicos de saúde - APLIC). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

Série Histórica - Aplicação na Saúde



O valor apurado para fins de limite com despesa em saúde pela prefeitura de Carlinda foi de R\$ 13.044.704,94, conforme Quadro 10.3, já o montante liquidado na função 12 foi de R\$ 17.702.389,17, o que demonstra que a prefeitura vem aplicando a contento o critério na classificação da despesa com saúde.

Função/Subfunção/Fonte	Soma de Valor Empenhado	Soma de Valor Liquidado	Soma de Valor Retido(Liquidação)	Soma de Valor Pago	Soma de Valor Pago+Retenções
10	17.702.619,57	17.702.389,17	1.161.764,36	16.540.624,81	17.702.389,17
122	7.922.973,44	7.922.973,44	546.520,84	7.376.452,60	7.922.973,44
500	7.907.152,06	7.907.152,06	542.086,27	7.365.065,79	7.907.152,06





600	15.821,38	15.821,38	4.434,57	11.386,81	15.821,38
128	180,10	180,10	0,50	179,60	180,10
500	180,10	180,10	0,50	179,60	180,10
301	4.231.027,27	4.231.027,27	418.802,73	3.812.224,54	4.231.027,27
500	1.750.903,25	1.750.903,25	71.653,77	1.679.249,48	1.750.903,25
600	1.383.837,34	1.383.837,34	162.517,88	1.221.319,46	1.383.837,34
604	711.640,34	711.640,34	180.859,57	530.780,77	711.640,34
621	366.550,34	366.550,34	3.554,35	362.995,99	366.550,34
632	18.096,00	18.096,00	217,16	17.878,84	18.096,00
302	3.852.414,18	3.852.183,78	148.404,95	3.703.778,83	3.852.183,78
500	2.686.027,58	2.685.797,18	89.630,15	2.596.167,03	2.685.797,18
600	295.365,51	295.365,51	58.774,80	236.590,71	295.365,51
621	871.021,09	871.021,09	0,00	871.021,09	871.021,09
303	1.522.484,25	1.522.484,25	13.173,95	1.509.310,30	1.522.484,25
500	1.339.929,47	1.339.929,47	11.351,37	1.328.578,10	1.339.929,47
600	147.186,98	147.186,98	1.487,80	145.699,18	147.186,98
621	35.367,80	35.367,80	334,78	35.033,02	35.367,80
304	106,40	106,40	0,00	106,40	106,40
500	106,40	106,40	0,00	106,40	106,40
305	173.433,93	173.433,93	34.861,39	138.572,54	173.433,93
500	37.200,20	37.200,20	48,62	37.151,58	37.200,20
600	23.000,00	23.000,00	710,70	22.289,30	23.000,00
604	113.233,73	113.233,73	34.102,07	79.131,66	113.233,73

Assim, da análise das informações, constata-se que:

1) C. GOV M - Aplicação em ASPS

Esse resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.

O percentual aplicado (29,46%) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 15%, de acordo com o que determina o art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012.

6. 4. DESPESAS COM PESSOAL

A Lei Complementar nº 101/2000, em seu art. 20, inciso III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Receita Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.

6. 4. 1. PESSOAL - LIMITES LRF

A Lei Complementar n.º 101/2000, em seu art. 20, inciso III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Receita Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.





A série histórica de percentuais dos gastos com pessoal do Poder Executivo e Legislativo em relação à Receita Corrente Líquida, no período 2020/2024, mantiveram-se abaixo do valor máximo permitido, conforme se observa a seguir:

LIMITES COM PESSOAL - LRF					
	2020	2021	2022	2023	2024
Limite máximo Fixado - Poder Executivo					
Aplicado - %	51,02%	47,67%	52,23%	50,85%	40,19%
Limite máximo Fixado - Poder legislativo					
Aplicado - %	2,05%	1,82%	1,67%	1,48%	1,52%
Limite máximo Fixado - Município					
Aplicado - %	53,07%	49,49%	53,90%	52,33%	41,71%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual: Quadro: Apuração do Cumprimento do limite legal individual. OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

Série Histórica - Limites com Pessoal - LRF
Limite máximo Fixado - Poder Executivo

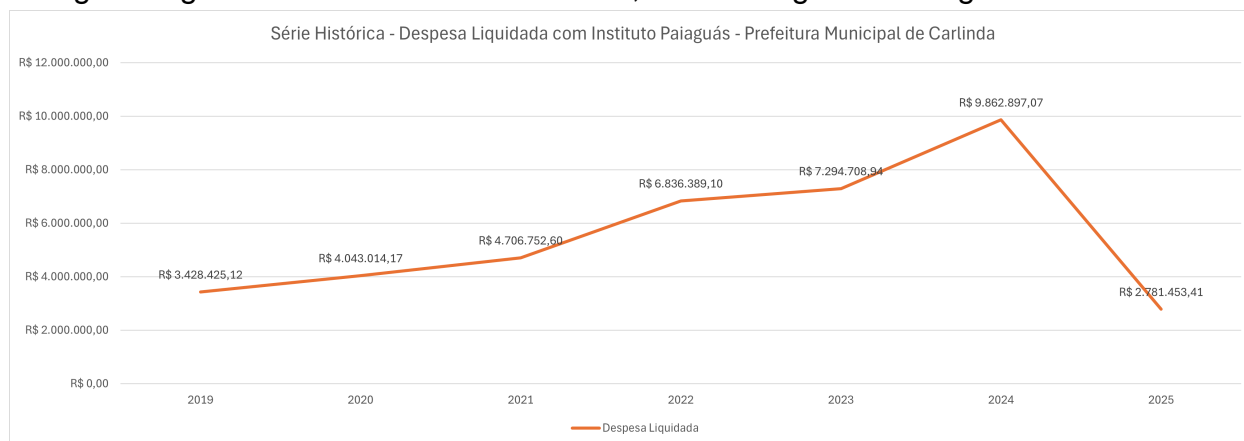


Em consulta realizada no Portal do Radar Despesa deste Tribunal (<https://radardespesa.tce.mt.gov.br/>), verificou-se o total empenhado, liquidado e pago para o CNPJ 10.870.028/0001-33 – Instituto de Promoção Humana e Ambiental Paiaguás (Instituto Paiaguás), qualificado com OSCIP, no montante de R\$ 9.862.897,07, sendo R\$ 8.717.567,65 contabilizado no elemento de despesa “39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica” e R\$ 1.145.329,42 como “51 - Obras e Instalações”. As despesas com esse instituto representam 14,44% de toda despesa liquidada pela Prefeitura, no montante de R\$ 68.280.224,90.





Ao longo da série histórica 2019/2024 as despesas com o Instituto Paiaguás registra tendência de crescimento, conforme gráfico a seguir.



Sobre transparência e forma de prestação de contas dos recursos repassados a essas entidades sem fins lucrativos, o Tribunal de Contas da União (TCU) manifestou-se no Acórdão 2179/2021-Plenário:

9.2.1. os órgãos de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios são responsáveis pela integral operacionalização e consequente divulgação, em sistema centralizado, dos dados de transparência (incluindo rubricas, sub-repasses e credores finais) dos recursos vinculados à União e sub-repassados a organizações sociais e entidades congêneres, devendo seguir as normas gerais para o registro contábil das despesas, que serão editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional;

Apesar de o acórdão do TCU referir-se a controle de recursos federais, é prudente que o mesmo padrão definido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) seja também utilizado para registro e controle dos demais recursos, pois, registrar e controlar fatos contábeis semelhantes de formas diversas, sem padronização, prejudica a comparabilidade das informações sobre os gastos públicos.

Em atendimento a esse Acórdão, a STN atualizou os manuais de Contabilidade (MCASP) e de demonstrativos fiscais (MDF), o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e emitiu notas técnicas, dentre estas a Nota Técnica SEI nº 54209/2022/ME - Procedimentos contábeis relativos à transferência e respectiva prestação de contas dos recursos repassados às organizações da





sociedade civil (https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:18454).

A seguir destaca-se algumas orientações emitidas nessa Nota Técnica: os repasses efetuados às entidades sem fins lucrativos deverão ser registrados, em termos de classificação orçamentária segundo a natureza da despesa, da seguinte forma:

- transferência de recursos para organizações da sociedade civil, com o objetivo de apoiar e fomentar a atuação de tais entidades em atividades de interesse da Administração: registrar nas dotações 3.3.50.41, 3.3.50.42 ou 3.3.50.43;
- contratação de organizações sociais e outras entidades, por meio de contrato de gestão, para administrar estruturas pertencentes à administração pública ou executar serviços públicos de responsabilidade do ente federativo: registrar na dotação 3.3.50.85. (item 27).

Dispôs, ainda:

- em termos de operacionalização, os valores transferidos por meio de contrato de gestão (transferências classificáveis no elemento de despesa 85) deverão ser registrados inicialmente no grupo de controle 7.6.4.1.0.00.00 – VALORES TRANSFERIDOS – CONTRATO DE GESTÃO, com a identificação simultânea da área de atuação governamental no grupo de controle 8.6.4.1.0.00.00 – VALORES TRANSFERIDOS A COMPROVAR – CONTRATO DE GESTÃO. (Item 41);
- a partir deste momento, à medida que a entidade transferidora homologar a prestação de contas das instituições receptoras dos recursos, deverá realizar a baixa do grupo 8.6.4.1.0.00.00 – VALORES TRANSFERIDOS A COMPROVAR – CONTRATO DE GESTÃO em contrapartida ao grupo 8.6.4.2.0.00.00 - EXECUÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO na respectiva área e observando o detalhamento por item de despesa, quando for o caso. (Item 42);
- os valores transferidos à conta de outros elementos de despesa (auxílios, contribuições e subvenções) deverão ser registrados nos grupos de contas 7.6.4.6.0.00.00 – TRANSFERÊNCIAS A COMPROVAR - OUTROS





CONTRATOS, 7.6.4.7.0.00.00 – PRESTAÇÃO DE CONTAS – OUTROS CONTRATOS, 8.6.4.6.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS A COMPROVAR - OUTROS CONTRATOS, 8.6.4.7.0.00.00 – EXECUÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO – OUTROS CONTRATOS, seguindo procedimento análogo ao descrito anteriormente. (Item 43).

O capítulo que trata do demonstrativo da despesa com pessoal, do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), 14ª edição, traz o seguinte entendimento acerca da tratativa da despesas com pessoal realizado por organizações sociais (OS) e outras Organizações da Sociedade Civil (OSC) que utilizam recursos públicos para custeio de folha de pagamento (página 489):

Existem despesas, inclusive com pessoal, decorrentes da contratação, de forma indireta, de serviços públicos relacionados à atividade-fim do ente público realizadas por meio da contratação de cooperativas, de consórcios públicos, de organizações da sociedade civil, de serviço de empresas individuais ou de outras formas assemelhadas.

As contratações dos serviços de profissionais relacionados à atividade finalística dos entes por meio de cooperativas, de empresas individuais, ou de outras formas assemelhadas, em regra, permitem a identificação e o relacionamento da mão de obra com o serviço prestado. Nessas situações, as despesas realizadas para pagamento dos profissionais que prestam esses serviços devem ser consideradas como substituição de servidores e empregados públicos e, por conseguinte, contabilizadas na mesma classificação orçamentária utilizada para "Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização".

É importante esclarecer que as situações de contratação de forma indireta apresentadas são exemplos que ocorrem na gestão pública e que pode haver outras não descritas, mas que devem ser analisadas com a mesma premissa. Ou seja, quando for possível identificar que a remuneração da mão de obra relacionada à atividade-fim do ente público é custeada com recursos públicos, essa despesa deverá ser





incluída no cômputo da despesa com pessoal, para fins de verificação dos limites estabelecidos na LRF.

Por outro lado, nos termos do Parecer SEI nº 3974/2024/MF, aprovado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em 04 de novembro de 2024, e especificamente para o controle exercido sobre as organizações sociais (OS) e outras Organizações da Sociedade Civil (OSC) que utilizam recursos públicos para custeio de folha de pagamento, esses valores não devem ser caracterizados como terceirização e nem impactar as despesas com pessoal, nos termos do §1º do art. 18, **a não ser que seja constatada fraude ou desvio de finalidade por simulação mediante a atuação dos órgãos de fiscalização** conforme previsto no Caput do art. 59 da Lei Complementar 101, de 2000 (LRF).

Portanto, nos termos do parágrafo 28 do Parecer PGFN SEI nº 3974 /2024/MF, “uma vez identificado desvio de finalidade em contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, os atos assim praticados, por estarem maculados com vício de nulidade, devem ser considerados nulos, não podendo subsistir no ordenamento normativo. Para além disso, **uma vez constatada a fraude, devem ser contabilizados os gastos até então efetuados como despesa de pessoal, haja vista o nítido caráter simulatório**”.

Nesse contexto, o disposto no § 1º do art. 18 da LRF, em regra, não se aplica às parcerias com as organizações sociais (OS) e outras Organizações da Sociedade Civil (OSC) que exercem atividades de interesse público **a não ser que seja constatada fraude ou desvio de finalidade por simulação**.

Dessa forma, **uma vez constatada a fraude ou desvio de finalidade por simulação pelo órgão de fiscalização competente, deverão ser contabilizados os gastos até então efetuados pelas organizações sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil (OSC) como despesa de pessoal**, de forma que a parcela do pagamento referente à remuneração do pessoal que exerce a atividade-fim do ente público, efetuado em decorrência da





contratação irregular de forma indireta, seja incluída no total apurado para verificação dos limites de gastos com pessoal.

Acerca da inclusão ou não inclusão da contratação de terceiro setor nos limites de gastos com pessoal, o TCU manifestou-se no Acórdão 2444/2016-Plenário, em resposta à consulta do Congresso Nacional, conforme trecho:

(...)

27. Embora seja necessário fundamentar a opção pela adoção do modelo de parcerias com organizações sociais, é preciso ter presente que a autonomia do gestor e o livre exercício da opção política do governo democraticamente eleito, nos limites da lei, devem ser levados em consideração no exame pelo órgão de controle, sendo certo que a experiência de outras unidades federativas, bem como estudos e trabalhos que abordem o tema e promovam comparação entre os diversos modelos podem e devem servir de fundamento à decisão do Estado.

28. Não se pode, todavia, olvidar dos riscos que a utilização abusiva desse instrumento pode acarretar ao equilíbrio fiscal do ente federativo, conforme esmiuçado pela unidade instrutora. Ao não fazer parte dos limites impostos pela lei, as contratações excessivas de organizações sociais para prestação de serviços públicos, seja na área da saúde, ou em qualquer outra seara, podem levar a um colapso financeiro do ente público. Isso porque, ao prestar os serviços por outros meios, os gastos com pessoal do ente público tendem a diminuir, aumentando a margem para atingimento do limite de 60% da receita corrente líquida (RCL). Tal margem pode ser preenchida com aumentos sucessivos da remuneração de servidores e/ou empregados, o que se mostra de difícil reversão. Ao mesmo tempo, as despesas com organizações sociais passam a disputar a parcela de 40% da receita corrente líquida destinada a despesas de custeio, dívida pública e investimentos.

29. Portanto, diante desses riscos e da omissão da LRF, **cumprindo ao Congresso Nacional** sopesá-los com a realidade da assistência à saúde e a necessidade de prestação desses serviços à sociedade e,





com base nisso, **avaliar a oportunidade e a conveniência de legislar sobre a matéria, de forma a inserir ou não no cômputo de apuração dos limites previstos no art. 19 da Lei Complementar 101/2000 as despesas com pessoal das organizações sociais.**

30. Por fim, deixo de acolher a proposta da unidade instrutora no sentido de fixar prazo para que os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão se pronunciem sobre a matéria, tendo em vista que a presente solicitação demanda apenas a manifestação desta Corte, não se mostrando necessária, a meu ver, consulta aos referidos ministérios.

Ante o exposto, voto no sentido de que seja aprovado o acórdão que ora submeto à deliberação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 21 de setembro de 2016.

No âmbito do TCU há também o Acórdão nº 1.179/2019-Plenário, consta no voto do Relator que “9.1.1. não há, no âmbito da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, deliberações que reconheçam como obrigatória a inclusão de despesas pagas a organizações sociais que celebram contrato de gestão financiado com fontes federais para fins de verificação do atendimento aos limites com gastos de pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;”

Sobre o tema, inclusão ou não inclusão da contratação de terceiro setor nos limites de gastos com pessoal, o TCE/MT manifestou-se na Resolução de Consulta nº 17/2022-PP, conforme trecho:

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2022 – PP

Ementa: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO. CONSULTA. PEDIDO DE REEXAME DA TESE PREJULGADA NO ITEM "G" DA RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 02/2013-TP. CONHECIMENTO.

PESSOAL. LIMITE DE DESPESAS. PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC). REMUNERAÇÕES DO PESSOAL DE OSC. APURAÇÃO DOS LIMITES DE DESPESA





COM PESSOAL ESTIPULADOS NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. Os gastos com pessoal das Organizações da Sociedade Civil (OSC) parceira não deve ser computados na aferição do limite de gasto total com pessoal do ente público parceiro, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando as atividades de interesse público por ela executadas, estejam em consonância com a legislação pertinente.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo nº 53.451-0/2021.

A Resolução de Consulta nº 17/2022-PP do TCE/MT ampliou o alcance da Resolução de Consulta nº 02/2013-TP do TCE/MT que assim estabelece: "g) os gastos com pessoal da OSCIP parceira não devem ser computados na aferição do limite de gasto total com pessoal do ente público parceiro, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando as atividades de interesse público por ela executadas, sejam em complementação à ação estatal e estejam previstas no artigo 3º da Lei 9.790/1999.", passando a admitir a organizações da sociedade civil (OSC), além das OSCIP's, excluindo as despesas com essas entidades na aferição do limite de gasto total com pessoal, previsto na LRF.

No voto (Processo Control-P nº 53.451-0/2021, Documento nº 269220 /2022), o Relator menciona:

o § 3º do artigo 8º da Lei Estadual nº 11.082/2020, o qual estabelece que "os gastos e as despesas com a força de trabalho e com pessoal das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que atuem na atividade do órgão ou entidade pública não serão incluídas no câmputo das despesas totais de pessoal do Poder Público e do ente da federação, para fins de cálculo dos limites previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)";

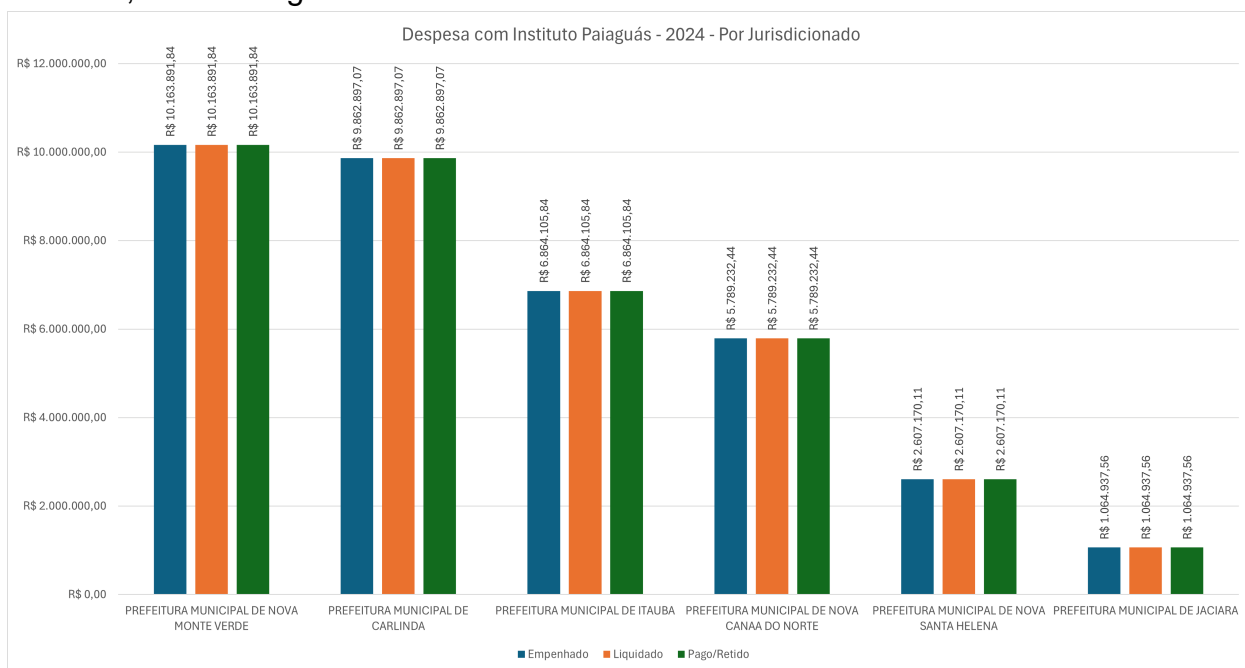
entendimento pacificado pelo TCU, Acórdão nº 2444/2016-Plenário, e pelo STF, ADI 1.923, além do Decreto Legislativo nº 79/2022, que sustou a Portaria nº 377/2020 da STN, eximindo a vinculação dos gastos atinentes às organizações sociais aos gastos com pessoal da LRF;





o § 2º do artigo 224 da Constituição Estadual, o qual estabelece que “§ 2º As despesas decorrentes de convênio, termo de parceria, contratos de gestão e demais instrumentos congêneres, formalizadas entre a Administração Pública e as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, não deverão ser incluídas nas despesas de pessoal para fins de cálculo dos limites previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, quando da execução de programas, projetos ou atividades a serem executados em parcerias de fomento pelo Estado ou Municípios.”.

Eventuais despesas a serem consideradas no limite de despesa com pessoal não deve ser objeto de análise isolada, como as análises realizadas em contas de governo, mas sim de análise conjunta dentre os jurisdicionados do TCE/MT, a prova disso é que o Instituto Paiaguás mantém relação não só com a Prefeitura de Carlinda, conforme gráfico.

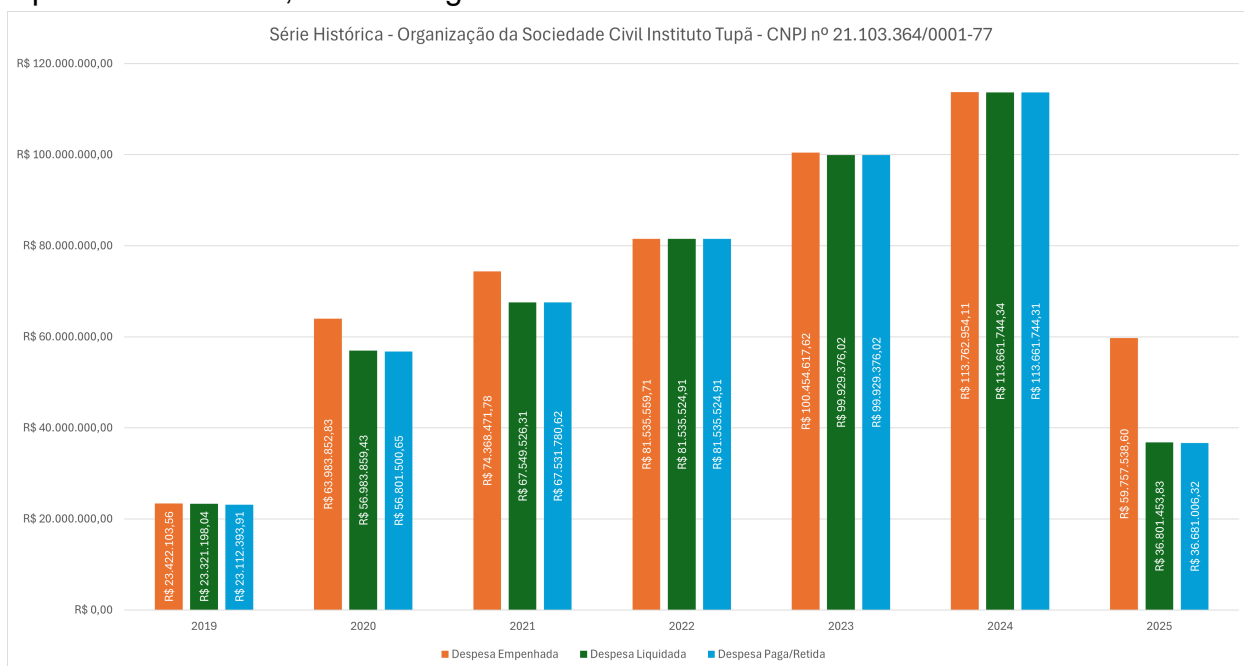


Ao realizar análise isolada, corre o risco de considerar esse tipo de despesas para alguns jurisdicionados e não considerar para outros jurisdicionados, dos municípios do gráfico anterior, não estão sob a relatoria do Conselheiro Antônio Joaquim os municípios de Nova Santa Helena e Jaciara.

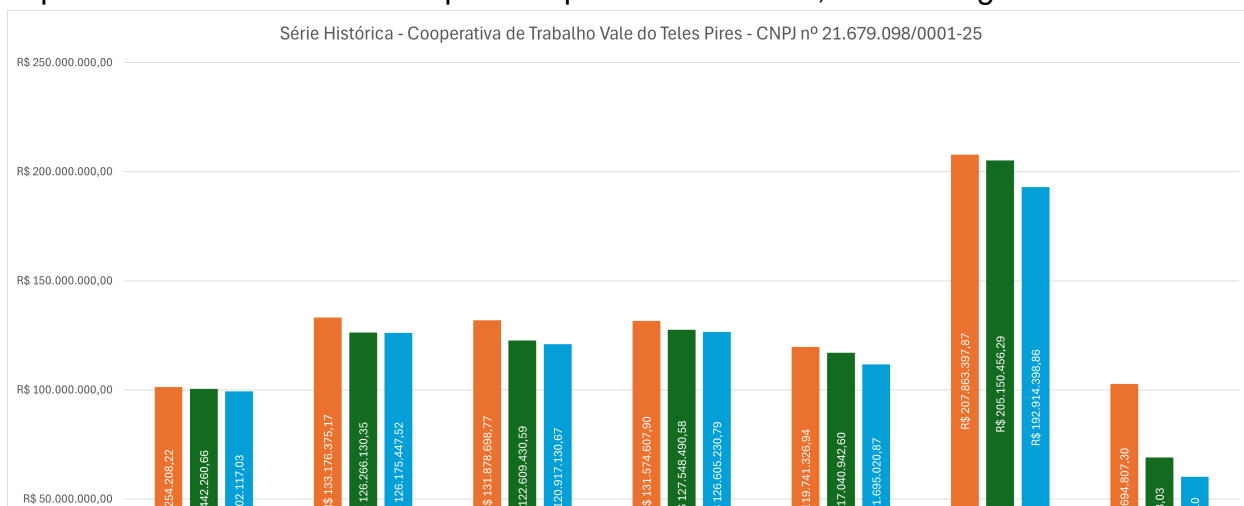


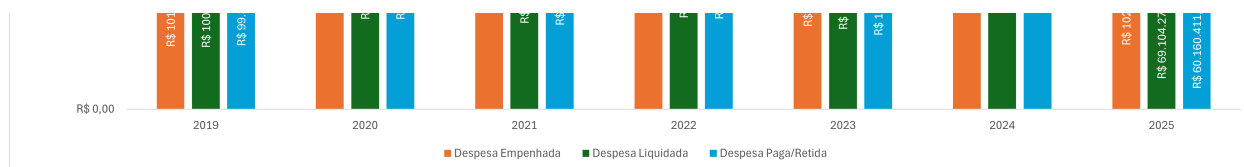


Além do fato de existir outras OSC e OSCIP atuando nos municípios de Mato Grosso, a exemplo da Organização da Sociedade Civil Instituto Tupã, CNPJ nº 21.103.364/0001-77, que tem atuação em diversos jurisdicionados do TCE/MT, a vários anos, e vem em tendência de crescimento, superando 113 milhões de despesas liquidadas em 2024, conforme gráfico.



Há também outros artifícios utilizados pelas administrações públicas, jurisdicionadas do TCE/MT, a exemplo da contratação da Cooperativa de Trabalho Vale do Teles Pires, CNPJ nº 21.679.098/0001-25, que tem atuação em diversos jurisdicionados do TCE/MT, a vários anos, e vem em tendência de crescimento, superando 205 milhões de despesas liquidadas em 2024, conforme gráfico.





Esses são alguns exemplos que podem vir a ser objeto de uma fiscalização coordenada no âmbito do TCE/MT, visando subsidiar a análise das contas anuais de governo.

A partir da análise das informações sobre o total de gastos com pessoal do Poder Executivo é possível verificar o que segue:

1) C. GOV M - Pessoal _Limite_LRF

Nos gastos com pessoal do Poder Executivo foi assegurado o cumprimento do limite de 54%.

Os gastos com pessoal do Poder Executivo totalizaram o montante de R\$ 24.978.971,86, correspondente a 40,19% da RCL Ajustada, assegurando o cumprimento do limite máximo de 54% estabelecido no art. 20, inc. III, "b" da LRF.

6. 4. 1. 1. LIMITE PRUDENCIAL E LEGAL DO PODER EXECUTIVO

O total da despesa com pessoal e encargos do Poder Executivo (quadros 11.2 e 11.3 do Anexo 11 - Pessoal) foi de R\$ 24.978.971,86, que correspondeu a 40,19% da Receita Corrente Líquida Ajustada, no valor de R\$ 62.146.557,84, estando abaixo do Limite de Alerta (48,6%) estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que corresponde a 90% do valor máximo permitido para gastos com pessoal.

6. 5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL

A Constituição Federal dispõe, em seu art. 29-A, sobre o Poder Legislativo Municipal, sendo que o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá





ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

- I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;
- II - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes;
- III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;
- IV - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes;
- V - 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;
- VI - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes.

Além disso, constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

- I - efetuar repasse que supere os limites definidos no artigo 29-A, CF;
- II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou
- III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

No caso do Município de **Carlinda**, com Estimativa de População do Município - IBGE - 2024 de **10.324** habitantes, o percentual de repasse fica estabelecido em **7,00%** da Receita Base.

A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2020/2024, que vem em tendência de queda ao longo da série histórica, está apresentada a seguir:

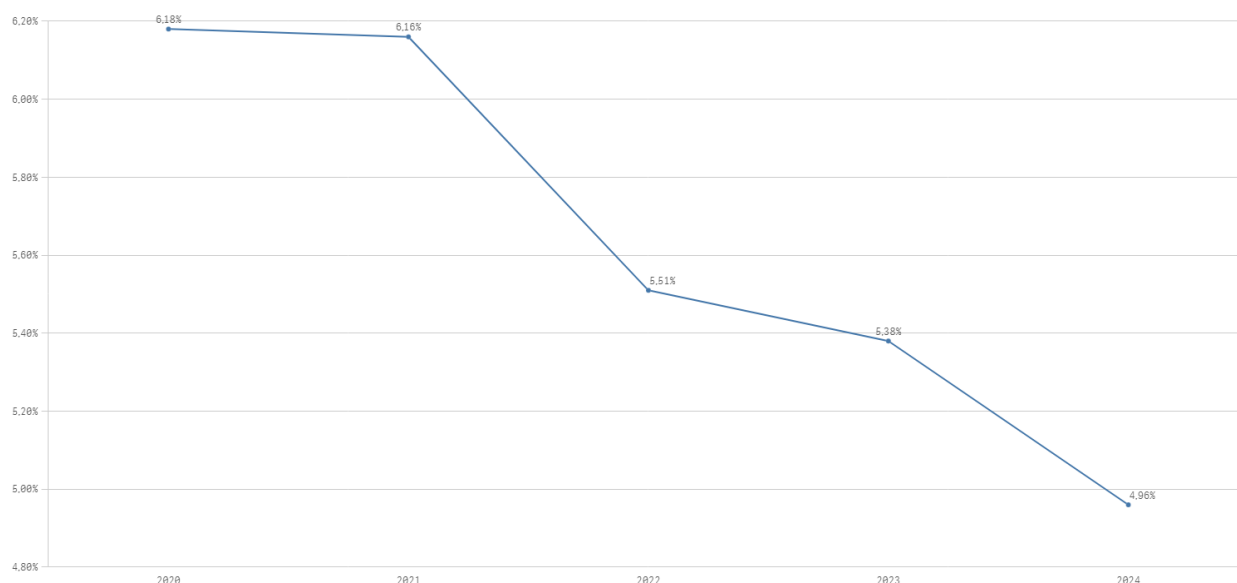




REPASSE PARA O LEGISLATIVO					
	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual máximo Fixado	7,00%				
Aplicado - %	6,18%	6,16%	5,51%	5,38%	4,96%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e APLIC (Exercício Atual). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

Série Histórica - Repasse Legislativo



A partir da análise dos quadros 12.1 e 12.2, constantes no Anexo 12 - Repasse à Câmara Municipal deste relatório, constata-se:

- 1) Os repasses ao Poder Legislativo não foram superiores aos limites definido no art. 29-A da Constituição Federal.
- 2) Os repasses ao Poder Legislativo não foram inferiores à proporção estabelecida na LOA (art. 29-A, § 2º, III, CF).
- 3) Os repasses ao Poder Legislativo ocorreram até o dia 20 de cada mês (art. 29-A, § 2º, II, CF), conforme consta no Parecer da Unidade de Controle Interno sobre as Contas de Gestão da Câmara Municipal de Carlinda-MT referente ao Exercício 2024.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARLINDA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ nº 01.619.852/0001-24





A Lei de Responsabilidade Fiscal é a base para o equilíbrio das contas públicas. Assim, para que qualquer município chegue o ou se mantenha em equilíbrio, deve-se cumprir que a arrecadação suporte a execução orçamentário-financeira. Identificamos com base nos demonstrativos contábeis as seguintes informações:

A receita da Câmara Municipal de Carlinda – MT é advinda do repasse de duodécimos, que devem ser efetuados até o dia 20 de cada mês. Para o exercício 2024, os valores fixados pela LOA são de R\$ 1.800.000,00 (Um milhão e oitocentos mil reais), que tiveram o cumprimento do prazo legal de repasse pelo executivo no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) mensais.

6. 6. LIMITE - DESPESAS CORRENTES/RECEITAS CORRENTES - Art. 167-A CF

O dispositivo constitucional 167-A preconiza que:

Art. 167-A. **Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento)**, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação da:

I - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

II - criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:

a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não





acarretem aumento de despesa;

b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;

c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 desta Constituição; e;

d) as reposições de temporários para prestação de serviço militar e de alunos de órgãos de formação de militares;

V - realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV deste caput;

VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e de militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

VII - criação de despesa obrigatória;

VIII - adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º desta Constituição;

IX - criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;

X - concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

§ 1º Apurado que a despesa corrente supera 85% (oitenta e cinco por cento) da receita corrente, sem exceder o percentual mencionado no caput deste artigo, as medidas nele indicadas podem ser, no todo ou em parte, implementadas por atos do Chefe do Poder Executivo com vigência imediata, facultado aos demais Poderes e órgãos autônomos implementá-las em seus respectivos âmbitos.

§ 2º O ato de que trata o § 1º deste artigo deve ser submetido, em regime de urgência, à apreciação do Poder Legislativo.

§ 3º O ato perde a eficácia, reconhecida a validade dos atos





praticados na sua vigência, quando:

I - rejeitado pelo Poder Legislativo;

II - transcorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias sem que se ultime a sua apreciação; ou

III - apurado que não mais se verifica a hipótese prevista no § 1º deste artigo, mesmo após a sua aprovação pelo Poder Legislativo.

§ 4º A apuração referida neste artigo deve ser realizada bimestralmente

§ 5º As disposições de que trata este artigo.

I - não constituem obrigação de pagamento futuro pelo ente da Federação ou direitos de outrem sobre o erário;

II - não revogam, dispensam ou suspendem o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que disponham sobre metas fiscais ou limites máximos de despesas.

§ 6º Ocorrendo a hipótese de que trata o caput deste artigo, até que todas as medidas nele previstas tenham sido adotadas por todos os Poderes e órgãos nele mencionados, de acordo com declaração do respectivo Tribunal de Contas, é vedada:

I - a concessão, por qualquer outro ente da Federação, de garantias ao ente envolvido;

II - a tomada de operação de crédito por parte do ente envolvido com outro ente da Federação, diretamente ou por intermédio de seus fundos, autarquias, fundações ou empresas estatais dependentes, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente, ressalvados os financiamentos destinados a projetos específicos celebrados na forma de operações típicas das agências financeiras oficiais de fomento. (grifo nosso)

Em linhas gerais, o artigo 167-A da Constituição Federal prevê que nos casos em que a relação entre as despesas e receitas correntes do Ente atingir o limite de 95%, algumas restrições deverão ser adotadas visando controlar as despesas com pessoal, como, por exemplo, a concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior, criação de cargo,





emprego ou função que implique aumento de despesa e alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa (...).

Importa constar que conforme redação do dispositivo constitucional mencionado, trata-se de uma “faculdade” aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação prevista nos incisos I ao X, quando apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento).

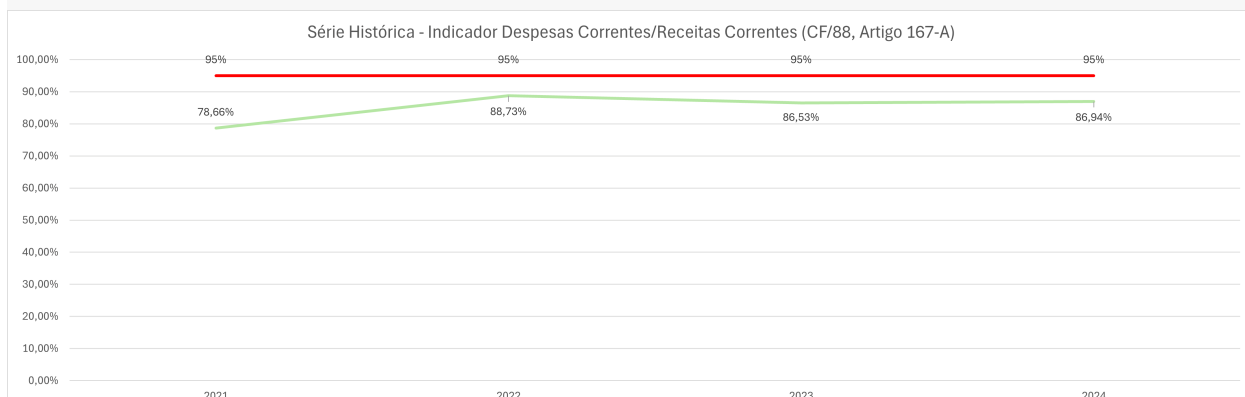
Todavia, se o ente que extrapolar o limite de 95% informado não poderá tomar empréstimos com a União e nem com outros entes, o que torna o dispositivo obrigatório de cumprimento e de verificação nos casos de análises e concessões de créditos pelos Órgãos e Poderes a que se refere.

Os Tribunais de Contas serão responsáveis por atestar o percentual da relação entre a receita e a despesa corrente e, caso esse percentual supere 95% (noventa e cinco por cento), atestar a adoção dos mecanismos de ajustes fiscal estabelecidos.

A seguir apresenta a relação entre despesas correntes e receitas correntes dos exercícios de 2021 a 2024:

Exercicio	Receita Corrente Arrecadada (a) R\$	Despesa Corrente Liquidada (b) R\$	Despesas Inscritas em RPNP (c) R\$	Indicador Despesa /Receita (d) %
2021	R\$ 42.588.301,36	R\$ 33.426.792,95	R\$ 73.605,31	78,66%
2022	R\$ 48.581.991,04	R\$ 43.006.014,82	R\$ 101.663,37	88,73%
2023	R\$ 57.721.262,95	R\$ 49.931.685,10	R\$ 15.594,00	86,53%
2024	R\$ 72.990.844,63	R\$ 63.455.404,18	R\$ 7.361,29	86,94%

Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita (valores Líquidos). Anexo: Despesa> Quadro: Despesa por Categoria Econômica.





Em relação ao exercício de 2024, bem como toda a série histórica 2021 /2024, a relação despesas correntes versus receitas correntes esteve dentro do limite de 95% estabelecido pelo Artigo 167 da Constituição Federal.

7. REGIME PREVIDENCIÁRIO

Os servidores efetivos do município estão vinculados Regime Próprio de Previdência - RPPS e os demais ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

7. 1. NORMAS GERAIS

7. 1. 1. ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - ISP

Índice de Situação Previdenciária - ISP-RPPS é um instrumento do Ministério da Previdência Social que mede a qualidade da gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS dos entes federativos. Criado para avaliar a gestão, sustentabilidade financeira e equilíbrio atuarial dos RPPS, o índice utiliza dados informados pelos próprios entes no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social - CADPREV e no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI.

A Portaria SPREV n.º 14.762/2020 estabelece a composição, metodologia de aferição e periodicidade do Indicador de Situação Previdenciária e autoriza sua publicação. Nos termos de seu art. 4º, tem-se que a metodologia do ISP-RPPS envolve a análise de três dimensões principais: gestão e transparência, situação financeira e situação atuarial. Cada uma dessas dimensões é composta por indicadores específicos, como regularidade previdenciária, envio de informações, modernização da gestão, suficiência financeira, acumulação de recursos e cobertura de compromissos previdenciários. Os entes federativos recebem classificações A, B ou C, conforme o desempenho em cada indicador.





Portaria SPREV n.º 14.762/2020

Art. 4º A classificação do ISP-RPPS será determinada com base na análise dos indicadores abaixo, relacionados aos seguintes aspectos:

I - gestão e transparência:

- a) Indicador de Regularidade;
- b) Indicador de Envio de Informações;
- c) Indicador de Modernização da Gestão;

II - situação financeira:

- a) Indicador de Suficiência Financeira;
- b) Indicador de Acumulação de Recursos;

III - situação atuarial: Indicador de Cobertura dos Compromissos Previdenciários.

§ 1º A cada indicador será atribuída uma **classificação A, B ou C**.

§ 2º Para os indicadores a que se referem os incisos II e III do caput, será atribuída a classificação C caso os demonstrativos utilizados em seu cálculo não tenham sido enviados no prazo previsto no inciso I do caput do art. 2º. (grifado)

A Portaria MTP n.º 1.467/2022 assim dispõe:

Portaria MTP n.º 1.467/2022

Art. 238. O Índice de Situação Previdenciária dos Regimes Próprios de Previdência Social - ISP-RPPS será aferido anualmente segundo conceitos, critérios de composição, metodologia de cálculo e periodicidade estabelecidos pela SPREV.

§ 1º Para apuração do ISP-RPPS serão utilizadas as informações de que trata o art. 241, relativas ao exercício anterior ao de sua divulgação, encaminhadas até a data-base estabelecida pela SPREV.

§ 2º Para fins de cálculo e divulgação do ISP-RPPS os regimes próprios serão segregados em grupos, conforme seu porte, calculado pelas quantidades de segurados e beneficiários do





RPPS, e subgrupos, de forma a refletir o grau de maturidade da sua massa.

§ 3º As informações detalhadas sobre a composição e metodologia de aferição do ISP-RPPS serão disponibilizadas pela SPREV na página da Previdência Social na Internet por meio de relatório anual, com a correspondente memória de cálculo do índice.

§ 4º Após ser publicado o relatório anual de que trata o § 3º, os interessados terão o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar à SPREV, impugnação aos resultados apresentados, cuja apreciação e decisão serão informadas aos interessados em até 30 (trinta) dias contados do encerramento do prazo para apresentação da impugnação, procedendo-se, então, se for o caso, à revisão do ISP-RPPS que será considerado válido até a próxima divulgação anual do índice.

§ 5º Caso ocorra alteração de composição ou de metodologia de aferição do ISP-RPPS antes do prazo de 3 (três) anos da última alteração, os resultados com a antiga metodologia deverão continuar a ser divulgados até o término desse período.

Na edição de 2024, incorporou-se o Indicador de Reforma RPPS e Vigência do Regime de Previdência Complementar - RPC. Essa métrica reflete a adoção de reformas previdenciárias pelos entes, conforme exigências da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

O índice é essencial para avaliar a saúde previdenciária dos estados e municípios, influenciando a concessão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, que não busca comparar diretamente os entes, mas garantir que boas práticas sejam seguidas para um sistema previdenciário sustentável.

De acordo com o Relatório Final do Indicador de Situação Previdenciária, publicado em 03/12/2024, pelo Ministério da Previdência Social, o Município de Carlinda apresenta a classificação C, conforme se demonstra a seguir:

ENTE	UF	GRUPO	SUBGRUPO	ISP	PERFIL AUTARIAL
CARLINDA	MT	PEQUENO PORTE	MENOR MATURIDADE	C	II





Nesse sentido, recomenda-se que o gestor municipal promova ações conjuntas com o RPPS, a fim de adotar medidas para fortalecer a governança e gestão, aprimorar a suficiência financeira, a acumulação de recursos, bem como a melhoria da situação atuarial. Essas ações visam garantir uma administração mais eficiente e sustentável dos recursos previdenciários, contribuindo para a melhoria da classificação no ISP.

7. 1. 2. PRÓ-GESTÃO RPPS

O Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - Pró-Gestão RPPS foi instituído pela Portaria MPS n.º 185/2015 e objetiva incentivar a adoção de melhores práticas de gestão previdenciária pelos RPPS, de forma a melhorar o controle dos ativos e passivos e dar maior transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade, consoante estabelece o art. 236 da Portaria MTP n.º 1.467/2022. Em seu §1º, prevê que a adesão ao Pró-Gestão é facultativa e deve ser formalizada por termo assinado pelos representantes legais do ente federativo e da unidade gestora do RPPS, conforme cita-se a seguir:

Portaria MTP n.º 1.467/2022:

Art. 236. O Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS, instituído pela Portaria MPS n.º 185, de 14 de maio de 2015, tem por objetivo incentivar os RPPS a adotarem melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

§ 1º A adesão ao Pró-Gestão RPPS é facultativa, devendo ser formalizada por meio de termo assinado pelos representantes legais do ente federativo e da unidade gestora do RPPS.





O Programa possui 3 dimensões - Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária - e 4 níveis de aderência conforme a complexidade, o porte e a estrutura organizacional que os RPPS podem alcançar, sendo o Nível I o mais simples e o Nível IV o mais avançado, com prazo de validade de 3 anos.

Como vantagens proporcionadas pela certificação, o Manual do Pró-Gestão RPPS elenca:

- a) Melhoria na organização das atividades e processos; b) Aumento da motivação por parte dos colaboradores; c) Incremento da produtividade; d) Redução de custos e do retrabalho; e) Transparência e facilidade de acesso à informação; f) Perpetuação das boas práticas, pela padronização; g) Reconhecimento no mercado onde atua.

Em consulta ao Radar Previdência, na data de 27/05/2025, verifica-se que o RPPS de Carlinda não possui a certificação, tampouco aderiu ao Pró-Gestão. Nesse sentido, recomenda-se a adesão ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - Pró-Gestão RPPS, conforme as diretrizes estabelecidas pela Portaria MPS n.º 185/2015, para a sua implementação e obtenção da certificação institucional, conforme Nota Recomendatória COPSPAS n.º 008/2024.

7. 1. 3. ANÁLISE DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP

O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP é um documento fornecido pela Secretaria de Previdência, do Ministério da Previdência Social, que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei n.º 9.717/1998, pelo Regime Próprio de Previdência Social de um Estado, do Distrito Federal ou de um Município, ou seja, atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.





1) Na análise das informações extraídas, em 27/05/2025, no endereço eletrônico <<https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/extrato/extratoExterno.xhtml?cnpj=01617905000178>>, constatou-se que o Município de Carlinda, por meio do CRP nº 981034-238700, encontra-se REGULAR, com o Certificado de Regularidade Previdenciária (via administrativa), desde 29/11/2024.



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: Carlinda UF: MT
CNPJ Principal: 01.617.905/0001-78

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA N.º 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



EMITIDO EM 29/11/2024
VÁLIDO ATÉ 28/05/2025

N.º 981034 -
238700

7. 1. 4. UNIDADE GESTORA ÚNICA

A Portaria n.º 1.467, de 02/06/2022, disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamentos dos RPPS, e mantém a vedação de existência de mais de um RPPS e unidade gestora em cada ente federativo, conforme art. 71, *in verbis*:





Portaria MTP n.º 1.467/2022

(...)

Art. 71. É vedada a existência de mais de um RPPS para os segurados desse regime em cada ente federativo e de mais de uma unidade gestora.

§ 1º A unidade gestora única deverá gerenciar, direta ou indiretamente, a concessão, o pagamento e a manutenção, dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte devidos a todos os segurados e beneficiários do RPPS e a seus dependentes, relativos a todos os poderes, órgãos e entidades do ente federativo.

§ 2º Há gerenciamento indireto quando a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios forem executados por outro órgão ou entidade integrante da correspondente Administração Pública, atendendo-se, porém, na realização daquelas atividades, ao comando, à coordenação e ao controle da unidade gestora única.

A Emenda Constitucional n.º 103/2019 registrou como mandamento constitucional a referida obrigação, estabelecendo:

Constituição Federal de 1988

Art.40.(...)

§ 20. É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei complementar de que trata o § 22. (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 103, de 2019)

1) Da análise da previdência social dos servidores do município de Carlinda, verifica-se que esses estão vinculados ao Nome do RPPS, não sendo constatados outros Regimes Próprios de Previdência Social.





7. 1. 5. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E PARCELAMENTOS

O caput do art. 40 e inc. I do art. 198 da Constituição Federal/1988 determinam que será assegurado o regime de previdência de caráter contributivo e solidário, a fim de que se preserve o equilíbrio financeiro e atuarial e que o financiamento da seguridade social será de responsabilidade de toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Portanto, é determinação constitucional o recolhimento, tempestivo, da contribuição previdenciária pelo ente público.

De acordo com os dispositivos citados, extrai-se que a Administração Municipal tem a obrigação de contribuir com o custeio do RPPS e o administrador público tem o dever de cumprir os prazos de pagamento de suas obrigações previdenciárias e, caso configurada a situação de atraso e/ou inadimplência no recolhimento das contribuições patronais e segurados, é de sua responsabilidade arcar com os juros e multas dele oriundos.

Portanto, os repasses das contribuições previdenciárias são uma obrigação constitucional, sendo necessário o seu recolhimento dentro do prazo, a fim de não ocasionar o pagamento de **juros e multas por atraso**, não podendo ser tratado como despesas flexíveis de pagamento ou como uma forma de financiamento de outras despesas.

Registra-se que a inadimplência previdenciária prejudica a saúde financeira dos RPPS e, por via de consequência, sua capacidade de pagar eventuais benefícios aos seus segurados.

7. 1. 5. 1. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS, SUPLEMENTARES E DOS SEGURADOS





De acordo com o Parecer Técnico Conclusivo emitido pela Unidade de Controle Interno, nos termos da Resolução Normativa nº 12/2020-TP, o Controlador Interno informou a **adimplência** de contribuições previdenciárias patronais, dos segurados e suplementares, do exercício de 2024, conforme demonstrado no Anexo 17 deste relatório.

Consta no documento denominado Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias (Apêndice A), enviado ao Sistema Aplic, conforme consulta realizada em 19/05/2025, a **adimplência** de contribuições previdenciárias patronais, dos segurados e suplementares, do exercício de 2024, conforme demonstrado no Anexo 17 deste relatório.

Além disso, verificou-se a **adimplência** de contribuições previdenciárias patronais, dos segurados e suplementares, do exercício de 2024, por meio das informações encaminhadas via Sistema Aplic.

Demonstra-se na tabela, a seguir, a consolidação das informações acima:

Contribuições Previdenciárias Patronais:

Fontes das Informações	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Pago em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
DECLARAÇÃO DE VERACIDADE	R\$ 1.989.029,74	R\$ 1.989.029,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
APLIC	R\$ 1.989.029,76	R\$ 1.988.565,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 464,57
PARECER DO CONTROLE INTERNO	R\$ 3.495.903,08	R\$ 3.495.903,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias e Documentos Diversos

Contribuições Previdenciárias dos servidores:

Fontes das Informações	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
DECLARAÇÃO DE VERACIDADE	R\$ 1.409.236,76	R\$ 1.409.236,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
APLIC	R\$ 1.409.236,76	R\$ 1.409.236,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PARECER DO CONTROLE					





Fontes das Informações	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
INTERNO	R\$ 1.409.236,76	R\$ 1.409.236,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias; APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais>Documentos Diversos

Contribuições Previdenciárias Suplementares:

Fontes das Informações	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos monetários Pagos		Diferença em R\$ (A-B)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
DECLARAÇÃO DE VERACIDADE	R\$ 1.506.873,34	R\$ 1.506.873,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
APLIC	R\$ 1.506.873,35	R\$ 1.506.521,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 351,96
PARECER DO CONTROLE INTERNO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias; APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais>Documentos Diversos

1) Da análise das Tabelas de Contribuições Previdenciárias do Sistema Aplic e da Declaração de Veracidade de Contribuições Previdenciárias, verificou-se o repasse das contribuições previdenciárias patronais, no valor de R\$ 1.989.029,74, referente ao período de 2024, devida pela Prefeitura Municipal ao Regime Próprio de Previdência Social. No Parecer Técnico Conclusivo emitido pelo Controle Interno foram somadas as contribuições previdenciárias patronais, no valor R\$ 1.989.029,74, e as contribuições previdenciárias suplementares, no valor de R\$ 1.506.873,34, sob o título de contribuições previdenciárias patronais, totalizando R\$ 3.495.903,08.

2) Da análise do Parecer Técnico Conclusivo emitido pelo Controle Interno, das Tabelas de Contribuições Previdenciárias do Sistema Aplic e da Declaração de Veracidade de Contribuições Previdenciárias, verificou-se o repasse das contribuições previdenciárias dos segurados, no valor de R\$ 1.409.236,76, referente ao período de 2024, devida pela Prefeitura Municipal ao Regime Próprio de Previdência Social.

3) Da análise das Tabelas de Contribuições Previdenciárias do Sistema Aplic e da Declaração de Veracidade de Contribuições Previdenciárias, verificou-se o repasse das contribuições previdenciárias suplementares, no valor de R\$ 1.506.873,34, referente ao período de 2024, devida pela Prefeitura Municipal ao Regime Próprio de Previdência Social.





7. 1. 5. 2. PARCELAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Conforme relatado no Tópico “7.1.6.2. Parcelamento das Contribuições Previdenciárias”, não há acordo de parcelamento relacionado ao exercício de 2024.

7. 1. 6. ATRASO NO REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E PARCELAMENTOS

7. 1. 6. 1. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS, SUPLEMENTARES E DOS SEGURADOS

1) Da análise do Parecer Técnico Conclusivo emitido pelo Controle Interno, das Tabelas de Contribuições Previdenciárias do Sistema Aplic e da Declaração de Veracidade de Contribuições Previdenciárias, verificou-se o repasse regular das contribuições previdenciárias patronais, dos segurados e suplementares, referentes ao período de 2024, devidas pela Prefeitura Municipal ao Regime Próprio de Previdência Social.

7. 1. 6. 2. PARCELAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

De acordo com os Acompanhamentos de Acordo de Parcelamento, obtido no CADPREV verifica-se que não há acordo de parcelamento relacionado com o exercício de 2024, os acordos de parcelamentos são antigos, firmados em 2012.

Consulta Acordo de Parcelamento

Os campos precedidos com asterisco(*) são de preenchimento obrigatório.

Dados da Consulta

Enter: Município de Carlinda

Situação do Acordo: Todos



Não sou um robô



reCAPTCHA

Privacidade - Termos

Consultar Cancelar

Acordos de Parcelamento						
Número do Acordo	Rubrica	Situação do Acordo	Natureza do Acordo	Tipo de Parcelamento	Visualizar DCP	Visualizar Acompanhamento do Acordo
00225/2012	Outros Critérios	Quitado	Antigo			
00226/2012	Outros Critérios	Quitado	Antigo			
00227/2012	Outros Critérios	Quitado	Antigo			





7. 2. GESTÃO ATUARIAL

7. 2. 1. REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A EC n.º 103/2019 determinou que cada um dos entes federados realizasse sua própria reforma da previdência, pela fixação de alíquota mínima de 14% para as contribuições previdenciárias dos servidores, pela limitação dos benefícios previdenciários à aposentadoria e à pensão por morte e pela instituição da previdência complementar para os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, para o valor das aposentadorias e das pensões pagas pelos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS.

No que tange à instituição do Regime de Previdência Complementar - RPC, conforme mencionado, a sua implementação é obrigatória pelos municípios que possuem RPPS. A instituição do RPC se dá pela aprovação da lei de implantação do regime, cujo projeto deve ser de iniciativa do poder executivo municipal, e pela vigência do RPC. Esta se dá pela autorização do convênio de adesão ao plano de benefícios da entidade de previdência complementar pelo órgão fiscalizador competente, caso haja o ingresso de segurados no RPPS com remuneração acima do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, após a instituição do RPC, ou após essa data, para os que vierem a admitir novos servidores que se enquadrem nessa situação, nos termos do art. 158 da Portaria MTP n.º 1.467/2022.

A mesma EC facultou aos entes estabelecer regras de elegibilidade, cálculo e reajustamento dos benefícios de aposentadoria e pensões por morte relativas aos seus respectivos RPPS.

O Ministério da Previdência Social identifica dois tipos de reforma da previdência:

1. **Reforma da Previdência Ampla** - Quando há uma reestruturação significativa no sistema previdenciário, podendo envolver mudanças nas regras





de acesso (idade mínima, tempo de contribuição), cálculo de benefícios, regime de capitalização ou repartição, entre outras medidas que afetam a maior parte dos segurados.

2. Reforma da Previdência Parcial - Quando as mudanças são mais pontuais e atingem apenas grupos específicos de beneficiários, como servidores públicos, militares ou determinadas categorias de trabalhadores. Essa reforma pode incluir ajustes em alíquotas de contribuição, regras de transição ou criação de novas condições para aposentadoria.

Nessa perspectiva, o Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social - CNRPPS emitiu a Recomendação/MTP n.º 2, de 19 de agosto de 2021, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o planejamento e a gestão previdenciária, no que se refere ao equilíbrio financeiro e atuarial, se não bem direcionados, afetarão a capacidade do ente federativo desenvolver outras políticas públicas de relevo, e ameaçarão também a garantia do correto e pontual pagamento de todas as aposentadorias e pensões de responsabilidade do regime previdenciário;

torna público ter deliberado em sua 5ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 18 e 19 de agosto de 2021:

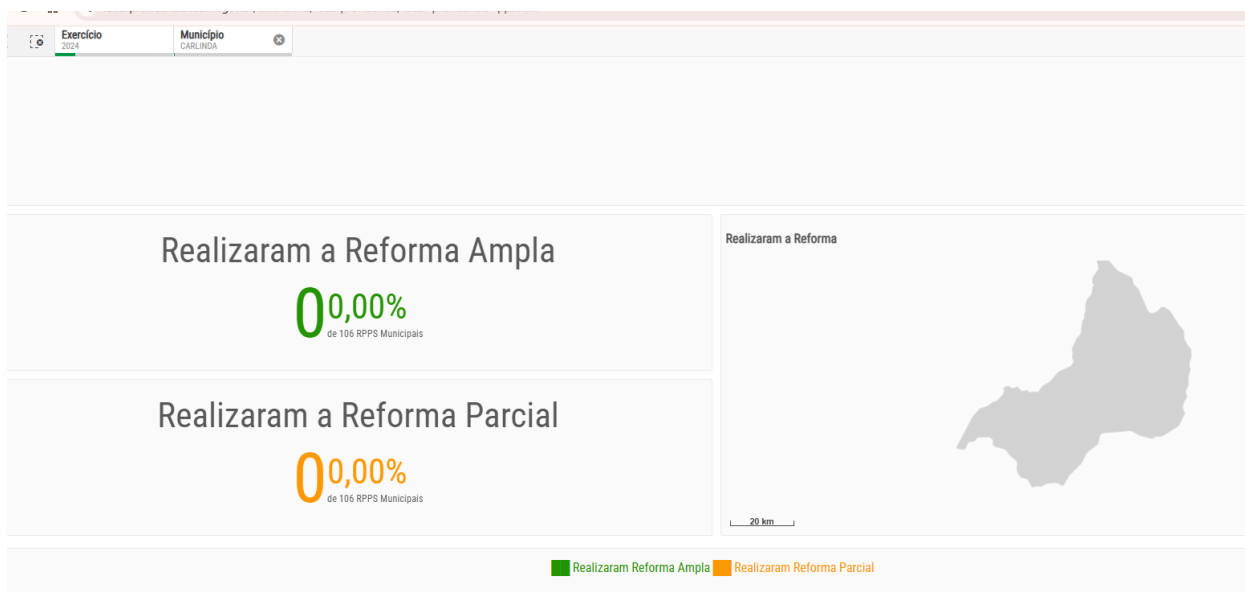
1 - **Orientar** os entes federativos quanto à **necessidade de adotarem as providências para a adequação do rol de benefícios e das alíquotas de contribuição do RPPS e para a instituição e vigência do regime de previdência complementar.**

2 - **Recomendar** aos entes federativos que adotem providências relacionadas à **discussão e aprovação de proposta de reforma do plano de benefícios**, de forma a buscar o atingimento e a manutenção do princípio do equilíbrio financeiro e atuarial. (grifado)

(...)

Em consulta ao Radar Previdência, constata-se que o Município de Carlinda não realizou a reforma **ampla/parcial**, conforme se demonstra:





Sugere-se recomendar ao gestor do município que adote providências relacionadas à discussão e viabilidade de aprovação de proposta de reforma do plano de benefícios acerca das regras de elegibilidade, cálculo e reajustamento dos benefícios de aposentadoria e pensões por morte relativas ao seu RPPS, de forma a buscar o atingimento e a manutenção do princípio do equilíbrio financeiro e atuarial.

Em que pese constar como não realizada a reforma ampla e a reforma parcial, foi instituído: a alíquota mínima de 14% para os servidores ativos; a alíquota patronal de 19,76%; a alíquota supletória de 14,97%; a alíquota de 14% para aposentados e pensionistas, sobre a parcela dos proventos concedidos pelo RPPS que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social; o limite para as aposentadorias e pensão por morte; a previdência complementar; e, o convênio de adesão à previdência complementar.

Está a cargo do RPPS de Carlinda (PREVCAR) apenas os benefícios de aposentadoria e pensão por morte, conforme Lei nº 1.044/2017, os benefícios de: auxílio-doença, salário-família, salário-maternidade, antes previstos na mencionada lei passaram a ser custeados pela orçamentação municipal, conforme Lei nº 1.278/2021.

1) Conforme consulta à Lei nº 1.437, de 15/12/2023, verifica-se que o Município fixou a alíquota mínima de 14% para as contribuições previdenciárias dos servidores, conforme artigo 1º, alíquota patronal de 19,76%, conforme artigo 3º,





alíquota do custo suplementar ficou em 14,97%, conforme Anexo I da Lei, e alíquota de 14% para aposentados e pensionistas, sobre a parcela dos proventos concedidos pelo RPPS que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, conforme artigo 2º. Em 15/07/2024 foram aprovadas as leis nº 1.460 e 1.461, a Lei nº 1.460 revogou a Lei nº 1.437, mantendo as alíquotas nos mesmos patamares.

2) Conforme consulta à Lei nº 1.044, de 14/09/2017, verifica-se que o Município limitou os benefícios previdenciários à aposentadoria e à pensão por morte, conforme artigos 13 e 31.

3) Conforme consulta ao Radar Previdência e à Reavaliação Atuarial nº 1.979, Ano-Calendário 2024, Ano-Civil 2023, Data-Focal 31/12/2023, verifica-se que o Município Carlinda instituiu o Regime de Previdência Complementar - RPC, por meio da Lei nº 1.298, de 10/11/2021.

Exercício
2024

Município
CARLINDA

REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - RPC

A Emenda Constitucional nº 103/2019 exige que todos os Municípios com Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) instituíam um Regime de Previdência Complementar (RPC). Esse regime é voluntário para os servidores. Com essa medida, os benefícios de aposentadoria e pensão pagos pelo RPPS aos novos servidores ficam limitados ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o que ajuda a melhorar as finanças do Município.

Fases de Instituição do RPC:

- Instituição do RPC:** O primeiro passo é a aprovação de uma lei municipal que cria o RPC. Esse projeto de lei deve ser proposto pelo Poder Executivo do Município.
- Aprovação do Convênio de Adesão:** O segundo passo é escolher e contratar uma entidade fechada de previdência complementar para administrar o RPC.

Instituição do RPC
1

Aprovação do Convênio de Adesão
1

de 106 RPPS Municipais

de 106 RPPS Municipais

4) Conforme consulta ao Radar Previdência, verifica-se que o Município Carlinda teve o convênio de adesão com entidade fechada de previdência complementar aprovado.

Exercício
2024

Município
CARLINDA

REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - RPC

A Emenda Constitucional nº 103/2019 exige que todos os Municípios com Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) instituíam um Regime de Previdência Complementar (RPC). Esse regime é voluntário para os servidores. Com essa medida, os benefícios de aposentadoria e pensão pagos pelo RPPS aos novos servidores ficam limitados ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o que ajuda a melhorar as finanças do Município.

Fases de Instituição do RPC:

- Instituição do RPC:** O primeiro passo é a aprovação de uma lei municipal que cria o RPC. Esse projeto de lei deve ser proposto pelo Poder Executivo do Município.
- Aprovação do Convênio de Adesão:** O segundo passo é escolher e contratar uma entidade fechada de previdência complementar para administrar o RPC.





RS 14.246,40

* A consulta principal não mostra os contratos temporários. Para visualizá-los acessar a consulta parametrizada

Dados da pessoa:

Nome:	OSCAR VANDERLEI DE MIRANDA			CPF:	445.135.423-34	Matrícula:	0000002128
Nome da Mãe:	CPF da mãe:	Nome do Pai:	CPF do pai:	Sexo:	Estado civil:	Data nascimento:	
DIRCE KUKAL DE MIRANDA		OSCAR COELHO DE MIRANDA		Masculino	Solteiro(a)	30/08/1961	
Lotação:				Data INÍCIO:	Data FIM:		
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				12/02/2008			
CBO:				Nº concurso:	Tipo previdência:		
MÉDICO CIRURGIÃO GERAL				0000000002/2007	RPPS - Regime Próprio de Previdência Social		
Cargo:				Tipo concurso:	Natureza jurídica:		
MÉDICO POR JORNADA DE 40H/S				Concurso Público (realizado pela UG)	Estatutário		

* INÍCIO: data admissão, contratação ou início do benefício / FIM: data desligamento/reversão do contrato/afastamento. ** ATIVO (forma de ocupação não informada)

Município selecionado: CARLINDA : Exercício: 2024 Usuário: CCORMOND Versão: 3.0.0.5 Terça-feira, 27 de maio de 2025

7. 2. 2. AVALIAÇÃO ATUARIAL

A avaliação atuarial é documento a ser elaborado por atuário, de acordo com as bases técnicas estabelecidas para o plano de benefícios do RPPS, o qual caracteriza a população segurada e a base cadastral utilizada, discrimina os encargos, estima os recursos necessários e as alíquotas de contribuição normal e suplementar do plano de custeio de equilíbrio para todos os benefícios do plano, que apresenta os montantes dos fundos de natureza atuarial, das reservas técnicas e provisões matemáticas a contabilizar, o fluxo atuarial e as projeções atuariais exigidas pela legislação pertinente e que apresenta parecer atuarial conclusivo relativo à solvência e liquidez do plano de benefícios.

A Portaria MTP nº 1.467/2022 estabelece os seguintes parâmetros acerca do referido documento:

Art. 26. Deverão ser realizadas avaliações atuariais anuais com data focal em 31 de dezembro de cada exercício, coincidente com o ano civil, que se refiram ao cálculo dos custos e compromissos com o plano de benefícios do RPPS, cujas obrigações iniciar-se-ão no primeiro dia do exercício seguinte, observados os seguintes parâmetros:

- I - elaboração por atuário habilitado;
- II - embasamento na Nota Técnica Atuarial - NTA;
- III - demonstração da situação do RPPS em relação ao equilíbrio financeiro e atuarial, considerando as normas gerais





de organização e funcionamento dos RPPS e a legislação do ente federativo vigentes na data focal;

IV - inclusão de todos os benefícios concedidos e a conceder e respectivos critérios para sua concessão, manutenção e pagamento, indicando, se for o caso, a necessidade de revisão do plano de benefícios;

V - fornecimento das projeções atuariais e da avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS, de que trata a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000;

VI - apuração das provisões matemáticas previdenciárias a serem registradas nas demonstrações contábeis levantadas nessa data, observadas as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público; e

VII - definição do resultado atuarial do RPPS, com a apuração dos custos normal e suplementar e dos compromissos do plano de benefícios, para estabelecer o plano de custeio de equilíbrio do regime, embasado em regime financeiro e método de financiamento descritos na NTA, indicando, se for o caso, a necessidade de revisão dos planos vigentes.

§ 1º Os resultados das avaliações atuariais anuais deverão ser registrados no Relatório da Avaliação Atuarial que deverá fornecer aos dirigentes e membros dos conselhos deliberativo e fiscal do RPPS e aos gestores e representantes legais dos entes federativos informações que possibilitem o contínuo acompanhamento da solvência e liquidez do plano de benefícios. (Redação dada pela Portaria MTP n.º 3.803, de 16 /11/2022)

§ 2º O Relatório da Avaliação Atuarial deverá demonstrar os ganhos e perdas atuariais.

§ 3º Para registro das provisões matemáticas previdenciárias de que trata o inciso VI do caput deverá ser utilizado método de financiamento alinhado às normas de contabilidade aplicáveis ao setor público e, no caso de, adicionalmente, ser utilizado outro método para a avaliação da situação atuarial do RPPS, seus resultados deverão ser apresentados em notas





explicativas às demonstrações contábeis.

§ 4º Deverão ser elaboradas avaliações atuariais anuais para apuração dos valores dos compromissos e registro das provisões matemáticas previdenciárias nas seguintes situações, observados subsidiariamente os parâmetros de atuária estabelecidos nesta Portaria e as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público: I - em caso de extinção de RPPS; II - para a massa de beneficiários do RPPS sob responsabilidade financeira direta do Tesouro; e III - para os Sistemas de Proteção Social dos Militares - SPSM dos Estados e Distrito Federal.

A obrigatoriedade de os RPPS realizarem a avaliação atuarial está estabelecida na Lei n.º 9.717/1998, a qual determina a sua realização inicial e, em cada exercício, sendo realizado o levantamento dos recursos necessários ao custeio do plano, principalmente, à garantia dos pagamentos dos benefícios aos seus beneficiários, a saber:

Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998

Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

I - realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios; (Redação dada pela Medida Provisória n.º 2.187-13, de 2001).

A avaliação atuarial do **Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Carlinda**, referente ao exercício de 2025, base cadastral de 31/12/2024, foi realizada pelo atuário Sr. **Igor França Garcia**, com registro no MIBA nº **1.659**, vinculado à empresa **Atuarial Consultoria & Investimentos, CNPJ nº 10.541.510/0001-20**.





1) Em consulta ao site da Prefeitura Municipal de Carlinda <<https://www.carlinda.mt.gov.br/> -> PREVCAR -> Cálculo Atuarial> <https://www.carlinda.mt.gov.br/fotos_downloads/11871.pdf> verifica-se a confecção de Reavaliação Atuarial nº 2.153, Ano-Calendário 2025, Ano-Civil 2024, Data-Focal 31/12/2024.

7. 2. 2. 1. RESULTADO ATUARIAL

O equilíbrio atuarial, conforme o art. 2º, inc. XVII, do Anexo VI, Portaria MTP n.º 1.467/2022, é definido de acordo com os termos a seguir transcritos:

Art. 2º Para os efeitos deste Anexo, considera-se:

(...)

XVII. a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, ambas estimadas e projetadas atuarialmente, até a extinção da massa de segurados a que se refere; expressão utilizada para denotar a igualdade entre o total dos recursos garantidores do plano de benefícios do RPPS, acrescido das contribuições futuras e direitos, e o total de compromissos atuais e futuros do regime.

Assim, pode-se dizer que:

- Receitas estimadas = Obrigações (equilíbrio atuarial)
- Receitas estimadas > Obrigações (superávit atuarial)
- Receitas estimadas < Obrigações (déficit atuarial)

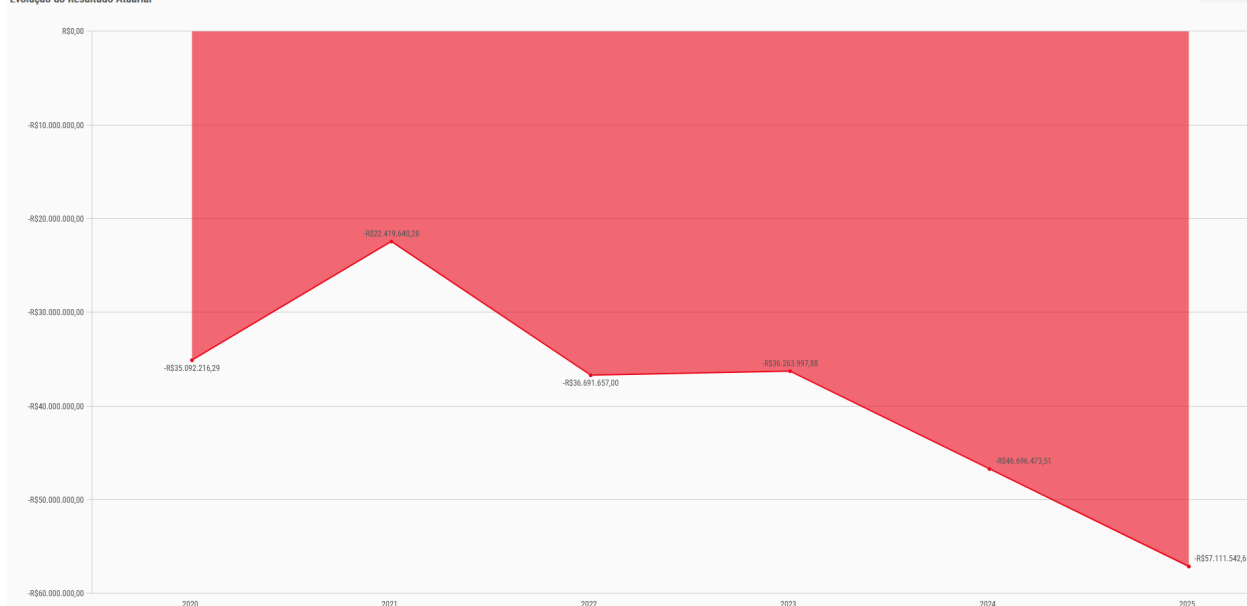
O déficit atuarial indica que o somatório das receitas atuais com as futuras é insuficiente para o pagamento dos compromissos com benefícios previdenciários, ao longo do tempo, necessitando de um plano de amortização para o equacionamento desse déficit.

O gráfico, a seguir, evidencia a evolução do resultado atuarial dos últimos cinco exercícios:





Evolução do Resultado Atuarial



O resultado atuarial de 2023 apresentou déficit de R\$ 36.263.997,88, em 2024 o déficit foi de R\$ 46.696.473,51 e em 2025 o déficit foi de R\$ 57.111.542,65. De 2023 para 2024 o aumento do déficit foi de 28,77% e de 2024 para 2025 o aumento do déficit foi de 22,30%.

E o gráfico seguinte demonstra a variação do resultado atuarial de 2024 em relação ao exercício anterior:





Variação do Resultado Atuarial em Relação ao Ano Anterior



A Portaria MTP n.º 1.467/2022 estabelece diretrizes para a organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social, enfatizando a importância do equilíbrio financeiro e atuarial. Um agravamento do resultado atuarial do município em relação ao exercício anterior pode ser interpretado como uma variação decorrente de mudanças nas hipóteses atuariais, aumento das despesas com benefícios, receitas insuficientes, gestão inadequada dos recursos, taxa de reposição de servidores, dentre outras causas. Essas variações devem ser devidamente acompanhadas de medidas corretivas e preventivas para garantir a sustentabilidade do RPPS a longo prazo.

O art. 55 da Portaria MTP n.º 1.467/2022 estabelece como medidas a serem adotadas para o equacionamento do déficit atuarial:





Art. 55. No caso de a avaliação atuarial apurar déficit atuarial, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento, que poderão consistir em:

I - plano de amortização com contribuições suplementares, na forma de alíquotas ou aportes mensais com valores preestabelecidos;

II - segregação da massa;

III - aporte de bens, direitos e ativos, observados os critérios previstos no art. 63; e

IV - adequações das regras de concessão, cálculo e reajustamento dos benefícios, na forma do art. 164.

§ 1º Complementarmente às medidas previstas no caput, devem ser adotadas providências para o aperfeiçoamento da legislação do RPPS e dos processos relativos à concessão, manutenção e pagamento dos benefícios e para a melhoria da gestão integrada dos ativos e passivos do regime e identificação e controle dos riscos atuariais.

Desse modo, sugere-se que o município adote uma gestão proativa, de modo a avaliar e adotar as medidas permitidas pela Portaria MTP nº 1.467/2022, em seu art. 55, a fim de equacionar o déficit atuarial.

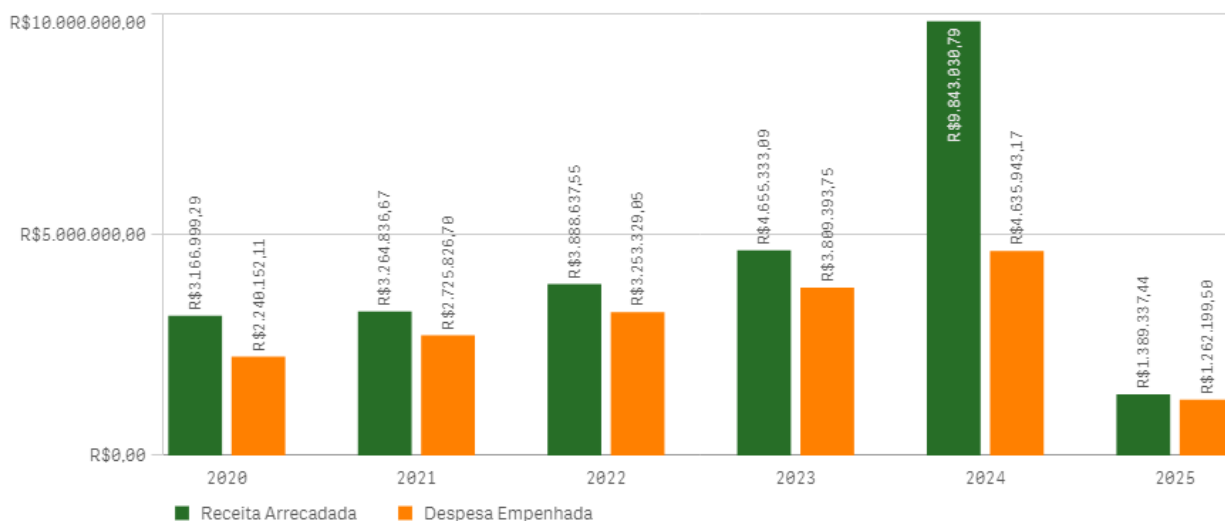
7. 2. 3. RESULTADO CORRENTE DOS RPPS

Apresenta-se, a seguir, o comparativo entre as receitas arrecadadas pelo RPPS e as despesas empenhadas, a fim de se demonstrar a composição do resultado corrente nos últimos exercícios:





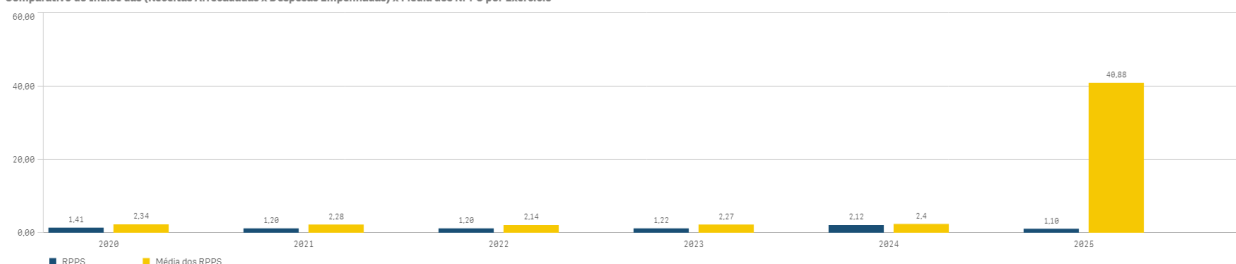
Receitas Arrecadadas x Despesas Empenhadas por Exercício



A série histórica 2020/2025 das Receitas Arrecadadas x Despesas Empenhadas demonstra resultado superavitário, situação essa confirmada no gráfico Comparativo do Índice das (Receitas Arrecadadas x Despesas Empenhadas) x Média dos RPPS por Exercício.

Na comparação com os demais Regimes Próprios de Previdência Social, verifica-se a seguinte situação:

Comparativo do Índice das (Receitas Arrecadadas x Despesas Empenhadas) x Média dos RPPS por Exercício *



O índice do PREVCAR sempre acima de 1,00, o que demonstra o resultado superávitu da série histórica.

7. 2. 4. ÍNDICES DE COBERTURA

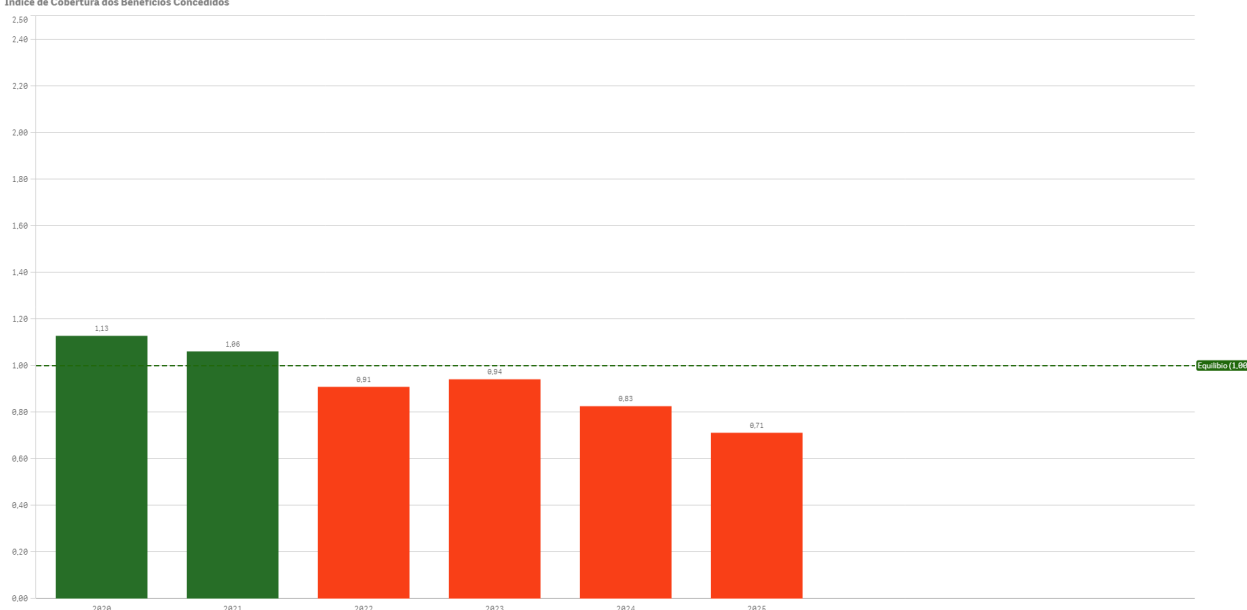
7. 2. 4. 1. ÍNDICE DE COBERTURA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS





O índice de capacidade de cobertura dos benefícios concedidos é calculado com a informação do valor dos ativos garantidores, dividido pelo valor atual dos benefícios concedidos, líquido das contribuições futuras dos benefícios concedidos e das compensações previdenciárias a receber, também, relativa a estes benefícios. Quanto mais próximo de 1,00, maior a capacidade de capitalização de recursos suficientes para a cobertura do valor atual a ser pago aos participantes em pleno gozo dos benefícios.

Índice de Cobertura dos Benefícios Concedidos



Consta na Reavaliação Atuarial nº 2.153, Ano-Calendário 2025, Ano-Civil 2024, Data-Focal 31/12/2024, que “ Todos os cenários de plano de amortização deste Relatório de Reavaliação Atuarial serão apresentados através de Custo Suplementar.”

O índice de cobertura dos benefícios concedidos da série histórica é inferior a 1,00 desde 2022, isso demonstra que o processo de capitalização ainda não cobriu sequer a provisão matemática dos benefícios concedidos.

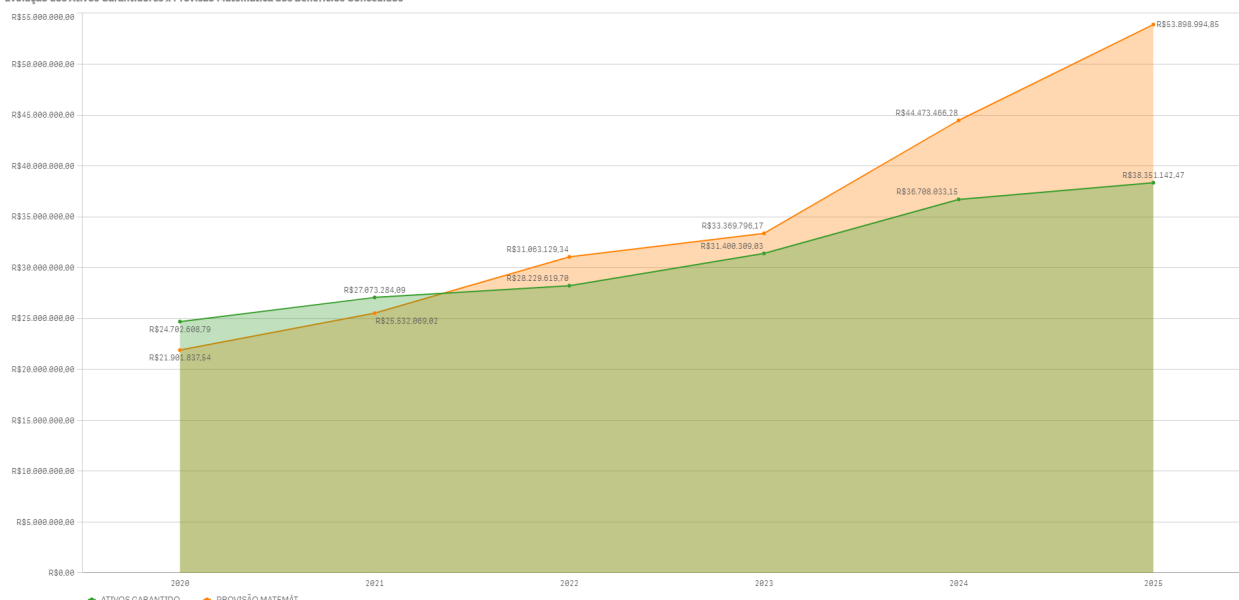
O gráfico a seguir demonstra que a evolução dos ativos garantidores não vem acompanhando a evolução da provisão matemática ao longo da série histórica. **Posto isso, recomenda-se ao gestor municipal que, por intermédio do órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), adote providências concretas para melhorar o índice de cobertura dos benefícios concedidos, de**





modo a fortalecer os ativos garantidores do plano de benefícios, compatibilizar o crescimento da provisão matemática e a política de custeio vigente e realizar o acompanhamento periódico do índice.

Evolução dos Ativos Garantidores x Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos



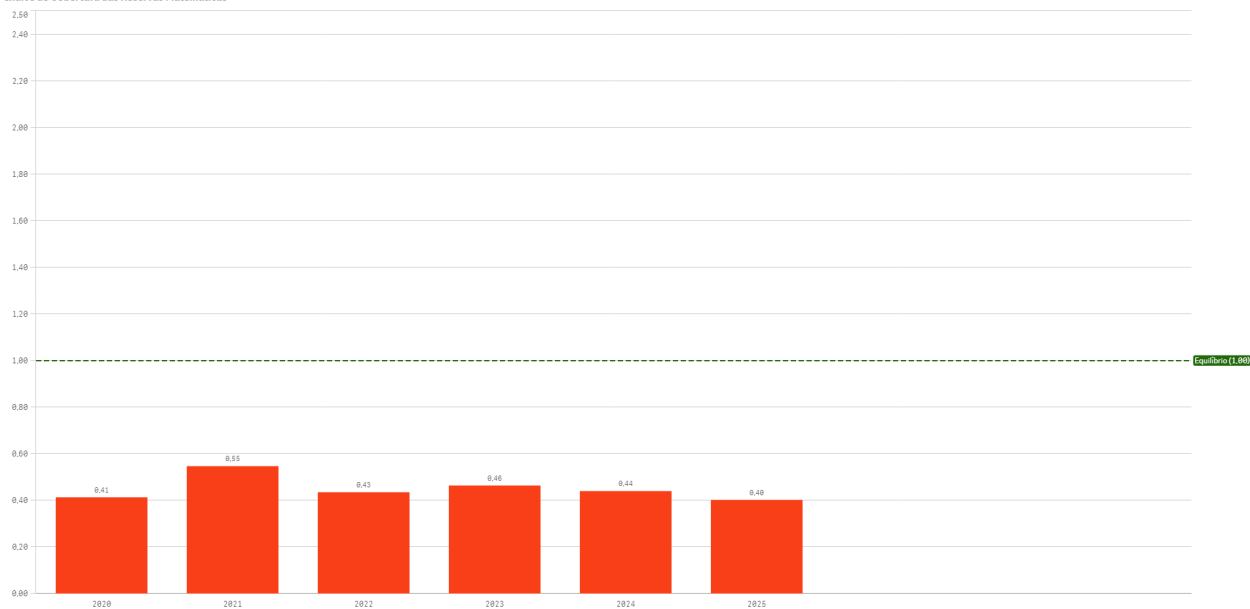
7. 2. 4. 2. ÍNDICE DE COBERTURA DAS RESERVAS MATEMÁTICAS

O índice de cobertura das reservas matemáticas é mensurado com a informação do valor dos ativos garantidores e dividido pelo valor atual dos benefícios concedidos e a conceder, líquido das contribuições futuras desses benefícios e das compensações previdenciárias a receber. Do mesmo modo, quanto mais o índice se aproximar de 1,00, melhor se apresenta a capacidade de o RPPS em capitalizar recursos suficientes para garantir a totalidade de seus compromissos futuros (cobertura dos benefícios concedidos e a conceder).



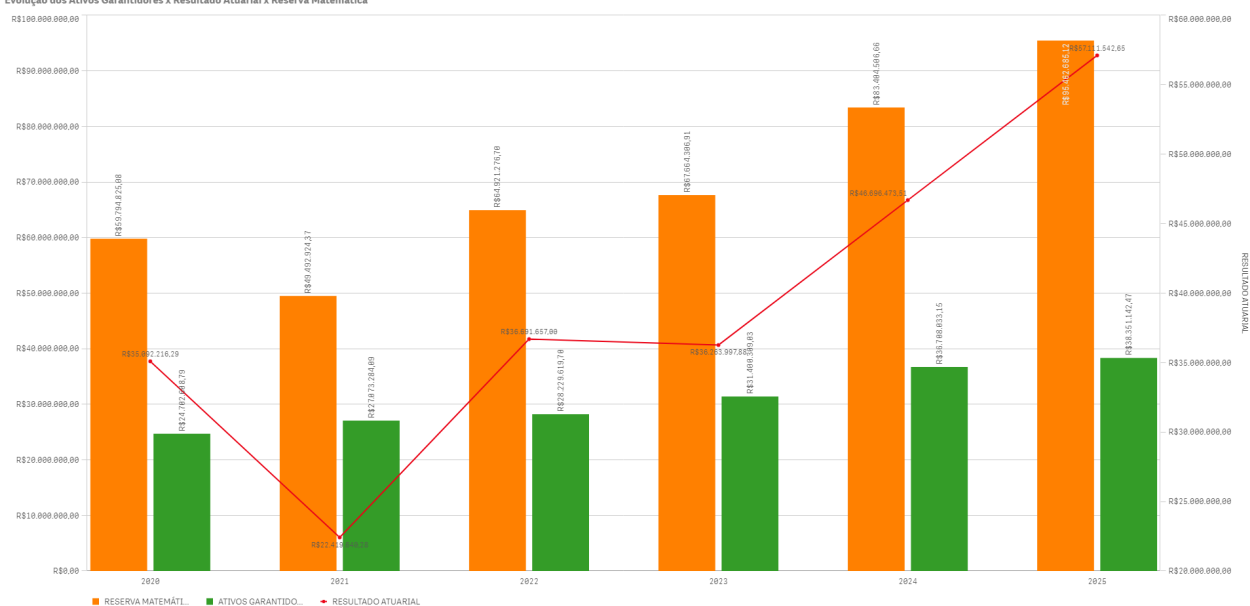


Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas



A série histórica do Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas está bem aquém do desejado, pois, o ideal é que esse índice não esteja distante de 1,00. Desde 2023 esse índice registra tendência decrescente, isso demonstra a necessidade de melhoria no processo de capitalização.

Evolução dos Ativos Garantidores x Resultado Atuarial x Reserva Matemática





1) Na análise do Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas da avaliação atuarial Ano-Calendário 2024 (0,44), Data-Focal 31/12/2023, e Ano-Calendário 2025 (0,40), Data-Focal 31/12/2024, verifica-se que houve um decréscimo na ordem de (-0,04), ou seja, uma piora no índice de cobertura das reservas matemáticas, o que indica uma redução na capacidade do RPPS de acumular recursos suficientes para garantir todos os seus compromissos futuros ou um aumento no passivo atuarial, refletindo, portanto, um desequilíbrio entre os ativos previdenciários e as reservas matemáticas necessárias para cobrir os benefícios. LB99.

Para fins de entendimento das diversas circunstâncias relacionadas à condução da política previdenciária que geram reflexos no resultado atuarial do RPPS, destaca-se, a seguir, trecho do artigo denominado “O Efeito Negativo dos Planos de Equacionamento do Déficit Atuarial Inferiores ao Montante de Juros Anuais” da auditora pública externa do TCE-RS, Sra. Aline Michele Buss Pereira, bacharel em Ciências Atuariais, publicado no livro “Previdência e Reforma em Debate – Estudos multidisciplinares sob a perspectiva do regime Próprio”:

4. Análise do Crescimento dos Déficits Atuariais dos DRAAs de 2015 a 2018 Considerando que os planos de amortização são instituídos pelos entes federativos visando ao equacionamento dos déficits atuariais, por que os déficits atuariais não diminuem se o RPPS possui plano de amortização vigente?

Existem diversos motivos que fazem o déficit atuarial aumentar ao longo dos anos, entre eles, pode-se exemplificar:

- instituição de alíquota de contribuição inferior ao indicado no cálculo atuarial;
- meta atuarial incompatível com a expectativa de rentabilidade dos investimentos de médio e longo prazo;





- estimativa de compensação previdenciária com o INSS, calculada na avaliação atuarial, acima dos valores recebidos pelo RPPS;
- crescimento salarial real dos servidores do ente federativo acima da premissa considerada na avaliação atuarial;
- crescimento da folha de benefícios previdenciários acima do estimado na avaliação atuarial, oriundos de incorporações para fins de aposentadoria e da criação ou majoração de gratificações sem proporcionalidade com o tempo de contribuição para fins de cálculo dos proventos;
- aumento da expectativa de vida do grupo de beneficiários acima do estimado pela tábua de mortalidade; • cadastro previdenciário inconsistente, incompleto ou desatualizado; • alteração de metodologia do cálculo atuarial; e
- plano de equacionamento do déficit atuarial, por alíquotas de contribuições suplementares ou aportes periódicos, com pagamentos inferiores ao montante de juros.

Nesse sentido, para melhorar o índice de cobertura das reservas matemáticas, conforme a Portaria MTP nº 1.467/2022, o RPPS deve adotar uma série de providências estratégicas, tais como, ajustar as alíquotas de contribuição suplementares ou aportes mensais para que sejam suficientes para cobrir os compromissos futuros, conforme indicado nos cálculos atuariais, além de avaliar a adoção das demais medidas elencadas pelo art. 55, da citada portaria, para a amortização do déficit atuarial.

Além disso, é importante estabelecer metas atuariais realistas que estejam alinhadas com a expectativa de rentabilidade dos investimentos de médio e longo prazo. A atualização e consistência do cadastro previdenciário também são cruciais, assim como a regularidade nos repasses financeiros e a avaliação dos impactos das políticas de pessoal do ente federativo.





Portanto, a condução da política previdenciária, por meio de um adequado planejamento, requer o acompanhamento de diversos aspectos que devem ser ponderados com o objetivo de se alcançar o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS de modo consistente e contínuo.

Dispositivo Normativo:

Caput do art. 40, da Constituição Federal; art. 1º, da Lei Federal 9.717/1998; §1º, do art. 1º, e art. 69 da LRF; e art. 25, da Portaria MTP nº 1.467/2022.

1.1) *Desequilíbrio na cobertura das reservas matemáticas, pela falta de um adequado planejamento previdenciário que promova a captação de ativos/recursos suficientes para a melhoria gradativa do alcance do equilíbrio atuarial.* - **LB99**

Descrita no relatório.

7. 2. 5. PLANO DE CUSTEIO

O plano de custeio dos Regimes Próprios de Previdência Social envolve a definição do custo normal e custo suplementar do Plano de Previdência, os quais podem ser definidos conforme abaixo:

Portaria MTP n.º 1.467/2022

Anexo VI

Art. 2º Para os efeitos deste Anexo, considera-se:

(...)

IX - custo normal: o valor correspondente às necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, atuarialmente calculadas, conforme os regimes financeiros adotados, referentes a períodos compreendidos entre a data da avaliação e a data de início dos benefícios;

X - custo suplementar: o valor correspondente às necessidades de custeio, atuarialmente calculadas, destinado à cobertura do tempo de serviço passado, ao equacionamento de déficit gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de





contribuição, inadequação das bases técnicas ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos garantidores necessários à cobertura das provisões matemáticas previdenciárias;

Anualmente, por meio da avaliação atuarial, é realizada a verificação dos recursos necessários para o custeio do plano de previdência, sendo então proposto, pelo atuário, o reajuste do custo normal e/ou suplementar, quando detectada essa necessidade.

O custo suplementar é utilizado para o equacionamento do déficit atuarial, apurado na avaliação atuarial, ou seja, quando o passivo atuarial for superior ao ativo real do plano.

Nesse sentido, a Avaliação Atuarial deverá identificar as principais causas do déficit atuarial e apresentar soluções possíveis, seus impactos e propor um plano de equacionamento, o qual deve ser implementado por meio de lei.

O art. 55 da Portaria MTP n.º 1.467/2022, estabelece a necessidade de adoção de medidas para equacionamento na hipótese de a avaliação atuarial apurar déficit atuarial.

Art. 55. No caso de a avaliação atuarial apurar déficit atuarial, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento, que poderão consistir em:

I - plano de amortização com contribuições suplementares, na forma de alíquotas ou aportes mensais com valores preestabelecidos;

II - segregação da massa;

III - aporte de bens, direitos e ativos, observados os critérios previstos no art. 63; e

IV - adequações das regras de concessão, cálculo e reajustamento dos benefícios, na forma do art. 164.

§ 1º Complementarmente às medidas previstas no caput, devem ser adotadas providências para o aperfeiçoamento da legislação do RPPS e dos processos relativos à concessão, manutenção e pagamento dos benefícios e para a melhoria da





gestão integrada dos ativos e passivos do regime e identificação e controle dos riscos atuariais.

§ 2º O Relatório da Avaliação Atuarial, com base no estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial do RPPS, deverá identificar as principais causas do deficit atuarial por meio do balanço de ganhos e perdas atuariais, apresentar cenários com as possibilidades para seu equacionamento e os seus impactos e propor plano de equacionamento a ser implementado em lei pelo ente federativo.

(...)

§ 6º O plano de equacionamento do deficit somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, observado o prazo previsto no art. 54.

O **Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Carlinda** apresentou, por meio das leis nº 1.437/2023 e nº 1.460/2024, a utilização de **manter o custo normal e modificar o plano de amortização do regime próprio de previdência social, custeados pelo ente federativo, conforme diretrizes emandas pela Portaria MTP nº 1.467/2022**, como forma de amortização do déficit atuarial.

7. 2. 5. 1. DA COMPATIBILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO COM A AVALIAÇÃO ATUARIAL

Para fins de equilíbrio do plano de custeio, na avaliação atuarial do exercício de 2024 foram propostas as seguintes alíquotas:

CUSTO NORMAL	CUSTO SUPLEMENTAR
Alíquota proposta para o exercício	Alíquota/Aporte proposta (os) para o exercício
19,76%	14,00%

Apresenta-se, a seguir, o detalhamento das principais informações das alíquotas de custo normal praticadas e do plano de amortização do déficit atuarial, aprovados em lei:





Lei	Data da Lei	Exercício de referência da avaliação atuarial	Detalhamento
1.437	15/12/2023	2023	DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RELATÓRIO DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2023 - DATA FOCAL 31/12 /2022, MANTÉM O CUSTO NORMAL E MODIFICA O PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, CUSTEADOS PELO ENTE FEDERATIVO, CONFORME DIRETRIZES EMANADAS PELA PORTARIA MTP 1.467 /2022 E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS
1.460	11/07/2024	2024	DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RELATÓRIO DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2024 - DATA FOCAL 31/12 /2023, MANTÉM O CUSTO NORMAL E MODIFICA O PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, CUSTEADOS PELO ENTE FEDERATIVO, CONFORME DIRETRIZES EMANADAS PELA PORTARIA MTP 1.467 /2022 E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS

1) A atual alíquota de custeio normal do RPPS, aprovada pela Lei nº 1.437/2023 e 1.460/2024, está de acordo com a necessidade registrada e proposta na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2024.

- Alíquota de 14% para as contribuições previdenciárias dos servidores;

- Alíquota de 19,76% para o ente federativo;

- Alíquota de 14% para aposentados e pensionistas, sobre a parcela dos proventos concedidos pelo RPPS que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.





2) A atual alíquota/aporte de 14,97% para o custeio suplementar do RPPS, aprovada pela Lei nº 1.437/2023 e Lei nº 1.460/2024, está de acordo com a necessidade registrada e proposta na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2024.

7. 2. 5. 2. DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO

A Portaria MTP n.º 1.467/2022 estabeleceu a obrigatoriedade de demonstração da viabilidade orçamentária, financeira e fiscal quando da elaboração do plano de custeio para a cobertura do déficit atuarial, inclusive, no tocante aos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar n.º 101/2000, conforme detalhamento a seguir:

Art. 53. O plano de custeio proposto na avaliação atuarial deverá observar os seguintes parâmetros:

(...)

II - ser objeto de **demonstração em que se evidencie que possui viabilidade orçamentária, financeira e fiscal** do ente federativo, nos termos do art. 64;

Art. 64. Deverão ser garantidos os recursos econômicos suficientes para honrar os compromissos estabelecidos no plano de custeio e na segregação da massa, cabendo ao ente federativo demonstrar **a adequação do plano de custeio do RPPS à sua capacidade orçamentária e financeira e aos limites de gastos com pessoal impostos pela Lei Complementar n.º 101, de 2000.**

§ 1º Os estudos técnicos de implementação e revisão dos planos de custeio, inclusive de equacionamento de déficit atuarial e de alteração da estrutura atuarial do RPPS, deverão avaliar a viabilidade financeira, orçamentária e fiscal para o ente federativo conforme Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, observados o disposto no Anexo VI, a estrutura e os elementos mínimos previstos do modelo disponibilizado pela SPREV na página da Previdência Social na Internet.

§ 2º Os conselhos deliberativo e fiscal do RPPS deverão





acompanhar as informações do demonstrativo de que trata este artigo, as quais serão, ainda, encaminhadas aos órgãos de controle interno e externo para subsidiar a análise da capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo para cumprimento do plano de custeio do RPPS. (grifado)

Vale comentar que, além do custo suplementar, para o equacionamento do déficit atuarial, o Ente vinculado ao RPPS tem a obrigatoriedade de honrar mensalmente com o custo normal.

O custo normal diz respeito ao montante de recursos necessários para suprir as necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, de acordo com a Lei n.º 9.717/1998 e a Portaria MTP n.º 1.467/2022, apurado, atuarialmente, sendo composto por uma contribuição mensal a ser paga pelo Ente e a ser descontada dos servidores públicos vinculados ao regime de previdência, por meio da aplicação de um percentual sobre sua remuneração da folha de pagamento.

1) Conforme consulta ao site da Prefeitura Municipal de Carlinda <<https://www.carlinda.mt.gov.br/> -> PREVCAR -> Cálculo Atuarial> <https://www.carlinda.mt.gov.br/fotos_downloads/11871.pdf> verifica-se a confecção de Reavaliação Atuarial nº 2.153, Ano-Calendário 2025, Ano-Civil 2024, Data-Focal 31/12/2024 (página 13 e página 140 e seguintes), no qual consta o Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio aprovado pela leis nº 1.460 e 1.461, de 15/07/2024.

2) Da análise do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio aprovado pelas leis nº 1.460 e 1.461, de 15/07/2024, constata-se que o Ente terá condições de honrar com o custo normal e o custo suplementar, respeitando os limites com gastos com pessoal estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2001.

8. CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais e a Lei de Responsabilidade Fiscal, as metas fiscais representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados pelo ente da Federação quanto à trajetória de endividamento no médio prazo. Pelo princípio da





gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção da limitação de empenho e de movimentação financeira. (**Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios**. Válido a partir do exercício financeiro de 2023, Secretaria do Tesouro Nacional. - 13ª ed., pág. 74).

8. 1. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário é calculado com base somente nas receitas e nas despesas não-financeiras e tem por objetivo demonstrar a capacidade de pagamento do serviço da dívida.

Receitas Não-Financeiras - RNF ou Primárias: corresponde ao total da receita orçamentária deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos, as receitas de privatização e aquelas relativas a superávits financeiros. Para evitar a dupla contagem, não devem ser consideradas como receitas não-financeiras as provenientes de transferências entre as entidades que compõem o Ente federativo.

Despesas Não-Financeiras - DNF ou Primárias: corresponde ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

Déficits primários indicam parcela do aumento da Dívida, resultante do financiamento de gastos não-financeiros que ultrapassaram as receitas não-financeiras. Superávits primários direcionados para o pagamento de serviços da dívida contribuem para a redução do estoque da dívida líquida.

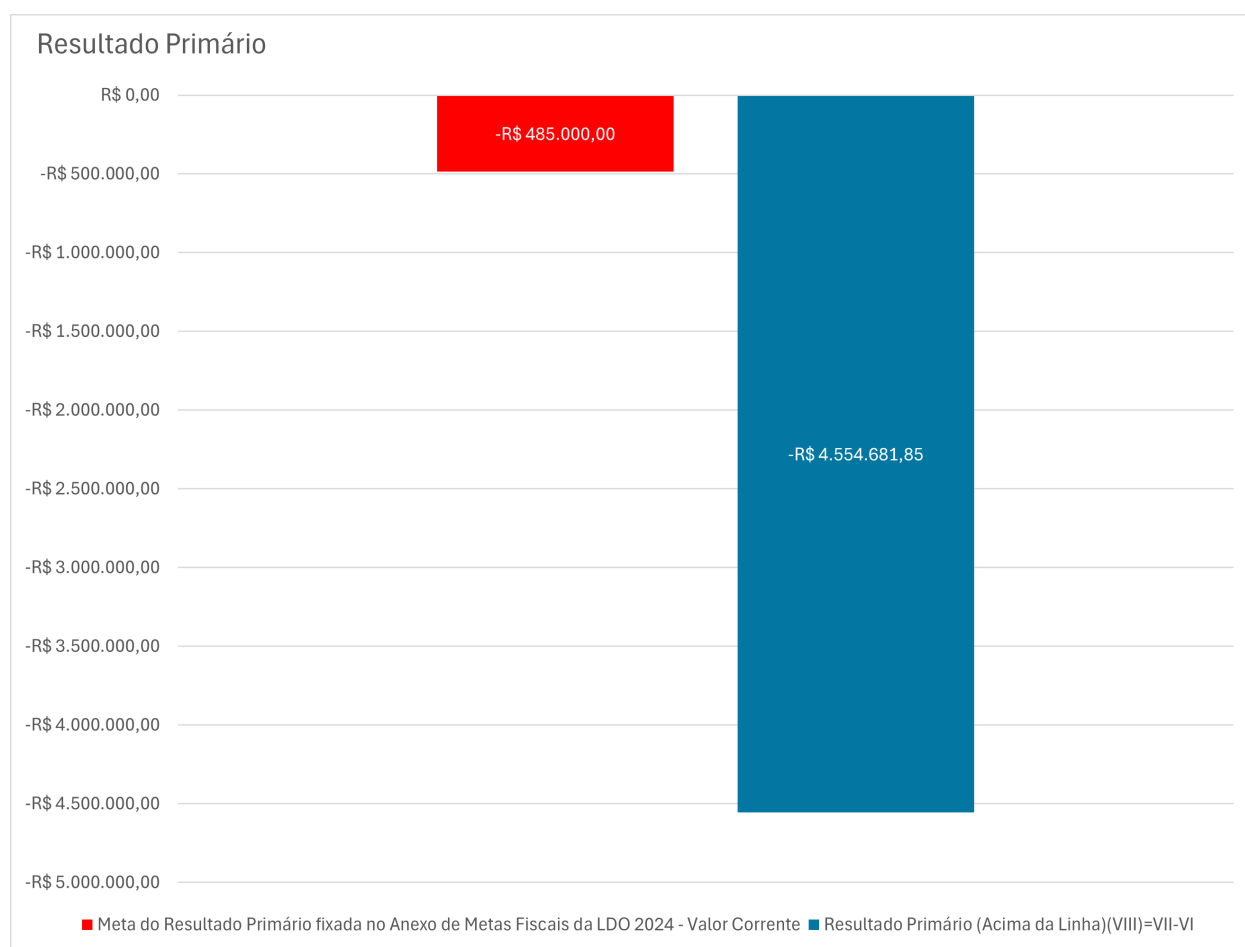
A meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para 2024 é de déficit de R\$ 485.000,00 e o Resultado Primário alcançou o montante de R\$ 4.554.681,85 de déficit, ou seja, o valor alcançado está **abaixo** da meta estipulada na LDO, conforme





demonstra o Quadro 13.2 - Despesas Primárias (Exceto RPPS) constante no Anexo 13 - Metas Fiscais.

Ressalta-se que se utiliza, para fins de análise, o Resultado “Acima da Linha”, ou seja, a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas). Essa metodologia permite a avaliação dos resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal.



1) Houve o descumprimento da meta de resultado primário estabelecida na LDO/2024. DB99.

Dispositivo Normativo:

§ 1º do artigo 1º da LRF.





1.1) Houve o descumprimento da meta de resultado primário estabelecida na LDO /2024. - **DB99**

Houve o descumprimento da meta de resultado primário estabelecida na LDO/2024.

A meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para 2024 é de déficit de R\$ 485.000,00 e o Resultado Primário alcançou o montante de R\$ 4.554.681,85 de déficit, ou seja, o valor alcançado está **abaixo** da meta estipulada na LDO, conforme demonstra o Quadro 13.2 - Despesas Primárias (Exceto RPPS) constante no Anexo 13 - Metas Fiscais.

Esse descumprimento se dá por falha no planejamento, visto que a meta de resultado primário deveria ter considerado os desembolsos por meio de despesa orçamentária (empenho, liquidação, pagamento) a serem realizadas no Exercício 2024, tais como:

- devolução de saldo de convênio (empenhos: 006513/2024, 006676/2024, 006512/2024, 006674/2024, 003391/2024), que totalizaram R\$ 1.420.115,18;
- despesas com obras do Convênio nº 0455-2022, estabelecido com a Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, Contrato nº 22/2023, com recursos recebidos em 14/03/2023, no valor de R\$ 2.863.478,08. Foram realizados os empenhos 000102/2024, 000580/2024 e 004237/2024, nos valores de R\$ 701.601,93, 438.588,27 e 74.940,18, totalizando do R\$ 1.215.130,38, todos liquidados e pagos em 2024. Houve recebimento de recursos em 09/07/2024, no valor de R\$ 2.863.478,07, que provavelmente pode impactar o resultado primário de 2025 (Apêndice B - Resultado Primário);
- As despesas empenhadas em 2024 com recurso do superávit financeiro é de R\$ 10.348.395,52;
- Conforme registrado no Tópico 6.1.1. QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (QLE), em relação ao exercício de 2024 e aos demais exercícios da série histórica 2020/2024, constatou-se que o município de Carlinda não possui Dívida, seja ela: Dívida Mobiliária, Dívida Contratual, Precatórios e Outras Dívidas.

9. POLÍTICAS PÚBLICAS





9. 1. INDICADORES DE EDUCAÇÃO

A educação é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal, essencial para o desenvolvimento pessoal e social dos cidadãos. As políticas públicas de educação são ações e programas implementados pelos governos federal, estadual e municipal visando assegurar o acesso à educação de qualidade para todos. Essas políticas visam não somente a universalização do ensino, mas também a melhoria contínua da qualidade educacional, a valorização dos profissionais da educação e a adequação da infraestrutura escolar.

Os municípios possuem responsabilidades prioritárias em relação às políticas públicas de educação. A Constituição Federal estabelece, no art. 211, § 2º que os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, que abrange creches (que atendem bebês e crianças de até 3 anos) e pré-escolas (4 e 5 anos).

Para a análise das Contas Anuais de Governo dos municípios de Mato Grosso priorizaram-se indicadores do exercício de 2024, que refletem a situação dos municípios no exercício analisado. Entretanto, há mais indicadores relevantes como Adequação da Formação Docente, Média de Alunos por Turma, Taxa de Distorção Idade-série, Taxas de Rendimento Escolar, e outros que até o fechamento deste tópico, não continham dados de 2024. Estes indicadores podem ser acessados no site do Inep (<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>).

9. 1. 1. ALUNOS MATRICULADOS

O Censo Escolar é a principal ferramenta de coleta de informações sobre a educação básica no Brasil, sendo a mais importante pesquisa estatística educacional do país. Coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Censo Escolar é realizado anualmente em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação, abrangendo todas as escolas públicas e privadas do território nacional.





A pesquisa estatística do Censo Escolar é dividida em duas etapas principais. A primeira etapa coleta dados sobre os estabelecimentos de ensino, gestores, turmas, alunos e profissionais escolares em sala de aula. A segunda etapa, realizada ao final do ano letivo, coleta informações sobre o movimento e o rendimento escolar dos alunos.

O objetivo do Censo Escolar é fornecer um panorama da situação educacional do país, permitindo a análise de diversos indicadores, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), taxas de rendimento e fluxo escolar, e a distorção idade-série. Esses indicadores são fundamentais para o monitoramento e a avaliação das políticas públicas educacionais, além de servirem de base para o planejamento e a distribuição de recursos governamentais.

A realização do Censo Escolar é obrigatória para todas as escolas, conforme regulamentado por instrumentos normativos que estabelecem prazos, responsabilidades e procedimentos para a coleta de dados.

De acordo com o Censo Escolar, em 2024 a quantidade de matrículas na rede pública municipal de Carlinda era:

Zona	Educação Infantil				Ensino Fundamental			
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Urbana	213.0	0.0	211.0	0.0	373.0	103.0	0.0	0.0
Rural	3.0	0.0	62.0	14.0	24.0	184.0	0.0	87.0

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Zona	Educação Infantil				Ensino Fundamental			
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Urbana	2.0	0.0	3.0	0.0	22.0	2.0	0.0	0.0
Rural	0.0	0.0	4.0	0.0	1.0	12.0	0.0	6.0

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Dados do Censo Escolar 2024 - Planilhas no site <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>

DOU Anexo I (ensino regular) e DOU Anexo II (educação especial)





9. 1. 2. Ideb

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado por meio da Portaria MEC n.º 931, de 21 de março de 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Ademais, sua relevância está reforçada em legislações posteriores, como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei n.º 9.394/1996: estabelece a necessidade de avaliação do ensino e do desempenho escolar, o Decreto n.º 6.094/2007: define o IDEB como referência para monitoramento da qualidade da educação no Brasil e a Lei n.º 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE): fixa metas educacionais baseadas no IDEB.

O Ideb agrega ao enfoque pedagógico das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

O índice também é importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica.

Embora este indicador não englobe dados do exercício de 2024, ele foi trazido às Contas Anuais de Governo, pois os impactos dos indicadores da educação geralmente demoram alguns anos para aparecerem de forma significativa, especialmente quando se referem a mudanças estruturais em políticas públicas,





formação de professores, currículo ou gestão escolar. Educação é uma política de longo prazo. Entretanto, os dados aqui trazidos são informativos e não gerarão punição ao gestor neste relatório.

No último Ideb realizado, no ano de 2023, cuja divulgação ocorreu em 2024, o município de Carlinda atingiu os índices, conforme detalhamento abaixo:

Descrição	Nota Município	Meta Nacional	Nota - Média MT	Nota - Média Brasil
Ideb - anos iniciais	5,6	6,0	6,02	5,23
Ideb - anos finais	4,9	5,5	4,8	4,6

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

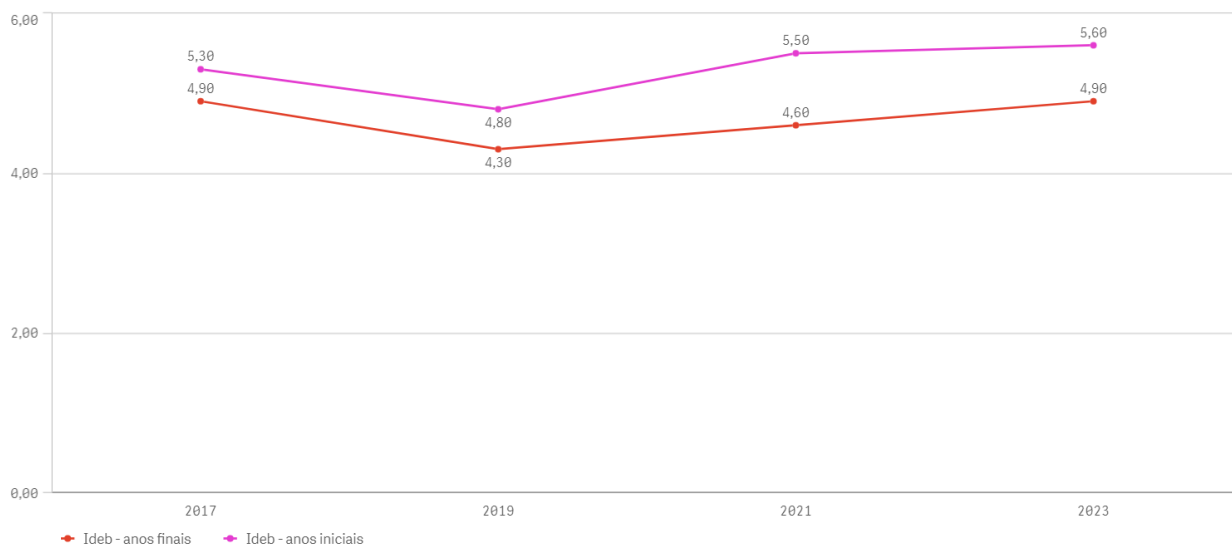
Conforme demonstrado, o desempenho do município está abaixo da meta do Plano Nacional de Educação - PNE, bem como abaixo da média MT no Ideb - anos iniciais.

Abaixo apresenta-se o histórico da nota do Ideb, anos finais, do município das últimas 4 avaliações:

Descrição	2017	2019	2021	2023
Ideb - anos iniciais	5,3	4,8	5,5	5,6
Ideb - anos finais	4,9	4,3	4,6	4,9

Séries Históricas - IDEB

Séries Históricas - IDEB



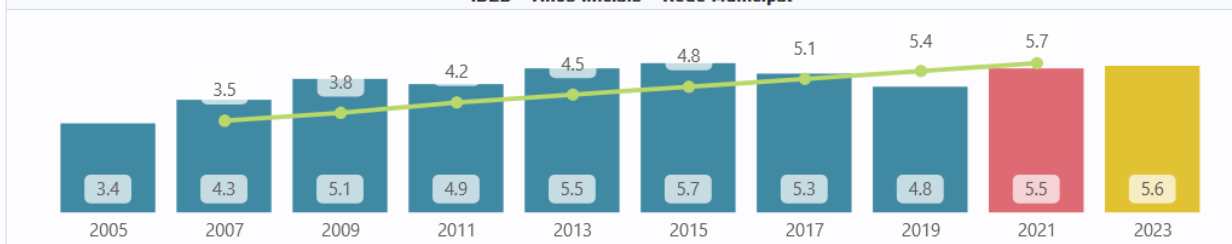


IDEB - Anos Iniciais - Rede Municipal de Carlinda/MT

Série / Ano: Anos Iniciais Dependência: Municipal UF: MT Município: CARLINDA

Ano	2005		2007		2009		2011		2013		2015		2017		2019		2021		2023	
Dependência	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta
Estadual	3.7	-	4.2	3.8	5.0	4.1	5.9	4.5	5.7	4.8	5.6	5.1	5.6	5.4	6.1	5.6	6.1	5.9	6.5	-
Municipal	3.4	-	4.3	3.5	5.1	3.8	4.9	4.2	5.5	4.5	5.7	4.8	5.3	5.1	4.8	5.4	5.5	5.7	5.6	-
Pública	3.6	-	4.2	3.6	5.0	4.0	5.3	4.4	5.6	4.7	5.6	5.0	5.5	5.3	5.4	5.5	5.7	5.8	6.0	-

IDEB - Anos Iniciais - Rede Municipal

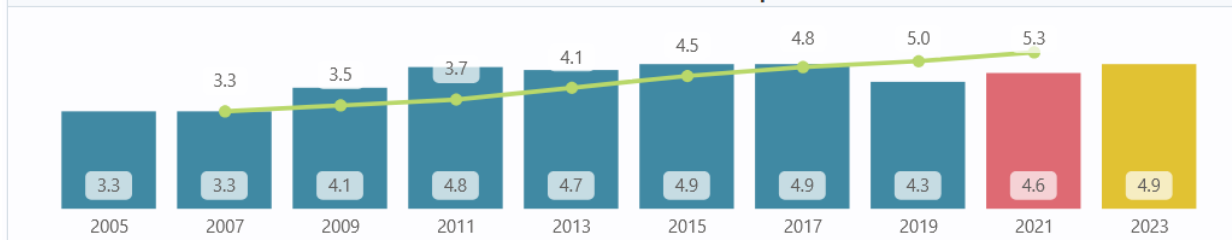


IDEB - Anos Finais - Rede Municipal de Carlinda/MT

Série / Ano: Anos Finais Dependência: Municipal UF: MT Município: CARLINDA

Ano	2005		2007		2009		2011		2013		2015		2017		2019		2021		2023	
Dependência	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta
Estadual	2.8	-	3.3	2.8	4.5	2.9	3.9	3.2	4.4	3.6	5.2	4.0	4.8	4.2	4.8	4.5	-	4.8	4.9	-
Municipal	3.3	-	3.3	3.3	4.1	3.5	4.8	3.7	4.7	4.1	4.9	4.5	4.9	4.8	4.3	5.0	4.6	5.3	4.9	-
Pública	3.0	-	3.3	3.0	4.3	3.1	4.2	3.4	4.5	3.8	5.1	4.2	4.9	4.5	4.6	4.7	4.5	5.0	4.9	-

IDEB - Anos Finais - Rede Municipal



Conforme se observa nos gráficos, tanto os anos iniciais quanto os anos finais, os índices revelam, de maneira geral, crescimento na nota Ideb ao longo da série histórica do município, demonstrando um resultado satisfatório do esforço dos





gestores, em conjunto com a comunidade escolar. Entretanto, continua sendo necessário o gerenciamento permanente de eventuais riscos ou ameaças para a reversão da tendência positiva.

9. 1. 3. FILA EM CRECHES E PRÉ-ESCOLA EM MT

A primeira infância (0 a 6 anos de idade) é a fase mais importante no desenvolvimento do ser humano, pois o que acontece nessa etapa gera impactos positivos ou negativos por toda a vida.

Esses anos iniciais marcam o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (art 29 c/c art 30 da Lei n.º 9.394 /1996)

Neste aspecto, as unidades de educação infantil desempenham um papel crucial para garantir o direito de acesso e de qualidade na educação, recebendo todos os estímulos necessários e a atenção para o seu desenvolvimento integral, neste período. (Lei n.º 8090/1990 - Estatuto da criança e do Adolescente).

Cita-se a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) proferida no Recurso Extraordinário (RE) 1.008.166 (Tema 548 de Repercussão Geral), que considerou a responsabilidade do poder público de garantir a oferta de vagas em creches e pré-escolas para crianças até 5 anos de idade.

Registra-se, ainda, as diretrizes do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), especificamente a sua Meta 1, que consiste em atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE, bem como dois dos seus indicadores, o "1A", que previa a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade; e o "1B", que estabelece a ampliação e oferta de vagas em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o ano de 2024.

Diante desse cenário, considerando que as creches públicas são ambientes que contribuem diretamente no desenvolvimento físico, mental e cognitivo da criança, o TCE/MT, em conjunto com o GAEPE/MT, realizou diagnóstico para





conhecer a realidade de cada município de MT quanto à existência de filas por vagas em creche e pré-escolas em MT, no ano de 2024.

De acordo com os dados declarados pelos gestores municipais de educação, o município de **Carlinda** apresentou os seguintes resultados:

Item	Resposta	Quantidade
Possui fila de espera por vaga em creche?	NÃO	0
Possui fila de espera por vaga em pré-escola?	NÃO	0
Possui obras de creches em andamento? Se sim, quantas vagas serão ampliadas?	NÃO INFORMADO	0
Possui obras paralisadas de creches?	NÃO	0

Resultados do questionário sobre creches e pré-escolas aplicado pelo GAEPE MT em 2024

Conforme se observa, os resultados revelam a inexistência, no ano de 2024, de crianças sem acesso e atendimento à educação na primeira infância no município de Carlinda.

A par da gravidade da situação, o TCE/MT elaborou uma Matriz de Risco a partir dos dados da pesquisa, identificando as situações mais críticas bem como os municípios que são os maiores responsáveis pela fila em MT, de modo a auxiliar na tomada de decisão pelos gestores, legisladores e demais formuladores e controladores da política de educação no estado, nas esferas estadual e municipal. A matriz pode ser acessada por meio do link:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1k93H1puoRHW9Gk24y60Mcd27bXvewyrh/edit?usp=drive_link&ouid=107361362299863107312&rtpof=true&sd=true.

A matriz revela que o município de Carlinda não está no rol dos municípios com situações mais críticas, já que não tem fila de espera.

9. 2. INDICADORES DE MEIO AMBIENTE

A gestão ambiental eficiente é fundamental para o desenvolvimento sustentável dos municípios e para a garantia de qualidade de vida da população. O





monitoramento de indicadores ambientais permite avaliar a efetividade das políticas públicas, orientar a tomada de decisão e assegurar o cumprimento da legislação vigente.

A utilização desses indicadores permite uma análise detalhada e precisa do desempenho ambiental dos municípios, facilitando a identificação de áreas que necessitam de melhorias e a implementação de ações corretivas. Além disso, são essenciais para a formulação de políticas públicas eficazes, promovendo a sustentabilidade, a conservação dos recursos naturais e a qualidade de vida das comunidades. Ao monitorar e avaliar continuamente esses indicadores, os gestores públicos podem tomar decisões informadas e estratégicas, contribuindo para um futuro mais sustentável e equilibrado.

O art. 23, incisos VI e VII, da Constituição Federal, dispõe ser competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios proteger o meio ambiente, combater a poluição e preservar as florestas, a fauna e a flora, cuja regulamentação se dá pela Lei Complementar n.º 140/2011 que, em seu art. 9º, dispõe sobre as ações administrativas de competência dos Municípios.

Ademais, a Lei n.º 12.651/2012 - Código Florestal estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais. Em seu art. 1º, parágrafo único, reforça a responsabilidade comum dos entes federativos e da sociedade civil na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa em áreas urbanas e rurais. Dessa forma, os municípios possuem papel ativo na fiscalização, implementação de políticas ambientais e de incentivo a práticas sustentáveis para a conservação de seus biomas.

Apresenta-se os seguintes indicadores ambientais:

9. 2. 1. DESMATAMENTO

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) disponibiliza, periodicamente, indicadores de desmatamento por meio dos sistemas PRODES e





DETER. O PRODES (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite) mede anualmente a taxa de desmatamento consolidada, fornecendo informações sobre a área desmatada e permitindo análises históricas da supressão da vegetação nativa. Já o DETER (Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real) é um sistema de alerta rápido que identifica desmatamentos em estágios iniciais, possibilitando ações imediatas de fiscalização.

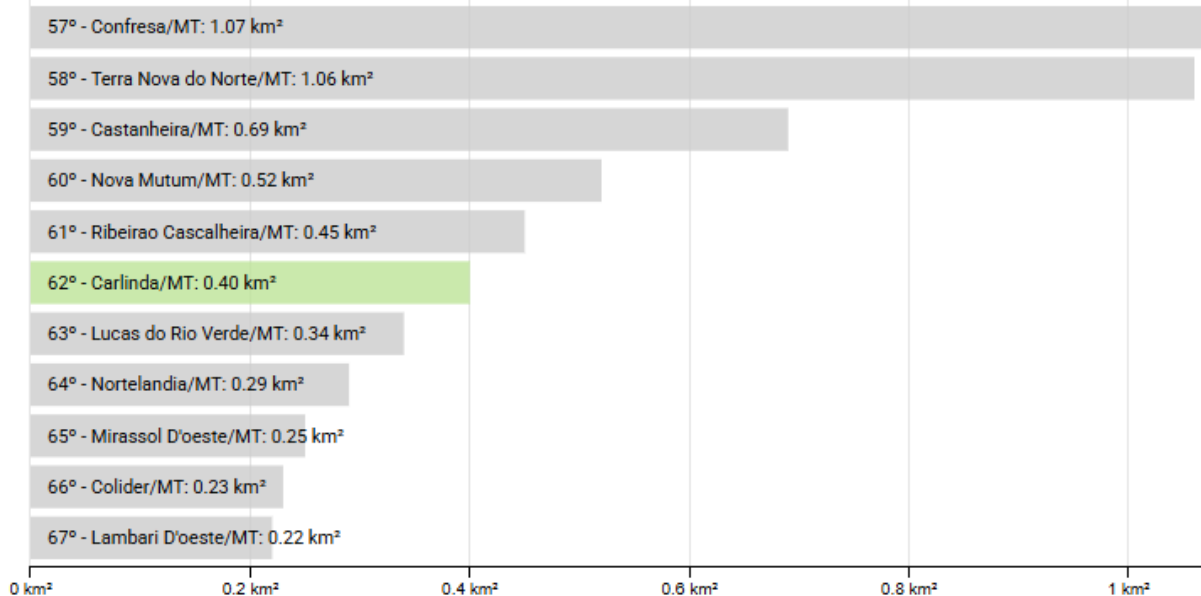
A divulgação desses indicadores é fundamental para orientar políticas públicas, estratégias de combate ao desmatamento ilegal e planejamento territorial sustentável nos municípios.

No ranking Estadual dos Municípios com maior área desmatada, em 2024, o Município de Carlinda, se encontra em **62º** lugar:

Municípios com maior área de desmatamento



Filtro: Carlinda/MT



E no ranking nacional, o Município Carlinda se encontra em **294º** lugar, com maior área desmatada, em 2024:

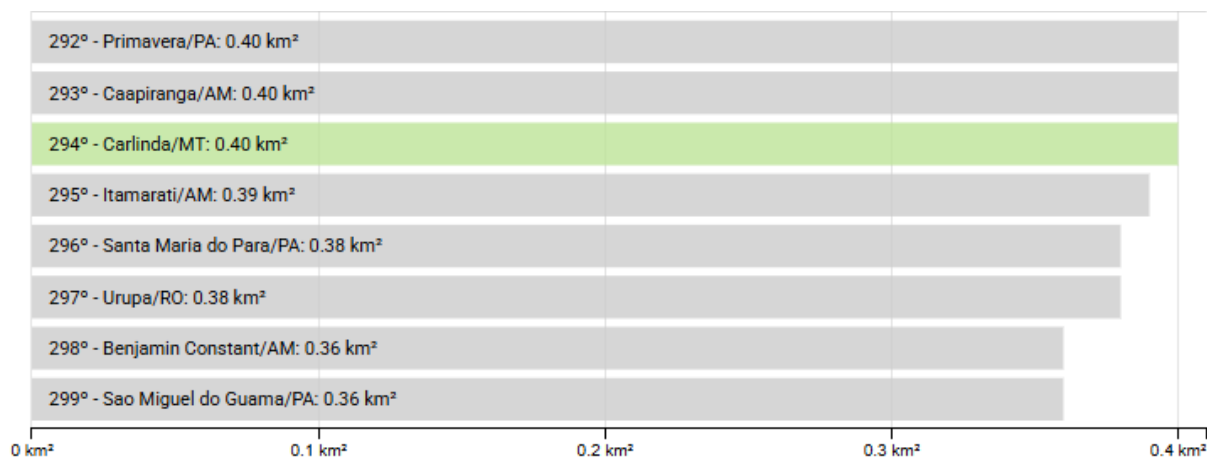
Municípios com maior área de desmatamento



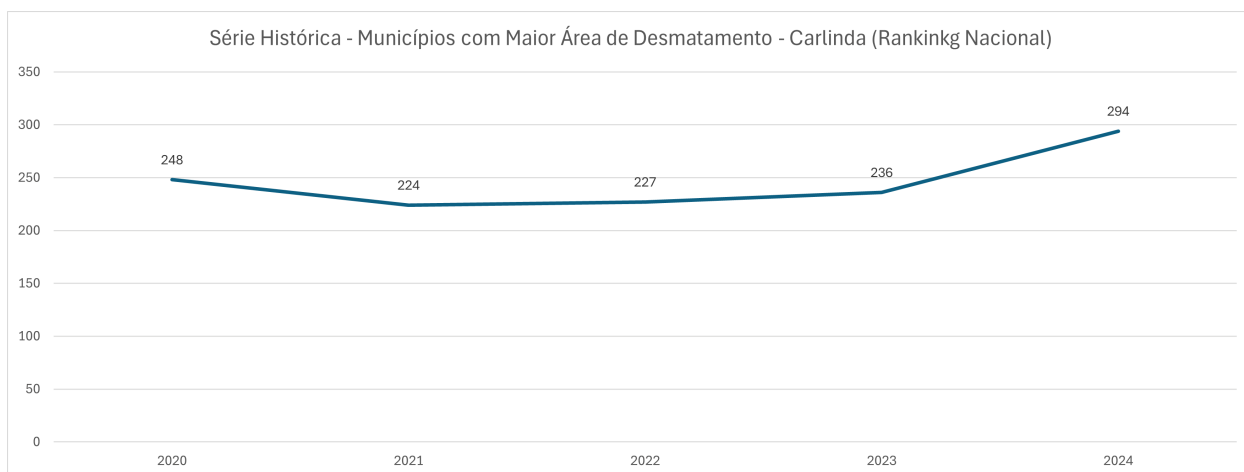
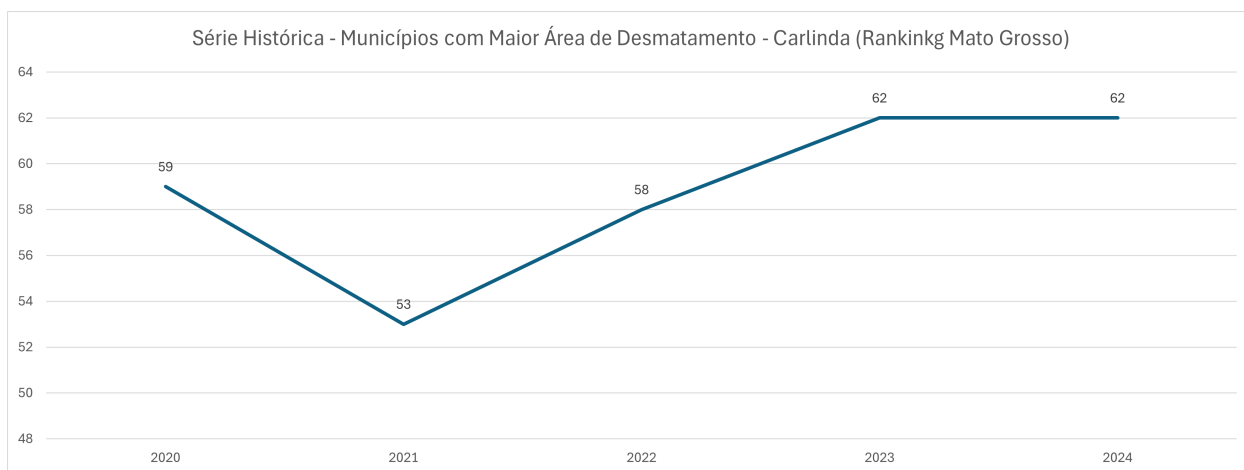
Filtro: Carlinda/MT

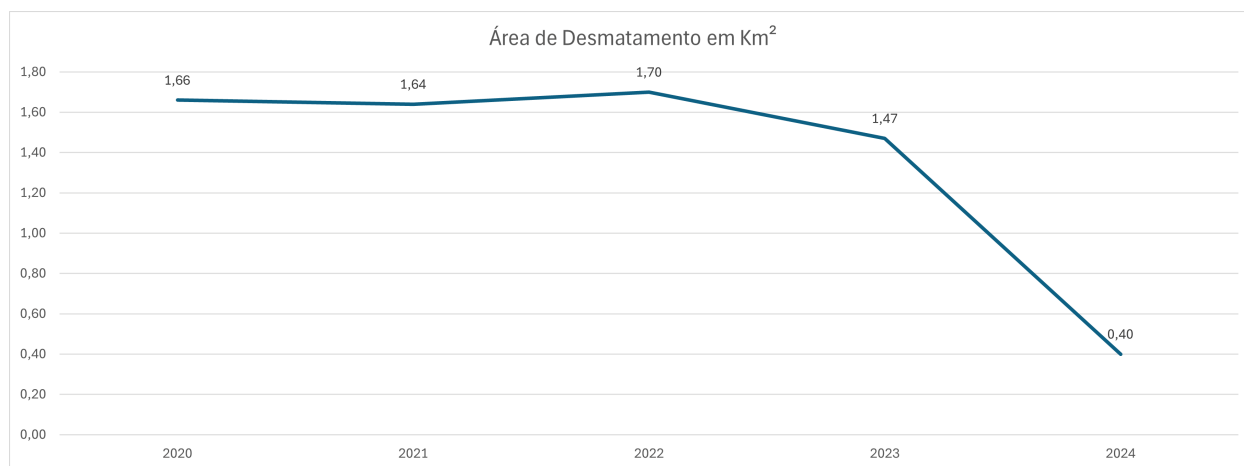
289º	Pedro do Rosario/MA	0.41 km²
290º	Bujaru/PA	0.41 km²
291º	Barreirinha/AM	0.41 km²





Seguem os gráficos, série histórica 2020 a 2024, do município de Carlinda com: ranking de desmatamento em Mato Grosso, ranking de desmatamento no Brasil e área de desmatamento em km².





A série histórica indica que em 2024 foi o ano em que menos houve desmatamento no município de Carlinda, com 0,40 km² de desmatamento, 2022 foi o ano com o pior registro da série, com 1,70 km² de desmatamento.

Tanto no ranking regional quanto no ranking nacional houve melhora na posição do ranking, no período 2021 a 2024, trata de indicador que, quanto pior for a colocação melhor está o município no quesito desmatamento.

9. 2. 2. FOCOS DE QUEIMA

De acordo com o INPE, os termos foco de queima, foco de calor, foco de queimada e foco de incêndio têm o mesmo significado no monitoramento, via satélite, e se referem à detecção de locais com queima de vegetação. Devido à impossibilidade de diferenciar pelo satélite se o fogo é controlado ou um incêndio descontrolado, algumas fontes preferem “fogo ativo”. O Programa Queimadas do INPE adota o termo “foco de queima”, pois a maioria das detecções ocorre em vegetação.

Ainda, segundo o INPE:

(...) “focos de queima” detectados por satélites são excelentes indicadores da queima da vegetação e não uma medida precisa e absoluta do que está ocorrendo na superfície. O número dos





focos é diretamente relacionado à extensão queimada e permite comparações temporais e regionais da ocorrência de fogo na vegetação.

A Lei n.º 14.944, de 31 de julho de 2024, institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, estabelecendo diretrizes para o seu manejo adequado e a prevenção de incêndios florestais no Brasil. Os municípios têm um papel fundamental na implementação dessa política, conforme previsão acerca de sua responsabilidade compartilhada na articulação e execução das ações relacionadas ao manejo do fogo.

Em seu art. 6º, § 2º, prevê a participação dos municípios no Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo, instância consultiva e deliberativa vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, responsável por facilitar a articulação institucional e propor normas. Outrossim, a mencionada lei, no art. 17, ainda, prevê que os municípios que atuam no manejo integrado do fogo devem inserir informações no Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo), garantindo a transparência e o compartilhamento de dados sobre incêndios florestais, queimas controladas e prescritas.

O artigo 21, por sua vez, estabelece os instrumentos para implementação dessa política, que visam promover o manejo integrado do fogo, a recuperação de áreas afetadas por incêndios florestais e a implementação de técnicas sustentáveis para a substituição gradual do uso do fogo como prática agrossilvipastoril. Esses objetivos são alcançados por meio de incentivos e investimentos em ações, estudos, pesquisas e projetos científicos e tecnológicos. Entre os instrumentos financeiros, mencionados no artigo 22, destacam-se as dotações orçamentárias dos municípios, que incentivam investimentos municipais em ações de prevenção e combate a incêndios florestais.

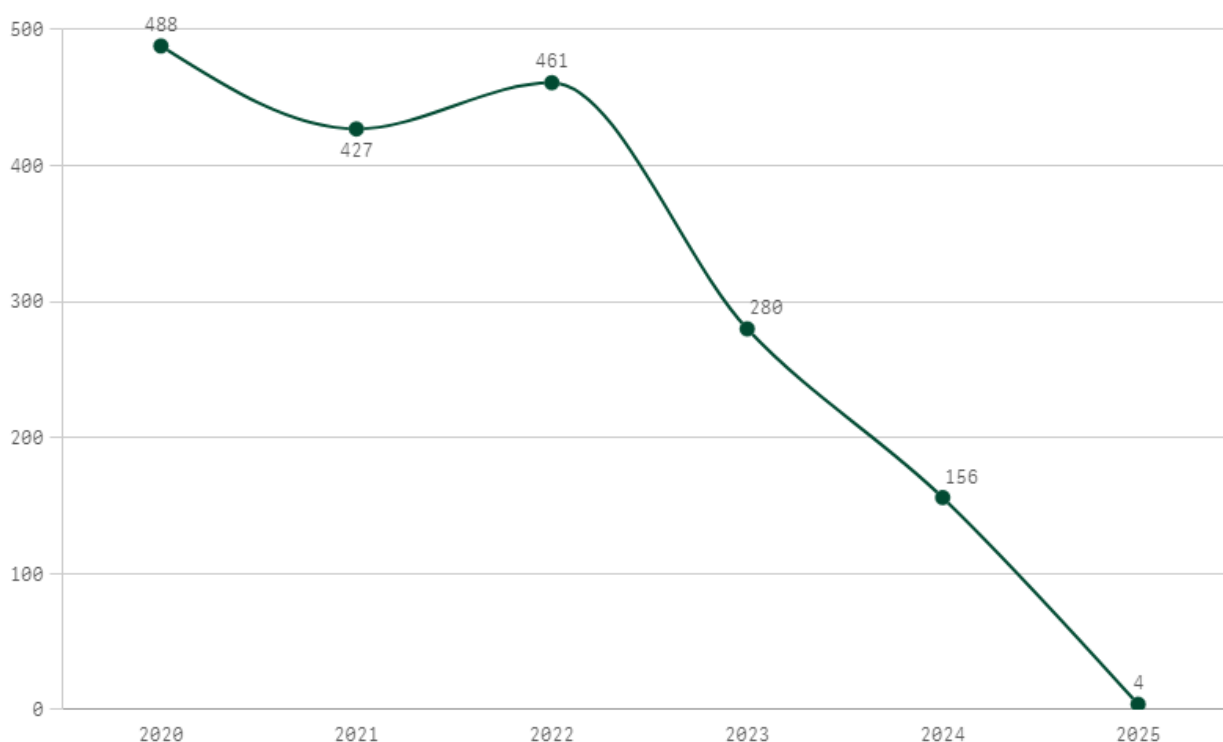
O indicador de Foco de Queima, divulgado pelo INPE, apresentado no Radar de Controle Público do Meio Ambiente, auxilia na identificação e monitoramento de queima da vegetação, sendo uma ferramenta importante para ações preventivas e de combate. O sistema de detecção de focos de calor baseia-se na análise de imagens de satélite que captam emissões térmicas, permitindo que órgãos ambientais e de defesa civil ajam rapidamente para conter os incêndios.





Esse indicador é, especialmente, relevante para a gestão municipal, pois possibilita a implementação de medidas de mitigação, como campanhas educativas, criação de brigadas municipais de incêndio e a formulação de planos de resposta rápida.

Série Histórica



O gráfico demonstra a trajetória descendente dos focos de queima no município de Carlinda. Os dados de 2025 são parciais, podendo haver atualizações.

9. 3. INDICADORES DE SAÚDE

No exercício de sua função de controle externo, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) tem ampliado sua atuação para além da análise contábil e financeira, incorporando o monitoramento de indicadores estratégicos de saúde nas Contas de Governo. Essa iniciativa visa qualificar a avaliação da gestão municipal e promover a tomada de decisão baseada em evidências.





Os indicadores selecionados refletem aspectos fundamentais da política pública de saúde, como cobertura assistencial, qualidade do atendimento, vigilância epidemiológica e despechos populacionais. Ao disponibilizar uma série histórica de cinco anos (2020-2024), o Tribunal permite a identificação de tendências e o diagnóstico da efetividade das ações implementadas, contribuindo também para o fortalecimento do controle social.

A análise concentra-se nos dados referentes ao exercício de 2024, que serve como base para as recomendações e conclusões deste relatório. Ainda que alguns dados estejam em fase de consolidação, os resultados apresentados possibilitam identificar avanços, estagnações ou retrocessos, apoiando os gestores na reorientação de suas políticas e no aprimoramento dos serviços ofertados à população.

Os critérios de classificação utilizados, ainda que não formalizadas por norma legal em alguns casos, são amplamente aceitas e respaldadas por diretrizes técnicas nacionais e internacionais. Para garantir transparência e objetividade na avaliação, **as fontes oficiais e metodologias utilizadas para apuração dos dados** encontram-se detalhadas no **Anexo I - Fonte e Metodologia de Apuração dos Dados em Saúde - Anexo Políticas Públicas de Saúde.**

Os critérios utilizados para classificar cada indicador como de situação boa, média ou ruim estão sistematizados no **Anexo II - Quadro de Referência Técnica para Classificação dos Indicadores de Saúde nas Contas de Governo - Exercício 2024 - Anexo Políticas Públicas de Saúde.**

Adicionalmente, para fins de síntese avaliativa, foi adotado um critério de agrupamento proporcional que permite classificar o desempenho geral do município nos indicadores de saúde como **bom, regular ou ruim**, conforme detalhado no **Anexo III - Critério de Classificação da Situação Geral dos Indicadores de Saúde (Anexo Políticas Públicas de Saúde).** Esse modelo proporciona uma visão integrada do cenário municipal, respeitando a diversidade dos indicadores analisados e orientando a gestão para ações de maior impacto.

Por fim, a análise de cada indicador tem como referência principal os dados de 2024, mas considera também a série histórica dos anos anteriores (2020 a





2023). Para o cálculo da média histórica, o auditor responsável deverá aplicar a seguinte metodologia: valores **iguais a zero** devem ser tratados como **dados válidos** se informados oficialmente; **campos vazios** devem ser considerados **dados ausentes** e excluídos do cálculo. A média será obtida pela **soma dos valores válidos dividida pelo número de anos com dados disponíveis**, desconsiderando os anos sem informação. Essa abordagem assegura a comparabilidade dos dados e evita distorções em função da ausência de registros.

9. 3. 1. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE SAÚDE

A análise de indicadores como mortalidade infantil, materna, por doenças crônicas, homicídios e acidentes de trânsito permite avaliar a efetividade das políticas públicas de saúde nos municípios. Esses dados revelam aspectos essenciais da gestão, como acesso, qualidade do cuidado e condições socioeconômicas locais.

9. 3. 1. 1. TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL - TMI

Taxa de Mortalidade Infantil - TMI	
Conceito	Proporção de óbitos em crianças menores de 1 ano de idade para cada 1000 nascidos vivos no mesmo período.
Interpretação	Estima o risco de um nascido vivo morrer antes de completar o primeiro ano de vida.
Aplicação	Permite aos gestores identificar áreas com maior incidência de mortalidade infantil, orientando intervenções para qualificar o pré-natal, o parto e os cuidados neonatais. Envolve a ampliação do acesso aos serviços, a capacitação das equipes de saúde e o incentivo à realização de partos seguros.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS
	Denominador: SINASC-DATASUS
Endereço eletrônico	DATASUS
Divulgação	Anual
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade Infantil

2020	2021	2022	2023	2024
Não Informado	Não Informado	21,7	36,8	13,5

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde





A TMI é considerada Alta (20 ou mais), Média (entre 10 e 19,99) e Baixa (<10) por 1000 nascidos vivos no mesmo período.

Com base nos dados do Município de Carlinda e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) é classificada como média.

A taxa de mortalidade infantil em 2024 encontra-se em patamar considerado médio, sinalizando avanços na atenção pré-natal, assistência ao parto e cuidados neonatais. Recomenda-se a continuidade das boas práticas voltadas à saúde materno-infantil, visando chegar a patamares abaixo de 10 mortes a cada 1000 nascidos vivos, até porque nos anos de 2022 e 2023 a taxa de mortalidade infantil em Carlinda esteve acima de 20 mortes a cada 1000 nascidos vivos, taxa essa considerada Alta, a média 24 da série histórica 2022 /2024 também é considerada Alta, o que reforça a recomendação.

9. 3. 1. 2. TAXA DE MORTALIDADE MATERNA

Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade Materna - TMM	
Conceito	Razão de óbitos femininos ocorridos durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação a cada 100 mil nascidos vivos.
Interpretação	Estima a frequência de óbitos femininos em idade fértil atribuídos a causas ligadas a gravidez, parto e puerpério, em relação ao total de gestações (representado pelo total de nascidos vivos)
Aplicação	Auxilia gestores a identificar falhas e melhorar os serviços de saúde materna, exigindo qualificação da assistência obstétrica, redução de cesarianas desnecessárias e ampliação do acesso ao planejamento reprodutivo.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS
	Denominador: SINASC-DATASUS
Endereço eletrônico	DATASUS
Divulgação	Anual
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade Materna

2020	2021	2022	2023	2024
Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde





A TMM é considerada Alta (>110 por 100 mil nascidos vivos), Média (entre 70 e 110) e Baixa (<70).

Não há informações acerca da taxa de mortalidade materna do Município de Carlinda, comprometendo a análise deste indicador.

9. 3. 1. 3. TAXA DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIO

Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade por Homicídio - TMH	
Conceito	Proporção de óbitos causados por agressões (causa básica CID-10 X85-Y09) a cada 100 mil habitantes.
Interpretação	Avalia o risco de morte por homicídios e sua relevância como problema de saúde pública. Reflete fatores culturais, socioeconômicos e específicos da violência interpessoal, além de indicar condições da assistência médica e qualidade dos registros das ocorrências.
Aplicação	Orienta políticas e ações intersetoriais para reduzir a violência, refletindo desafios na segurança pública e desenvolvimento social. Exige abordagens integradas, incluindo inclusão social de jovens, combate à violência doméstica, fortalecimento das forças de segurança e ampliação da assistência às populações vulneráveis.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade por Homicídio

2020	2021	2022	2023	2024
49,0	Não Informado	19,7	39,5	19,4

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A TMH é considerada: Alta: > 30 por 100 mil habitantes, Média: 10 a 30 e Baixa: < 10 (referência ideal OMS).

Com base nos dados do Município de Carlinda e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da TMH é classificada como média. Isso indica que ainda há esforços a serem empregados, por meio de políticas intersetoriais de prevenção à violência, a fim





de reduzir a taxa de mortalidade por homicídio, trazendo-a a patamares considerado baixo, que é o índice de menos de 10 mortes a cada 100 mil habitantes.

Ressalta-se que, a média 31,9 da série histórica 2020, 2022/2024 é considerada alta. Posto isso, recomenda-se que se empregue os esforços necessários a fim de reduzir a taxa de mortalidade por homicídio a patamares considerado baixo.

9. 3. 1. 4. TAXA DE MORTALIDADE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO - TMAT

Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade por Acidentes de Trânsito - TMAT	
Conceito	Proporção de óbitos causados por acidentes de transporte (causa básica CID-10 V01-V99) a cada 100 mil habitantes.
Interpretação	Avalia o risco de morte por acidentes de transporte, relacionado à insegurança, falta de educação no trânsito e consumo de álcool, afetando especialmente jovens do sexo masculino, com variações ligadas à qualidade da assistência médica. A TMAT é considerada: Alta : < 20 por 100 mil habitantes, Média : 10 a 20 e Baixa : < 10.
Aplicação	Oferece subsídios para ações educativas, melhoria da infraestrutura viária e reforço na fiscalização, visando reduzir acidentes de trânsito. Destaca a importância da educação desde a infância, fiscalização intensificada, modernização das vias, programas de mobilidade segura e controle de fatores como consumo de álcool e excesso de velocidade.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade por Acidente de Trânsito





2020	2021	2022	2023	2024
19,6	49,5	19,7	59,2	19,4

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A TMA é considerada: Alta: > 20 por 100 mil habitantes, Média: 10 a 20 e Baixa: < 10.

Com base nos dados do Município de Carlinda e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da TMA é classificada como média. Isso indica que ainda há esforços a serem empregados, por meio de: políticas de mobilidade e segurança viária; políticas voltadas às medidas de prevenção, fiscalização e campanhas educativas para redução de acidentes; a fim de reduzir a taxa de mortalidade por acidente de trânsito, trazendo-a a patamares considerado baixo, que é o índice de menos de 10 mortes a cada 100 mil habitantes. A média 33,48 da série histórica 2020/2024 é considerada alta, reforçando a necessidade de esforços a serem empregados a fim de reduzir a taxa de mortalidade por acidente de trânsito.

9. 3. 2. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE ACESSO E COBERTURA

Os indicadores de acesso e cobertura em saúde avaliam a capacidade do sistema em garantir atendimento adequado à população nos diferentes níveis de atenção. Esses parâmetros refletem o alcance e a organização dos serviços básicos de saúde, como atenção primária, vacinação, disponibilidade de profissionais e infraestrutura hospitalar. Altos níveis de cobertura tendem a melhorar a prevenção, reduzir a sobrecarga hospitalar e ampliar a resolutividade do cuidado. Por outro lado, déficits nesses indicadores revelam desigualdades de acesso e demandam ações estruturantes por parte da gestão municipal.

A análise a seguir apresenta os principais indicadores dessa dimensão, com base na série histórica 2020-2024 e ênfase nos resultados do exercício de 2024.

9. 3. 2. 1. COBERTURA DA ATENÇÃO BÁSICA - CAB





Indicador de Acesso e Cobertura: Cobertura da Atenção Básica - CAB

Conceito	A Cobertura da Atenção Básica (CAB) representa a estimativa percentual da população residente em um território que potencialmente tem acesso aos serviços de Atenção Primária à Saúde, por meio de equipes de Saúde da Família (eSF) e/ou de Atenção Primária (eAP) registradas no Sistema Único de Saúde (SUS). É um dos principais indicadores de acesso da população aos cuidados essenciais em saúde.
Interpretação	O indicador de cobertura populacional estimada na Atenção Básica atualmente é utilizado para o monitoramento do acesso aos serviços de Atenção Básica, com vistas ao fortalecimento do planejamento do SUS.
Aplicação	Permite identificar áreas com baixa cobertura, orientando a expansão dos serviços de saúde. A ampliação requer novas UBS em regiões desassistidas, horários estendidos e fortalecimento da Estratégia Saúde da Família (ESF), melhorando o acesso ao atendimento primário e reduzindo a sobrecarga hospitalar.
Fonte	Numerador: CNES
	Denominador: IBGE
Divulgação	Mensal
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

Série Histórica dos indicadores de Cobertura da Atenção Básica

2020	2021	2022	2023	2024
117,7	118,9	118,4	88,8	145,3

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A CAB É calculada com base no número de equipes de Saúde da Família (eSF) e equipes de Atenção Primária (eAP) ativas e parametrizadas, em relação à população estimada pelo IBGE. Sua classificação considera como alta (adequada) a cobertura acima de 80%, média entre 50% e 80%, e baixa quando inferior a 50%.





Nesse sentido, tem-se que, com base nos dados do Município de Calinda, a situação quanto à CAB é alta.

A cobertura da atenção básica está em nível satisfatório, garantindo acesso ampliado à rede primária de saúde. Recomenda-se a continuidade da expansão territorial e qualificação das equipes de saúde da família.

9. 3. 2. 2. COBERTURA VACINAL

Indicador de Acesso e Cobertura: Cobertura Vacinal - CV	
Conceito	Percentual da população contemplado com doses de imunizantes do calendário vacinal em relação ao total da população para a mesma faixa etária, multiplicado por 100.
Interpretação	Quanto maior melhor, uma maior cobertura reflete uma população com melhor bloqueio para a circulação do agente infeccioso.
Aplicação	Orienta campanhas de vacinação e identificação de grupos vulneráveis, prevenindo surtos e doenças imunopreveníveis. Sua ampliação exige conscientização educativa, descentralização dos pontos de vacinação e oferta ampliada nos serviços de saúde, incluindo horários estendidos e estratégias móveis para atingir maior cobertura.
Fonte	Numerador: PNI
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

Série Histórica dos indicadores de Cobertura Vacinal

2020	2021	2022	2023	2024
75,9	98,8	112,3	102,1	119,0

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Cobertura Vacinal (CV), para a maioria das vacinas, tem meta de cobertura de 90% a 95%.

Com base nos dados do Município de Carlinda e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da CV Geral é classificada como alta.





A cobertura vacinal no município atingiu os patamares recomendados, contribuindo para o controle de doenças imunopreveníveis. É fundamental manter estratégias eficazes de vacinação e comunicação social.

9. 3. 2. 3. NÚMERO DE MÉDICOS POR HABITANTES - NMH

Indicador de Acesso e Cobertura: Número de Médicos por Habitante - NMH	
Conceito	Razão de profissionais médicos por mil habitantes, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
Interpretação	Mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica.
Aplicação	Facilita o planejamento da distribuição de médicos e a identificação de áreas com escassez, assegurando atendimento equitativo. Pode ser ampliada com incentivos à fixação profissional em regiões remotas, expansão da telemedicina e parcerias com instituições de ensino para capacitação médica alinhada às necessidades locais.
Fonte	Numerador: CNES
	Denominador: IBGE
Divulgação	Mensal
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

Série Histórica dos indicadores de Número de Médicos por Habitantes

2020	2021	2022	2023	2024
0,5	0,6	0,7	0,7	0,8

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde





O NMH é considerado: Alto (acima de 2,5 médico por 1 mil habitantes - Acima da Média Nacional), Médio (entre 1,0 e 2,5 - Zona Intermediária) e Baixo (Abaixo de 1,0 - déficit de cobertura).

Com base nos dados do Município de Carlinda e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da NMH é classificada como baixa. A média 0,66 da série histórica é baixa também.

O quantitativo de médicos por habitante é insuficiente, tanto em 2024 quanto em toda a série histórica, prejudicando o acesso da população aos serviços de saúde. O município deve investir na atração e fixação de profissionais, além de considerar o uso da telemedicina como alternativa complementar.

9. 3. 3. INDICADORES DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Os indicadores de qualidade apresentados nesta seção permitem avaliar a efetividade dos serviços ofertados no âmbito da atenção básica, especialmente em relação à capacidade de prevenir hospitalizações evitáveis e de acompanhar adequadamente o pré-natal. Mais do que mensurar a cobertura, esses indicadores revelam a capacidade do sistema municipal de saúde em garantir cuidado contínuo, acesso oportuno e intervenções eficazes.

Altas proporções de internações por condições sensíveis à atenção primária e baixa realização de consultas pré-natais adequadas sugerem falhas na organização e desempenho da rede de serviços, exigindo revisão das estratégias de gestão e fortalecimento da atenção básica. A seguir, apresentam-se os dois principais indicadores de qualidade selecionados, com base na série histórica de 2020 a 2024 e foco nos dados mais recentes do exercício de 2024.

9. 3. 3. 1. PROPORÇÃO DE INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO BÁSICA - ICSAP





Indicador de Qualidade dos Serviços de Saúde: Proporção de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica - ICSAP

Conceito	Percentual de internações hospitalares pagas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por condições sensíveis à atenção primária em relação ao número total de internações hospitalares pagas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
Interpretação	Revela o resultado das ações e serviços de promoção da saúde, prevenção de riscos, e do diagnóstico e tratamento precoces. Mensura, de forma indireta, a avaliação da atenção primária e a eficiência no uso dos recursos. Em síntese, o ICSAP mede o percentual de internações hospitalares que poderiam ser evitadas por ações eficazes da Atenção Básica, como prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado de doenças comuns. Altas proporções indicam falhas na resolutividade da APS.
Aplicação	Facilita a avaliação da resolutividade e efetividade da Atenção Primária à Saúde (APS), orientando o planejamento de ações para reduzir hospitalizações evitáveis. Sua melhoria envolve o fortalecimento da APS, ampliação do acesso aos serviços primários, capacitação das equipes multiprofissionais e implementação de estratégias que garantam diagnóstico e tratamento oportunos, reduzindo internações desnecessárias e otimizando recursos.
Fonte	Numerador: CNES
	Denominador: IBGE
Último dado	Dezembro, 2024
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

Série Histórica dos indicadores de Proporção de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica

2020	2021	2022	2023	2024
16,1	12,3	9,1	10,3	9,1

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde





O ICSAP é considerado Alto (acima de 30% - Indicativo de baixa resolutividade da Atenção Básica), Médio (entre 15% e 30% - Situação intermediária) e Baixo (desejável) (abaixo de 15% - Boa atuação da APS na prevenção de internações).

Com base nos dados do Município de Carlinda e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação do ICSAP é classificado como baixa, assim como a média de 11,38% da série histórica também é baixa.

A proporção de internações por condições sensíveis à atenção básica é baixa, indicando boa resolutividade da atenção primária. É importante manter os investimentos em ações preventivas e acompanhamento ambulatorial.

9. 3. 3. 2. PROPORÇÃO DE CONSULTAS PRÉ-NATAIS ADEQUADAS

Indicador de Qualidade dos Serviços de Saúde: Proporção de Consultas Pré-Natais Adequadas	
Conceito	Percentual de gestantes que realizaram o número recomendado de consultas pré-natais do total de nascidos vivos (seis ou mais consultas de pré-natal, com início até a 12ª semana de gestação) em relação ao total de nascidos vivos com informações disponíveis, multiplicado por 100.
Interpretação	Demonstra a capacidade de oferta de consultas médicas e do acompanhamento pré-natal entre os nascidos vivos, quanto maior melhor.
Aplicação	Facilita a avaliação e o planejamento da assistência pré-natal, orientando ações para ampliar o acesso das gestantes às consultas recomendadas. A melhoria envolve qualificação das equipes de saúde, fortalecimento da rede de atenção primária, busca ativa das gestantes com acompanhamento irregular e ações educativas sobre a importância do pré-natal, visando garantir maior cobertura e qualidade na atenção à gestante e ao recém-nascido.
Fonte	Numerador: SINASC
	Denominador: SINASC
Divulgação	Mensal
Endereço eletrônico	DATASUS





Último dado

Dezembro, 2024

Série Histórica dos indicadores de Proporção de Consultas Pré-Natais Adequadas

2020	2021	2022	2023	2024
100,0	100,0	Não Informado	75,0	100,0

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Proporção de Consultas Pré-Natal Adequadas é considerada Alta (adequada) quando o percentual for $\geq 60\%$ (Meta do Previnir Brasil), Média entre 40% a 59,9% (situação intermediária) e Baixa (inadequada) que é $< 40\%$.

Com base nos dados do Município de Carlinda e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da Proporção de Consultas Pré-Natal Adequadas é classificado como alta. A média 93,75 da série histórica 2020/2021 e 2023/2024 é alta.

A proporção de gestantes com pré-natal adequado é satisfatória, refletindo bom acompanhamento da gestação. Recomenda-se manter a busca ativa e o acolhimento qualificado das gestantes na atenção primária.

9. 3. 4. INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS

Os indicadores epidemiológicos permitem monitorar o perfil de adoecimento da população, fornecendo subsídios para ações de prevenção, controle e resposta a surtos e doenças transmissíveis. Avaliam, sobretudo, a efetividade da vigilância em saúde, a cobertura das ações de diagnóstico e a capacidade de resposta dos serviços públicos.

Diferentemente de outros indicadores, taxas elevadas podem refletir um sistema de vigilância atuante e sensível, enquanto valores muito baixos, em alguns casos, podem indicar subnotificação ou falhas na identificação precoce. Dessa forma, é essencial interpretar esses indicadores à luz do contexto local, sazonalidade e estrutura da rede de atenção à saúde.





A seguir, apresentam-se os principais indicadores epidemiológicos utilizados na avaliação das contas públicas municipais, com base na série histórica de 2020 a 2024, destacando os dados do exercício de 2024.

9. 3. 4. 1. PREVALÊNCIA DE ARBOVIROSES

Indicador Epidemiológico: Prevalência de Arboviroses	
Conceito	Proporção de casos confirmados de Dengue, Chikungunya e Zika em relação ao total da população, multiplicado por 100 mil habitantes.
Interpretação	Revela o risco da população ser infectada e desenvolver sintomatologia condizente com o quadro clínico diagnóstico dessas doenças infecciosas.
Aplicação	Orienta ações para controle das arboviroses, incluindo intensificação das estratégias de prevenção, monitoramento ambiental e epidemiológico, fortalecimento das ações educativas e melhoria das condições de saneamento básico, visando reduzir o risco de surtos e epidemias.
Fonte	Numerador: SINAN
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Dengue

2020	2021	2022	2023	2024
1882,5	842,1	1025,8	177,5	1268,9

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção Chikungunya

2020	2021	2022	2023	2024
Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado	9,7

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Prevalência de Arboviroses é considerada Baixa (menor que 100) - Situação controlada; Média (100 a 299) - Alerta intermediário; Alta (300 a 499) - Alta transmissão; e Muita Alta/Epidêmica (500 ou mais) - Situação epidêmica.





Com base nos dados do Município de Carlinda e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação quanto à Prevalência de Arboviroses é muito alta, situação epidêmica.

A elevada prevalência de arboviroses indica falhas no controle de vetores e na prevenção. É urgente intensificar ações integradas de vigilância, saneamento e mobilização social para conter a transmissão.

9. 3. 4. 2. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE

Indicador Epidemiológico: Taxa de Detecção de Hanseníase	
Conceito	Número de casos novos de hanseníase por 100 mil habitantes, em determinado espaço geográfico, no ano considerado (CID-10 A30).
Interpretação	Estima o risco de ocorrência de casos novos da doença, refletindo níveis de exposição ao bacilo causador (<i>Mycobacterium leprae</i>) e indicando as condições socioeconômicas e assistenciais locais.
Aplicação	Facilita o planejamento de ações para o controle da hanseníase, exigindo fortalecimento das equipes de atenção primária, campanhas de diagnóstico precoce, capacitação profissional e melhoria das condições socioeconômicas e de vida da população.
Fonte	Numerador: SINAN
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Hanseníase

2020	2021	2022	2023	2024
19,6	59,4	9,9	9,9	Não Informado





A Taxa de Detecção de Hanseníase é considerada Muito Forte (≥ 40) - Forte transmissão comunitária; Alta (20,00 a 39,99) - Endemia relevante; Média (10,00 a 19,99) - Situação intermediária; e Baixa (2,00 a 9,99) - Controle Razoável e Muito baixa ($<2,00$) - Meta da OMS, todos por 100 mil habitantes.

Com base nos dados do Município de Carlinda e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação quanto à Taxa de Detecção de Hanseníase é baixa, nos anos 2022 e 2023, pois não há informação em relação à 2024.

A taxa de detecção de hanseníase está controlada e acompanhada de ações de vigilância ativa, refletindo bom desempenho na identificação e tratamento oportuno. É importante manter o monitoramento das áreas de risco, ainda mais que a média 24,70 da série histórica é alta.

9. 3. 4. 3. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE EM MENORES DE 15 ANOS

Indicador Epidemiológico: Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos	
Conceito	Número de casos novos de hanseníase em pessoas menores de 15 anos (CID-10 A30), a cada 100 mil habitantes da mesma faixa etária.
Interpretação	Indica a existência de transmissão ativa e descontrole da doença, sugerindo fragilidades na vigilância epidemiológica e no sistema de saúde.
Aplicação	Orienta ações específicas para interromper a cadeia de transmissão, com estratégias intensificadas de diagnóstico precoce, acompanhamento familiar, capacitação das equipes e fortalecimento da vigilância epidemiológica, especialmente em áreas mais vulneráveis.
Fonte	Numerador: SINAN
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS





Último dado

Dezembro, 2024

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos

2020	2021	2022	2023	2024
0,0	16,7	0,0	0,0	Não Informado

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos é considerada Muito Alta (≥ 10) - Transmissão intensa e recente; Alta (5,00 a 9,99) - Endemia relevante para crianças; Média (2,5 a 4,99) - Sinal de transmissão ativa; Baixa (0,50 a 2,49) - Situação Controlada e Muito baixa/eliminação ($<0,50$) - Indicador de interrupção da cadeia de transmissão.

Com base nos dados do Município de Carlinda e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação quanto à Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos é baixa, nos anos 2022 e 2023, pois não há informação em relação à 2024.

A taxa é baixa ou inexistente nos anos 2022 e 2023, sugerindo controle da transmissão da hanseníase em populações jovens. Ainda assim, é necessário manter vigilância ativa e acompanhamento de contatos, pois a média de 4,18 da taxa na série histórica 2020/2023 é considerada média, em decorrência de em 2021 o município ter tido taxa de 16,7, que é considerada muito alta.

9. 3. 4. 4. PERCENTUAL DE CASOS DE HANSENÍASE COM GRAU 2 DE INCAPACIDADE

Indicador Epidemiológico: Percentual de Casos de Hanseníase Grau 2 de Incapacidade	
Conceito	Proporção de casos novos de hanseníase diagnosticados já com grau 2 de incapacidade física em relação ao total de casos novos, multiplicado por 100.





Interpretação	Revela a gravidade dos casos diagnosticados, refletindo falhas no diagnóstico precoce e nas ações preventivas e assistenciais.
Aplicação	Subsidiar o planejamento para ampliar estratégias de diagnóstico precoce, prevenção das incapacidades, capacitação das equipes de saúde e melhoria do acompanhamento dos pacientes, reduzindo sequelas e promovendo qualidade de vida.
Fonte	Numerador: SINAN
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade

2020	2021	2022	2023	2024
50,0	33,3	0,0	0,0	Não Informado

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

Segundo a OMS/MS, a classificação de grau de incapacidade varia de grau 0 a 2, sendo 0 (zero) - sem comprometimento neural evidente; 1 (um) - perda de sensibilidade em mãos, pés ou olhos e 2 (dois) - deformidades ou incapacidades visíveis (ex. retração de mão, úlcera plantar, lagofalmo).

O Percentual de Casos de Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade considera como Muito Alta ($\geq 10\%$) - Diagnóstico muito tardio; Alta (5% a 9,99%) - Situação preocupante; Média (1% a 4,9%) - Alerta moderado; Baixa ($<1\%$) - Boa detecção precoce.





Com base nos dados do Município de Carlinda e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação quanto ao Percentual de Casos de Hanseníase com Grau 2 é baixa, nos anos 2022 e 2023, pois não há informação em relação à 2024.

O percentual de casos com grau 2 de incapacidade está controlado, indicando detecção precoce e qualidade no acompanhamento dos casos. Deve-se manter a vigilância e capacitação das equipes, pois a média de 20,83 do Percentual de Casos de Hanseníase com Grau 2 é alta na série histórica 2020 /2023.

9. 3. 5. CONCLUSÃO TÉCNICA GERAL

Apresentaram situação boa/adequada os seguintes indicadores:

- Cobertura de Atenção Básica é considerada em patamar alto no exercício de 2024, o patamar do período 2020/2024 é alto;
- Cobertura Vacinal é considerada em patamar alto no exercício de 2024, o patamar do período 2020/2024 é alto;
- Proporção de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica é considerada em patamar baixo no exercício de 2024, o patamar do período 2020 /2024 é baixo;
- Proporção de Consultas Pré-Natais Adequadas é considerada em patamar alto no exercício de 2024, o patamar do período 2020/2021 e 2023/2024 é alto;

Assim, recomenda-se a manutenção das boas práticas e o fortalecimento das estratégias exitosas já implementadas para esses indicadores de saúde.

Apresentaram situação estável/intermediária os seguintes indicadores:





- Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos não tem informação referente ao ano de 2024, para o período 2020/2023 tem patamar considerado médio;

Recomenda-se ao gestor municipal revisar as estratégias de atenção primária, prevenção e organização dos serviços, de modo a ampliar o impacto das ações em saúde pública para esse indicador.

Apresentaram situação ruim/inadequada os seguintes indicadores:

- Taxa de Mortalidade Infantil foi considerada em patamar médio no exercício de 2024, para o período 2022/2024 teve um patamar alto;
- Taxa de mortalidade por homicídio foi considerada em patamar médio no exercício de 2024, para o período 2020 e 2022/2024 teve um patamar alto;
- Taxa de Mortalidade por Acidente de Trânsito foi considerada em patamar médio no exercício de 2024, para o período 2020/2024 teve um patamar alto;
- Número de Médicos por Habitantes foi considerada em patamar baixo no exercício de 2024, para o período 2020/2024 teve um patamar baixo;
- Taxa de Detecção de Dengue foi considerada em patamar alto no exercício de 2024, para o período 2020/2024 teve um patamar alto;
- Taxa de Detecção de Hanseníase não tem informação referente ao ano de 2024, para o período 2020/2023 tem patamar considerado alto;
- Taxa de Detecção de Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade não tem informação referente ao ano de 2024, para o período 2020/2023 tem patamar considerado alto;

A análise desses indicadores evidencia um cenário crítico na gestão da saúde municipal, com desempenho insatisfatório em múltiplas dimensões avaliadas. Os dados revelam fragilidades na estrutura da rede assistencial, baixa resolutividade da atenção primária, falhas na vigilância epidemiológica e carência de ações efetivas de prevenção. Recomendam-se medidas corretivas urgentes, priorizando a ampliação da cobertura, a qualificação das equipes, o controle de agravos e o fortalecimento da gestão baseada em evidências.





Não há informação acerca da taxa de mortalidade materna para o período 2020/2024.

9. 3. 6. FONTES E METODOLOGIA DE APURAÇÃO DOS DADOS EM SAÚDE

Os dados utilizados na análise dos indicadores de saúde municipal foram extraídos e tratados com base em microdados oficiais disponibilizados por sistemas públicos nacionais de informação em saúde, especialmente aqueles gerenciados pelo Ministério da Saúde e acessíveis via DATASUS, OpenDATASUS, TABNET e bases do IBGE. A série histórica contempla os exercícios de 2020 a 2024, com prioridade para os dados do exercício de 2024.

A extração, tratamento, padronização e cálculo dos indicadores foram automatizados por meio de scripts desenvolvidos em linguagem R, seguindo critérios metodológicos uniformes, descritos detalhadamente no documento interno “Metodologia Indicadores Municipais”. As bases de origem incluem, entre outras:

- SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade
- SINASC - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
- SIH - Sistema de Informações Hospitalares
- SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação
- SIVEP-Gripe, CNES, TABNET, OpenDATASUS e base IBGE

Para cada indicador, foram adotados critérios específicos de cálculo, respeitando normas técnicas como a Portaria SAS/MS nº 221/2008 e classificações CID-10 conforme orientações do MS e da OMS. A apuração dos dados considera o município de residência e utiliza identificadores padronizados de código IBGE.

Em casos de ausência de informação para determinado ano, o campo foi considerado como dado ausente e excluído do cálculo da média histórica. Valores informados como zero foram mantidos, desde que constassem nas bases oficiais. O cálculo da média histórica segue a seguinte fórmula-padrão, a ser aplicada pelo analista ou auditor:

Média histórica = Soma dos valores válidos / Número de anos com dado disponível.





Esta metodologia visa garantir transparência, comparabilidade e equidade na avaliação dos municípios, sendo replicável e auditável. O procedimento técnico encontra-se documentado com versionamento e scripts arquivados no repositório interno do TCE-MT, podendo ser acessado para fins de verificação metodológica sempre que necessário.

9. 3. 6. 1. REFERÊNCIA TÉCNICA PARA CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES DE SAÚDE

Este quadro apresenta os critérios utilizados para classificar os indicadores de saúde como de situação **boa (adequada)**, **média (intermediária)** ou **ruim (inadequada)**, com base em diretrizes técnicas de organismos nacionais e internacionais como o **Ministério da Saúde (MS)**, a **Organização Mundial da Saúde (OMS)** e outros documentos de referência oficial.

Indicador	Critérios de Classificação	Referência Técnica
Taxa de Mortalidade Infantil (TMI)	Boa: < 10‰ Média: 10 a 19,99‰ Ruim: =20‰	OMS, MS, Unicef
Taxa de Mortalidade Materna (TMM)	Boa: < 70/100 mil Média: 70 a 110 Ruim: > 110	ODS/OMS/MS
Mortalidade por Homicídios (TMH)	Boa: < 10/100 mil Média: 10 a 30 Ruim: > 30	OMS
Mortalidade por Acidentes de Trânsito (TMAT)	Boa: < 10/100 mil Média: 10 a 20 Ruim: > 20	OMS, MS
Cobertura da Atenção Básica (CAB)	Boa: > 80% Média: 50% a 80% Ruim: < 50%	e-Gestor AB/MS
Cobertura Vacinal (CV)	Boa: = 90% a 95% Média: abaixo da meta Ruim: muito abaixo	PNI/S
Nº de Médicos por Habitante (NMH)	Boa: = 2,5/1.000 hab. Média: 1,0 a 2,49 Ruim: < 1,0	CFM, OMS
ICSAP (Internações por Condições Sensíveis à APS)	Boa: < 15% Média: 15% a 30%	MS, estudos técnicos sobre APS





	Ruim: > 30%	
Consultas Pré-Natal Adequadas	Boa: = 60% Média: 40% a 59,9% Ruim: < 40%	Programa Previne Brasil/MS
Prevalência de Arboviroses	Boa: < 100/100 mil Média: 100 a 299 Alta: 300 a 499 Muito Alta: = 500	MS (vigilância epidemiológica)
Deteção de Hanseníase (geral)	Boa: < 10 Média: 10 a 19,99 Alta: 20 a 39,99 Muito Alta: = 40 por 100 mil hab.	OMS, MS
Hanseníase em < 15 anos	Boa: < 0,5 Média: 0,5 a 2,49 Alta: 2,5 a 9,99 Muito Alta: = 10 por 100 mil	OMS, MS
Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade	Boa: < 1% Média: 1% a 4,9% Alta: 5% a 9,99% Muito Alta: = 10%	OMS, MS

A avaliação dos indicadores de saúde tem como base principal os dados do exercício de 2024, por refletirem a situação mais recente da gestão municipal. Contudo, dada a natureza dinâmica e sensível da área da saúde, considerou-se também a série histórica dos últimos cinco anos (2020 a 2024) como elemento complementar para análise de tendência, estabilidade ou regressão dos resultados.

Para fins de cálculo da média histórica, o auditor deverá considerar as seguintes diretrizes:

Valores **iguais a zero** devem ser tratados como **dados válidos**, desde que informados nos sistemas oficiais, por representarem uma situação efetivamente monitorada (mesmo que sem ocorrência).

Campos **vazios ou não preenchidos** devem ser considerados como **dados ausentes**, sendo excluídos do denominador da média.

A **fórmula recomendada** para o cálculo da média histórica consiste na soma dos valores válidos informados dividida pelo número de exercícios com dado disponível, desconsiderando os anos sem informação.

Essa metodologia deve ser aplicada pelo analista responsável no momento da apuração dos dados, assegurando que a ausência de registros não





comprometa a média histórica nem penalize o município por eventual falha de reporte. Os indicadores com dados incompletos deverão ser analisados com a devida ressalva quanto à confiabilidade da tendência histórica.

9. 3. 6. 2. CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO GERAL DOS INDICADORES

Para fins de análise integrada, o desempenho geral do município nos indicadores de saúde avaliados foi classificado em três categorias: Boa, Regular e Ruim. Essa classificação considera o percentual de indicadores que se enquadraram na faixa de “Situação Boa”, conforme os critérios técnicos previamente estabelecidos. A categorização obedece aos seguintes parâmetros:

- Situação Ruim: até 25% dos indicadores avaliados classificados como “Boa”;
- Situação Regular: mais de 25% e até 75% dos indicadores classificados como “Boa”;
- Situação Boa: mais de 75% dos indicadores classificados como “Boa”.

Essa métrica permite uma visão global da gestão municipal em saúde no exercício analisado, respeitando as especificidades de cada indicador individualmente, mas orientando a tomada de decisão a partir de um referencial sintético e objetivo.

10. REGRAS FISCAIS DE FINAL DE MANDATO

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000) postula o equilíbrio das contas públicas por meio de uma gestão responsável que evite o endividamento público não sustentável. Em relação ao último ano de mandato do gestor, a LRF tem regras e proibições específicas que serão relacionadas nos tópicos a seguir:

10. 1. COMISSÃO DE TRANSIÇÃO DE MANDATO





A transição de mandato é o processo em que o gestor atual deve propiciar condições efetivas ao novo gestor para implementar a nova administração, razão pela qual se torna um importante instrumento da gestão pública.

No TCE-MT, a matéria é abordada por meio da Resolução Normativa 19 /2016 que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos atuais e futuros Chefes de Poderes Estaduais e Municipais e dirigentes de órgãos autônomos, por ocasião da transmissão de mandato.

Nesse sentido, na verificação do cumprimento ou descumprimento desse dever por parte do Município, constata-se que não foi instituída comissão de transição de mandato, pois o atual prefeito foi reeleito no pleito de 2024.

10. 2. OBRIGAÇÃO DE DESPESAS CONTRAÍDAS NOS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES DO ANO DE FINAL DE MANDATO

Ao titular de Poder ou Órgão é vedado contrair despesas nos últimos 8 meses do último ano de mandato que não possam ser cumpridas de forma integral dentro do exercício financeiro ou que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja disponibilidade de caixa para este efeito.

Ressalta-se que as despesas e encargos compromissados a pagar até o final do exercício são utilizados para determinação da disponibilidade de caixa, conforme previsto no parágrafo único do art. 42 da LRF.

Conforme Quadro 7.2 do Anexo 7, foram inscritos R\$ 3.030,40 de restos a pagar não processados e R\$ 38.226,43 de restos a pagar processados, ante a disponibilidade de caixa líquida de R\$ 10.369.324,02, além do fato do atual prefeito ter sido reeleito no pleito de 2024.

Na fonte de recurso “500 - Recursos não Vinculados de Impostos” foram inscritos R\$ 3.030,40 de restos a pagar não processados e R\$ 35.661,94 de restos a pagar processados ante a disponibilidade de caixa líquida de R\$ 3.009.565,64.





Na fonte de recurso "751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP" foram inscritos R\$ 2.564,49 de restos a pagar processados ante a disponibilidade de caixa líquida de R\$ 1.383.025,55.

1) Não foram contraídas obrigações de despesa nos dois últimos quadrimestres do mandato sem disponibilidade financeira para seu pagamento (art. 42, caput, e parágrafo único da Lei Complementar nº 101/2000), conforme quadros 15.1 e 15.2 do Anexo 15, que demonstram a disponibilidade líquida para pagamento de restos a pagar em 31/12/2024 e em 30/04/2024.

10. 3. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO NOS 120 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO

A contratação de operação de crédito é vedada nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo, conforme preceitua o art. 15, caput, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001. São exceções a essa regra:

- a) O refinanciamento da Dívida Mobiliária;
- b) As operações de crédito autorizadas pelo Senado Federal ou Ministério da Fazenda, até 120 dias antes do final do mandato.

Conforme registrado no Tópico 6.1.2. QUOCIENTE DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA (QDPC), no exercício de 2024 e nos demais exercícios da série histórica 2020 a 2024, verificou-se que o município de Carlinda não possui Dívida Contratual, seja ela: Empréstimo (Internos e Externos), Reestruturação da Dívida dos Estados e Municípios, Parcelamento e Renegociação de Dívidas, Outras Dívidas.

1) Não houve a contratação de operação de crédito nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo do Município (art. 15, caput, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001).

10. 4. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO





A contratação de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) são aquela em que o setor financeiro antecipa aos entes públicos as receitas tributárias futuras, sendo que, nessas operações, os tributos são oferecidos em garantia.

Quanto às operações de crédito por antecipação de receita orçamentária vedou-se a realização dessas operações no último ano de mandato do Chefe do Executivo, a fim de dificultar ainda mais a possibilidade de que sejam transferidas dívidas para o mandato subsequente (art. 38, IV, b da LRF).

Conforme registrado no Tópico 6.1.2. QUOCIENTE DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA (QDPC), no exercício de 2024 e nos demais exercícios da série histórica 2020 a 2024, verificou-se que o município de Carlinda não possui Dívida Contratual, seja ela: Empréstimo (Internos e Externos), Reestruturação da Dívida dos Estados e Municípios, Parcelamento e Renegociação de Dívidas, Outras Dívidas.

1) Não houve a contratação de antecipação de receita orçamentária no último ano de mandato do municipal (art. 38, IV, “b”, da Lei Complementar nº 101 /2000; art. 15, § 2º, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001).

10. 5. AUMENTO DE DESPESAS COM PESSOAL REALIZADO NOS 180 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO

De acordo com o art. 21, II da LRF é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento de despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo.

A vedação prevista no artigo 21, IV, a, da LRF incide sobre o ato de aprovação de lei expedido nos 180 dias anteriores ao final do mandato que implique em aumento da remuneração dos agentes públicos, independentemente da data em que o respectivo projeto de lei foi proposto ou colocado em pauta para apreciação legislativa, com base na jurisprudência do TCE-MT -Resolução Consulta n.º 21/2014-TP e Acórdão n.º 1.784/2006.





Não se encontra vedada pelo art. 21, IV, a, da LRF, a edição de atos vinculados e decorrentes de direitos já assegurados constitucionalmente ou legalmente, ou provenientes de situações jurídicas consolidadas antes do período de vedação, independentemente do momento em que tenham sido expedidos.

O Tópico 6.4.1. PESSOAL - LIMITES LRF, demonstra que em 2024 a despesa com pessoal representou 41,71% da receita líquida corrente, o menor índice de comprometimento de despesa com pessoal frente a receita corrente líquida da série histórica 2020 a 2024.

1) Não foi expedido ato de que resulte em aumento de despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato e/ou preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final de mandato. (Art. 21, II e IV, “a”, da Lei Complementar nº 101/2000 e/ou Art. 21, III e IV, “b”, da Lei Complementar nº 101/2000).

11. PRESTAÇÃO DE CONTAS

11. 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE

O Chefe do Poder Executivo deve prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme dispõe os incisos I e II, do artigo 71 da Constituição Federal; nos incisos I e II do artigo 47 e artigo 210 da Constituição Estadual; nos artigos 26 e 34 da Lei Complementar n.º 269/2007.

As contas anuais de governo demonstram a conduta do Prefeito no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas e devem ser remetidas ao Tribunal de Contas do Estado no dia seguinte ao prazo estabelecido no art. 209, da Constituição do Estado de Mato Grosso (sessenta dias, a partir do dia quinze de fevereiro), para emissão do parecer prévio (Resolução Normativa n.º 10/2008-TCE/MT-TP).

A Resolução Normativa nº 03/2020 - TCE/MT-TP, em seu art. 1º, XI determina que a remessa das Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do





Poder Executivo seja feita exclusivamente por meio eletrônico, via internet, conforme informações/documentos detalhados no leiaute do Anexo 1 desse normativo.

Além disso, a Orientação Normativa nº 04/2016, do Comitê Técnico deste Tribunal de Contas, prescreve que a elaboração dos relatórios de contas de governo dos Poderes Executivos Municipais deve ser realizada por meio do sistema Conex-e, com base nas informações mensalmente encaminhadas por meio do sistema Aplic.

O quadro a seguir apresenta o resumo dos envios de informações e documentos, referentes ao exercício de 2024, ressalta-se que os envios intempestivos serão objeto de RNI em momento oportuno, cabendo neste processo apenas a apuração quanto a prestação de contas de governo.

Competência	Contabilidade	Folha	Patrimônio	Contratos
Orçamento	RECEBIDO com atraso	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Carga inicial	RECEBIDO com atraso	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Jan	RECEBIDO com atraso	RECEBIDO	RECEBIDO	RECEBIDO
Fev	RECEBIDO	RECEBIDO	RECEBIDO	RECEBIDO
Mar	RECEBIDO	RECEBIDO	RECEBIDO	RECEBIDO
Abr	RECEBIDO	RECEBIDO	RECEBIDO	RECEBIDO
Mai	RECEBIDO	RECEBIDO	RECEBIDO	RECEBIDO
Jun	RECEBIDO com atraso	RECEBIDO	RECEBIDO	RECEBIDO
Jul	RECEBIDO	RECEBIDO	RECEBIDO	RECEBIDO
Ago	RECEBIDO	RECEBIDO	RECEBIDO	RECEBIDO
Set	RECEBIDO	RECEBIDO	RECEBIDO	RECEBIDO
Out	RECEBIDO	RECEBIDO	RECEBIDO	RECEBIDO
Nov	RECEBIDO	RECEBIDO	RECEBIDO	RECEBIDO
Dez	RECEBIDO	RECEBIDO	RECEBIDO	RECEBIDO
Enc	RECEBIDO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Gov	RECEBIDO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
LOA	RECEBIDO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
LDO	RECEBIDO	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA

1) O Chefe do Poder Executivo encaminhou ao TCE/MT a Prestação de Contas Anuais dentro do prazo legal e conforme a Resolução Normativa n.º 16/2021, Protocolo Control-P nº 1996380/2025.





2) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo foram colocadas à disposição dos cidadãos na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, conforme o art. 49 da LRF, conforme Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 4.716, de 14/04/2025, página 209 e 210.

3) O poder executivo contratou solução tecnológica para a implantação do SIAFIC no âmbito do município, nos termos do Decreto nº 10.540/2020, conforme Contrato Administrativo nº 002/2025.

12. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO

De acordo com a Orientação Normativa n.º 02/2016 TCE/MT, as irregularidades relevantes identificadas nos processos de fiscalização julgados do Poder Executivo municipal devem ser elencadas no relatório das contas de governo com a finalidade de formar o convencimento do relator sobre o parecer prévio e subsidiar o julgamento pela Câmara Municipal.

Assim, segue Quadro 2.1 do Anexo 2 contendo o Resultado dos Processos de Fiscalização, incluindo os processos de RNI e RNE.

13. CUMPRIMENTO DAS DECISÕES TCE/MT

Entre outras atribuições, o TCE-MT exerce a atividade de monitoramento que consiste em verificar se suas determinações e recomendações decorrentes de decisões anteriores foram observadas pelo gestor municipal.

Nesse sentido, no Quadro 1.1 do Anexo 1 é descrita a postura do gestor diante das recomendações relevantes contidas nos Pareceres Prévios dos exercícios de 2022 e 2023.

13. 1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA





Considerando a relevância da transparência pública na aferição da responsabilidade legal, social e como indicador da boa e regular governança pública - em especial por garantir o acesso às prestações de contas e demais informações e serviços públicos, em observância aos princípios constitucionais e disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Acesso à Informação - este Tribunal de Contas, juntamente com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Tribunal de Contas da União (TCU), com o apoio de outros Tribunais de Contas brasileiros e instituições do sistema, instituíram o Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com os objetivos de padronizar, orientar, estimular, induzir e fiscalizar a transparência nos Poderes e órgãos públicos em todo o país.

De acordo com a metodologia nacionalmente padronizada, os portais avaliados são classificados a partir dos índices obtidos, que variam de 0 a 100%. Assim, a metodologia definiu níveis de transparência para cada faixa de índices, conforme se demonstra abaixo:

Faixa de Transparência	Nível Mínimo de Transparência	Requisito Adicional
Diamante	Entre 95% e 100%	100% dos critérios essenciais
Ouro	Entre 85% e 94%	100% dos critérios essenciais
Prata	Entre 75% e 84%	100% dos critérios essenciais
Elevado	Entre 75% e 100%	Menos de 100% dos critérios essenciais
Intermediário	Entre 50% e 74%	-
Básico	Entre 30% e 49%	-
Inicial	Entre 1% e 29%	-
Inexistente	0%	-

Fonte: Cartilha PNTD 2024

O resultado da avaliação realizada em 2023 acerca da transparência da Prefeitura Municipal de Carlinda, cujos resultados foram homologados por este Tribunal mediante Acórdão nº 240/2024 - PV, Processo nº 179.928-2/2024.

Assim, apresenta-se abaixo o resultado da avaliação realizada em 2024 acerca da transparência da Prefeitura Municipal de Carlinda, cujos resultados foram homologados por este Tribunal mediante Acórdão nº 918/2024 - PV, Processo nº 193.728-6/2024.

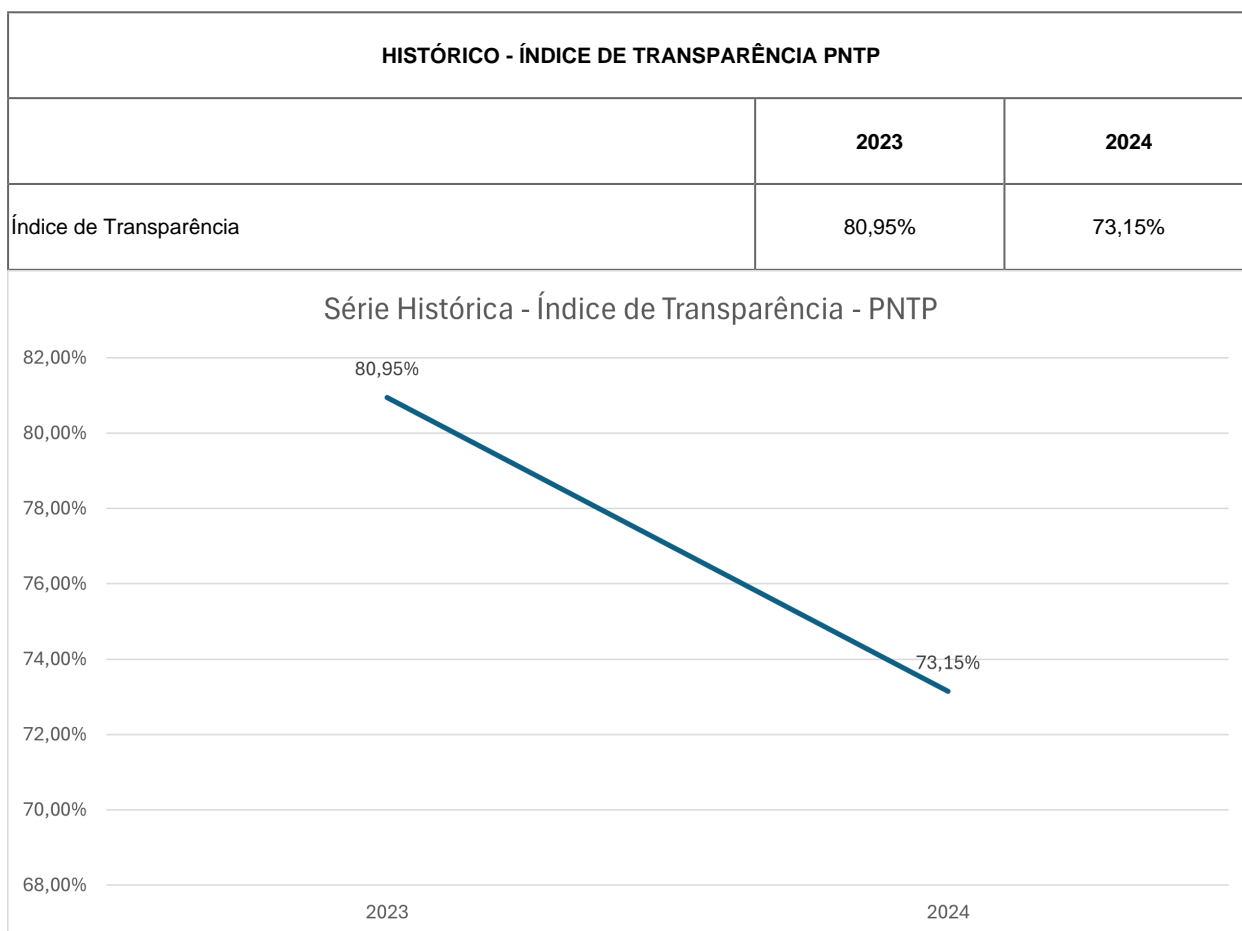
Na avaliação de 2023, a Prefeitura Municipal de Carlinda obteve nível de transparência “Prata”, com índice de transparência de 80,95%.





Na avaliação de 2024, a Prefeitura Municipal de Carlinda obteve nível de transparência “Intermediário”, com índice de transparência de 73,15%, que representa queda de 9,64% em relação a avaliação de 2023.

O quadro e o gráfico a seguir demonstram a evolução do Índice de Transparência de Prefeitura Municipal de Carlinda.



Conforme se observa, os índices revelam níveis intermediários de transparência da Prefeitura Municipal de Carlinda, sendo imprescindível a implementação de medidas para garantir níveis mais elevados.

As avaliações completas e demais informações atinentes ao ciclo de 2024, assim como toda metodologia e ferramentas do PNTP, estão disponíveis em www.radardatransparencia.atricon.org.br.





1) Redução do próprio índice de transparência entre os exercícios de 2023 e 2024, conforme Processo nº 193.728-6/2024, Acórdão nº 918/2024 - PV, e dados divulgados no Radar da Transparência Pública (<https://radardatransparencia.atricon.org.br/panel.html>) a Prefeitura Municipal de Carlinda reduziu seu próprio índice de transparência se comparado ao exercício de 2023 (de prata para intermediário), descumprindo a Lei nº 12.527/2011 e comprometendo o amplo acesso às informações públicas à sociedade. NB02.

Dispositivo Normativo:

Art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal; Lei n.º 12.527/2011; Guia para implementação da Lei de Acesso à Informação - Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT n.º 23/2017.

1.1) Redução do Índice de Transparência de 2023 para 2024. - NB02

Redução do Índice de Transparência de 2023 para 2024, conforme Processo nº 193.728-6/2024, Acórdão nº 918/2024 - PV.

13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)

A Lei n.º 14.164/2021 alterou a Lei 9.394/1996 (LDB Nacional), determinando no §9º, do art. 26, a inclusão de temas transversais, conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, e no art. 2º, instituiu a realização da “Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher” a se realizar preferencialmente no mês de março.

Assim, a publicação desse normativo incentiva a comunidade escolar a uma reflexão sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher, bem como permite o debate desse tema desde a infância (Fonte: Agência Senado).

Dada a importância do tema foram avaliadas as ações adotadas pelo município:





1) Foram alocados recursos na Lei Orçamentária Anual para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher, conforme consta do Anexo 6 - Demonstração da Despesa por Programa de Trabalho, classificação funcional /programática 08.244.0005.2028, Promoção da Defesa da Mulher.

Não houve execução orçamentária dos recursos alocados na LOA, conforme consta no Anexo 6 - Demonstração da Despesa por Programa de Trabalho, enviado na prestação de contas das contas de governo. Contudo, foram realizadas despesas com a Campanha Agosto Lilás, com palestra sobre “Violência Contra a Mulher”, ofertadas pelo CRAS. Empenho nº 5019/2024 no valor de R\$ 169,90 e Empenho nº 5027/2024 no valor de R\$ 288,30.

2) Foram adotadas as seguintes ações:

- Campanha Agosto Lilás, com palestra sobre “Violência Contra a Mulher”, ofertadas pelo CRAS. Empenho nº 5019/2024 no valor de R\$ 169,90 e Empenho nº 5027/2024 no valor de R\$ 288,30.
- Inclusão, nos currículos da educação infantil e do ensino fundamental, de conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher, por meio da Portaria SME nº 06/2023 (Prefeitura Municipal de Carlinda/2024 -> Aplic -> Informes: Mensais -> Documentos Diversos -> Questionário sobre ações preventivas de “Violência Contra a Mulher” “Código Tipo = 173”)

3) Foram inseridos nos currículos escolares conteúdos acerca da prevenção da violência contra a criança, o adolescente e a mulher, conforme preconiza o art. 26, § 9º, da Lei nº 9.394/1996, por meio da Portaria SME nº 06/2023 (Prefeitura Municipal de Carlinda/2024 -> Aplic -> Informes: Mensais -> Documentos Diversos -> Questionário sobre ações preventivas de “Violência Contra a Mulher” “Código Tipo = 173”)

4) Foi instituída/realizada a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, no mês de março de 2024, conforme preconiza o art. 2º da Lei nº 14.164/2021, por meio da Portaria SME nº 06/2023, institui a segunda semana do mês de março como “Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher” (Prefeitura Municipal de Carlinda/2024 -> Aplic -> Informes: Mensais -> Documentos Diversos -> Questionário sobre ações preventivas de “Violência Contra a Mulher” “Código Tipo = 173”)





13. 3. ACS E ACE (Decisão Normativa n.º 07/2023)

A Decisão Normativa n.º 7/2023 - PP/TCE-MT homologou as soluções técnico-jurídicas produzidas na Mesa Técnica n.º 4/2023, que teve como objetivo estabelecer consenso sobre questões relacionadas ao vínculo empregatício e à remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE). Essa decisão visa promover o cumprimento dos dispositivos legais e constitucionais que regulamentam essas categorias, especialmente aqueles introduzidos pelas Emendas Constitucionais n.º 51/2006 e n.º 120/2022.

Dessa forma, foram analisados os seguintes pontos destacados na Decisão Normativa n.º 7/2023:

1) O Salário inicial percebido pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e pelos Agentes de Combate às Endemias (ACE) se encontra no patamar correspondente ao montante de, no mínimo, 02 (dois) salários-mínimos conforme estabelece a Emenda Constitucional n.º 120/2022.

Em 2022 o valor do salário mínimo era de R\$ 1.212,00, a Lei nº 1.352/2022, que fixou o valor do vencimentos iniciais dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias no município de Carlinda, fixou o salário desses profissionais em R\$ 2.424,00, a folha de pagamento desses profissionais demonstram que em Dezembro/2024 nenhum deles recebiam menos que R\$ 2.824,00, que equivale a 2 salários-mínimos (Prefeitura Municipal Carlinda/2024 -> Aplic -> Informes: Mensais -> Documentos Diversos -> Código Tipo = 165 e 166).

2) Não houve pagamento de adicional de insalubridade aos ACS e ACE. ZA01.

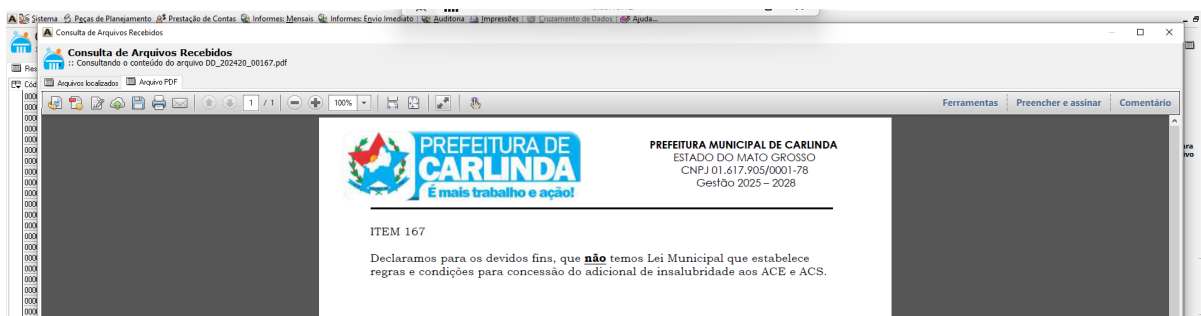
Dispositivo Normativo:

Art. 4º, parágrafo único, da DN 07/2023

2.1) *Não houve pagamento de adicional de insalubridade aos ACS e ACE. - ZA01*

Não houve pagamento de adicional de insalubridade aos ACS e ACE, conforme declaração enviada na carga do sistema Aplic (Prefeitura Municipal de Carlinda /2024 -> Aplic -> Informes: Mensais -> Documentos Diversos -> Código Tipo = 167).





3) Houve concessão de RGA para a categoria de forma igualitária com as demais carreiras (Prefeitura Municipal de Carlinda/2024 -> Aplic -> Informes: Mensais -> Documentos Diversos -> Código Tipo = 168)

4) A previsão de aposentadoria especial para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e os Agentes de Combate às Endemias (ACE) não foi considerada no cálculo atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). ZA01.

Dispositivo Normativo:

Art. 8º da DN 07/2023

4.1) *Não houve previsão de aposentadoria especial para os ACS e ACE no cálculo atuarial do PREVCAR. - ZA01*

Em consulta ao site da Prefeitura Municipal de Carlinda <<https://www.carlinda.mt.gov.br/>> -> PREVCAR -> Cálculo Atuarial> <https://www.carlinda.mt.gov.br/fotos_downloads/11871.pdf> verifica-se a confecção de Reavaliação Atuarial nº 2.153, Ano-Calendário 2025, Ano-Civil 2024, Data-Focal 31/12/2024, constatou-se que não houve previsão de aposentadoria especial para os ACS e ACE no cálculo atuarial do PREVCAR.

13. 4. OUVIDORIA

A existência de ouvidorias ou unidades responsáveis pelo recebimento de manifestações é uma exigência legal prevista na Lei nº 13.460/2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços





públicos da administração pública. No contexto das contas de governo analisadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), a implementação dessas estruturas tem papel fundamental na promoção da transparência, no fortalecimento do controle social e na melhoria da gestão pública.

Com o objetivo de fomentar a criação e o funcionamento dessas unidades nos municípios, o TCE-MT lançou, em 2021, o projeto "Ouvidoria para Todos", estruturado em quatro fases. A primeira fase consistiu em uma pesquisa de cenário sobre a existência das ouvidorias municipais, acompanhada da atualização cadastral.

Na segunda fase, foi emitida a Nota Técnica n.º 002/2021 (<https://www.tce.mt.gov.br/conteudo/download/nota-tecnica-no-02-2021-processo-no-6008572021/103596>), que dispõe sobre o posicionamento do TCE-MT quanto à adequação das unidades jurisdicionadas à Lei nº 13.460/2017, além da realização de um evento de sensibilização para gestores e servidores. A terceira fase teve foco na capacitação, por meio de um curso voltado à implantação e funcionamento das ouvidorias. Agora, na quarta e última fase, será realizada a fiscalização da efetiva implementação dessas unidades nos municípios.

O presente relatório técnico tem como propósito analisar a existência e o funcionamento das ouvidorias no âmbito municipal, bem como a existência e atualização de carta de serviços subsidiando a avaliação das contas de governo e contribuindo para o aprimoramento das políticas de transparência e participação cidadã.

1) Existe um ato formal de criação da Ouvidoria no âmbito da entidade pública. Lei Municipal nº 767/2013 (Prefeitura Municipal de Carlinda/2024 -> Aplic -> Informes: Mensais -> Documentos Diversos -> Código Tipo = 161).

2) Existe ato administrativo que designa oficialmente o responsável pela Ouvidoria, Portaria nº 17/2017 que nomeou a Sra. Deborah Jacques Lodi Ribeiro, aprovada no Concurso Público Municipal nº 001/2016, para o cargo de Ouvidora Municipal Geral (Prefeitura Municipal de Carlinda/2024 -> Aplic -> Informes: Mensais -> Documentos Diversos -> Código Tipo = 162)





3) Há regulamentação específica que estabelece as regras, competências e funcionamento da Ouvidoria, conforme Decreto nº 86/2022 (Prefeitura Municipal de Carlinda/2024 -> Aplic -> Informes: Mensais -> Documentos Diversos -> Código Tipo = 163).

4) A entidade pública disponibiliza Carta de Serviços ao Usuário atualizada com informações claras sobre os serviços prestados, requisitos, prazos e formas de acesso e com os canais disponíveis para contato com a Ouvidoria e para registro de manifestações (Prefeitura Municipal de Carlinda/2024 -> Aplic -> Informes: Mensais -> Documentos Diversos -> Código Tipo = 164).

14. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO

14. 1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Sugere-se recomendar ao gestor do município que:

- busque junto ao departamento de contabilidade adequar os procedimentos de registros contábeis das transferências e respectiva prestação de contas dos recursos repassados às organizações da sociedade civil, em atendimento à Nota Técnica SEI nº 54209/2022/ME (Item 6.4.1. Pessoal - Limites LRF)
- promova ações conjuntas com o RPPS, a fim de adotar medidas para fortalecer a governança e gestão, aprimorar a suficiência financeira, a acumulação de recursos, bem como a melhoria da situação atuarial. Essas ações visam garantir uma administração mais eficiente e sustentável dos recursos previdenciários, contribuindo para a melhoria da classificação no ISP (Tópico 7.1.1. Índice de Situação Previdenciária - ISP);
- promova ações conjuntas com o RPPS, a fim de adotar medidas para realizar a adesão ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - Pró-Gestão RPPS, conforme as diretrizes estabelecidas pela Portaria MPS n.º 185/2015, para a sua implementação e obtenção da certificação institucional, conforme Nota Recomendatória COPSPAS n.º 008/2024 (Tópico 7.1.2. Pró-Gestão RPPS);





- por intermédio do órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), adote providências concretas para melhorar o índice de cobertura dos benefícios concedidos, de modo a fortalecer os ativos garantidores do plano de benefícios, compatibilizar o crescimento da provisão matemática e a política de custeio vigente e realizar o acompanhamento periódico do índice (Tópico 7.2.4.1. Índice de Cobertura dos Benefícios Concedidos);
- adote providências relacionadas à discussão e viabilidade de aprovação de proposta de reforma do plano de benefícios acerca das regras de elegibilidade, cálculo e reajustamento dos benefícios de aposentadoria e pensões por morte relativas ao seu RPPS, de forma a buscar o atingimento e a manutenção do princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, conforme necessidade constatada na análise do Tópico “7.2.1. Reforma da Previdência”;
- as Demonstrações Contábeis apresentadas na Carga de Conta de Governo sejam assinadas eletronicamente pelo titular da Prefeitura ou o seu representante legal e pelo contador legalmente habilitado, evitando o apontamento de irregularidade tal como o apontado no Tópico “5. Análise dos Balanços Consolidados”;
- considere a execução de possíveis despesas custeados com recursos do superávit financeiro, de maneira a evitar resultado primário deficitário, tal como o ocorrido no Exercício de 2024, Tópico “8. Cumprimento das Metas Fiscais”;
- atue junto a Secretaria Municipal de Saúde para que os Sistema de Informação da Saúde sejam devidamente alimentados, evitando problema como o identificado na análise da taxa de mortalidade materna e dos indicadores de chikungunya e hanseníase, que não há informações (Tópico 9.3.1.2. Taxa de Mortalidade Materna e Tópico 9.3.4. Indicadores Epidemiológicos);
- observe o Tópico “9.3.5. Conclusão Técnica Geral” que trata dos indicadores de saúde, em especial àqueles indicadores classificados com situação ruim /inadequada.

14. 2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DESTE RELATÓRIO TÉCNICO





No entendimento desta equipe, o Senhor Fernando de Oliveira Ribeiro, Prefeito do Município de Carlinda - exercício 2024 deve ser citado para prestar esclarecimentos sobre as seguintes irregularidades, das quais decorrem achados, constantes deste relatório sobre as contas anuais de governo:

FERNANDO DE OLIVEIRA RIBEIRO - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2024 a 31/12/2024

1) CB03 CONTABILIDADE_GRAVE_03. Registros de fatos/atos contábeis em inobservância aos princípios da competência e oportunidade (Itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

1.1) *Não há apropriação de 13º Salário (Gratificação Natalina) e Férias - Tópico - 5.*

2. 1. APROPRIAÇÃO DE 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) E FÉRIAS

2) CB05 CONTABILIDADE_GRAVE_05. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando a inconsistência das demonstrações contábeis (arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

2.1) *O total do resultado financeiro do Balanço Patrimonial não é convergente com o total das fontes de recursos informados no sistema Aplic. - Tópico - 5. 1. 3. 4. RESULTADO FINANCEIRO*

3) CB08 CONTABILIDADE_GRAVE_08. Demonstrações Contábeis sem assinaturas do titular ou representante legal da entidade e do profissional da contabilidade legalmente habilitado (Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.330/2011; item 13 da ITG 2000; art. 177, § 4º, da Lei nº 6.404/1976; item 4 da NBC PG 01; art. 20, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 9.295/1946).

3.1) *Demonstrações Contábeis apresentadas na Carga de Conta de Governo não foram assinadas pelo titular da Prefeitura ou o seu representante legal e pelo contador legalmente habilitado. - Tópico - 5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS*





4) DB99 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVE_99. Irregularidade referente a “Gestão Fiscal/Financeira” não contemplada em classificação específica).

4.1) *Houve o descumprimento da meta de resultado primário estabelecida na LDO /2024.* - Tópico - 8. 1. RESULTADO PRIMÁRIO

5) LB99 RPPS_GRAVE_99. Irregularidade referente a “Regime Próprio de Previdência Social - RPPS” não contemplada em classificação específica).

5.1) *Desequilíbrio na cobertura das reservas matemáticas, pela falta de um adequado planejamento previdenciário que promova a captação de ativos/recursos suficientes para a melhoria gradativa do alcance do equilíbrio atuarial.* - Tópico - 7. 2. 4. 2. ÍNDICE DE COBERTURA DAS RESERVAS MATEMÁTICAS

6) NB02 TRANSPARÊNCIA_GRAVE_02. Descumprimento das disposições da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação (art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal; Lei nº 12.527/2011; Guia para implementação da Lei de Acesso à Informação - Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 23/2017).

6.1) *Redução do Índice de Transparência de 2023 para 2024.* - Tópico - 13. 1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

7) ZA01 DIVERSOS_GRAVISSIMA_01. Descumprimento de determinações exaradas pelo TCE-MT em decisões singulares, acórdãos e/ou pareceres (art. 119 do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16/2021).

7.1) *Não houve pagamento de adicional de insalubridade aos ACS e ACE.* - Tópico - 13. 3. ACS E ACE (Decisão Normativa n.º 07/2023)

7.2) *Não houve previsão de aposentadoria especial para os ACS e ACE no cálculo atuarial do PREVCAR.* - Tópico - 13. 3. ACS E ACE (Decisão Normativa n.º 07 /2023)

14. 3. APÊNDICES





Este relatório possui apêndices quais podem ser acessados via ferramenta de leitura de PDF pela opção Anexos.

Em Cuiabá-MT, 8 de julho de 2025

CHARLES CONCEIÇÃO ORMOND

AUDITOR PÚBLICO EXTERNO

RESPONSÁVEL DA EQUIPE TÉCNICA





ANEXOS

REL. PRELIMINAR CONTAS ANUAIS GOVERNO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE CARLINDA - 2024

Anexo: 1 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS - CONTAS DE GOVERNO

Quadro: 1.1 - Cumprimento de Recomendações do TCE

EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
Processo de Contas de Governo Anteriores					
2023	537675 /2023	11/2024	06/08/2024	Registre precisamente as receitas de transferências	Houve cumprimento, conforme Tópico "4.1.1.1. Principais Transferências da União e do Estado" deste relatório.
2023	537675 /2023	11/2024	06/08/2024	Aprimore as técnicas de previsões de valores para as metas fiscais, adequando-as à realidade fiscal /capacidade financeira do município e compatibilize as metas com as peças de planejamento	Não houve o cumprimento, conforme Tópico "8. Cumprimento das Metas Fiscais" deste relatório.
2023	537675 /2023	11/2024	06/08/2024	Apresente não somente as publicações das convocações das audiências, mas também alguns documentos gerados no dia da audiência, tais como ata, lista de assinaturas e fotos, podendo ser também o endereço eletrônico no sítio eletrônico do ente	Houve cumprimento, conforme consta no Protocolo Control-P nº 645338 /2023, Documento nº 287670/2023, que trata da LDO 2024, página 95 e seguintes tem lista de presença e ata da audiência. No endereço eletrônico https://www.carlinda.mt.gov.br/Prefeitura/Noticias tem notícias acerca de eventos realizados pela Prefeitura de Carlinda, inclusive as audiências públicas.
					Não houve cumprimento, considerando que no relatório técnico preliminar das contas anuais de governo de 2023 (Processo Control-P nº 53.767-5/2023, Documento nº 487425/2024, página 46 e seguintes) constatou-se que os repasses efetuados às entidades sem fins lucrativos devem ser registrados, em termos de classificação orçamentária segundo a natureza da despesa, da seguinte forma: - transferência de recursos para organizações da sociedade civil, com o objetivo de





EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
2023	537675 /2023	11/2024	06/08/2024	Contabilize e controle os recursos transferidos às organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), de acordo com as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional	apoiar e fomentar a atuação de tais entidades em atividades de interesse da Administração: registrar nas dotações 3.3.50.41, 3.3.50.42 ou 3.3.50.43. - contratação de organizações sociais e outras entidades, por meio de contrato de gestão, para administrar estruturas pertencentes à administração pública ou executar serviços públicos de responsabilidade do ente federativo: registrar na dotação 3.3.50.85. (item 27). Contudo, ao analisar a classificação da dotação da despesas no sistema Aplic, para o Exercício 2024, com o Instituto de Promoção Humana e Ambiental Paiaguás, CNPJ nº 10.870.028/0001-33, conforme Apêndice D, constatou-se que foram empenhados, liquidados e pagos R\$ 9.862.897,07, sendo R\$ 8.717.567,65 na Dotação 3.3.90.39.79 e R\$ 1.145.329,42 na Dotação 4.4.90.51.91.
2023	537675 /2023	11/2024	06/08/2024	Exija, na prestação de contas anual de OSCIP, os documentos elencados no art. 12 do Decreto nº 3100/99 (Regulamento da Lei nº 9790/1999), principalmente o parecer e relatório de auditoria independente, na hipótese do art. 19 do referido decreto	Não houve cumprimento, considerando que no relatório técnico preliminar das contas anuais de governo de 2023 (Processo Control-P nº 53.767-5/2023, Documento nº 487425/2024, página 46 e seguintes) constatou-se que os repasses efetuados às entidades sem fins lucrativos devem ser registrados, em termos de classificação orçamentária segundo a natureza da despesa, da seguinte forma: - transferência de recursos para organizações da sociedade civil, com o objetivo de apoiar e fomentar a atuação de tais entidades em atividades de interesse da Administração: registrar nas dotações 3.3.50.41, 3.3.50.42 ou 3.3.50.43. - contratação de organizações sociais e outras entidades, por meio de contrato de gestão, para administrar estruturas pertencentes à administração pública ou executar serviços públicos de responsabilidade do ente federativo: registrar na dotação 3.3.50.85. (item





EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
					27). Contudo, ao analisar a classificação da dotação da despesas no sistema Aplic, para o Exercício 2024, com o Instituto de Promoção Humana e Ambiental Paiaguás, CNPJ nº 10.870.028/0001-33, conforme Apêndice D, constatou-se que foram empenhados, liquidados e pagos R\$ 9.862.897,07, sendo R\$ 8.717.567,65 na Dotação 3.3.90.39.79 e R\$ 1.145.329,42 na Dotação 4.4.90.51.91.
2023	537675 /2023	11/2024	06/08/2024	Institua a "Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher", pelo menos, por meio de decreto para não haver descontinuidade das ações nos próximos anos	Houve cumprimento, conforme Tópico "13.2. Prevenção à Violência contra as Mulheres (Decisão Normativa nº 10/2024)" deste relatório.
2022	89168/2022	53/2023	19/09/2023	Realize estudos periódicos de aprimoramento do Portal Transparência, devendo levar em consideração, sobretudo, a Resolução Normativa 25/2012 deste Tribunal (atualizada pela RN 23/2017-TP), a fim de garantir total transparência às informações e, por consequência, assegurar o pleno exercício do direito de fiscalização da sociedade e do controle externo	Não houve cumprimento, conforme Tópico "13.1. Transparência Pública" deste relatório, que demonstra queda no nível de transparência pública da Prefeitura Municipal de Carlinda.
2022	89168/2022	53/2023	19/09/2023	Ao utilizar decreto para a abertura de créditos adicionais com base em excesso de arrecadação, apresente documentação comprobatória da existência dos recursos e discrimine no referido documento a fonte dos recursos e/ou a memória do cálculo que apurou a tendência do excesso para o exercício, a fim de não subsistirem dúvidas acerca da sua legalidade	Não houve cumprimento, conforme análise dos Decretos nº 158/2024 e 176/2024, Apêndice C, não consta documento que comprove a existência dos recursos por fonte de recursos, tampouco há memória de cálculo que apurou a tendência de excesso para o exercício. Contudo, não foi constatada abertura de créditos sem a existência de recursos.
2022	89168/2022	53/2023	19/09/2023	Aprimore as técnicas de previsões de valores para as metas fiscais, adequando-as à realidade fiscal /capacidade financeira do município e compatibilize as metas com as peças de planejamento	Não houve o cumprimento, conforme Tópico "8. Cumprimento das Metas Fiscais" deste relatório.
				Atente-se às vedações do parágrafo único do art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, abstendo-se	





EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
2022	89168/2022	53/2023	19/09/2023	de promover quaisquer das ações elencadas no mencionado dispositivo até que o índice de despesa total com pessoal fique abaixo do limite prudencial; ressaltando-se o fato de que a manifestação, ora exarada, baseia-se, exclusivamente, no exame de documentos de veracidade ideológica apenas presumida, uma vez que representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial dos atos e fatos registrados até 31-12-2022, bem como o resultado das operações de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade aplicados à Administração Pública - Lei Federal 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000	Houve cumprimento, conforme Tópico "6.4.1.1. Limite Prudencial e Legal do Poder Executivo" deste relatório.

Control-p





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Anexo: 2 - INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO



Quadro: 2.1 - Resultado dos Processos de Fiscalização

Processos		Descrição do Processo	Houve Julgamento
Assunto	Número		
Resultado dos Processos de Fiscalização			
AUDITORIA	1825593/2024	AUDITORIA OPERACIONAL, TIPO ESPECIAL, PARA AVALIAR, NO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZACOES (PNI), A ADESAO DO ESTADO E MUNICIPIOS DE MATO GROSSO, AOS SISTEMAS DE INFORMACOES RELACIONADOS AO REFERIDO PROG	Não
AUDITORIA	1825798/2024	AUDITORIA OPERACIONAL SOBRE VIOLENCIA CONTRA A MULHER NOS 142 MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO.	Não
COMUNICACAO DE IRREGULARIDADE	1841831/2024	CHAMADO Nº 435/2024 - COMUNICACAO DE IRREGULARIDADE	Não
LEVANTAMENTO	1799282/2024	AVALIACAO DO NIVEL DE TRANSPARENCIA DAS ORGANIZACOES ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE MT - PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARENCIA PUBLICA - PNTP CICLO 2023.	Sim
LEVANTAMENTO	1809865/2024	LEVANTAMENTO SOBRE A DESCENTRALIZACAO ADMINISTRATIVA DA ACOES DE LICENCIAMENTO, MONITORAMENTO E FISCALIZACAO NOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO	Não
LEVANTAMENTO	1891332/2024	LEVANTAMENTO NOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO NO INTUITO DE VERIFICAR A EXISTENCIA DE UM CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO E DO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO, BEM COMO SE ESSES EST	Não
LEVANTAMENTO	1895877/2024	LEVANTAMENTO PARA VERIFICACAO DA ADESAO E IMPLEMENTACAO DAS ACOES DO COMPROMISSO NACIONAL DA CRIANCA ALFABETIZADA (CNCA) NO AMBITO DO ESTADO DE MATO GROSSO.	Sim
LEVANTAMENTO	1937286/2024	AVALIACAO DO NIVEL DE TRANSPARENCIA DAS ORGANIZACOES ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE MT - PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARENCIA PUBLICA - PNTP CICLO 2024.	Sim





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Processos		Descrição do Processo	Houve Julgamento
Assunto	Número		
REPRESENTACAO (NATUREZA EXTERNA)	1792407/2024	REPRESENTACAO DE NATUREZA EXTERNA EM FACE DO USO DA PLATAFORMA BOLSA DE LICITACOES E LEILÕES DO BRASIL (BLL), REFERENTE A POSSIVEIS IRREGULARIDADES	Não

Sistema Control-P





Anexo: 3 - ORÇAMENTO

Quadro: 3.1 - Créditos Adicionais - por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos)

FONTE	DESCRIÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
FONTE DE FINANCIAMENTO: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 14.304.644,17
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 932.060,57
542	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 13.638,74
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 208.462,88
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 545,81
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 31.460,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 30.000,00
576	Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	R\$ 82.000,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 291.048,42
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 78.318,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 9.618,91
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 530,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 321.253,17
707	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	R\$ 451,53
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 69.998,90
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 3,90
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 1.858,17
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 125.200,00
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 901.564,21
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 3.016,85
		R\$ 17.405.674,23
FONTE DE FINANCIAMENTO: EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 584.780,34
542	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 43.388,69
543	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR	R\$ 142.054,63
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 37.571,66
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 12.521,24
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 58.477,00
576	Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	R\$ 10.663,57





FONTE	DESCRIÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 472.256,15
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 486.908,27
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	R\$ 87.151,13
		R\$ 1.935.772,68
FONTE DE FINANCIAMENTO: OPERAÇÕES DE CRÉDITOS		
FONTE DE FINANCIAMENTO: SUPERÁVIT FINANCEIRO		
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 5.447.007,07
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 377.867,23
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 243.475,07
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 2.187,92
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 3.570,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 101.796,03
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 1.661.932,58
576	Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	R\$ 97.873,37
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 103.504,69
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 22.058,96
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 701.730,44
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 20.603,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 217.866,85
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 43.845,21
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 236.499,09
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 737.387,29
707	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	R\$ 4.485,15
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 641.079,64
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 540.255,04
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 189.642,80
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 44.415,96
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 299.027,08
		R\$ 11.738.110,47
FONTE DE FINANCIAMENTO: RESERVA DE CONTINGÊNCIA		





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

FONTE	DESCRIÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
FONTE DE FINANCIAMENTO: RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES		
	TOTAL GERAL	R\$ 31.079.557,38

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > por Fonte/Financiamento > Dados Consolidados do Ente





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 3.2 - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
Orçamentários								
CAMARA MUNICIPAL	R\$ 1.710.000,00	R\$ 159.626,07	R\$ 4.950,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 184.480,83	R\$ 1.690.095,24	-1,16%
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO	R\$ 2.338.000,00	R\$ 504.975,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 321.069,61	R\$ 2.521.905,45	7,86%
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	R\$ 27.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.000,00	R\$ 3.000,00	-88,88%
DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOSTO - DAE	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.000,00	R\$ 10.000,00	-66,66%
DEPARTAMENTO DE CULTURA	R\$ 404.000,00	R\$ 446.092,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 142.300,00	R\$ 707.792,61	75,19%
DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	R\$ 9.754.000,00	R\$ 5.769.284,81	R\$ 135.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.300.026,84	R\$ 11.358.257,97	16,44%
DEPARTAMENTO DE ESPORTES	R\$ 164.000,00	R\$ 2.045.412,72	R\$ 87.151,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 49.800,00	R\$ 2.246.763,85	1.269,97%
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	R\$ 3.771.000,00	R\$ 103.637,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.879.188,84	R\$ 995.448,99	-73,60%
DEPTO. DE OBRAS VIACAO E SERVICOS URBANOS	R\$ 8.014.850,00	R\$ 9.927.337,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.897.174,55	R\$ 16.045.012,96	100,19%
FUNDEB 40	R\$ 297.000,00	R\$ 1.230.762,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00	R\$ 1.522.762,22	412,71%





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
FUNDEB 60	R\$ 8.496.000,00	R\$ 632.756,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 547.419,00	R\$ 8.581.337,40	1,00%
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 1.640.000,00	R\$ 294.560,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.149.582,04	R\$ 784.978,22	-52,13%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$ 13.282.000,00	R\$ 6.727.770,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.609.091,59	R\$ 17.400.678,42	31,00%
GABIENTE DO SECRETARIO	R\$ 1.720.000,00	R\$ 1.253.882,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 824.551,75	R\$ 2.149.330,82	24,96%
GABINETE DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 1.266.000,00	R\$ 108.239,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 266.861,55	R\$ 1.107.378,13	-12,52%
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 1.242.000,00	R\$ 111.984,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 546.183,00	R\$ 807.801,64	-34,96%
PREVIDENCIA MUNICIPAL	R\$ 4.775.000,00	R\$ 1.203.608,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 904.581,06	R\$ 5.074.027,08	6,26%
RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 69.150,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 69.150,00	R\$ 0,00	-100,00%
SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE	R\$ 122.000,00	R\$ 23.377,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.638,00	R\$ 120.739,08	-1,03%
	R\$ 59.122.000,00	R\$ 30.543.307,61	R\$ 227.101,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 16.765.098,66	R\$ 73.127.310,08	
Intraorçamentários								
CAMARA MUNICIPAL	R\$ 90.000,00	R\$ 21.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.095,24	R\$ 109.904,76	22,11%
DEPARTAMENTO								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
DE ADMINISTRACAO	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 23.406,00	R\$ 176.594,00	-11,70%
DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - DAE	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	-100,00%
DEPARTAMENTO DE CULTURA	R\$ 10.000,00	R\$ 6.180,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 16.180,00	61,80%
DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	R\$ 6.000,00	R\$ 11.216,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000,00	R\$ 16.216,03	170,26%
DEPARTAMENTO DE ESPORTES	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.327,00	R\$ 4.673,00	-68,84%
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	R\$ 75.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.800,00	R\$ 70.200,00	-6,40%
DEPTO. DE OBRAS VIACAO E SERVICOS URBANOS	R\$ 110.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.000,00	R\$ 108.000,00	-1,81%
FUNDEB 40	R\$ 45.000,00	R\$ 92.777,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 137.777,42	206,17%
FUNDEB 60	R\$ 1.900.000,00	R\$ 3.102,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 46.499,54	R\$ 1.856.602,46	-2,28%
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 90.000,00	R\$ 11.399,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 39.800,00	R\$ 61.599,46	-31,55%
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	R\$ 1.100.000,00	R\$ 163.473,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 397.339,46	R\$ 866.134,27	-21,26%
GABIENTE DO SECRETARIO	R\$ 120.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 32.722,33	R\$ 87.277,67	-27,26%





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPosição/ TRANSFERÊNCIAS/ REANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
GABINETE DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 155.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 49.627,00	R\$ 105.373,00	-32,01%
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 75.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 29.959,00	R\$ 45.041,00	-39,94%
PREVIDENCIA MUNICIPAL	R\$ 25.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 25.000,00	0,00%
SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	-100,00%
	R\$ 4.018.000,00	R\$ 309.148,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 640.575,57	R\$ 3.686.573,07	
TOTAL	R\$ 63.140.000,00	R\$ 30.852.456,25	R\$ 227.101,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.405.674,23	R\$ 76.813.883,15	21,65%

APLIC > Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Por Unidade Orçamentária>Dados Consolidados do Ente





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

**Quadro: 3.3 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais
Financiados por Superávit**

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E))	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
Superávit/Déficit Financeiro X Créditos Adicionais por Superávit							
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 5.588.535,17	R\$ 15.300,00	R\$ 5.603.835,17	R\$ 5.447.007,07	R\$ 0,00	R\$ 5.240.942,86
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 5.576,06	R\$ 0,00	R\$ 5.576,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 377.929,48	R\$ 0,00	R\$ 377.929,48	R\$ 377.867,23	R\$ 0,00	R\$ 377.867,23
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 243.482,85	R\$ 0,00	R\$ 243.482,85	R\$ 243.475,07	R\$ 0,00	R\$ 243.475,07
542	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
543	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E)	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 2.197,05	R\$ 0,00	R\$ 2.197,05	R\$ 2.187,92	R\$ 0,00	R\$ 2.187,92
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 85,81	R\$ 0,00	R\$ 85,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 3.570,79	R\$ 0,00	R\$ 3.570,79	R\$ 3.570,00	R\$ 0,00	R\$ 3.425,44
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 132.765,53	R\$ 0,00	R\$ 132.765,53	R\$ 101.796,03	R\$ 0,00	R\$ 97.295,36
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 1.765.735,58	R\$ 0,00	R\$ 1.765.735,58	R\$ 1.661.932,58	R\$ 0,00	R\$ 1.586.923,58
576	Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	R\$ 98.128,53	R\$ 0,00	R\$ 98.128,53	R\$ 97.873,37	R\$ 0,00	R\$ 96.918,22





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E)	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 116.332,14	R\$ 0,00	R\$ 116.332,14	R\$ 103.504,69	R\$ 0,00	R\$ 102.990,39
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 526,87	R\$ 0,00	R\$ 526,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 328,92	R\$ 0,00	R\$ 328,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Transferências Fundo a						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E)	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
603	Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 2,92	R\$ 0,00	R\$ 2,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 23.499,44	R\$ 0,00	R\$ 23.499,44	R\$ 22.058,96	R\$ 0,00	R\$ 22.058,96
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 69.790,21	R\$ 0,00	R\$ 69.790,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E)	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 751.812,33	R\$ 0,00	R\$ 751.812,33	R\$ 701.730,44	R\$ 0,00	R\$ 691.313,44
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 2,42	R\$ 0,00	R\$ 2,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 58.149,46	R\$ 0,00	R\$ 58.149,46	R\$ 20.603,00	R\$ 0,00	R\$ 18.096,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 509.315,97	R\$ 0,00	R\$ 509.315,97	R\$ 217.866,85	R\$ 0,00	R\$ 206.340,38
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 59.417,02	R\$ 0,00	R\$ 59.417,02	R\$ 43.845,21	R\$ 0,00	R\$ 39.560,21
	Outros Recursos						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E)	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
669	Vinculados à Assistência Social	R\$ 50.857,82	R\$ 0,00	R\$ 50.857,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 236.978,15	R\$ 0,00	R\$ 236.978,15	R\$ 236.499,09	R\$ 0,00	R\$ 236.499,09
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 737.387,29	R\$ 0,00	R\$ 737.387,29	R\$ 737.387,29	R\$ 0,00	R\$ 737.387,29
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 464.765,44	R\$ 0,00	R\$ 464.765,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
705	Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
706	Transferência Especial da União	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Transferências da						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E)	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
707	União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173 /2020	R\$ 4.486,81	R\$ 0,00	R\$ 4.486,81	R\$ 4.485,15	R\$ 0,00	R\$ 4.485,15
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 664.205,42	R\$ 0,00	R\$ 664.205,42	R\$ 641.079,64	R\$ 0,00	R\$ 641.079,64
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 660.330,23	R\$ 0,00	R\$ 660.330,23	R\$ 540.255,04	R\$ 0,00	R\$ 540.255,04
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195 /2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 1.479,44	R\$ 0,00	R\$ 1.479,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195 /2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 6.295,84	R\$ 0,00	R\$ 6.295,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Auxílio Financeiro Outorga Crédito						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E)	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
718	Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123 /2022	R\$ 87.410,20	R\$ 0,00	R\$ 87.410,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
749	Outras vinculações de transferências	R\$ 10.373,55	R\$ 0,00	R\$ 10.373,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 4.144,00	R\$ 0,00	R\$ 4.144,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 880.802,66	R\$ 0,00	R\$ 880.802,66	R\$ 189.642,80	R\$ 0,00	R\$ 152.265,70
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 45.182,66	R\$ 0,00	R\$ 45.182,66	R\$ 44.415,96	R\$ 0,00	R\$ 44.415,84
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 36.391.841,76	R\$ 0,00	R\$ 36.391.841,76	R\$ 299.027,08	R\$ 0,00	R\$ 299.027,08





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E))	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 316.191,39	R\$ 0,00	R\$ 316.191,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
899	Outros Recursos Vinculados	R\$ 136,67	R\$ 0,00	R\$ 136,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 50.370.053,88	R\$ 15.300,00	R\$ 50.385.353,88	R\$ 11.738.110,47	R\$ 0,00	R\$ 11.384.809,89

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Financiados por Superávit Financeiro > Dados Consolidados do Ente.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 3.4 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECAÇÃO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECAÇÃO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação						
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 34.646.000,00	R\$ 39.956.716,32	R\$ 5.310.716,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 22.000,00	R\$ 6.136,51	-R\$ 15.863,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 10.050.000,00	R\$ 11.833.011,87	R\$ 1.783.011,87	R\$ 584.780,34	R\$ 0,00
542	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 0,00	R\$ 74.884,18	R\$ 74.884,18	R\$ 43.388,69	R\$ 0,00
543	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR	R\$ 0,00	R\$ 182.258,79	R\$ 182.258,79	R\$ 142.054,63	R\$ 0,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 460.000,00	R\$ 683.145,10	R\$ 223.145,10	R\$ 37.571,66	R\$ 0,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 181.000,00	R\$ 193.834,30	R\$ 12.834,30	R\$ 12.521,24	R\$ 0,00
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 147.000,00	R\$ 123.014,31	-R\$ 23.985,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 35.000,00	R\$ 126.175,24	R\$ 91.175,24	R\$ 58.477,00	R\$ 0,00
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 2.900.000,00	R\$ 2.956.133,40	R\$ 56.133,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADADO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADADO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e)>=f; 0; f-e))
576	Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	R\$ 621.000,00	R\$ 702.985,24	R\$ 81.985,24	R\$ 10.663,57	R\$ 0,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 2.777.000,00	R\$ 2.385.825,84	-R\$ 391.174,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 0,00	R\$ 42,43	R\$ 42,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 940.000,00	R\$ 1.001.256,00	R\$ 61.256,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 0,00	R\$ 5.588,90	R\$ 5.588,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 548.000,00	R\$ 1.288.007,72	R\$ 740.007,72	R\$ 472.256,15	R\$ 0,00
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 0,00	R\$ 0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 0,00	R\$ 3.155,97	R\$ 3.155,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADADO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADADO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 300.000,00	R\$ 214.254,54	-R\$ 85.745,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 162.000,00	R\$ 90.561,84	-R\$ 71.438,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 36.000,00	R\$ 20.727,37	-R\$ 15.272,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 640.000,00	R\$ 613.966,68	-R\$ 26.033,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
705	Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 0,00	R\$ 6.190,53	R\$ 6.190,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00
706	Transferência Especial da União	R\$ 0,00	R\$ 155.759,18	R\$ 155.759,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00
707	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	R\$ 0,00	R\$ 342,30	R\$ 342,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 0,00	R\$ 605.441,29	R\$ 605.441,29	R\$ 486.908,27	R\$ 0,00
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 420.000,00	R\$ 588.778,92	R\$ 168.778,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 0,00	R\$ 118,73	R\$ 118,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais					





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADADO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADADO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
716	Setores da Cultura	R\$ 0,00	R\$ 504,18	R\$ 504,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 0,00	R\$ 89.551,70	R\$ 89.551,70	R\$ 87.151,13	R\$ 0,00
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 6.000,00	R\$ 38.223,41	R\$ 32.223,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 815.000,00	R\$ 1.000.709,04	R\$ 185.709,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 1.634.000,00	R\$ 1.827.956,73	R\$ 193.956,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 4.800.000,00	R\$ 9.818.503,01	R\$ 5.018.503,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 0,00	R\$ 24.527,78	R\$ 24.527,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 63.140.000	R\$ 76.618.289,38	R\$ 13.478.289,38	R\$ 1.935.772,68	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Financiados por Excesso de Arrecadação > Dados Consolidados do Ente.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 3.5 - Resultado da Execução Orçamentária X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) = Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
Execução Orçamentária X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação								
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 5.310.716,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 39.956.716,32	R\$ 37.312.722,77	R\$ 2.643.993,55	R\$ 0,00
501	Outros Recursos não Vinculados	-R\$ 15.863,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.136,51	R\$ 0,00	R\$ 6.136,51	R\$ 0,00
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 1.783.011,87	R\$ 584.780,34	R\$ 0,00	R\$ 11.833.011,87	R\$ 11.584.097,16	R\$ 248.914,71	R\$ 0,00
542	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 74.884,18	R\$ 43.388,69	R\$ 0,00	R\$ 74.884,18	R\$ 73.812,89	R\$ 1.071,29	R\$ 0,00
543	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR	R\$ 182.258,79	R\$ 142.054,63	R\$ 0,00	R\$ 182.258,79	R\$ 163.229,37	R\$ 19.029,42	R\$ 0,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 223.145,10	R\$ 37.571,66	R\$ 0,00	R\$ 683.145,10	R\$ 594.051,04	R\$ 89.094,06	R\$ 0,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 12.834,30	R\$ 12.521,24	R\$ 0,00	R\$ 193.834,30	R\$ 188.606,69	R\$ 5.227,61	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) =Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	-R\$ 23.985,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 123.014,31	R\$ 122.969,79	R\$ 44,52	R\$ 0,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 91.175,24	R\$ 58.477,00	R\$ 0,00	R\$ 126.175,24	R\$ 84.355,66	R\$ 41.819,58	R\$ 0,00
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 56.133,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.956.133,40	R\$ 1.874.031,24	R\$ 1.082.102,16	R\$ 0,00
576	Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	R\$ 81.985,24	R\$ 10.663,57	R\$ 0,00	R\$ 702.985,24	R\$ 687.245,35	R\$ 15.739,89	R\$ 0,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	-R\$ 391.174,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.385.825,84	R\$ 1.762.220,82	R\$ 623.605,02	R\$ 0,00
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação							





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) = Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
601	da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 42,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 42,43	R\$ 0,00	R\$ 42,43	R\$ 0,00
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 61.256,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.001.256,00	R\$ 802.815,11	R\$ 198.440,89	R\$ 0,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 5.588,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.588,90	R\$ 0,00	R\$ 5.588,90	R\$ 0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 740.007,72	R\$ 472.256,15	R\$ 0,00	R\$ 1.288.007,72	R\$ 581.625,79	R\$ 706.381,93	R\$ 0,00
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 0,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,03	R\$ 0,00	R\$ 0,03	R\$ 0,00
	Transferências do Estado referentes a Convênios e							





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) =Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
632	Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 3.155,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.155,97	R\$ 0,00	R\$ 3.155,97	R\$ 0,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	-R\$ 85.745,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 214.254,54	R\$ 51.334,15	R\$ 162.920,39	R\$ 0,00
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	-R\$ 71.438,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 90.561,84	R\$ 530,00	R\$ 90.031,84	R\$ 0,00
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	-R\$ 15.272,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.727,37	R\$ 0,00	R\$ 20.727,37	R\$ 0,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-R\$ 26.033,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 613.966,68	R\$ 571.722,81	R\$ 42.243,87	R\$ 0,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	-R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
705	Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 6.190,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.190,53	R\$ 0,00	R\$ 6.190,53	R\$ 0,00
706	Transferência Especial da União	R\$ 155.759,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 155.759,18	R\$ 0,00	R\$ 155.759,18	R\$ 0,00
	Transferências da União - inciso							





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) =Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
707	I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	R\$ 342,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 342,30	R\$ 321,50	R\$ 20,80	R\$ 0,00
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 605.441,29	R\$ 486.908,27	R\$ 0,00	R\$ 605.441,29	R\$ 446.000,90	R\$ 159.440,39	R\$ 0,00
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 168.778,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 588.778,92	R\$ 274.160,48	R\$ 314.618,44	R\$ 0,00
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 118,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 118,73	R\$ 0,00	R\$ 118,73	R\$ 0,00
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 504,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 504,18	R\$ 0,00	R\$ 504,18	R\$ 0,00
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	R\$ 89.551,70	R\$ 87.151,13	R\$ 0,00	R\$ 89.551,70	R\$ 74.350,50	R\$ 15.201,20	R\$ 0,00
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 32.223,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 38.223,41	R\$ 363,90	R\$ 37.859,51	R\$ 0,00
	Recursos da Contribuição para o							





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) = Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
751	Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 185.709,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000.709,04	R\$ 346.220,45	R\$ 654.488,59	R\$ 0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 193.956,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.827.956,73	R\$ 1.400.684,12	R\$ 427.272,61	R\$ 0,00
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 5.018.503,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.818.503,01	R\$ 4.043.661,71	R\$ 5.774.841,30	R\$ 0,00
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 24.527,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.527,78	R\$ 293.254,38	-R\$ 268.726,60	R\$ 0,00
		R\$ 13.478.289,38	R\$ 1.935.772,68	R\$ 0,00	R\$ 76.618.289,38	R\$ 63.334.388,58	R\$ 13.283.900,80	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Execução Orçamentaria vs Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação > Dados Consolidados do Ente.





Quadro: 3.6 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias

TIPO UG	LEI	DECRETO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias					
AUTARQUIA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.800.0000000	R\$ 200,00	R\$ 0,00
AUTARQUIA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.800.1111000	R\$ 90.000,00	R\$ 0,00
AUTARQUIA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.800.1121000	R\$ 0,00	-R\$ 90.000,00
AUTARQUIA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.802.0000000	R\$ 0,00	-R\$ 200,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.500.0000000	R\$ 961.722,08	-R\$ 78.448,25
PREFEITURA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.500.1001000	R\$ 0,00	-R\$ 688.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.500.1002000	R\$ 709.018,28	-R\$ 132.195,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.540.0000000	R\$ 167.000,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.540.1070000	R\$ 521.000,00	-R\$ 40.564,20
PREFEITURA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.542.0000000	R\$ 0,00	-R\$ 41.897,30
PREFEITURA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.542.1070000	R\$ 61.286,76	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.543.0000000	R\$ 21.174,74	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.576.0000000	R\$ 26.000,00	-R\$ 3.400,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.600.0000600	R\$ 3.000,00	-R\$ 125.968,93
PREFEITURA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.600.0000602	R\$ 28.365,00	-R\$ 61.690,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.600.0000603	R\$ 79.000,00	-R\$ 247.359,35
PREFEITURA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.600.0000605	R\$ 13.000,00	-R\$ 31.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.621.0000000	R\$ 17.830,00	-R\$ 252.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.660.0000000	R\$ 26.548,19	-R\$ 16.437,08
PREFEITURA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.661.0000000	R\$ 0,00	-R\$ 4.850,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.700.0000000	R\$ 42.000,00	R\$ 0,00





TIPO UG	LEI	DECRETO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.701.0000000	R\$ 0,00	-R\$ 1.000.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.708.0000000	R\$ 8.000,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.711.0000804	R\$ 122.165,06	-R\$ 60.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.750.0000000	R\$ 300,00	-R\$ 1.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01428/2023	00000/2024	1.759.0000701	R\$ 3.400,00	-R\$ 26.000,00
				R\$ 2.901.010,11	-R\$ 2.901.010,11
				R\$ 2.901.010,11	-R\$ 2.901.010,11

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações de Fontes de Recursos/Destações de Recursos > Dados Consolidados do Ente.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 3.7 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas/Fontes de Financiamento

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
Alterações Orçamentárias											
01427 /2023	00008/2024	R\$ 2.945.750,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.945.750,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01427 /2023	00034/2024	R\$ 299.027,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 299.027,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01427 /2023	00045/2024	R\$ 852.881,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 852.881,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01427 /2023	00088/2024	R\$ 395.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 395.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01427 /2023	00136/2024	R\$ 238.056,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 238.056,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01427 /2023	00158/2024	R\$ 55.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 55.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01427 /2023	00175/2024	R\$ 266.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 266.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01427 /2023	00176/2024	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01427 /2023	00207/2024	R\$ 992.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 992.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01427											





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
/2023	00208/2024	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01427 /2023	00239/2024	R\$ 1.423.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.423.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01427 /2023	00267/2024	R\$ 878.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 878.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01427 /2023	00268/2024	R\$ 70.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 70.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01427 /2023	00269/2024	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01427 /2023	00280/2024	R\$ 144.468,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 144.468,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01427 /2023	00281/2024	R\$ 75.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 75.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01427 /2023	00282/2024	R\$ 27.772,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 27.772,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01427 /2023	00304/2024	R\$ 662.970,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 662.970,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01427 /2023	00314/2024	R\$ 157.570,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 157.570,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01427 /2023	00331/2024	R\$ 2.338.220,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.338.220,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01427 /2023	00332/2024	R\$ 636.643,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 636.643,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01427 /2023	00353/2024	R\$ 302.735,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 302.735,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
01427/2023	00354/2024	R\$ 696.635,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 696.635,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01428/2023	00007/2024	R\$ 626.700,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 626.700,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01428/2023	00044/2024	R\$ 301.050,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 301.050,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01428/2023	00087/2024	R\$ 596.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 596.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01428/2023	00137/2024	R\$ 625.926,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 625.926,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01428/2023	00174/2024	R\$ 1.355.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.355.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01428/2023	00188/2024	R\$ 19.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01428/2023	00206/2024	R\$ 902.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 902.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01428/2023	00238/2024	R\$ 1.192.602,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.192.602,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01428/2023	00266/2024	R\$ 1.215.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.215.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01428/2023	00279/2024	R\$ 1.099.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.099.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01428/2023	00294/2024	R\$ 1.722.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.722.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01428						R\$					





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
/2023	00303/2024	R\$ 2.162.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2.162.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01428 /2023	00355/2024	R\$ 432.800,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 432.800,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01448 /2024	00169/2024	R\$ 0,00	R\$ 4.950,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.950,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01449 /2024	00144/2024	R\$ 0,00	R\$ 135.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 135.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01459 /2024	00198/2024	R\$ 0,00	R\$ 87.151,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 87.151,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01462 /2024	00321/2024	R\$ 18.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 18.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01462 /2024	00322/2024	R\$ 533.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 533.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01462 /2024	00328/2024	R\$ 16.420,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 16.420,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01462 /2024	00330/2024	R\$ 1.501.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.501.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01462 /2024	00337/2024	R\$ 77.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 77.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01462 /2024	00340/2024	R\$ 320.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 320.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01462 /2024	00352/2024	R\$ 1.915.438,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.915.438,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01462 /2024	00357/2024	R\$ 584.581,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 584.581,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
01462/2024	00359/2024	R\$ 50.106,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.106,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 30.852.456,25	R\$ 227.101,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.405.674,23	R\$ 1.935.772,68	R\$ 0,00	R\$ 11.738.110,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 30.852.456,25	R\$ 227.101,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.405.674,23	R\$ 1.935.772,68	R\$ 0,00	R\$ 11.738.110,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações orçamentárias/leis autorizativas/fontes de financiamento > Dados Consolidados do Ente.





Anexo: 4 - RECEITA

Quadro: 4.1 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de recursos da receita

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECAÇÃO S/ PREVISÃO
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)	R\$ 64.035.772,68	R\$ 77.215.642,08	120,58%
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 5.851.000,00	R\$ 5.997.014,90	102,49%
Receita de Contribuições	R\$ 2.246.000,00	R\$ 2.368.707,47	105,46%
Receita Patrimonial	R\$ 521.297,24	R\$ 5.955.704,35	1.142,47%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 22.000,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências Correntes	R\$ 55.290.475,44	R\$ 62.698.987,05	113,39%
Outras Receitas Correntes	R\$ 105.000,00	R\$ 195.228,31	185,93%
II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)	R\$ 4.540.000,00	R\$ 3.627.444,75	79,90%
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Alienação de Bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 4.540.000,00	R\$ 3.627.444,75	79,90%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
III - RECEITA BRUTA (Exceto Intra)	R\$ 68.575.772,68	R\$ 80.843.086,83	117,88%
IV - DEDUÇÕES DA RECEITA	-R\$ 6.795.000,00	-R\$ 7.843.297,04	115,42%
Deduções para o FUNDEB	-R\$ 6.582.000,00	-R\$ 7.731.494,30	117,46%
Renúncias de Receita	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras Deduções	-R\$ 213.000,00	-R\$ 111.802,74	52,49%
IV - RECEITA LÍQUIDA (exceto Intraorçamentária)	R\$ 61.780.772,68	R\$ 72.999.789,79	118,15%
V - Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 3.295.000,00	R\$ 3.618.499,59	109,81%
VI - Receita de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL GERAL	R\$ 65.075.772,68	R\$ 76.618.289,38	117,73%

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.





Quadro: 4.2 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de Receitas (Valores Líquidos)

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECADADAÇÃO S/ PREVISÃO
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)	R\$ 57.240.772,68	R\$ 69.372.345,04	121,19%
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 5.638.000,00	R\$ 5.885.212,16	104,38%
Receita de Contribuições	R\$ 2.246.000,00	R\$ 2.368.707,47	105,46%
Receita Patrimonial	R\$ 521.297,24	R\$ 5.955.704,35	1.142,47%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 22.000,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências Correntes	R\$ 48.708.475,44	R\$ 54.967.492,75	112,85%
Outras Receitas Correntes	R\$ 105.000,00	R\$ 195.228,31	185,93%
II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)	R\$ 4.540.000,00	R\$ 3.627.444,75	79,90%
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Alienação de Bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 4.540.000,00	R\$ 3.627.444,75	79,90%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
III - RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	R\$ 3.295.000,00	R\$ 3.618.499,59	109,81%
IV - SUBTOTAL DA RECEITA	R\$ 65.075.772,68	R\$ 76.618.289,38	117,73%
V - OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL GERAL	R\$ 65.075.772,68	R\$ 76.618.289,38	117,73%

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.

Quadro: 4.3 - Receita Corrente Líquida (RCL)

Receitas	Total R\$
Total de Receitas Correntes (I)	R\$ 77.215.642,08
(-) Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para o FUNDEB) (II)	R\$ 111.802,74
(=) Subtotal (III) = (I - II)	R\$ 77.103.839,34
(-) Receita Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência (IV)	R\$ 1.458.656,64
(-) Receita Compensação Financeira entre regimes previdenciários (V)	R\$ 0,00
(-) Deduções da Receita para formação do FUNDEB (VI)	R\$ 7.731.494,30
(=) RCL antes da dedução da Receita de Aplicação Financeira do RPPS - Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017 (VII) = (III-IV-V-VI)	R\$ 67.913.688,40
(-) Receita de Aplicação Financeira do RPPS - Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017 (VIII)	R\$ 4.765.874,56
(=) Receita Corrente Líquida (IX) = (VII - VIII)	R\$ 63.147.813,84
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da	





Receitas	Total R\$
CF) (X)	R\$ 0,00
(=) Receita Corrente Líquida Ajustada para o Cálculo dos Limites de Endividamento (XI) = (IX-X)	R\$ 63.147.813,84
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (XII)	R\$ 0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (XIII)	R\$ 1.001.256,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (XIX)	R\$ 0,00
(=) Receita Corrente Líquida Ajustada para o Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	R\$ 62.146.557,84

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF Limites/Documentações > Receita Corrente Líquida Anual (preliminar)

Quadro: 4.4 - Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para FUNDEB)

DESCRIÇÃO	Total R\$
Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 111.802,74
Receita de Contribuição	R\$ 0,00
Receita Patrimonial	R\$ 0,00
Receita Agropecuária	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00
Receita de Serviços	R\$ 0,00
Transferências Correntes	R\$ 0,00
Outras receitas correntes	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 111.802,74

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF Limites/Documentações > Receita Corrente Líquida Anual (preliminar)

Quadro: 4.5 - Receita Tributária Própria (Valores Líquidos)

Receita Tributária Própria	Previsão Atualizada R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
I - Impostos	R\$ 4.947.000,00	R\$ 5.409.203,17	91,91%
IPTU	R\$ 491.000,00	R\$ 422.780,81	7,18%
IRRF	R\$ 1.016.000,00	R\$ 1.610.088,40	27,35%
ISSQN	R\$ 2.240.000,00	R\$ 2.439.783,14	41,45%
ITBI	R\$ 1.200.000,00	R\$ 936.550,82	15,91%
II - Taxas (Principal)	R\$ 335.000,00	R\$ 340.487,79	5,78%
III - Contribuição de Melhoria (Principal)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IV - Multas e Juros de Mora (Principal)	R\$ 33.000,00	R\$ 6.353,80	0,10%
V - Dívida Ativa	R\$ 323.000,00	R\$ 120.644,67	2,05%





Receita Tributária Própria	Previsão Atualizada R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
VI -Multas e Juros de Mora (Div. Ativa)	R\$ 0,00	R\$ 8.522,73	0,14%
TOTAL	R\$ 5.638.000,00	R\$ 5.885.212,16	

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Tributária Própria (a partir de 2018).





Anexo: 5 - DESPESA

Quadro: 5.1 - Despesa por Categoria Econômica

ORIGEM	DOTAÇÃO ATUALIZADA R\$	VALOR EXECUTADO R\$	% DA EXECUÇÃO S/ PREVISÃO
I - DESPESAS CORRENTES	R\$ 61.258.760,29	R\$ 59.844.254,34	97,69%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 28.401.701,78	R\$ 28.134.832,20	99,06%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	R\$ 32.857.058,51	R\$ 31.709.422,14	96,50%
II - DESPESA DE CAPITAL	R\$ 11.753.130,85	R\$ 11.256.433,00	95,77%
Investimentos	R\$ 11.753.130,85	R\$ 11.256.433,00	95,77%
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 115.418,94	R\$ 0,00	0,00%
IV - TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra)	R\$ 73.127.310,08	R\$ 71.100.687,34	97,22%
V - DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	R\$ 3.686.573,07	R\$ 3.618.511,13	98,15%
VI - Despesa Corrente Intraorçamentária	R\$ 3.686.573,07	R\$ 3.618.511,13	98,15%
VII - Despesa de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IX - TOTAL DESPESA	R\$ 76.813.883,15	R\$ 74.719.198,47	97,27%

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Dados Consolidados do Ente> Mês: Dezembro





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 5.2 - Despesa por Função de Governo

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
Despesa Orçamentária por Função						
01	Legislativa	R\$ 1.710.000,00	R\$ 1.690.095,24	R\$ 1.690.095,24	R\$ 1.632.514,35	R\$ 1.632.514,35
04	Administração	R\$ 4.494.000,00	R\$ 3.804.154,84	R\$ 3.652.052,99	R\$ 3.649.252,99	R\$ 3.649.252,99
08	Assistência Social	R\$ 2.899.000,00	R\$ 1.892.356,35	R\$ 1.837.859,03	R\$ 1.837.859,03	R\$ 1.837.859,03
09	Previdência Municipal	R\$ 3.755.000,00	R\$ 4.958.608,14	R\$ 4.623.251,12	R\$ 4.623.251,12	R\$ 4.617.787,06
10	Saúde	R\$ 13.282.000,00	R\$ 17.400.678,42	R\$ 16.861.168,05	R\$ 16.860.937,65	R\$ 16.860.937,65
11	Trabalho	R\$ 558.000,00	R\$ 633.996,13	R\$ 631.478,14	R\$ 631.478,14	R\$ 593.251,71
12	Educação	R\$ 18.547.000,00	R\$ 21.462.357,59	R\$ 21.276.927,93	R\$ 21.276.927,93	R\$ 21.276.927,93
13	Cultura	R\$ 164.000,00	R\$ 2.246.763,85	R\$ 2.238.537,62	R\$ 2.238.537,62	R\$ 2.238.537,62
15	Urbanismo	R\$ 1.469.000,00	R\$ 4.497.154,08	R\$ 4.283.442,33	R\$ 4.283.442,33	R\$ 4.283.442,33
16	Habitação	R\$ 7.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17	Saneamento	R\$ 30.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 6.092,00	R\$ 6.092,00	R\$ 6.092,00
18	Gestão Ambiental	R\$ 353.000,00	R\$ 162.890,00	R\$ 118.236,36	R\$ 118.236,36	R\$ 118.236,36
20	Agricultura	R\$ 1.367.000,00	R\$ 1.986.440,82	R\$ 1.976.581,01	R\$ 1.976.581,01	R\$ 1.976.581,01
25	Energia	R\$ 806.850,00	R\$ 525.855,80	R\$ 488.477,98	R\$ 488.477,98	R\$ 488.477,98
26	Transporte	R\$ 5.827.000,00	R\$ 11.030.338,27	R\$ 10.708.796,17	R\$ 10.708.796,17	R\$ 10.708.796,17
27	Desporto e Lazer	R\$ 404.000,00	R\$ 707.792,61	R\$ 705.282,74	R\$ 705.282,74	R\$ 705.282,74
28	Encargos Especiais	R\$ 2.360.000,00	R\$ 2.409,00	R\$ 2.408,63	R\$ 2.408,63	R\$ 2.408,63
99	Reserva de Contingência ou Reserva Legal do RPPS	R\$ 1.089.150,00	R\$ 115.418,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 59.122.000,00	R\$ 73.127.310,08	R\$ 71.100.687,34	R\$ 71.040.076,05	R\$ 70.996.385,56
Despesa Intraorçamentária por Função						
01	Legislativa	R\$ 90.000,00	R\$ 109.904,76	R\$ 109.904,76	R\$ 109.904,76	R\$ 109.904,76





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
04	Administração	R\$ 351.000,00	R\$ 291.835,00	R\$ 291.788,01	R\$ 291.788,01	R\$ 291.788,01
08	Assistência Social	R\$ 245.000,00	R\$ 166.972,46	R\$ 163.488,47	R\$ 163.488,47	R\$ 163.488,47
09	Previdência Municipal	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 12.692,05	R\$ 12.692,05	R\$ 12.692,05
10	Saúde	R\$ 1.100.000,00	R\$ 866.134,27	R\$ 841.451,52	R\$ 841.451,52	R\$ 841.451,52
12	Educação	R\$ 1.951.000,00	R\$ 2.010.595,91	R\$ 1.988.764,92	R\$ 1.988.764,92	R\$ 1.988.764,92
13	Cultura	R\$ 15.000,00	R\$ 4.673,00	R\$ 4.672,23	R\$ 4.672,23	R\$ 4.672,23
17	Saneamento	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18	Gestão Ambiental	R\$ 50.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 28.385,09	R\$ 28.385,09	R\$ 28.385,09
20	Agricultura	R\$ 70.000,00	R\$ 57.277,67	R\$ 56.770,76	R\$ 56.770,76	R\$ 56.770,76
26	Transporte	R\$ 110.000,00	R\$ 108.000,00	R\$ 105.940,39	R\$ 105.940,39	R\$ 105.940,39
27	Desporto e Lazer	R\$ 10.000,00	R\$ 16.180,00	R\$ 14.652,93	R\$ 14.652,93	R\$ 14.652,93
		R\$ 4.018.000,00	R\$ 3.686.573,07	R\$ 3.618.511,13	R\$ 3.618.511,13	R\$ 3.618.511,13
		R\$ 63.140.000,00	R\$ 76.813.883,15	R\$ 74.719.198,47	R\$ 74.658.587,18	R\$ 74.614.896,69

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa por Função/Subfunção > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.





Quadro: 5.3 - Programas de Governo - Previsão e Execução

COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução / Dotação Atualizada
Execução Orçamentária - Programas de Governo Previsão e Execução					
0009	ACAO DO LEGISLATIVO	R\$ 1.800.000,00	R\$ 1.800.000,00	R\$ 1.800.000,00	100,00%
0025	BLOCOS DE FINANCIAMENTOS DO SUS	R\$ 5.643.000,00	R\$ 6.183.635,61	R\$ 5.754.702,84	93,06%
0003	CIDADE DO DESPORTO E LAZER	R\$ 380.000,00	R\$ 610.325,50	R\$ 606.288,56	99,33%
0029	COVID-19 - ACOES EMERGENCIAIS - SUAS	R\$ 36.000,00	R\$ 13.261,18	R\$ 12.946,18	97,62%
0028	COVID-19 - ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAUDE PUBLICA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0017	DEFESA DA ORDEM JURIDICA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0035	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AQUICULTURA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0014	DESENOVILMENTO E PLANEJAMENTO URBANO	R\$ 224.000,00	R\$ 209.314,92	R\$ 182.561,52	87,21%
0004	FESTAS TRADICIONAIS E FOLCLORICAS	R\$ 141.000,00	R\$ 2.234.909,95	R\$ 2.226.682,95	99,63%
0002	GERENCIAMENTO GLOBAL DA EDUCACAO	R\$ 4.541.000,00	R\$ 4.681.951,35	R\$ 4.653.544,70	99,39%
0008	GESTAO ADMINISTRATIVA PARA RESULTADOS	R\$ 2.327.000,00	R\$ 2.417.894,62	R\$ 2.397.359,64	99,15%
0011	GESTAO DAS POLITICAS PUBLICAS DE SAUDE	R\$ 8.079.000,00	R\$ 11.336.637,58	R\$ 11.201.377,23	98,80%
0010	GESTAO DE BENEFICIOS DO PREVCAR	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0024	GESTAO DO FUNDEB	R\$ 10.738.000,00	R\$ 12.098.479,50	R\$ 12.064.614,49	99,72%
0006	GESTAO FINANCEIRA	R\$ 867.000,00	R\$ 423.908,67	R\$ 417.917,05	98,58%





COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução / Dotação Atualizada
0007	GESTAO SUPERIOR	R\$ 1.144.000,00	R\$ 629.710,16	R\$ 626.073,20	99,42%
0015	GESTAO TRANSPARENTE ETICA E COLABORATIVA	R\$ 258.000,00	R\$ 246.859,52	R\$ 230.152,50	93,23%
0030	HABITACAO COM CIDADANIA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0031	ILUMINACAO PUBLICA EFICIENTE	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0012	INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	R\$ 385.000,00	R\$ 184.890,00	R\$ 146.621,45	79,30%
0027	INFRAESTRUTURA FISICA DO LEGISLATIVO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0019	INFRAESTRUTURA FISICA EDIFICACOES PUBLICAS	R\$ 5.486.850,00	R\$ 8.531.053,97	R\$ 8.201.566,26	96,13%
0033	INFRAESTRUTURA FÍSICA EDUCACIONAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0034	INFRAESTRUTURA FISICA EM SAUDE	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0023	MERENDA ESCOLAR	R\$ 731.000,00	R\$ 1.145.762,01	R\$ 1.140.301,65	99,52%
0018	MODERNIZACAO EXPANSAO DA FROTA E EQUIPAMENTOS	R\$ 1.750.000,00	R\$ 2.095.320,81	R\$ 1.924.019,45	91,82%
0021	PASEP-PROG FORM PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	R\$ 538.000,00	R\$ 633.996,13	R\$ 631.478,14	99,60%
0036	PATDA-PROG. ADUCAO TRATAMENTO E DISTRIBUICAO DE AGUA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0016	POLITICAS PUBLICAS E RELACOES INSTITUCIONAIS	R\$ 136.000,00	R\$ 182.455,48	R\$ 182.455,48	100,00%
0026	PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA TURISTICA	R\$ 27.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	0,00%
	PROGRAMA				





COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução / Dotação Atualizada
0001	DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRONEGOCIOS	R\$ 990.000,00	R\$ 1.723.579,59	R\$ 1.713.217,87	99,39%
0005	PROGRAMA DESENVOLVIMENTO SOCIAL	R\$ 3.062.000,00	R\$ 2.046.067,63	R\$ 1.988.401,32	97,18%
0032	PROGRAMA LIVRO ABERTO	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 69.150,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0010	RPPS - PREVCAR	R\$ 4.800.000,00	R\$ 5.099.027,08	R\$ 4.635.943,17	90,91%
0013	SEGURANAA E FLUIDEZ VIARIA	R\$ 5.465.000,00	R\$ 10.812.832,15	R\$ 10.536.191,00	97,44%
0020	SERVICO DA DIVIDA INTERNA	R\$ 2.360.000,00	R\$ 2.409,00	R\$ 2.408,63	99,98%
0022	TRANSPORTE DO ESCOLAR	R\$ 1.142.000,00	R\$ 1.466.600,74	R\$ 1.442.373,19	98,34%
		R\$ 63.140.000,00	R\$ 76.813.883,15	R\$ 74.719.198,47	

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Programa > Dados Consolidados do Ente.





Anexo: 6 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Quadro: 6.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS

Receita	Valor (R\$)
Receita Arrecadada (líquida das deduções) (I)	R\$ 76.618.289,38
Receitas próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (II)	R\$ 9.843.030,79
Outros acréscimos promovidos pela equipe técnica (III)	R\$ 0,00
Total Receita Ajustado (IV) = I - II + III	R\$ 66.775.258,59
Despesa	Valor (R\$)
Total da Despesa Empenhada (V)	R\$ 74.719.198,47
Despesas próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (VI)	R\$ 4.635.943,17
Despesas efetivamente realizadas, cujo fato gerador já tenham ocorrido, mas que não foram empenhadas no exercício (Item 5 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (VII)	R\$ 0,00
Ajustes promovidos pela equipe técnica na despesa empenhada (VIII)	R\$ 0,00
Total Despesa Ajustado (IX) = V - VI + VII + VIII	R\$ 70.083.255,30
SUBTOTAL ANTES DO AJUSTE PREVISTO NO ITEM 6 DO ANEXO ÚNICO DA RN 43/2013 (X) = IV - IX	-R\$ 3.307.996,71
Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro - Item 6 Anexo único da RN 43/2013 (XI)	R\$ 10.348.395,52
Resultado da Execução Ajustado (Conforme itens 5, 6 e 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (XII) = Se (X) <0; (X+XI); (X)	R\$ 7.040.398,81
APLIC	

Quadro: 6.2 - [AUXILIAR] - Resultado Orçamentário

Descrição	Valor (R\$)
(A) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO RPPS	R\$ 5.207.087,62
(B) RECEITA ORÇAMENTÁRIA RPPS	R\$ 9.843.030,79
(C) DESPESA ORÇAMENTÁRIA RPPS	R\$ 4.635.943,17
(D) DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO RPPS AJUSTADA	R\$ 299.027,08
(E) RECEITA - RPPS - SUPERAVITÁRIO	R\$ 9.843.030,79
(F) DESPESA - RPPS - SUPERAVITÁRIO	R\$ 4.635.943,17
(G) DESPESA FINANCIADA POR SUPERÁVIT FINANCEIRO - RPPS - SUPERAVITÁRIO	R\$ 299.027,08
(H) DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT	





Descrição	Valor (R\$)
FINANCEIRO - RECURSOS NÃO VINCULADOS	R\$ 5.618.810,09
(I) DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS VINCULADOS	R\$ 4.729.585,43
(J) TOTAL DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO - EXCETO RPPS (H+I)	R\$ 10.348.395,52
(K) TOTAL DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO - INCLUSIVE RPPS (D+H+I)	R\$ 10.647.422,60
(L) DESPESA FINANCIADA POR SUPERÁVIT FINANCEIRO A SER CONSIDERADA NO QUADRO RESULTADO DA EXECUÇÃO	R\$ 10.348.395,52
APLIC	





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

**Quadro: 6.3 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro
(Exercício Corrente) - Inclusive RPPS**

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
Recursos Não Vinculados (Exceto RPPS)									
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 39.956.716,32	R\$ 42.553.665,63	-R\$ 2.596.949,31	R\$ 5.588.535,17	R\$ 5.240.942,86	R\$ 5.240.942,86	R\$ 2.643.993,55	R\$ 3.009.565,64
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 6.136,51	R\$ 0,00	R\$ 6.136,51	R\$ 5.576,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.136,51	R\$ 11.712,57
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 0,00	R\$ 377.867,23	-R\$ 377.867,23	R\$ 377.929,48	R\$ 377.867,23	R\$ 377.867,23	R\$ 0,00	R\$ 62,25
		R\$ 39.962.852,83	R\$ 42.931.532,86	-R\$ 2.968.680,03	R\$ 5.972.040,71	R\$ 5.618.810,09	R\$ 5.618.810,09	R\$ 2.650.130,06	R\$ 3.021.340,46





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
Recursos Vinculados (Exceto RPPS)									
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 11.833.011,87	R\$ 11.827.572,23	R\$ 5.439,64	R\$ 243.482,85	R\$ 243.475,07	R\$ 243.475,07	R\$ 5.439,64	R\$ 248.922,49
542	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 74.884,18	R\$ 73.812,89	R\$ 1.071,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.071,29	R\$ 1.071,29
543	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR	R\$ 182.258,79	R\$ 163.229,37	R\$ 19.029,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.029,42	R\$ 19.029,42
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 683.145,10	R\$ 596.238,96	R\$ 86.906,14	R\$ 2.197,05	R\$ 2.187,92	R\$ 2.187,92	R\$ 86.906,14	R\$ 89.103,19





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 193.834,30	R\$ 188.606,69	R\$ 5.227,61	R\$ 85,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.227,61	R\$ 5.313,42
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 123.014,31	R\$ 126.395,23	-R\$ 3.380,92	R\$ 3.570,79	R\$ 3.425,44	R\$ 3.425,44	R\$ 44,52	R\$ 189,87
	Outras Transferências de								





Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
569	Recursos do FNDE	R\$ 126.175,24	R\$ 181.651,02	-R\$ 55.475,78	R\$ 132.765,53	R\$ 97.295,36	R\$ 97.295,36	R\$ 41.819,58	R\$ 77.289,75
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 2.956.133,40	R\$ 3.460.954,82	-R\$ 504.821,42	R\$ 1.765.735,58	R\$ 1.586.923,58	R\$ 1.586.923,58	R\$ 1.082.102,16	R\$ 1.258.235,76
576	Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	R\$ 702.985,24	R\$ 784.163,57	-R\$ 81.178,33	R\$ 98.128,53	R\$ 96.918,22	R\$ 96.918,22	R\$ 15.739,89	R\$ 16.951,27
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS								





Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
600	provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 2.385.825,84	R\$ 1.865.211,21	R\$ 520.614,63	R\$ 116.332,14	R\$ 102.990,39	R\$ 102.990,39	R\$ 520.614,63	R\$ 636.946,77
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 42,43	R\$ 0,00	R\$ 42,43	R\$ 526,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 42,43	R\$ 569,30
	Transferências								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
602	Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 328,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 328,92
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
603	provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2,92
	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
604	agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 1.001.256,00	R\$ 824.874,07	R\$ 176.381,93	R\$ 23.499,44	R\$ 22.058,96	R\$ 22.058,96	R\$ 176.381,93	R\$ 199.881,37
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 5.588,90	R\$ 0,00	R\$ 5.588,90	R\$ 69.790,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.588,90	R\$ 75.379,11
	Transferências Fundo a Fundo de								





Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
621	Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 1.288.007,72	R\$ 1.272.939,23	R\$ 15.068,49	R\$ 751.812,33	R\$ 691.313,44	R\$ 691.313,44	R\$ 15.068,49	R\$ 766.880,82
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 0,03	R\$ 0,00	R\$ 0,03	R\$ 2,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,03	R\$ 0,00
	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
632	vinculados à Saúde	R\$ 3.155,97	R\$ 18.096,00	-R\$ 14.940,03	R\$ 58.149,46	R\$ 18.096,00	R\$ 18.096,00	R\$ 3.155,97	R\$ 43.209,43
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 214.254,54	R\$ 257.674,53	-R\$ 43.419,99	R\$ 509.315,97	R\$ 206.340,38	R\$ 206.340,38	R\$ 162.920,39	R\$ 465.895,98
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 90.561,84	R\$ 40.090,21	R\$ 50.471,63	R\$ 59.417,02	R\$ 39.560,21	R\$ 39.560,21	R\$ 50.471,63	R\$ 109.888,65
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 20.727,37	R\$ 0,00	R\$ 20.727,37	R\$ 50.857,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.727,37	R\$ 71.585,19
	Outras								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
700	Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 613.966,68	R\$ 808.221,90	-R\$ 194.255,22	R\$ 236.978,15	R\$ 236.499,09	R\$ 236.499,09	R\$ 42.243,87	R\$ 42.722,93
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 0,00	R\$ 737.387,29	-R\$ 737.387,29	R\$ 737.387,29	R\$ 737.387,29	R\$ 0,00	-R\$ 737.387,29	R\$ 0,00
	Transferências da União Referentes a Compensações								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
704	Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 464.765,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 464.765,44
705	Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 6.190,53	R\$ 0,00	R\$ 6.190,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.190,53	R\$ 6.190,53
706	Transferência Especial da União	R\$ 155.759,18	R\$ 0,00	R\$ 155.759,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 155.759,18	R\$ 155.759,18
	Transferências da União - inciso I do								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
707	art. 5º da Lei Complementar 173 /2020	R\$ 342,30	R\$ 4.806,65	-R\$ 4.464,35	R\$ 4.486,81	R\$ 4.485,15	R\$ 4.485,15	R\$ 20,80	R\$ 22,46
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 605.441,29	R\$ 1.087.080,54	-R\$ 481.639,25	R\$ 664.205,42	R\$ 641.079,64	R\$ 641.079,64	R\$ 159.440,39	R\$ 182.566,17
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 588.778,92	R\$ 814.415,52	-R\$ 225.636,60	R\$ 660.330,23	R\$ 540.255,04	R\$ 540.255,04	R\$ 314.618,44	R\$ 434.693,63
	Transferências Destinadas ao								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
715	Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 118,73	R\$ 0,00	R\$ 118,73	R\$ 1.479,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 118,73	R\$ 1.598,17
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 504,18	R\$ 0,00	R\$ 504,18	R\$ 6.295,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 504,18	R\$ 6.800,02
718	Auxílio Financeiro Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 87.410,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 87.410,20
	Transferências da Política Nacional								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
719	Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 89.551,70	R\$ 74.350,50	R\$ 15.201,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.201,20	R\$ 15.201,20
749	Outras vinculações de transferências	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.373,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.373,55
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 38.223,41	R\$ 363,90	R\$ 37.859,51	R\$ 4.144,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 37.859,51	R\$ 42.003,51
	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
751	Iluminação Pública - COSIP	R\$ 1.000.709,04	R\$ 498.486,15	R\$ 502.222,89	R\$ 880.802,66	R\$ 152.265,70	R\$ 152.265,70	R\$ 502.222,89	R\$ 1.383.025,55
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 1.827.956,73	R\$ 1.445.099,96	R\$ 382.856,77	R\$ 45.182,66	R\$ 44.415,84	R\$ 44.415,84	R\$ 382.856,77	R\$ 428.039,43
899	Outros Recursos Vinculados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 136,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 136,67
		R\$ 26.812.405,76	R\$ 27.151.722,44	-R\$ 339.316,68	R\$ 7.689.980,02	R\$ 5.466.972,72	R\$ 4.729.585,43	R\$ 3.092.001,22	R\$ 7.347.983,56
Recursos utilizados na UG RPPS									
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 9.818.503,01	R\$ 4.342.688,79	R\$ 5.475.814,22	R\$ 36.391.841,76	R\$ 299.027,08	R\$ 299.027,08	R\$ 5.475.814,22	R\$ 37.782.748,90





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > (e); (e); (e-d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit no Encerramento do Exercício (h)
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 24.527,78	R\$ 293.254,38	-R\$ 268.726,60	R\$ 316.191,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 268.726,60	R\$ 417.245,31
		R\$ 9.843.030,79	R\$ 4.635.943,17	R\$ 5.207.087,62	R\$ 36.708.033,15	R\$ 299.027,08	R\$ 299.027,08	R\$ 5.207.087,62	R\$ 38.199.994,21
>>>>	>>>>	R\$ 76.618.289,38	R\$ 74.719.198,47	R\$ 1.899.090,91	R\$ 50.370.053,88	R\$ 11.384.809,89	R\$ 10.647.422,60	R\$ 10.949.218,90	R\$ 48.569.318,23

APLIC > Contabilidade > Execução orçamentária por Fonte x Superávit Financeiro - Inclusive RPPS > Dados Consolidados do Ente.





Anexo: 7 - RESTOS A PAGAR

Quadro: 7.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados

Exercício	Saldo Anterior (R\$)	Inscrição (R\$)	RP não Processados Liquidados e não Pagos (R\$)	Baixa (R\$)		Saldo para o Exercício Seguinte (R\$)
				Por Pagamento (R\$)	Por Cancelamento (R\$)	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
2019	R\$ 10.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.800,00	R\$ 0,00
2022	R\$ 4.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.500,00	R\$ 0,00
2023	R\$ 108.051,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 108.051,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2024	R\$ 0,00	R\$ 60.611,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 60.611,29
	R\$ 123.351,74	R\$ 60.611,29	R\$ 0,00	R\$ 108.051,74	R\$ 15.300,00	R\$ 60.611,29
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						
2023	R\$ 47.785,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 47.785,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2024	R\$ 0,00	R\$ 43.690,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 43.690,49
	R\$ 47.785,41	R\$ 43.690,49	R\$ 0,00	R\$ 47.785,41	R\$ 0,00	R\$ 43.690,49
TOTAL	R\$ 171.137,15	R\$ 104.301,78	R\$ 0,00	R\$ 155.837,15	R\$ 15.300,00	R\$ 104.301,78

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Execução dos Restos a Pagar > Dados Consolidados do Ente





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

**Quadro: 7.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Executivo -
Exceto RPPS (Inclusive Intra)**

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E- F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 3.048.257,98	R\$ 0,00	R\$ 35.661,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.012.596,04	R\$ 3.030,40	R\$ 3.009.565,64
501 - Outros Recursos não Vinculados	R\$ 11.712,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.712,57	R\$ 0,00	R\$ 11.712,57
502 - Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 62,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 62,25	R\$ 0,00	R\$ 62,25
	R\$ 3.060.032,80	R\$ 0,00	R\$ 35.661,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.024.370,86	R\$ 3.030,40	R\$ 3.021.340,46
RECURSOS VINCULADOS									
540 - Transferências do FUNDEB									





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 248.922,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 248.922,49	R\$ 0,00	R\$ 248.922,49
542 - Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 1.071,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.071,29	R\$ 0,00	R\$ 1.071,29
543 - Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR	R\$ 19.029,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.029,42	R\$ 0,00	R\$ 19.029,42
550 - Transferência do Salário Educação	R\$ 89.103,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 89.103,19	R\$ 0,00	R\$ 89.103,19
552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa									





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 5.313,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.313,42	R\$ 0,00	R\$ 5.313,42
553 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 189,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 189,87	R\$ 0,00	R\$ 189,87
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 77.289,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 77.289,75	R\$ 0,00	R\$ 77.289,75
571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 1.258.235,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.258.235,76	R\$ 0,00	R\$ 1.258.235,76
576 -									





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	R\$ 16.951,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 16.951,27	R\$ 0,00	R\$ 16.951,27
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 636.946,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 636.946,77	R\$ 0,00	R\$ 636.946,77
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da									





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 569,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 569,30	R\$ 0,00	R\$ 569,30
602 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 328,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 328,92	R\$ 0,00	R\$ 328,92
603 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal -									





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 2,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2,92	R\$ 0,00	R\$ 2,92
604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 199.881,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 199.881,37	R\$ 0,00	R\$ 199.881,37
605 - Assistência financeira da									





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 75.379,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 75.379,11	R\$ 0,00	R\$ 75.379,11
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 766.880,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 766.880,82	R\$ 0,00	R\$ 766.880,82
632 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 43.209,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 43.209,43	R\$ 0,00	R\$ 43.209,43
660 - Transferência de Recursos do									





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 465.895,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 465.895,98	R\$ 0,00	R\$ 465.895,98
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 109.888,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 109.888,65	R\$ 0,00	R\$ 109.888,65
669 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 71.585,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 71.585,19	R\$ 0,00	R\$ 71.585,19
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 42.722,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 42.722,93	R\$ 0,00	R\$ 42.722,93
704 - Transferências da União Referentes a Compensações									





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 464.765,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 464.765,44	R\$ 0,00	R\$ 464.765,44
705 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 6.190,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.190,53	R\$ 0,00	R\$ 6.190,53
706 - Transferência Especial da União	R\$ 155.759,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 155.759,18	R\$ 0,00	R\$ 155.759,18
707 - Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173 /2020	R\$ 22,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22,46	R\$ 0,00	R\$ 22,46
708 - Transferência da União Referente à									





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 182.566,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 182.566,17	R\$ 0,00	R\$ 182.566,17
711 - Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 434.693,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 434.693,63	R\$ 0,00	R\$ 434.693,63
715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 1.598,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.598,17	R\$ 0,00	R\$ 1.598,17
716 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 6.800,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.800,02	R\$ 0,00	R\$ 6.800,02
718 - Auxílio									





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Financeiro Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	R\$ 87.410,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 87.410,20	R\$ 0,00	R\$ 87.410,20
719 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 15.201,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.201,20	R\$ 0,00	R\$ 15.201,20
749 - Outras vinculações de transferências	R\$ 10.373,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.373,55	R\$ 0,00	R\$ 10.373,55
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 42.003,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 42.003,51	R\$ 0,00	R\$ 42.003,51
751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do									





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 1.385.590,04	R\$ 0,00	R\$ 2.564,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.383.025,55	R\$ 0,00	R\$ 1.383.025,55
759 - Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 428.039,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 428.039,43	R\$ 0,00	R\$ 428.039,43
899 - Outros Recursos Vinculados	R\$ 136,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 136,67	R\$ 0,00	R\$ 136,67
	R\$ 7.350.548,05	R\$ 0,00	R\$ 2.564,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.347.983,56	R\$ 0,00	R\$ 7.347.983,56
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
TOTAL	R\$ 10.410.580,85	R\$ 0,00	R\$ 38.226,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.372.354,42	R\$ 3.030,40	R\$ 10.369.324,02

APLIC> UG: Prefeitura> CF/LRF - Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente (Exceto RPPS).





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 7.3 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - RPPS (Inclusive Intra)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 1111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
RECURSOS VINCULADOS									
800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 218.963,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 218.963,49	R\$ 0,00	R\$ 218.963,49
802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 2.756,17	R\$ 0,00	R\$ 5.464,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 2.707,89	R\$ 0,00	-R\$ 2.707,89
	R\$ 221.719,66	R\$ 0,00	R\$ 5.464,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 216.255,60	R\$ 0,00	R\$ 216.255,60
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
TOTAL	R\$ 221.719,66	R\$ 0,00	R\$ 5.464,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 216.255,60	R\$ 0,00	R\$ 216.255,60

APLIC> UG: RPPS > CF/LRF - Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

**Quadro: 7.4 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Legislativo
(Inclusive Intra)**

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 59.438,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.857,63	R\$ 0,00	R\$ 57.580,89	R\$ 57.580,89	R\$ 0,00
	R\$ 59.438,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.857,63	R\$ 0,00	R\$ 57.580,89	R\$ 57.580,89	R\$ 0,00
RECURSOS VINCULADOS									
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
TOTAL	R\$ 59.438,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.857,63	R\$ 0,00	R\$ 57.580,89	R\$ 57.580,89	R\$ 0,00

APLIC > UG: Câmara > CF/LRF - Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro.





Anexo: 8 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Quadro: 8.1 - Dívida Ativa

Tipo de Dívida Ativa	A receber (R\$) (a)	Recebida (R\$) (b)	Baixada (R\$) (c)	Saldo Final (R\$) (d) = a - b - c
Dívida Ativa Tributária	R\$ 2.001.318,24	R\$ 129.167,40	R\$ 18.348,28	R\$ 1.853.802,56
Dívida Ativa Não Tributária	R\$ 41.073,31	R\$ 40.289,41	R\$ 0,00	R\$ 783,90
TOTAL	R\$ 2.042.391,55	R\$ 169.456,81	R\$ 18.348	R\$ 1.854.586,46

APLIC

Quadro: 8.2 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	PODER EXECUTIVO - EXCETO RPPS	PODER LEGISLATIVO	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO	R\$ 10.410.580,85	R\$ 59.438,52	R\$ 10.470.019,37
PASSIVO FINANCEIRO	R\$ 41.256,83	R\$ 59.438,52	R\$ 100.695,35
SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	R\$ 10.369.324,02	R\$ 0,00	R\$ 10.369.324,02

Relatório Contas de Governo> Anexo: Dívida> Quadro: Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) - Exceto RPPS





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 8.3 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - Exceto RPPS

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
SUPERÁVIT X DÉFICIT - EXCETO RPPS						
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 3.048.257,98	R\$ 38.692,34	R\$ 3.009.565,64	R\$ 59.438,52	R\$ 59.438,52	R\$ 0,00
501 - Outros Recursos não Vinculados	R\$ 11.712,57	R\$ 0,00	R\$ 11.712,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
502 - Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 62,25	R\$ 0,00	R\$ 62,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
540 - Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 248.922,49	R\$ 0,00	R\$ 248.922,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
542 - Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 1.071,29	R\$ 0,00	R\$ 1.071,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
543 - Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR	R\$ 19.029,42	R\$ 0,00	R\$ 19.029,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
550 - Transferência do Salário Educação	R\$ 89.103,19	R\$ 0,00	R\$ 89.103,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 5.313,42	R\$ 0,00	R\$ 5.313,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
553 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 189,87	R\$ 0,00	R\$ 189,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 77.289,75	R\$ 0,00	R\$ 77.289,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 1.258.235,76	R\$ 0,00	R\$ 1.258.235,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
576 - Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	R\$ 16.951,27	R\$ 0,00	R\$ 16.951,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 636.946,77	R\$ 0,00	R\$ 636.946,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 569,30	R\$ 0,00	R\$ 569,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
602 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID- 19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 328,92	R\$ 0,00	R\$ 328,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
603 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos	R\$ 2,92	R\$ 0,00	R\$ 2,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.						
604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 199.881,37	R\$ 0,00	R\$ 199.881,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 75.379,11	R\$ 0,00	R\$ 75.379,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 766.880,82	R\$ 0,00	R\$ 766.880,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
632 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 43.209,43	R\$ 0,00	R\$ 43.209,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
660 - Transferência de						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 465.895,98	R\$ 0,00	R\$ 465.895,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 109.888,65	R\$ 0,00	R\$ 109.888,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
669 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 71.585,19	R\$ 0,00	R\$ 71.585,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 42.722,93	R\$ 0,00	R\$ 42.722,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
704 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 464.765,44	R\$ 0,00	R\$ 464.765,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
705 - Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 6.190,53	R\$ 0,00	R\$ 6.190,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
706 - Transferência						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
Especial da União	R\$ 155.759,18	R\$ 0,00	R\$ 155.759,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
707 - Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173 /2020	R\$ 22,46	R\$ 0,00	R\$ 22,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
708 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 182.566,17	R\$ 0,00	R\$ 182.566,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
711 - Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 434.693,63	R\$ 0,00	R\$ 434.693,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 1.598,17	R\$ 0,00	R\$ 1.598,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
716 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 6.800,02	R\$ 0,00	R\$ 6.800,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
718 - Auxílio Financeiro Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	R\$ 87.410,20	R\$ 0,00	R\$ 87.410,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
719 - Transferências da						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 15.201,20	R\$ 0,00	R\$ 15.201,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
749 - Outras vinculações de transferências	R\$ 10.373,55	R\$ 0,00	R\$ 10.373,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 42.003,51	R\$ 0,00	R\$ 42.003,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 1.385.590,04	R\$ 2.564,49	R\$ 1.383.025,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
759 - Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 428.039,43	R\$ 0,00	R\$ 428.039,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
899 - Outros Recursos Vinculados	R\$ 136,67	R\$ 0,00	R\$ 136,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	R\$ 10.410.580,85	R\$ 41.256,83	R\$ 10.369.324,02	R\$ 59.438,52	R\$ 59.438,52	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 10.410.580,85	R\$ 41.256,83	R\$ 10.369.324,02	R\$ 59.438,52	R\$ 59.438,52	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > Contabilidade > Ativos e Passivos Financeiros por Fontes - Acumulado até o mês de dezembro.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 8.4 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - RPPS

Fontes de Recursos	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
SUPERÁVIT X DÉFICIT - RPPS			
800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 37.782.748,90	R\$ 0,00	R\$ 37.782.748,90
802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 422.709,37	R\$ 5.464,06	R\$ 417.245,31
	R\$ 38.205.458,27	R\$ 5.464,06	R\$ 38.199.994,21
TOTAL	R\$ 38.205.458,27	R\$ 5.464,06	R\$ 38.199.994,21

APLIC: UG RPPS > Informes Mensais > Contabilidade > Ativos e Passivos Financeiros por Fontes





**Quadro: 8.5 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")
Exceto RPPS**

Descrição	Valor R\$
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	R\$ 0,00
1. Dívida Mobiliária	R\$ 0,00
2. Dívida Contratual	R\$ 0,00
2.1. Empréstimos	R\$ 0,00
2.1.1. Internos	R\$ 0,00
2.1.2. Externos	R\$ 0,00
2.2. Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	R\$ 0,00
2.3. Financiamentos	R\$ 0,00
2.3.1. Internos	R\$ 0,00
2.3.2. Externos	R\$ 0,00
2.4. Parcelamento e Renegociação de Dívidas	R\$ 0,00
2.4.1. De Tributos	R\$ 0,00
2.4.2. De Contribuições Previdenciárias	R\$ 0,00
2.4.3. De Demais Contribuições Sociais	R\$ 0,00
2.4.4. Do FGTS	R\$ 0,00
2.4.5. Com Instituição Não Financeira	R\$ 0,00
2.5. Demais Dívidas Contratuais	R\$ 0,00
3. Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos	R\$ 0,00
4. Outras Dívidas	R\$ 0,00
DEDUÇÕES (II)	R\$ 10.429.935,31
5. Disponibilidade de Caixa	R\$ 10.429.935,31
5.1. Disponibilidade de Caixa Bruta	R\$ 10.470.019,37
5.2. (-) Restos a Pagar Processados	R\$ 38.226,43
5.3. (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 1.857,63
6. Demais Haveres Financeiros	R\$ 0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III)=(I - II)	-R\$ 10.429.935,31
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (IV)	R\$ 63.147.813,84
% da DC sobre a RCL Ajustada	0,00%
% da DCL sobre a RCL Ajustada	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: <120%>	R\$ 75.777.376,60
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	R\$ 0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	R\$ 0,00
PASSIVO ATUARIAL - RPPS	R\$ 95.462.685,12
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	R\$ 60.611,29
ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	R\$ 0,00





Descrição	Valor R\$
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	R\$ 0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	R\$ 0,00
APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Dívida Consolidada Líquida Anual (Composição)	

Quadro: 8.6 - Quociente de Dispendio da Dívida Pública (QDDP) - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	R\$
Amortização da Dívida	R\$ 0,00
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 0,00
Receita Corrente Líquida - RCL Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	R\$ 63.147.813,84
% do Dispendios da Dívida Pública sobre a RCL Ajustada <11,5% RCL>	0,00%
APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Órgão/Unidade Orçamentária	

Quadro: 8.7 - Dívida Pública Contratada (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43 /2001)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR R\$
Mobiliária	R\$ 0,00
Empréstimos	R\$ 0,00
Aquisição Financiada de Bens e Serviços de Arrendamento Mercantil Financeiro	R\$ 0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	R\$ 0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	R\$ 0,00
Operações de crédito não sujeitas aos limites para fins de contratação (art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (I))	R\$ 0,00
TOTAL (II)	R\$ 0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR (R\$)
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (III)	R\$ 63.147.813,84
OPERAÇÕES VEDADAS (IV)	R\$ 0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DE APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (V)=(II+IV-I)	R\$ 0,00
% DA DÍVIDA CONTRATADA SOBRE A RCL AJUSTADA (VI) =V / III x 100	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS <16% RCL>	R\$ 10.103.650,21





OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR R\$
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) <90% x16% RCL>	R\$ 9.093.285,19
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$ 0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA <60% RCL>	R\$ 37.888.688,30

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Dívida Pública Contratada

Quadro: 8.8 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Restos a Pagar

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	RPNP LIQUIDADOS E NÃO PAGOS	BAIXA	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
2019	R\$ 10.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0	R\$ 10.800,00	R\$ 0,00
2022	R\$ 4.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0	R\$ 4.500,00	R\$ 0,00
2023	R\$ 108.051,74	R\$ 0,00	R\$ 0	R\$ 108.051,74	R\$ 0,00
2024	R\$ 0,00	R\$ 60.611,29	R\$ 0	R\$ 0,00	R\$ 60.611,29
	R\$ 123.351,74	R\$ 60.611,29	R\$ 0	R\$ 123.351,74	R\$ 60.611,29
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
2023	R\$ 47.785,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 47.785,41	R\$ 0,00
2024	R\$ 0,00	R\$ 43.690,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 43.690,49
	R\$ 47.785,41	R\$ 43.690,49	R\$ 0,00	R\$ 47.785,41	R\$ 43.690,49
TOTAL	R\$ 171.137,15	R\$ 104.301,78	R\$ 0,00	R\$ 171.137	R\$ 104.301,78

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Consulta Parametrizada - Mês: Dezembro > Dados Consolidados do Ente.

Quadro: 8.9 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Depósitos / Consignações/ ARO

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	INGRESSOS	BAIXA	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
DEPÓSITOS / CONSIGNAÇÕES / ARO				
21881010100 - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)	R\$ 0,00	R\$ 7.908,29	R\$ 7.908,29	R\$ 0,00
21881010200 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)	R\$ 0,00	R\$ 33.032,52	R\$ 31.174,89	R\$ 1.857,63
21881010300 -				





TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	INGRESSOS	BAIXA	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES (F)	R\$ 9.137,35	R\$ 33.238,36	R\$ 42.375,71	R\$ 0,00
21881010400 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	R\$ 161,35	R\$ 47.535,17	R\$ 47.696,52	R\$ 0,00
21881010800 - ISS (F)	R\$ 1.205,28	R\$ 5.591,23	R\$ 6.796,51	R\$ 0,00
21881011000 - PENSÃO ALIMENTÍCIA (F)	R\$ 0,00	R\$ 7.285,92	R\$ 7.285,92	R\$ 0,00
21881011100 - PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA (F)	R\$ 0,00	R\$ 36.395,01	R\$ 36.395,01	R\$ 0,00
21881011300 - RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES (F)	R\$ 0,00	R\$ 46.741,81	R\$ 46.741,81	R\$ 0,00
21881011500 - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)	R\$ 0,00	R\$ 1.697.525,37	R\$ 1.697.525,37	R\$ 0,00
21881019900 - OUTROS CONSIGNATÁRIOS (F)	R\$ 0,00	R\$ 2.723,16	R\$ 2.723,16	R\$ 0,00
21882010100 - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)	R\$ 0,00	R\$ 1.412.710,44	R\$ 1.412.710,44	R\$ 0,00
21882010400 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - INTRA OFSS (F)	R\$ 0,00	R\$ 1.558.064,11	R\$ 1.558.064,11	R\$ 0,00
21882010800 - ISS (F)	R\$ 0,00	R\$ 189.778,45	R\$ 189.778,45	R\$ 0,00
21883010200 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)	R\$ 0,00	R\$ 774.278,99	R\$ 774.278,99	R\$ 0,00
21883010400 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	R\$ 0,00	R\$ 4.081,78	R\$ 4.081,78	R\$ 0,00
	R\$ 10.503,98	R\$ 5.856.890,61	R\$ 5.865.536,96	R\$ 1.857,63

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Consulta Parametrizada - Mês: Dezembro > Dados Consolidados do Ente.





Quadro: 8.10 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - RESUMO

Título	Saldo Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
Restos a Pagar Não Processados	R\$ 123.351,74	R\$ 60.611,29
Restos a Pagar Processados	R\$ 47.785,41	R\$ 43.690,49
Depósitos/Consignações/ARO	R\$ 10.503,98	R\$ 1.857,63
TOTAL	R\$ 181.641,13	R\$ 106.159,41

APLIC





Anexo: 9 - EDUCAÇÃO

Quadro: 9.1 - Receita base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receita de Impostos (1)	R\$ 5.519.902,65
1.1 IPTU - Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 527.112,28
1.2 ITBI - Imposto s/ Transmissão de Bens "Inter Vivos" (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 936.905,37
1.3 ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 2.445.678,23
1.4 IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 1.610.206,77
1.5 ITR - Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 0,00
Receita de Transferências Constitucionais e Legais (2)	R\$ 40.592.501,74
2.1 Cota-Parte FPM (Art. 159, I, "b", da CF/88)	R\$ 17.170.819,58
2.2 Cota-Parte FPM (Art. 159, I, "d" e "e", da CF/88)	R\$ 1.772.634,37
2.3 Cota-Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 19.195.816,58
2.4 Cota-Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 147.705,03
2.5 Cota-Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 803.381,84
2.6 Cota-Parte IPVA da CF/88)	R\$ 1.442.317,01
2.7 Cota-Parte IOF s/ Ouro - Imposto Parte IPVA (Art. 158, III, sobre Operações Financeiras (Art. 153, §5º CF)	R\$ 59.827,33
2.8 Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 e LC 194/2022)	R\$ 0,00
Total da Receita base - MDE (III) = (I+II)	R\$ 46.112.404,39
Total destinado ao Fundeb (IV)	R\$ 7.731.494,30
Valor mínimo para aplicação na MDE (25% de III)	R\$ 11.528.101,09

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Quadro: 9.2 - Receita do FUNDEB

Receita do Fundeb Recebidas no Exercício	Valor (R\$)
1. Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 11.833.011,87
1.1 Principal (1.7.5.1.50.0). Fonte 1.540	R\$ 11.766.906,19
1.2 Rendimento de Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.540	R\$ 66.105,68
1.3 Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.540	R\$ 0,00
2. Fundeb - Complementação da União - VAAF	R\$ 0,00
2.1 Principal (1.7.1.5.51.0). Fonte 1.541	R\$ 0,00
2.2 Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.541	R\$ 0,00
2.3 Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.541	R\$ 0,00





Receita do Fundeb Recebidas no Exercício	Valor (R\$)
3. Fundeb - Complementação da União - VAAT	R\$ 74.884,18
3.1 Principal (1.7.1.5.50.0). Fonte 1.542	R\$ 74.884,18
3.2 Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.542	R\$ 0,00
3.3 Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.542	R\$ 0,00
4. Fundeb - Complementação da União - VAAR	R\$ 182.258,79
4.1 Principal (1.7.1.5.52.0). Fonte 1.543	R\$ 182.258,79
4.2 Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.543	R\$ 0,00
4.3 Fundeb - Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.543	R\$ 0,00
5. Total Receita Recebida do Fundeb (1+2+3+4)	R\$ 12.090.154,84
6. Resultado Líquido das Transferências (Receita Recebida FUNDEB (1.540) - Dedução para o FUNDEB)	R\$ 4.035.411,89
Recursos Recebidos em Exercícios Anteriores e Não Utilizados (Superávit)	
7. Total do recurso do superávit	R\$ 243.482,85
8. Total dos recursos do Fundeb disponíveis para utilização (5+7)	R\$ 12.333.637,69

Quadro: 9.3 - [AUXILIAR] FUNDEB - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS

Descrição	Valor (R\$)
Receita Recebida do FUNDEB - Principal (A)	R\$ 11.766.906,19
Total destinado ao FUNDEB (B)	R\$ 7.731.494,30
Resultado Líquido das Transferências (C)= A-B	R\$ 4.035.411,89





Quadro: 9.4 - Despesas com Recursos do FUNDEB

Descrição	Valor Empenhado (a) R\$	Valor Liquidado (b) R\$	Valor Pago (c) R\$	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (d) R\$
Despesas com recursos do FUNDEB	R\$ 12.064.614,49	R\$ 12.064.614,49	R\$ 12.064.614,49	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino





Quadro: 9.5 - Despesas Custeadas com Receitas do FUNDEB Recebidas no Exercício

Descrição	Valor Empenhado (a) R\$	Valor Liquidado (b) R\$	Valor Pago (c) R\$	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (d) R\$	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (Sem disponibilidade de Caixa) (e) R\$	Despesa Empenhada em valor superior ao total das receitas (f) R\$
FUNDEB - Impostos (Fonte 540)	R\$ 11.584.097,16	R\$ 11.584.097,16	R\$ 11.584.097,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Complementação da União (Fontes 541, 542 e 543)	R\$ 237.042,26	R\$ 237.042,26	R\$ 237.042,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 11.821.139,42	R\$ 11.821.139,42	R\$ 11.821.139,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino





Quadro: 9.6 - Indicadores do FUNDEB

Indicador	Valor Empenhado (a) R\$	Inscrição de Restos a Pagar sem disponibilidade Financeira - FUNDEB (b) R\$	Valor Aplicado (c) = a-b R\$	Receita Base (R\$)	Percentual	Situação
Remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício (CF/88, Art. 212-A, XI. Fontes 1.540, 1.541 e 1.542 Função 12. Natureza de despesa 1. CAEO: 1070 Elementos despesas <> de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.03, 3.1.90.91.04, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.14, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.17, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.92.06, 3.1.90.92.69, 3.1.90.92.72, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.13, 3.1.90.94.98) Exceto Modalidade: 71 (Mínimo 70%)	R\$ 10.249.277,97	R\$ 0,00	R\$ 10.249.277,97	R\$ 11.907.896,05	86,07%	REGULAR
Aplicação da complementação da União (VAAT) em despesa de capital (CF/88, Art. 212-A, XI). Fonte 1.542. Função 12. Categoria Econômica 4 Exceto Modalidade: 71 (Mínimo 15%)	R\$ 11.400,00	R\$ 0,00	R\$ 11.400,00	R\$ 74.884,18	15,22%	REGULAR
Aplicação da complementação da União (VAAT) na educação infantil (CF/88, Art. 212-A, § 3º). Fonte 1.542. Subfunção 365. Categoria econômica 3 e 4 Elementos despesas <> de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.03, 3.1.90.91.04, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.14, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.17, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.92.06, 3.1.90.92.69, 3.1.90.92.72, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.13,	R\$ 62.412,89	R\$ 0,00	R\$ 62.412,89	R\$ 74.884,18		REGULAR





Indicador	Valor Empenhado (a) R\$	Inscrição de Restos a Pagar sem disponibilidade Financeira - FUNDEB (b) R\$	Valor Aplicado (c) = a-b R\$	Receita Base (R\$)	Percentual	Situação
3.1.90.94.98) Exceto Modalidade: 71 (Mínimo de 50%)					83,34%	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino > Aba: Indicadores do FUNDEB

Quadro: 9.7 - [AUXILIAR] FUNDEB - RECEITA BASE - PROFISSIONAIS ED. BÁSICA

Descrição	Valor (R\$)
Total Receita Recebida do FUNDEB (A)	R\$ 12.090.154,84
Receita FUNDEB - Complementação União - VAAR - 1.543 (B)	R\$ 182.258,79
Receita Base para verificação do cumprimento do limite de 70% (C)= A-B	R\$ 11.907.896,05

Quadro: 9.8 - FUNDEB - Receita Recebida e não aplicada no Exercício

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Receita Recebida no Exercício (FUNDEB) - Fontes: 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (A)	R\$ 12.090.154,84
Despesas Empenhada no Exercício (FUNDEB) - Fontes: 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (B)	R\$ 11.821.139,42
RP FUNDEB inscrito sem Disponibilidade - Fontes 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (C)	R\$ 0,00
Desp Empenhada (FUNDEB) superior ao total das receitas recebidas no exercício (D)= (SE B-A,=0;0;B-A)	R\$ 0,00
Vlr. Máximo Permitido (E) A*10%	R\$ 1.209.015,48
Vlr. Não Aplicado (F)= A-(B-D)	R\$ 269.015,42
Vlr. Não Aplicado após ajustes (G) = F+(se(C-D<=0;0;C-D))	R\$ 269.015,42
Vlr. Não Aplicado excedente ao Máximo de 10% (H)= (se(G-E<=0; 0; G-E)	R\$ 0,00
% Não Aplicado (I)=G/A	2,22%

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino>Aba: Indicadores do FUNDEB





Quadro: 9.9 - [AUXILIAR] FUNDEB - DESPESA EMPENHADA X RECEITA DO EXERCÍCIO

Descrição	Valor (R\$)
Valor Empenhado FUNDEB - Fonte 1.540 (A)	R\$ 11.584.097,16
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.540 (B)	R\$ 11.833.011,87
FUNDEB - 1.540 - Despesa Empenhada em valor superior ao total das receitas (C)= SE A-B>0	R\$ 0,00
Valor Empenhado FUNDEB - Complementação União - Fontes 1.541, 1.542, 1.543 (D)	R\$ 237.042,26
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.541 (E)	R\$ 0,00
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.542 (F)	R\$ 74.884,18
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.543 (G)	R\$ 182.258,79
Total Receita FUNDEB Complementação União (1.541, 1.542 e 1.543) (H)	R\$ 257.142,97
FUNDEB - 1.541, 1.542 E 1.543 - Despesa Empenhada em valor superior ao total das receitas (I)= SE D-H>0	R\$ 0,00

Quadro: 9.10 - Despesas provenientes de Superávit Financeiro aplicado até o 1º quadrimestre - FUNDEB

Descrição	valor (R\$)
Valor máximo de superávit permitido no exercício anterior (A)	R\$ 1.019.807,87
Valor não aplicado no exercício anterior (B)	R\$ 243.471,45
Valor de superávit aplicado até o primeiro quadrimestre (C)	R\$ 243.475,07
Valor de superávit permitido no exercício anterior não aplicado até o primeiro quadrimestre do exercício atual (D)	R\$ 0,00

APLIC





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 9.11 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos do Fundeb e MDE no final do exercício

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121 e 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	Inscritos em RPP - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	Inscritos em RPNP - Do Exercício (H)	Restos a Pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (I) = SE (G<=0, H, se (G>=H, 0, H-G))
Recursos de Impostos e Transferências de Impostos (Fontes 500, 502 e 718)	R\$ 3.195.168,95	R\$ 0,00	R\$ 35.661,94	R\$ 0,00	R\$ 1.857,63	R\$ 0,00	R\$ 3.157.649,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Impostos (Fonte 540)	R\$ 248.922,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 248.922,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Complementação da União VAAF (Fonte 541)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Complementação da União VAAT (Fonte 542)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121 e 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	Inscritos em RPP - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	Inscritos em RPNP - Do Exercício (H)	Restos a Pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (I) = SE (G<=0, H, se (G>=H, 0, H-G))
FUNDEB - Complementação da União VAAR (Fonte 543)	R\$ 19.029,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.029,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTALIZAÇÃO									
TOTAL (Fontes 540 + 541 + 542)	R\$ 248.922,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 248.922,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL - FUNDEB COMPL UNIÃO (FONTES 541 + 542 + 543)	R\$ 19.029,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.029,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 9.12 - Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121 e 11131 (A)	RP Processados - De Exercícios Anteriores (B)	RP Não Processados de Exercícios Anteriores (C)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (D)	(In)Disponibilidade Caixa Líquida antes de cancelamentos de Restos a Pagar Não Processados (E) = A - B - C - D	Cancelamento, no exercício, de RPNP de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino (F)	Cancelamento, no exercício, de RPNP Inscritos com Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino (G) (G) = SE (E<=0, 0, SE(E<F, F-E, F))
Recursos de Impostos e Transferências de Impostos (Fontes 500, 502 e 718)	R\$ 6.113.001,46	R\$ 29.232,61	R\$ 29.894,00	R\$ 0,00	R\$ 6.053.874,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Impostos (Fonte 540)	R\$ 243.482,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 243.482,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 6.356.484,31	R\$ 29.232,61	R\$ 29.894,00	R\$ 0,00	R\$ 6.297.357,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC





Quadro: 9.13 - Apuração da Despesas Com Ações Típicas de MDE para Fins de Limites Constitucionais

Descrição	Valor Empenhado (a) R\$
Despesas com MDE custeadas com receita de impostos-Exceto FUNDEB (A)	R\$ 4.463.866,27
Despesas que se enquadram como MDE, mas classificadas em outras funções (Inclusão pela Equipe Técnica) (B)	R\$ 0,00
Outras Despesas que não se enquadram na MDE (Inclusão pela Equipe Técnica) (C)	R\$ 0,00
Despesas considerada como Aplicação em MDE (D)=A+B-C	R\$ 4.463.866,27
Apuração do Limite Constitucional com Ações Típicas de MDE	Valor(R\$)
Total das receitas transferidas ao FUNDEB (E)	R\$ 7.731.494,30
(-) Receitas do FUNDEB não utilizadas no exercício, em valor superior a 10% (F)	R\$ 0,00
(-) Superávit permitido no exercício imediatamente anterior não aplicado até o primeiro quadrimestre do exercício atual (G)	R\$ 0,00
(-) Restos a pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (H)	R\$ 0,00
(-) Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino (I)	R\$ 0,00
(=) Total das despesas para fins de limite (J)=D+E-F-G-H-I	R\$ 12.195.360,57
Receita base da MDE (Conforme Quadro Receita base) (K)	R\$ 46.112.404,39
Percentual aplicado na MDE (L) = (J/K) %	26,44%
Percentual mínimo de aplicação em MDE (M)	25%
Percentual aplicado a maior (menor) no exercício (N) = (L-M)	1,44%
Situação (O)	REGULAR

APLIC

Quadro: 9.14 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Nº Liquidação	Nº Empenho	Credor	Objeto	Valor
				R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos

Quadro: 9.15 - Despesas Empenhadas que se enquadram como MDE classificadas em outras funções





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Nº Liquidação	Nº Empenho	Função	Subfunção	Fonte	Elemento	Objeto	Valor
							R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos





Anexo: 10 - SAÚDE

Quadro: 10.1 - Receita base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receitas Resultantes de Impostos (I)	R\$ 5.519.902,65
IPTU - Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 527.112,28
ITBI - Imposto s/ Transmissão de Bens "Inter Vivos" (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 936.905,37
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 2.445.678,23
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 1.610.206,77
ITR - Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 0,00
Transferências (II)	R\$ 38.760.040,04
Cota - Parte FPM - Fundo de Participação dos Municípios (Art. 159, I, "b", da CF/88)	R\$ 17.170.819,58
Cota - Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 803.381,84
Cota - Parte IPVA (Art. 158, III, da CF/88)	R\$ 1.442.317,01
Cota - Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 19.195.816,58
Cota - Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 147.705,03
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (LC 194/2022)	R\$ 0,00
Total da Receita base - ASPS (III) = (I+II)	R\$ 44.279.942,69
Valor mínimo para aplicação na ASPS (15% de III)	R\$ 6.641.991,40

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > ASPS - Ações e Serviços Públicos de Saúde





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 10.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos Base de Aplicação em ASPS

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (b)	Inscritos em RPP - Do Exercício (c)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (e)	Insuficiência Financeira no Consórcio (f)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (g) = a - b - c - d - e - f	Inscritos em RPNP - Do Exercício (h)	Restos a Pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (i)=SE (G<=0, H, Se (G>=H,0,H-G)
500 e 502 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 3.107.758,75	R\$ 0,00	R\$ 35.661,94	R\$ 0,00	R\$ 1.857,63	R\$ 0,00	R\$ 3.070.239,18	R\$ 230,40	R\$ 0,00

APLIC





Quadro: 10.3 - Demonstrativo de cálculo da aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

Descrições	Valor (R\$)
Despesa Corrente (IV)	R\$ 12.177.639,61
Despesa de Capital (V)	R\$ 867.065,33
Total das Despesa com ASPS (VI) = IV+V	R\$ 13.044.704,94
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (VII)	R\$ 0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (VIII)	R\$ 0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (IX)	R\$ 0,00
(+) Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS. Fontes/ destinação de Recursos 500 e 502 (X)	R\$ 0,00
(-) Despesas Empenhadas que não se enquadram nas ASPS (Inclusão pela Equipe Técnica) (XI)	R\$ 0,00
(=) Valor Aplicado em ASPS (XII) = VI-VII-VIII-IX+X-XI	R\$ 13.044.704,94
Receita base das ASPS (Conforme Quadro 8.1) (XIII)	R\$ 44.279.942,69
Percentual aplicado nas ASPS (XIV) = XII/XIII	29,46%
Percentual mínimo de aplicação nas ASPS (XV)	15%
Percentual aplicado a maior (menor) no exercício (XVI)=XIV-XV	14,46%
SITUAÇÃO (XVII)	REGULAR
APLIC	





Quadro: 10.4 - Despesas não consideradas como Ações e Serviços Públicos de Saúde

Nº Liquidação	Nº Empenho	Credor	Objeto	Valor
				R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos





Quadro: 10.5 - Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS.
Fonte/ destinação de Recursos 500 e 502

Nº Liquidação	Nº Empenho	Função	Subfunção	Fonte	Elemento	Objeto	Valor
							R\$ 0,00

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Empenhos





Anexo: 11 - PESSOAL

Quadro: 11.1 - Gastos com Pessoal - Poderes Executivo e Legislativo (Arts. 18 a 22 da LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	R\$ 31.753.343,33	R\$ 0,00
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 27.458.276,00	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 4.295.067,33	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.4 - Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5 + 2.6)	R\$ 5.826.915,95	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 706.974,55	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 4.295.067,33	R\$ 0,00
2.5 - Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198, §11, CF/88)	R\$ 824.874,07	R\$ 0,00
2.6 - Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.7 - Outras Deduções lançadas pela Equipe Técnica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 25.926.427,38	R\$ 0,00
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP - STN (3a + 3b)	R\$ 25.926.427,38	

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado.

Quadro: 11.2 - Gastos com Pessoal - Poder Executivo (Arts. 18 a 22 LRF)





DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3)	R\$ 30.805.887,81	R\$ 0,00
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 26.510.820,48	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 4.295.067,33	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.4 Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	R\$ 5.826.915,95	R\$ 0,00
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 706.974,55	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 4.295.067,33	R\$ 0,00
2.5 - Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198, §11, CF/88)	R\$ 824.874,07	R\$ 0,00
2.6 - Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.7 - Outras Deduções lançadas pela Equipe Técnica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	R\$ 24.978.971,86	R\$ 0,00
4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (3a + 3b)	R\$ 24.978.971,86	

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado

Quadro: 11.3 - Apuração do Cumprimento do Limite Legal Individual - MCASP - STN

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO
DTP (I)	R\$ 25.926.427,38	R\$ 24.978.971,86	R\$ 947.455,52
RCL Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (II)	R\$ 62.146.557,84		
% sobre a RCL Ajustada (III) = I / II x 100	41,71%	40,19%	1,52%
LIMITE MÁXIMO (inciso III do art.20 da LRF)	60%	54%	6%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da			





DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO
LRF)	57%	51,30%	5,70%

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro - Gastos com Pessoal Detalhado.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 11.4 - Gastos com Pessoal - Detalhado

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	R\$ 31.753.343,33	R\$ 0,00	R\$ 30.805.887,81	R\$ 0,00	R\$ 947.455,52	R\$ 0,00
1. Pessoal Ativo	R\$ 27.458.276,00	R\$ 0,00	R\$ 26.510.820,48	R\$ 0,00	R\$ 947.455,52	R\$ 0,00
1.1 Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis:	R\$ 23.046.722,07	R\$ 0,00	R\$ 22.239.389,13	R\$ 0,00	R\$ 807.332,94	R\$ 0,00
1.2 Obrigações Patronais:	R\$ 4.411.553,93	R\$ 0,00	R\$ 4.271.431,35	R\$ 0,00	R\$ 140.122,58	R\$ 0,00
1.3 Outros Valores acrescidos pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2. Pessoal Inativo e Pensionistas	R\$ 4.295.067,33	R\$ 0,00	R\$ 4.295.067,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.1 Aposentadorias, Reserva e Reformas:	R\$ 3.708.813,25	R\$ 0,00	R\$ 3.708.813,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 Pensões:	R\$ 586.254,08	R\$ 0,00	R\$ 586.254,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 Outros Valores acrescidos pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3 Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF):	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4 Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5 DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	R\$ 5.826.915,95	R\$ 0,00	R\$ 5.826.915,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.1 Indenizações por Demissão e						





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses).		(últimos 12 meses),	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS.	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS.	LIQUIDADAS_	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS_
Incentivos à Demissão Voluntária:	R\$ 706.974,55	R\$ 0,00	R\$ 706.974,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.2 Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.3 Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.4 Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 4.295.067,33	R\$ 0,00	R\$ 4.295.067,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.5 Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198 §11, CF/88)	R\$ 824.874,07	R\$ 0,00	R\$ 824.874,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.6 Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.7 Outras Deduções Lançadas pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 25.926.427,38	R\$ 0,00	R\$ 24.978.971,86	R\$ 0,00	R\$ 947.455,52	R\$ 0,00
DTP	R\$ 25.926.427,38		R\$ 24.978.971,86		R\$ 947.455,52	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Despesa com Pessoal (Preliminar)





Anexo: 12 - REPASSE A CÂMARA

Quadro: 12.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art. 29-A, CF)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
Receitas Tributárias	R\$ 5.603.382,22
Impostos	R\$ 5.170.469,10
IPTU	R\$ 618.164,89
IRRF	R\$ 1.095.695,93
ITBI	R\$ 1.113.446,67
ISSQN	R\$ 2.343.161,61
TAXAS	R\$ 432.913,12
Contribuição de Melhoria	R\$ 0,00
Transferências da União	R\$ 15.356.002,37
FPM	R\$ 14.427.983,19
Transf. ITR	R\$ 700.104,12
IOF s/ ouro	R\$ 227.915,06
ICMS Desoneração	R\$ 0,00
Transferências do Estado	R\$ 15.318.414,37
ICMS	R\$ 13.896.861,69
IPVA	R\$ 1.350.101,60
IPI (Exportação)	R\$ 67.218,66
CIDE	R\$ 4.232,42
TOTAL GERAL	R\$ 36.277.798,96
População do Município	10.324
Limite percentual autorizado - art. 29-A, CF	7,00%
Valor máximo de repasse	R\$ 2.539.445,92
Valor fixado na LOA e créditos adicionais	R\$ 1.800.000,00
Valor gasto pela Câmara Municipal	R\$ 1.800.000,00

APLIC > UG: Prefeitura > Exercício Anterior > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente > Exportar Planilha para o Excel. APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro > Valor total da Dotação Atualizada. APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro > Coluna Valor Empenhado.

Quadro: 12.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (Artigo 29-A da CF)

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO
Repasse do Poder Executivo	R\$ 1.800.000,00	R\$ 36.277.798,96	4,96%	7,00%	REGULAR
Gasto do Poder Legislativo	R\$ 1.800.000,00	R\$ 36.277.798,96	4,96%	7,00%	





DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO
Folha de Pagamento do Poder Legislativo	R\$ 947.455,52	R\$ 1.800.000,00	52,63%	70%	
Limite Gastos com Pessoal - LRF	R\$ 947.455,52	R\$ 62.146.557,84	1,52%	6%	REGULAR

APLIC > Informes Mensais>Contabilidade>Lançamento Contábil>Razão Contábil> (UG: Câmara - Conta: 45112020100 e UG: Prefeitura - Conta: 35112020100). APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro. Anexo - Limites Constitucionais e Legais - Quadro 1.7 - Gastos com pessoal - Poder Legislativo (artigos 18 a 22 LRF)

Quadro: 12.3 - Despesa com Folha de Pagamento do Poder Legislativo (Art. 29-A, §1º, da CF/88)

DESCRIÇÃO	Valor Liquidado - R\$ (A)	Valor Inscrito em Restos a Pagar não Processados (B)
1. Pessoal Ativo. Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	R\$ 807.332,94	R\$ 0,00
2. Obrigações Patronais	R\$ 140.122,58	R\$ 0,00
3. Aposentadorias, Reserva e Reformas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4. Pensões	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5. Outras despesas lançadas pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Soma	R\$ 947.455,52	R\$ 0,00
Total Despesa com Folha de Pagamento	R\$ 947.455,52	

APLIC > Informes Mensais > Despesas>Despesas Orçamentária

Quadro: 12.4 - Auxiliar – Gastos com Inativos

DESCRIÇÃO	VALOR LIQUIDADO	VALOR INSCRITOS EM RPNP
Aposentadorias, Reserva e Reformas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pensões	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Soma	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total Gastos Inativos	R\$ 0,00	

APLIC > Informes Mensais > LRF > Despesa com Pessoal (Preliminar)

Quadro: 12.5 - Auxiliar – Valor Gasto pela Câmara Municipal - Art. 29-A, CF/88

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Despesas Câmara	R\$ 1.800.000,00
Gastos com Inativos	R\$ 0,00
Gasto Poder Legislativo - Art. 29-A CF	R\$ 1.800.000,00





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Despesa Orçamentária





Anexo: 13 - METAS FISCAIS

Quadro: 13.1 - Receitas Primárias (Exceto RPPS)

Receitas Primárias	Valor R\$
Receitas Primária Correntes (I)	R\$ 61.958.128,13
Receita Primária de Capital (II)	R\$ 3.627.444,75
Receita Primária Total (III) = I + II	R\$ 65.585.572,88
APLIC	

Quadro: 13.2 - Despesas Primárias (Exceto RPPS)

Despesas Primárias	Despesa Paga R\$ (a)	Restos a Pagar Pagos R\$ (b)
Despesas Primária Correntes (IV)	R\$ 58.783.168,38	R\$ 32.288
Despesa Primária de Capital (V)	R\$ 11.201.249,20	R\$ 123.548,35
Despesa Primária Total (VI) = IVa+IVb+Va+Vb	R\$ 70.140.254,73	
Receita Primária (VII)	R\$ 65.585.572,88	
Resultado Primário (Acima da Linha) (VIII) = VII-VI	-R\$ 4.554.681,85	
Meta de Resultado Primário fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o 2024 (Valor Corrente) (IX)	-R\$ 485.000,00	
Juros Nominais	Valor (R\$)	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (X)	R\$ 1.189.685,71	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XI)	R\$ 0,00	
Resultado Nominal (Sem RPPS) Acima da Linha (XII) = VIII + (X-XI)	-R\$ 3.364.996,14	
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para 2024 (Valor Corrente) (XIII)	R\$ 754.767,42	
APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Metas Fiscais		





Anexo: 14 - LIMITE CONSTITUCIONAL ART. 167-A

Quadro: 14.1 - Relação entre Despesas e Receitas Correntes - Art. 167-A CF

Exercicio	Receita Corrente Arrecadada (a) R\$	Despesa Corrente Liquidada (b) R\$	Despesas Inscritas em RPNP (c) R\$	Indicador Despesa /Receita (d) %
2021	R\$ 42.588.301,36	R\$ 33.426.792,95	R\$ 73.605,31	78,66%
2022	R\$ 48.581.991,04	R\$ 43.006.014,82	R\$ 101.663,37	88,73%
2023	R\$ 57.721.262,95	R\$ 49.931.685,10	R\$ 15.594,00	86,53%
2024	R\$ 72.990.844,63	R\$ 63.455.404,18	R\$ 7.361,29	86,94%

Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita (valores Líquidos). Anexo: Despesa> Quadro: Despesa por Categoria Econômica.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Anexo: 15 - REGRAS FINAL DE MANDATO





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

**Quadro: 15.1 - Disponibilidade Líquida Pagamento de Restos a Pagar em 31/12
/2024 - Poder Executivo (Art. 42 LRF)**

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
Recurso Não Vinculados (Exceto RPPS)									
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 3.048.257,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 35.661,94	R\$ 3.012.596,04	R\$ 3.030,40	R\$ 3.009.565,64
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 11.712,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.712,57	R\$ 0,00	R\$ 11.712,57
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 62,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 62,25	R\$ 0,00	R\$ 62,25
		R\$ 3.060.032,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 35.661,94	R\$ 3.024.370,86	R\$ 3.030,40	R\$ 3.021.340,46
Recursos Vinculados (Exceto RPPS)									
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 248.922,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 248.922,49	R\$ 0,00	R\$ 248.922,49
	Transferências do								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
542	FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 1.071,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.071,29	R\$ 0,00	R\$ 1.071,29
543	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR	R\$ 19.029,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.029,42	R\$ 0,00	R\$ 19.029,42
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 89.103,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 89.103,19	R\$ 0,00	R\$ 89.103,19
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 5.313,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.313,42	R\$ 0,00	R\$ 5.313,42
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 189,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 189,87	R\$ 0,00	R\$ 189,87





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 77.289,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 77.289,75	R\$ 0,00	R\$ 77.289,75
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 1.258.235,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.258.235,76	R\$ 0,00	R\$ 1.258.235,76
576	Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	R\$ 16.951,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 16.951,27	R\$ 0,00	R\$ 16.951,27
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
600	Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 636.946,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 636.946,77	R\$ 0,00	R\$ 636.946,77
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 569,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 569,30	R\$ 0,00	R\$ 569,30
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
602	enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 328,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 328,92	R\$ 0,00	R\$ 328,92
603	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 2,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2,92	R\$ 0,00	R\$ 2,92
	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
604	comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 199.881,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 199.881,37	R\$ 0,00	R\$ 199.881,37
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 75.379,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 75.379,11	R\$ 0,00	R\$ 75.379,11
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 766.880,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 766.880,82	R\$ 0,00	R\$ 766.880,82
	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
632	vinculados à Saúde	R\$ 43.209,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 43.209,43	R\$ 0,00	R\$ 43.209,43
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 465.895,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 465.895,98	R\$ 0,00	R\$ 465.895,98
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 109.888,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 109.888,65	R\$ 0,00	R\$ 109.888,65
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 71.585,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 71.585,19	R\$ 0,00	R\$ 71.585,19
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 42.722,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 42.722,93	R\$ 0,00	R\$ 42.722,93
	Transferências da União Referentes								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
704	a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 464.765,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 464.765,44	R\$ 0,00	R\$ 464.765,44
705	Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 6.190,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.190,53	R\$ 0,00	R\$ 6.190,53
706	Transferência Especial da União	R\$ 155.759,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 155.759,18	R\$ 0,00	R\$ 155.759,18
707	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173 /2020	R\$ 22,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22,46	R\$ 0,00	R\$ 22,46
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 182.566,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 182.566,17	R\$ 0,00	R\$ 182.566,17





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 434.693,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 434.693,63	R\$ 0,00	R\$ 434.693,63
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 1.598,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.598,17	R\$ 0,00	R\$ 1.598,17
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 6.800,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.800,02	R\$ 0,00	R\$ 6.800,02
718	Auxílio Financeiro Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	R\$ 87.410,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 87.410,20	R\$ 0,00	R\$ 87.410,20
	Transferências da								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
719	Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 15.201,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.201,20	R\$ 0,00	R\$ 15.201,20
749	Outras vinculações de transferências	R\$ 10.373,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.373,55	R\$ 0,00	R\$ 10.373,55
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 42.003,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 42.003,51	R\$ 0,00	R\$ 42.003,51
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 1.385.590,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.564,49	R\$ 1.383.025,55	R\$ 0,00	R\$ 1.383.025,55
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 428.039,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 428.039,43	R\$ 0,00	R\$ 428.039,43
	Outros Recursos								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
899	Vinculados	R\$ 136,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 136,67	R\$ 0,00	R\$ 136,67
		R\$ 7.350.548,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.564,49	R\$ 7.347.983,56	R\$ 0,00	R\$ 7.347.983,56
RPPS									
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 218.963,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 218.963,49	R\$ 0,00	R\$ 218.963,49
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 2.756,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.464,06	-R\$ 2.707,89	R\$ 0,00	-R\$ 2.707,89
		R\$ 221.719,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.464,06	R\$ 216.255,60	R\$ 0,00	R\$ 216.255,60
>>>>>>	TOTAL	R\$ 10.632.300,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 43.690,49	R\$ 10.588.610,02	R\$ 3.030,40	R\$ 10.585.579,62

APLIC





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Quadro: 15.2 - Disponibilidade Líquida em 30/04/2024 - (ART. 42 – LRF)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
Recurso Não Vinculados (Exceto RPPS)									
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 7.057.192,40	R\$ 20.400,00	R\$ 43.215,93	R\$ 0,00	R\$ 110.902,36	R\$ 6.882.674,11	R\$ 3.223.556,55	R\$ 3.659.117,56
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 22.124,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.124,42	R\$ 0,00	R\$ 22.124,42
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 377.929,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 377.929,48	R\$ 0,00	R\$ 377.929,48
		R\$ 7.457.246,30	R\$ 20.400,00	R\$ 43.215,93	R\$ 0,00	R\$ 110.902,36	R\$ 7.282.728,01	R\$ 3.223.556,55	R\$ 4.059.171,46
Recursos Vinculados (Exceto RPPS)									
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 311.019,09	R\$ 0,00	R\$ 17.889,34	R\$ 0,00	R\$ 37.775,86	R\$ 255.353,89	R\$ 627,30	R\$ 254.726,59
	Transferências do								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
543	FUNDEB Complementação da União VAAR	R\$ 47.780,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 47.780,76	R\$ 0,00	R\$ 47.780,76
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 10.608,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.608,49	R\$ 150.097,50	-R\$ 139.489,01
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 11.381,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.381,09	R\$ 115.384,84	-R\$ 104.003,75
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 345,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 345,85	R\$ 14.164,93	-R\$ 13.819,08
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 63.095,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 63.095,37	R\$ 9.217,04	R\$ 53.878,33





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 199.500,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 199.500,51	R\$ 390.233,00	-R\$ 190.732,49
576	Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	R\$ 2.597,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.716,44	-R\$ 48.119,06	R\$ 27.569,17	-R\$ 75.688,23
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 220.397,70	R\$ 0,00	R\$ 7.894,61	R\$ 0,00	R\$ 16.788,47	R\$ 195.714,62	R\$ 152.860,79	R\$ 42.853,83
	Transferências								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e (Em 30/04) (h) = f -g
601	Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 540,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 540,96	R\$ 0,00	R\$ 540,96
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 328,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 328,92	R\$ 0,00	R\$ 328,92





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e (Em 30/04) (h) = f -g
603	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 2,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2,92	R\$ 0,00	R\$ 2,92
	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e (Em 30/04) (h) = f -g
604	agentes de combate às endemias	R\$ 95.387,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 95.387,37	R\$ 0,00	R\$ 95.387,37
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 71.645,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 71.645,36	R\$ 0,00	R\$ 71.645,36
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 781.890,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 781.890,01	R\$ 202.519,50	R\$ 579.370,51
	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
632	Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 59.197,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 59.197,04	R\$ 0,00	R\$ 59.197,04
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 537.568,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 537.568,72	R\$ 61.520,03	R\$ 476.048,69
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 56.788,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 56.788,79	R\$ 8.199,50	R\$ 48.589,29
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 56.268,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 56.268,66	R\$ 0,00	R\$ 56.268,66
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 479,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 479,06	R\$ 0,00	R\$ 479,06





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e (Em 30/04) (h) = f -g
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 710.336,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 710.336,51	R\$ 0,00	R\$ 710.336,51
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 464.765,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 464.765,44	R\$ 0,00	R\$ 464.765,44
707	Transferências da União - inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173 /2020	R\$ 4.605,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.605,63	R\$ 0,00	R\$ 4.605,63
708	Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	R\$ 986.065,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 986.065,48	R\$ 1.972,84	R\$ 984.092,64





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 854.627,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 854.627,31	R\$ 2.237,44	R\$ 852.389,87
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 1.519,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.519,01	R\$ 0,00	R\$ 1.519,01
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 6.463,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.463,19	R\$ 0,00	R\$ 6.463,19
718	Auxílio Financeiro Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	R\$ 87.410,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 87.410,20	R\$ 0,00	R\$ 87.410,20





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e (Em 30/04) (h) = f -g
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 88.163,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 88.163,88	R\$ 0,00	R\$ 88.163,88
749	Outras vinculações de transferências	R\$ 10.373,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.373,55	R\$ 0,00	R\$ 10.373,55
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 19.190,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.190,58	R\$ 151,08	R\$ 19.039,50
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 1.099.276,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.099.276,90	R\$ 91.200,54	R\$ 1.008.076,36
	Recursos Vinculados a								





Tribunal de Contas
Mato Grosso

6ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7584 / 7586

Email: sextasecex@tce.mt.gov.br

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e (Em 30/04) (h) = f -g
759	Fundos	R\$ 458.530,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 458.530,41	R\$ 347.303,74	R\$ 111.226,67
899	Outros Recursos Vinculados	R\$ 136,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 136,67	R\$ 0,00	R\$ 136,67
		R\$ 7.318.288,81	R\$ 0,00	R\$ 25.783,95	R\$ 0,00	R\$ 105.280,77	R\$ 7.187.224,09	R\$ 1.575.259,24	R\$ 5.611.964,85
RPPS									
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 700.634,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 700.634,06	R\$ 136,00	R\$ 700.498,06
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 110.900,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.706,17	R\$ 104.194,39	R\$ 56.790,66	R\$ 47.403,73
		R\$ 811.534,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.706,17	R\$ 804.828,45	R\$ 56.926,66	R\$ 747.901,79
>>>>>>	TOTAL	R\$ 15.587.069,73	R\$ 20.400,00	R\$ 68.999,88	R\$ 0,00	R\$ 222.889,30	R\$ 15.274.780,55	R\$ 4.855.742,45	R\$ 10.419.038,10

APLIC





Anexo: 16 - ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

Quadro: 16.1 - Ativos e Passivos Financeiros

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS/PERMANENTES	Exercício Atual (2024)	Exercício Anterior (2023)
Ativo Financeiro	R\$ 48.675.477,64	R\$ 50.551.695,01
(-) Passivo Financeiro	R\$ 106.159,41	R\$ 181.641,13
Resultado Financeiro (I = Ativo Financeiro - Passivo Financeiro)	R\$ 48.569.318,23	R\$ 50.370.053,88

APLIC > Prestação de Contas > Contas de Governo > Balanço Patrimonial

Quadro: 16.2 - Comparativo Quadro Ativo e Passivo Financeiro X Quadro Superávit/Déficit Financeiro

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES VERSUS QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO			
DESCRIÇÕES	QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS PERMANENTES	QUADRO DO SUPERÁVIT /DÉFICIT FINANCEIRO	DIFERENÇA
Resultado financeiro 2024	R\$ 48.569.318,23	R\$ 48.419.318,23	R\$ 150.000,00
Resultado financeiro 2023	R\$ 50.370.053,88	R\$ 50.370.053,88	R\$ 0,00

APLIC > Prestação de Contas > Contas de Governo > Balanço Patrimonial





Anexo: 17 - PREVIDÊNCIA

Quadro: 17.1 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Patronais - Declaração de Veracidade

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Pago em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 163.324,79	R\$ 163.324,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 163.332,73	R\$ 163.332,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 161.330,63	R\$ 161.330,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 178.911,60	R\$ 178.911,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maio	R\$ 172.684,65	R\$ 172.684,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 165.036,19	R\$ 165.036,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 165.818,48	R\$ 165.818,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 161.979,00	R\$ 161.979,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 162.423,59	R\$ 162.423,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 167.485,06	R\$ 167.485,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 164.148,35	R\$ 164.148,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 149.333,13	R\$ 149.333,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13º Salário	R\$ 13.221,54	R\$ 13.221,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 1.989.029,74	R\$ 1.989.029,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > Documentos>Diversos

Quadro: 17.2 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Patronais - APLIC

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Pago em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 163.324,79	R\$ 163.324,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 163.332,73	R\$ 163.332,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 161.330,63	R\$ 161.330,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 178.911,60	R\$ 178.911,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maio	R\$ 172.684,65	R\$ 172.684,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 165.036,19	R\$ 165.036,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 165.818,48	R\$ 165.818,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 161.979,00	R\$ 161.979,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 162.423,59	R\$ 162.423,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 167.485,06	R\$ 167.020,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 464,57
Novembro	R\$ 164.148,35	R\$ 164.148,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 162.554,69	R\$ 162.554,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13º Salário	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 1.989.029,76	R\$ 1.988.565,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 464,57





APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias.

Quadro: 17.3 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Patronais - Parecer do Controle Interno

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Pago em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 287.058,24	R\$ 287.058,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 287.072,28	R\$ 287.072,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 283.553,33	R\$ 283.553,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 314.453,46	R\$ 314.453,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maiο	R\$ 303.508,98	R\$ 303.508,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 290.066,06	R\$ 290.066,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 291.441,37	R\$ 291.441,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 284.693,40	R\$ 284.693,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 285.474,54	R\$ 285.474,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 294.370,55	R\$ 294.370,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 288.505,89	R\$ 288.505,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 285.704,98	R\$ 285.704,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13º Salário	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 3.495.903,08	R\$ 3.495.903,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > Documentos>Diversos

Quadro: 17.4 - Repasses de Contribuições Previdenciárias dos Servidores - Declaração de Veracidade

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 115.716,27	R\$ 115.716,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 115.721,97	R\$ 115.721,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 114.303,42	R\$ 114.303,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 126.759,66	R\$ 126.759,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maiο	R\$ 122.347,80	R\$ 122.347,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 116.928,80	R\$ 116.928,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 117.483,19	R\$ 117.483,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 114.763,05	R\$ 114.763,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 115.077,98	R\$ 115.077,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 118.664,04	R\$ 118.664,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 116.299,96	R\$ 116.299,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 105.803,12	R\$ 105.803,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
13º Salário	R\$ 9.367,50	R\$ 9.367,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 1.409.236,76	R\$ 1.409.236,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > Documentos>Diversos

Quadro: 17.5 - Repasses de Contribuições Previdenciárias dos Servidores - APLIC

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 115.716,27	R\$ 115.716,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 115.721,97	R\$ 115.721,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 114.303,42	R\$ 114.303,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 126.759,66	R\$ 126.759,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maio	R\$ 122.347,80	R\$ 122.347,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 116.928,80	R\$ 116.928,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 117.483,19	R\$ 117.483,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 114.763,05	R\$ 114.763,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 115.077,98	R\$ 115.077,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 118.664,04	R\$ 118.664,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 116.299,96	R\$ 116.299,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 115.170,62	R\$ 115.170,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13º Salário	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 1.409.236,76	R\$ 1.409.236,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias.

Quadro: 17.6 - Repasses de Contribuições Previdenciárias dos Servidores - Parecer do Controle Interno

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 115.716,27	R\$ 115.716,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 115.721,97	R\$ 115.721,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 114.303,42	R\$ 114.303,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 126.759,66	R\$ 126.759,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maio	R\$ 122.347,80	R\$ 122.347,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 116.928,80	R\$ 116.928,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 117.483,19	R\$ 117.483,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Agosto	R\$ 114.763,05	R\$ 114.763,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 115.077,98	R\$ 115.077,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 118.664,04	R\$ 118.664,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 116.299,96	R\$ 116.299,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 115.170,62	R\$ 115.170,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13º Salário	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 1.409.236,76	R\$ 1.409.236,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > Documentos>Diversos

Quadro: 17.7 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Suplementares - Declaração de Veracidade

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 123.733,45	R\$ 123.733,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 123.739,55	R\$ 123.739,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 122.222,70	R\$ 122.222,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 135.541,86	R\$ 135.541,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maiο	R\$ 130.824,33	R\$ 130.824,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 125.029,87	R\$ 125.029,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 125.622,89	R\$ 125.622,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 122.714,40	R\$ 122.714,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 123.050,95	R\$ 123.050,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 126.885,49	R\$ 126.885,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 124.357,54	R\$ 124.357,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 113.133,78	R\$ 113.133,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13º Salário	R\$ 10.016,53	R\$ 10.016,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 1.506.873,34	R\$ 1.506.873,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > Documentos>Diversos

Quadro: 17.8 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Suplementares - APLIC

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 123.733,45	R\$ 123.733,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 123.739,55	R\$ 123.739,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Março	R\$ 122.222,70	R\$ 122.222,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 135.541,86	R\$ 135.541,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maiο	R\$ 130.824,33	R\$ 130.824,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 125.029,87	R\$ 125.029,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 125.622,89	R\$ 125.622,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 122.714,40	R\$ 122.714,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 123.050,95	R\$ 123.050,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 126.885,49	R\$ 126.533,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 351,96
Novembro	R\$ 124.357,54	R\$ 124.357,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 123.150,32	R\$ 123.150,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13º Salário	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 1.506.873,35	R\$ 1.506.521,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 351,96

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias.

Quadro: 17.9 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Suplementares - Parecer do Controle Interno

Competência	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
Janeiro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fevereiro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Março	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Abril	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Maiο	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Junho	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Julho	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Agosto	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Setembro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outubro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Novembro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Dezembro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
13º Salário	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > Documentos>Diversos

Quadro: 17.10 - Legislação Municipal





Lei	Data da Lei	Exercício de referência da avaliação atuarial	Detalhamento
1.437	15/12/2023	2023	DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RELATÓRIO DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2023 - DATA FOCAL 31/12 /2022, MANTÉM O CUSTO NORMAL E MODIFICA O PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, CUSTEADOS PELO ENTE FEDERATIVO, CONFORME DIRETRIZES EMANADAS PELA PORTARIA MTP 1.467 /2022 E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS
1.460	11/07/2024	2024	DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RELATÓRIO DA REAVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2024 - DATA FOCAL 31/12 /2023, MANTÉM O CUSTO NORMAL E MODIFICA O PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, CUSTEADOS PELO ENTE FEDERATIVO, CONFORME DIRETRIZES EMANADAS PELA PORTARIA MTP 1.467 /2022 E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Quadro: 17.11 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Patronais - Resumo

Fontes das Informações	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Pago em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
DECLARAÇÃO DE VERACIDADE	R\$ 1.989.029,74	R\$ 1.989.029,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
APLIC	R\$ 1.989.029,76	R\$ 1.988.565,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 464,57
PARECER DO CONTROLE INTERNO	R\$ 3.495.903,08	R\$ 3.495.903,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias e Documentos Diversos





Quadro: 17.12 - Repasses de Contribuições Previdenciárias dos Servidores - Resumo

Fontes das Informações	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos Monetários Pagos		Diferença em R\$ (B-A)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
DECLARAÇÃO DE VERACIDADE	R\$ 1.409.236,76	R\$ 1.409.236,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
APLIC	R\$ 1.409.236,76	R\$ 1.409.236,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PARECER DO CONTROLE INTERNO	R\$ 1.409.236,76	R\$ 1.409.236,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias; APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais>Documentos Diversos

Quadro: 17.13 - Repasses de Contribuições Previdenciárias Suplementares - Resumo

Fontes das Informações	Valor Devido em R\$ (A)	Valor Recolhido em R\$ (B)	Encargos monetários Pagos		Diferença em R\$ (A-B)
			Juros em R\$	Multas em R\$	
DECLARAÇÃO DE VERACIDADE	R\$ 1.506.873,34	R\$ 1.506.873,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
APLIC	R\$ 1.506.873,35	R\$ 1.506.521,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 351,96
PARECER DO CONTROLE INTERNO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais > RPPS> Contribuições Previdenciárias; APLIC>UG: RPPS> Informes Mensais>Documentos Diversos

Quadro: 17.14 - Índice de Situação Previdenciária - ISP

ENTE	UF	GRUPO	SUBGRUPO	ISP	PERFIL AUTARIAL
CARLINDA	MT	PEQUENO PORTE	MENOR MATURIDADE	C	II

<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria>

